

COLEÇÃO *Bahianas*

Ana Alice Alcantara Costa (Org.)

# Estudos de gênero e interdisciplinaridade no contexto baiano





**ESTUDOS DE GÊNERO E INTERDISCIPLINARIDADE  
NO CONTEXTO BAIANO**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

**Reitora**

Dora Leal Rosa

**Vice-Reitor**

Luiz Rogério Bastos Leal

**NÚCLEO  
DE ESTUDOS  
INTERDISCIPLINARES  
SOBRE A MULHER**  
FFCH/UFBA



NEIM

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL  
DA BAHIA

**Diretora**

Márcia Macêdo

**Diretora**

Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

**Vice-Diretora**

Silvia Lúcia Ferreira

**Conselho Editorial**

*Angelo Szaniecki Perret Serpa*

*Caiuby Alves da Costa*

*Charbel Niño El Hani*

*Cleise Furtado Mendes*

*Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti*

*Evelina Carvalho Sá Hoisel*

*José Teixeira Cavalcante Filho*

*Maria Vidal de Negreiros Camargo*

**Comissão Editorial**

*Alda Britto da Motta*

*Ana Alice Alcantara Costa*

*Cecília M. B. Sardenberg*

*Enilda R. do Nascimento*

*Ivia Alves*

*Silvia Lúcia Ferreira*

**Coordenação Editorial Executiva**

*Eulália Azevedo*

*Ivia Alves*

*Maria de Lourdes Scheffler*

*Silvia de Aquino*

*Ângela Maria Freire de Lima e Souza*

Ana Alice Alcantara Costa (Org.)

# **Estudos de gênero e interdisciplinaridade no contexto baiano**

COLEÇÃO *Bahianas*, 13

Salvador | EDUFBA/NEIM | 2011

2011, Autores  
Direitos para esta edição cedidos à Edufba.  
Feito o Depósito Legal.

Projeto gráfico, editoração eletrônica e capa  
*Alana Gonçalves de Carvalho Martins*

Revisão e normalização  
*Clarice Pinheiro*

A publicação deste livro contou com recursos da **Emenda Parlamentar** de autoria da Deputada Lídice da Mata.

**Os conteúdos dos artigos são da inteira responsabilidade dos seus autores**

---

Sistema de Bibliotecas - UFBA

---

Estudos de gênero e interdisciplinaridade no contexto baiano / Ana  
Alice Alcantara Costa (org.). - Salvador : EDUFBA : NEIM, 2011.  
338 p. - (Coleção Bahianas ; 13)

ISBN 978-85-232-0850-9

1. Estudos feministas - Bahia. 2. Abordagem interdisciplinar do conhecimento na educação. 3. Relações de gênero. 4. Mulheres - Condições sociais. 5. Representações sociais. I. Costa, Ana Alice Alcantara.

CDD - 305.42098142

---

Editora filiada à



NEIM  
Rua Prof Aristides Nóvis  
197 - Federação  
40210-630 - Salvador - Bahia  
Tel.: +55 71 3247-2800  
[www.neim.ufba.br](http://www.neim.ufba.br)

Editora da UFBA  
Rua Barão de Jeremoabo  
s/n - Campus de Ondina  
40170-115 - Salvador - Bahia  
Tel.: +55 71 3283-6164  
Fax: +55 71 3283-6160  
[www.edufba.ufba.br](http://www.edufba.ufba.br)  
[edufba@ufba.br](mailto:edufba@ufba.br)

## SUMÁRIO

7 INTRODUÇÃO



19 OS CRIMES PASSIONAIS EM SALVADOR

*gênero e honra (1890-1940)*

Antonio Carlos Lima da Conceição e Lina Maria Brandão de Aras

39 REPRESENTAÇÕES SOBRE A PROSTITUIÇÃO FEMININA  
NA OBRA DE JORGE AMADO

*um estudo estatístico*

Gustavo do Rego Barros Brivio e Cecília M. B. Sardenberg

67 AS MULHERES NA LINHA DA HONRA E DA BOA CONDUTA

*Feira de Santana (1960-1970)*

Maria Carolina S. Martins da Silva e Lina Maria Brandão de Aras

87 A TRAMA SIMBÓLICA DAS PIRIGUETES E PUTÕES

*um estudo das representações de gênero nos pagodes  
baianos e na cultura*

Clebemilton Nascimento e Ivia Alves

117 MÃES: CÚMPLICES, NEGLIGENTES...

*que lugar elas ocupam na violência sexual contra crianças  
e adolescentes?*

Débora Cohim e Ana Alice Alcantara Costa

- 145 “DE VOLTA ÀS AULAS...”  
*o cotidiano de professoras em cursos de capacitação*  
Andrea da Silva Cunha e Lina Maria Brandão de Aras
- 167 EDUCAÇÃO ESCOLAR  
*um instrumental importante para o empoderamento de mulheres?*  
Odezina dos Santos Suzarte e Cecília M. B. Sardenberg
- 197 QUANDO ELAS OCUPAM OS ESPAÇOS DE PODER...  
*mobilização das trabalhadoras rurais no sindicato (Feira de Santana 1989-2002)*  
Tatiana Farias de Jesus e Sylvania Maria dos Reis Maia
- 225 MIRADAS FEMININAS  
*o lugar das mulheres da TV Escola*  
Denise Bastos de Araujo e Linda Rubim
- 247 HOMOSSEXUALIDADE NA DISCIPLINA ENSINO RELIGIOSO  
Elizabete da Conceição Paiva de Oliveira e Ana Alice Alcantara Costa
- 275 SEXISMO COMO SEGREGAÇÃO DE SENTIDO  
*as representações sociais de gênero encontradas entre os instrutores da escola pública de trânsito*  
Tatiane de Jesus Chates e Ângela Maria Freire de Lima e Souza
- 303 O DISCURSO FEMINISTA NO DIÁRIO DA BAHIA  
(1931-1937)  
Tatiana Lima de Siqueira e Lina Maria Brandão de Aras
- 333 QUEM É QUEM

## INTRODUÇÃO

O processo de consolidação dos estudos feministas na Bahia entrecruza-se e perpassa pelo processo de criação e institucionalização do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher da UFBA, do empenho militante e da ação coletiva de suas integrantes. Podemos fazer essa afirmação sem nenhuma preocupação em estar subvalorizando outras experiências significativas, ou estar supervalorizando o papel do NEIM no contexto baiano.

Sua criação, em 1983, é fruto do compromisso de um pequeno grupo de mulheres vinculadas, em sua maioria, à militância feminista no *Grupo Feminista Autônomo Brasil Mulher*, o que lhe infligiu características e dinâmicas específicas que o diferenciou dos outros grupos acadêmicos brasileiros surgidos no período, e mesmo posteriormente, e que ainda hoje demarca sua ação tanto na academia quanto junto aos movimentos de mulheres.

A preocupação dominante entre sua equipe tem sido a de procurar novos parâmetros teóricos metodológicos que não reproduzam as categorias do sistema de dominação patriarcal, escapando dos símbolos determinados e das categorias abstratas e universais que tentam negar as diferenças e padronizar as pessoas. Isso pau-



tado na crença de que não é possível continuar aceitando que o sexo biológico determine as posições de sujeito que os indivíduos possam ocupar na hierarquia social, baseada numa cultura política patriarcal autoritária, que vem mantendo as mulheres e outros grupos, falsamente identificados de minoritários, à margem da sociedade.

Associada a uma práxis feminista, a equipe do NEIM tem buscado quebrar os modelos tradicionais androcêntricos dominantes na sociedade – e plenamente inserida a ela a universidade –, construir novas institucionalidades, novas práticas, novos caminhos que possibilitem a troca de informações, de olhares, de recortes analíticos e metodologias distintas, de forma que as diferentes perspectivas disciplinares se entrecruzem na produção de novas formulações/contribuições e no envolvimento cotidiano de novas(os) pesquisadoras(es). (COSTA; SARDENBERG; VANIN, 2010)

Dois caminhos têm sido determinantes nessa busca: a produção do conhecimento através da realização de estudos e pesquisas sobre relações de gênero e condição feminina, comprometidos com a perspectiva do feminismo, e a formação sistemática de pesquisadores e outros profissionais aptos a desenvolver políticas públicas na perspectiva de gênero. Propiciando assim, a formação adequada de inúmeros profissionais que hoje atuam em diversos setores da sociedade baiana, garantindo uma efetiva mudança de mentalidade em relação às mulheres.

Esse compromisso com a produção de conhecimento, aliada com a ênfase na formação adequada de novos estudiosos e profissionais da temática, passa a ter um novo impulso a partir de novembro de 2005, quando as instâncias competentes da UFBA aprovaram a proposta de criação do **Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo** (PPGNEIM), que logo em seguida foi reconhecido pela CAPES.

Desde então, a equipe de docentes envolvida vem envidando esforços no sentido de garantir uma formação adequada e de qualidade, direcionada à produção de estudos significativos. Esta coletânea que ora apresentamos é uma pequena parcela daquilo que vem sendo produzido nesse processo de formação/produção de conhecimento resultante do PPGNEIM. Em 2008 publicamos a coletânea *Construindo interdisciplinaridades: Estudos de Gênero na Bahia* organizada pelas docentes Silvia Lucia Ferreira, Ivya Alves e Ana Alice Costa, com uma série de artigos resultantes das primeiras dissertações defendidas no Programa. Nesta segunda coletânea trazemos mais um conjunto de artigos que podem dar um demonstrativo do caminho que vem sendo seguido e do processo de consolidação do Programa, onde diferentes perspectivas disciplinares se entrecruzam em uma dinâmica multidisciplinar. Esta coletânea é a própria representação da diversidade teórico-metodológica que define o PPGNEIM ao integrar estudos das mais diversas áreas do saber.

Muito mais no sentido de propiciar um ordenamento temático do que propriamente atender as demandas da existência de uma identidade teórico-metodológica, os textos que compõem esta coletânea estão aglutinados por uma espécie de “proximidade temática”. Nesse sentido, temos os cinco primeiros artigos que se “unem” em torno de uma espécie de “padrão moral” que perpassa a ideia de honra masculina, diretamente vinculada ao exercício da sexualidade feminina e aí se inserem as mulheres que traem, as prostitutas e as “piriguetes” da atualidade, ou as mães omissas que não conseguem dar resposta imediata para a violência sexual.

O primeiro artigo desse bloco, intitulado *Os crimes passionais em Salvador: gênero e honra (1890-1940)*, de Antonio Carlos Lima da Conceição e Lina Maria Brandão de Aras, analisa a construção da figura do crime passionais e sua aplicação nas ações do tribunal do júri da Bahia/Salvador nos primeiros cinquenta anos

da República, à luz das determinações do Código Penal de 1890 e de seu substituto republicano, o Código Penal de 1940. Fundamentado em uma importante pesquisa documental, com destaque para os diversos relatos de crimes identificados como passionais, publicados no Diário da Bahia no período correspondente, os autores analisam, a partir de uma perspectiva das relações de gênero, a construção dos estereótipos do criminoso passional e de sua vítima. No desenrolar do artigo os autores mostram, através dos discursos de advogados e da própria imprensa, a existência de uma espécie de aceitação do ato a partir de justificativas pautadas em construções de gênero, onde os “[...] passionais eram também pessoas de ‘alma sensível’”, levados pelo desespero de verem sua honra ferida. Para os autores, o criminoso passional como uma criação jurídica de uma prática cultural, marcou a cidade do Salvador no período estudado (1890-1940), a qual internalizou as concepções de gênero como justificativa para a prática dos crimes passionais envolvendo casais.

Utilizando-se do levantamento minucioso das personagens de Jorge Amado realizado por Paulo Tavares, autor do dicionário *Criaturas de Jorge Amado*, cuja primeira edição data de 1985, Gustavo do Rego Barros Brivio e Cecília Sardenberg, no artigo *Representações sobre a prostituição feminina. na obra de Jorge Amado: um estudo estatístico*, partir de um exame quantitativo, analisam as representações sobre as prostitutas na obra de Jorge Amado. Os autores concluem afirmando que, de acordo com Paulo Tavares, a obra de Jorge Amado é “[...] perpassada por representações de cunho tipicamente patriarcal sobre as mulheres [...] tomada pelas representações erotizantes que a raça/cor imprime nas imagens das mulheres e prostitutas racializadas”. Outro dado significativo é que 69% das personagens femininas envolvidas na prostituição pertencem às classes trabalhadoras, em contraponto apenas 36,1% das personagens que desempenham quaisquer ou-

tras ocupações, diferentes das do “mundo da prostituição”, não são integrantes da classe trabalhadora. “Na literatura de Amado, as morenas, mestiças, negras e mulatas, longe de fazerem parte da prostituição de luxo ou alto luxo, participam, de acordo com seus ganhos econômicos, exclusivamente, do baixo meretrício”.

O terceiro artigo deste bloco retoma a questão da imagem da prostituta, agora em uma perspectiva distinta. Maria Carolina e Lina Aras, no artigo *As mulheres na linha da honra e da boa conduta: Feira de Santana (1960-1970)*, recorrem ao instrumental metodológico da História oral para analisar os discursos moralistas hegemônicos, na cidade de Feira de Santana nas décadas de 1960 e 70, disseminados nas instituições jurídicas, na Igreja e no Poder Público. Através da análise dos processos-crimes, das notícias nos jornais, de entrevistas e outras fontes orais, as autoras identificam uma espécie de código de conduta definidor das normas de moralidade norteadoras daquela sociedade. Segundo as autoras “Através dos discursos moralistas, é possível analisar as relações de gênero que permeiam os costumes, os comportamentos, as normas, os padrões sexuais, para contrapô-los às vivências e resistências presentes no dia-a-dia”.

Já Clebemilton Nascimento e Ivya Alves analisam, no artigo *A trama simbólica das piriguetes e putões. Um estudo das representações de gênero nos pagodes baianos e na cultura*, as representações de gênero presentes no denominado pagode baiano, música urbana produzida na Bahia, nas duas últimas décadas e que hoje mobiliza milhões de recursos financeiros e midiáticos, passando os contornos tão demarcados das classes sociais. Para a realização desse estudo os autores analisaram cerca de 250 músicas produzidas a partir de 1990. Nas letras, a mulher, seu corpo e sua sexualidade, bem como as relações de gênero são as temáticas mais exploradas pelos “pagodeiros, intérpretes e compositores dessas letras”. Segundo os autores, chama a atenção determina-

das representações das mulheres. “A mulher livre e independente, dona do seu corpo e do seu desejo (independente de raça/etnia e classe) é representada como a *piriguete*”. Seu oposto é a “[...] voz masculina que enuncia e se (auto)representa como o *putão*”. A *piriguete* se configura como uma imagem altamente estereotipada e preconceituosa sobre a mulher marcada pela classe e raça. No ataque a independência, a liberdade e a sexualidade feminina, “[...] as letras realizam uma espécie de contra ataque às conquistas do feminismo (provavelmente, dentro da cultura negra da diáspora), trazendo de volta um discurso dominante e assimétrico, que desqualifica a mulher, exigindo uma atitude submissa que, como uma onda, vai penetrando nas camadas populares; um discurso que quer ter o poder de controle do macho sobre o desejo, o corpo e o comportamento das mulheres”.

*O último artigo desse bloco Mães: Cúmplices, negligentes... Que lugar elas ocupam na violência sexual contra crianças e adolescentes?* Débora Cohim e Ana Alice Costa analisam os conflitos vivenciados pelos familiares de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica que, quando na condição de denunciante e/ou acompanhantes, se defrontam com os dilemas da denúncia e da relação com o aparelho do Estado, em especial, quando o agressor denunciado é um ente familiar próximo. A partir de uma pesquisa minuciosa nos prontuários de atendimentos e outros registros oficiais do Projeto Viver (Serviço de Atenção a Pessoas em Situação de Violência Sexual), órgão de atendimento especializado às vítimas de violência sexual da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, as autoras comprovam o que é do conhecimento corrente entre aqueles(as) que vivenciam os corredores dos organismos públicos como o Viver: são “[...] as mulheres da família que denunciam e, mais que isso, cuidam e acompanham essas crianças e adolescentes. São elas que percorrem os corredores e recepção do Serviço Especializado, [...] com suas meninas e

meninos, buscando algo que lhes possibilite o re-ordenamento do mundo, a partir do desconhecido caos promovido pela violência sexual”. Em contraponto, este estudo, rebate, a partir dos dados empíricos, alguns estudos que, de forma superficial e descontextualizadas, têm imputado às mães que silenciam uma espécie de negligência ou cumplicidade com o agressor. Segundo as autoras, estes estudos não levam em consideração o fato de que a revelação desse tipo de violência acontece em meio a uma multiplicidade de sentimentos, muitas vezes ambíguos para estes familiares, onde, geralmente, vítima, agressor e denunciante/acompanhante fazem parte do mesmo contexto familiar, onde as relações sociais aí vivenciadas são também relações de gênero.

O segundo bloco de textos se aglutinam a partir da perspectiva do empoderamento ou melhor explicitando, “caminhos do empoderamento”. São dois textos que tratam das dificuldades enfrentadas por mulheres que voltam à escola depois de uma experiência profissional na perspectiva de “melhorar de vida” e um terceiro texto que trata da entrada na militância sindical por parte de trabalhadoras rurais. Os dois espaços de ação vistos como caminhos possíveis para a conquista de uma cidadania plena e autônoma.

Assim, o artigo “*De volta às aulas...*” o cotidiano de professoras em cursos de capacitação, de Andrea da Silva Cunha e Lina Arás, retrata as dificuldades enfrentadas por professoras da rede de ensino pública, participantes do Programa de Licenciaturas Especiais (PROLE), que retornam à sala de aula para atender as exigências de formação superior para todos os professores da Educação Básica, estabelecida no art.62 da LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de dezembro de 1996, é a Lei nº 9.394). No contexto das relações de gênero dominantes, retornar à escola para estas mulheres implicou na incorporação de mais um conjunto de responsabilidades para além das duas jornadas de trabalho que já eram responsáveis, como é comum a grande

maioria das mulheres que exercem uma atividade remunerada externa ao lar. Por outro lado, a atividade docente para qualquer trabalhador implica em um conjunto de tarefas que extrapolam a sala de aula, são trabalhos para corrigir, aulas para preparar, a leitura complementar tão necessária a atualização e acompanhamento dos avanços na área etc. Atividades que exigem um tempo maior de dedicação e que, geralmente, são também realizadas em casa. No caso das mulheres, historicamente responsáveis pelo trabalho doméstico, essa atividade inerente a docência implica em constantes arranjos conciliatórios. Retornar à escola, para estas mulheres, significou uma quebra na “ordenação” desse seu cotidiano e o texto de Andrea Cunha e Lina Arás retrata a dificuldade em “reordenar” este cotidiano.

Odezina dos Santos Suzarte e Cecília M. B. Sardenberg reúnem, no artigo *Educação escolar: um instrumental importante para o empoderamento de mulheres?*, um conjunto de reflexões despertadas a partir da escuta e registro e relatos de mulheres, estudantes de uma escola pública da Rede Municipal de um bairro pobre de Salvador, que conciliam atividades domésticas com o trabalho formal e a escola. São analisados os sentidos que essas estudantes conferem ao estudo e aos saberes escolares, procurando identificar as expectativas em torno da educação escolar, as transformações que esta instaurou em suas vidas e traduzindo imagens que sugerem a busca por escolarização na perspectiva do empoderamento. Concluindo seu trabalho, as autoras apontam que “A escola é para essas mulheres um espaço de ‘esperança’ e ‘liberdade’, e o conhecimento adquirido com a escolarização um caminho possível para exercê-la com consciência. O significado de retornar à escola está imbricado à concepção de emancipação social e individual, de ‘autonomia’; e a educação escolar é uma possibilidade de prover-se de um novo instrumental, a capacidade de conhecer e de atuar, ou até mesmo de transformar/(re)

significar a realidade, sendo, portanto, força vital para garantia do seu empoderamento”.

Com o objetivo de analisar a participação feminina no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Feira de Santana/BA (STRFS), Tatiana Farias de Jesus e Sylvia Maria dos Reis Maia, autoras do artigo *Quando elas ocupam os espaços de poder... mobilização das trabalhadoras rurais no sindicato (Feira de Santana 1989-2002)*, recuperam a trajetória das mulheres trabalhadoras rurais, nas lutas pelo reconhecimento do trabalho feminino na lavoura. A partir de meados dos anos 1980, há uma intensa mobilização em prol da sindicalização independente das trabalhadoras rurais e do direito previdenciário, que culmina com a criação da Comissão de Mulheres junto ao STRFS, e pouco depois é criado o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da região. Na análise dessa trajetória, as autoras trazem algumas histórias de vida de mulheres que se destacaram na luta sindical da região, ascendendo a mais alta hierarquia da estrutura do STRFS.

O terceiro bloco trata do papel da educação na reprodução de estereótipos e valores sexistas. Através da análise de três práticas educativas diferenciadas, podemos ver como estes valores excludentes são reproduzidos e reforçados.

O artigo *Miradas feministas: o Lugar das mulheres na TV escola*, de Denise Bastos de Araújo e Lindinalva Rubim, apresenta parte dos resultados da pesquisa *Mulheres na TV Escola: um estudo de suas representações*, que teve como objetivo analisar, no âmbito do Projeto TV Escola, as posições ocupadas pelas mulheres nas narrativas dos vídeos didáticos, distribuídos pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) para 75.000 escolas públicas de todo o país. A pesquisa aponta que nesses vídeos distribuídos pelo MEC e usados como ferramenta didática para o Ensino Fundamental e Médio, embora já indiquem a presença de personagens femininos em número significativo, as representações do feminino aí pre-



sente não conseguem romper com o androcentrismo histórico, na medida em que insistem em apresentá-las, na maioria das vezes, no contexto das relações dominantes no espaço da vida doméstica. A partir dessa constatação, as autoras analisam as formas pelas quais as representações de gênero, expressas nas imagens desses vídeos, podem eventualmente operar para reforçar, confirmar ou subverter discriminações, calcadas numa tradição patriarcal e androcêntrica, que define as posições de homens e mulheres nos espaços públicos e privados. Os resultados desse estudo evidenciam que os enredos e personagens das produções seguem privilegiando “[...] representações estereotipadas e padronizadas em relação aos espaços de atuação das mulheres, muitas vezes apresentadas no ambiente privado, com pouca participação nos diálogos, disseminando-se, assim, uma concepção de gênero marcada pela oposição de papéis”.

No artigo *Homossexualidade na Disciplina Ensino Religioso*, de Elizabete da Conceição Paiva de Oliveira e Ana Alice Costa, é tratada a questão da homossexualidade através do ensino religioso com pesquisa realizada nas escolas confessionais de Salvador, a partir do depoimento de docentes destas escolas. Analisa a forma como o tema é abordado por estes professores(as) a partir da dimensão de gênero, definida por Joan Scott como elemento constitutivo das relações humanas, e como os estereótipos de gênero estão presentes na interpretação do texto sagrado, de modo a respaldar sentimentos dicotômicos, contraditórios e preconceituosos em relação à experiência da homossexualidade. As autoras ressaltam que gênero, como uma categoria de análise, pressupõe que o ser homem ou o ser mulher é uma construção social, marcada por diversos fatores que vão além de uma determinação biológica. O artigo mostra que, ao optar por uma perspectiva polarizada, o ensino religioso tradicional não promove o debate sobre a homossexualidade, fortalecendo um discurso baseado em

valores historicamente legitimados. Nesse sentido, é necessário estabelecer um maior compromisso didático para desarticular o preconceito e incluir no, processo de ensino-aprendizagem, conteúdos e práticas que estejam sintonizados com a vida de forma significativa, dialogando com as diversas expressões da sexualidade no cotidiano.

No artigo *Sexismo como segregação de sentido: as representações Sociais de gênero encontradas entre os instrutores da Escola Pública de Trânsito*, Tatiane Chates e Angela Freire analisam o conjunto das práticas educativas da Escola Pública de Trânsito (EPT/BA) a partir da perspectiva dos estudos de gênero, buscando identificar, nestas práticas, as implicações e desdobramentos na manutenção/revisão de estereótipos sobre as mulheres no trânsito. Segundo as autoras, a reprodução desses valores podem ser encontrados nas considerações acerca do tempo e do espaço escolares, das metáforas ilustrativas usadas em sala de aula e da interação entre a turma formada e os(as) professores(as). A partir das entrevistas realizadas com instrutores e da observação do cotidiano escolar, as autoras apontam a prevalência de estereótipos diferenciadores nas práticas no trânsito, que reforçam a fixidez das identidades de gênero nos marcos da heterossexualidade obrigatória.

E, por fim, o último bloco, ou último texto, busca trazer a história do feminismo na Bahia, como uma espécie de pano de fundo passível para uma leitura conjunta de todos os textos que compõem esta coletânea. Nesse sentido, Tatiana Lima de Siqueira e Lina Maria Brandão de Aras, autoras do artigo *O discurso feminista no Diário da Bahia (1931-1937)*, analisam as manifestações feministas, identificadas através do discurso da imprensa e as condições que possibilitaram dar visibilidade a essas manifestações no *Jornal Diário da Bahia*. Segundo as autoras, o feminismo da época estava mais preocupado em “[...] convencer a sociedade

de que era possível conviver com antigas e novas demandas, no que dizia respeito às relações de gênero”, do que questionar a divisão sexual do trabalho ou o sistema político e econômico vigente. A partir da análise das matérias e notícias publicadas no Diário da Bahia no período em questão, as autoras estabelecem um contraponto entre três tipos de discursos feministas identificados: o primeiro, ligado à Federação Bahiana pelo Progresso Feminino; o segundo, configurado a partir dos artigos assinados por Violeta Carreiro, uma correspondente feminista de São Paulo; e, o terceiro, vinculado a uma corrente de pensamento mais de esquerda, representado pela tentativa de instalação na Bahia da União Feminina do Brasil.

Enfim, com essa coletânea procuramos mostrar a diversidade das perspectivas disciplinares que norteiam a produção acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM) e, com isso, esperamos que os textos aqui apresentados possam contribuir de forma significativa para a consolidação dos estudos feministas na Bahia

*Ana Alice Alcantara Costa*

## *Referência*

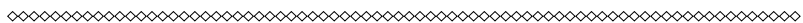
COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecilia; VANIN, Iole. A institucionalização dos estudos feministas e de gênero e os novos desafios. In: BRASIL. Secretaria Especial de Política para as Mulheres. *Pensando gênero e ciência*. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas – 2009/2010. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, 2010. p. 55-70.

# OS CRIMES PASSIONAIS EM SALVADOR *gênero e honra (1890–1940)*<sup>1</sup>

Antonio Carlos Lima da Conceição  
Lina Maria Brandão de Aras

O estudo sobre as relações de gênero até a década de 1980 estava restrito ao mundo acadêmico. Hoje já se fala da temática em diversos lugares e sua disseminação se justifica porque gênero é uma categoria que explica as representações sociais de masculino e feminino na sociedade.

No presente artigo pretende-se elucidar as formas de construção da verdade jurídica por parte dos agentes do Estado, quando da ocorrência dos crimes passionais; a análise da relação entre o pensamento penal e a construção das relações de gênero que do-



1 Este artigo apresenta um extrato da dissertação de Antonio Carlos Lima da Conceição apresentada no Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (PPGNEIM/UFBA) de título *Lavar com sangue a honra: os crimes passionais em Salvador (1890–1940)*, defendida em julho de 2009, sob a orientação da Profa. Dra. Lina Maria Brandão de Aras.

minavam o contexto sociocultural da época estudada; e, por fim, a descrição e análise das estruturas do tribunal do júri da Bahia/Salvador responsável pelo julgamento dos crimes passionais no período em estudo.

Para alcançar os dramas passionais, voltou-se aos processos-crime, selecionando-os em função dos vínculos amorosos ali presentes. Para subsidiar a fonte criminal e alargar as interpretações sobre homicídios, buscaram-se textos jornalísticos que, como discursos representativos daquela sociedade, deram suporte à reconstrução das experiências cotidianas dos moradores de Salvador no episódio dos crimes passionais.

O jornal enquanto fonte de pesquisa tem contribuído para o estudo de diversos segmentos sociais, mas, em particular, tem se mostrado valioso e, muitas vezes, imprescindível, quando se trata dos grupos que, por seu caráter subordinado e marginalizado, não deixaram nada ou quase nada escrito sobre si.

O discurso jornalístico revela a opinião que a elite letrada possui sobre esses segmentos, mas, ao descrever situações e emitir opiniões sobre a vida e a conduta de variados grupos sociais, torna possível ao historiador chegar de forma indireta aos segmentos populares, que, no presente trabalho, são representados pelos envolvidos nos dramas passionais.

Entre os jornais que circulavam em Salvador no período estudado, foi escolhido o Diário da Bahia como fonte privilegiada diante do número significativo de exemplares que fazem parte do acervo da Biblioteca Pública do Estado da Bahia, cobrindo grande parte do período estudado. O Diário da Bahia foi durante toda a sua existência um jornal partidário, enquanto porta-voz do Partido Republicano. A partir de 1916, entretanto, passou por um processo de reestruturação, tornando-se muito preocupado com a notícia e não somente com a política. Além disso, o período sele-



Foram analisados os documentos oriundos do sistema repressivo (processos criminais), uma vez que aos pobres e excluídos só é dada a voz e só se lhes atribui uma identidade quando acusados de um crime ou cometem um. Logo, os registros repressivos constituem os espaços documentais, onde revelaram-se as vozes dos indivíduos pertencentes aos grupos sociais menos privilegiados do ponto de vista econômico, mesmo que perpassadas pelas autoridades judiciais.

É certo que os processos-crime com motivação passional constantes do Arquivo Público do Estado da Bahia, não refletem a real extensão do fenômeno em Salvador. A justiça era um dos recursos dos mais extremos, só sendo solicitada a atuar quando os arranjos, dos mais variados não se tornavam possíveis. Isto explica, por exemplo, a ausência de processos envolvendo mulheres das camadas médias e alta.

É importante evidenciar que as fontes foram trabalhadas em confronto umas com as outras, numa tentativa de aproximação com o objeto, visto ser ele parte de um processo, dentro de uma tessitura mais ampla que são as relações de gênero na sociedade baiana na virada do século XIX e primeiras décadas do século XX. A análise dos pareceres dos promotores, advogados, juízes, presentes nos processos, e as publicações ligadas ao pensamento criminológico da época são fontes para a investigação dos crimes passionais na sociedade soteropolitana, uma vez que os representantes da lei falam em nome dos excluídos.

Os processos analisados constituem um universo riquíssimo para perceber a importância que assume o controle moral sobre as camadas populares. Além disso, os processos criminais oferecem a possibilidade de análise das representações populares, através dos depoimentos de acusados e testemunhas. Suas histórias de amor, paixão, ciúme e morte permitiram a compreensão dos seus valores morais, comportamentos sexuais e relações de vizinhança.

O diálogo entre gênero, história e patriarcado contribui para desnaturalizar a violência vivenciada pelas mulheres nas relações de gênero, analisar as representações de gênero que permeavam o universo dos protagonistas dos crimes passionais e a atuação do campo jurídico no julgamento dos litígios passionais. Para inserir nossa problemática em um contexto histórico, trabalhamos com a História da Bahia no período de 1890 a 1940, situando a relação Bahia-Salvador e sua economia, analisando o quadro local a partir das transformações “modernizadoras”, implementadas no Brasil na primeira metade do século XX. Também foram discutidas as transformações decorrentes da proclamação da República, o papel dos agentes jurídicos e o pensamento jurídico penal, a partir da criação de legislações, especialmente, a Constituição de 1891 e os Códigos Penais de 1890 e 1940, bem como a instituição do Júri.

Os dramas e crimes passionais e as relações de gênero, foram apresentadas a partir das narrativas construídas pelos envolvidos e expor as vozes dos jornalistas, juristas, promotores, defensores e juízes, que expuseram suas posições compatíveis com as funções que exerciam, a partir de seus envolvimento com a sociedade leiga e a esfera legal.

### *Uma historiografia do gênero e do crime*

Nos últimos anos a história passou por uma grande renovação temática com a evidenciação de agentes históricos anteriormente esquecidos. Nesta perspectiva ocorreu o desenvolvimento dos estudos sobre as mulheres e, posteriormente, sobre gênero. A categoria gênero tornou-se fundamental para a recuperação de processos históricos anteriormente encobertos, pois evidencia as relações de saber e poder que permeiam a sociedade e estão presentes em múltiplas experiências e relações. Questiona-se como são construídos os significados de homens e mulheres para formar





primeiras décadas do regime republicano. Esteves não se limita apenas a destacar o discurso dos juízes, promotores e advogados sobre a sexualidade, mas realiza um confronto detalhado entre os discursos, as práticas jurídicas e o cotidiano das relações amorosas entre suas personagens. As vítimas e os acusados de crimes sexuais falam de suas experiências amorosas de forma a deixar patente uma prática bastante distinta dos valores veiculados pelos homens da lei.

As análises e conclusões dos autores inspiraram o trato com as fontes e a tentativa de reconstruir as imbricações entre discursos e práticas, entre a reprodução de papéis desejáveis para os gêneros e as possibilidades de transgressões a estes modelos. Os atores das cenas passionais, protagonistas, testemunhas, jornalistas, amigos foram identificados como agentes das histórias, participantes de movimentos mais amplos na esfera social, como o econômico e o político.

### *Crime passionai e o aparato jurídico republicano*

O regime republicano 1889-1940 inaugurou uma política de disciplinamento do trabalhador, colocando-o como o centro de um projeto político. Notabilizou-se, assim, por uma vigilância e repressão contínuas sobre o liberto e o imigrante e pelo aprofundamento de uma ideologia do trabalho, no sentido de fazer com que eles assumissem suas responsabilidades diante da ordem burguesa.

A construção de uma ideologia positiva do trabalho veio acompanhada, além de um comportamento laborioso propriamente dito, da difusão de regras higiênicas para os habitantes da cidade e de “bons” costumes morais. Famílias organizadas, dentro dos padrões médicos, seriam fundamentais para a formação do trabalhador, pois eram incentivados valores como a assiduidade e

a responsabilidade, os quais eram importantes na construção da nova ordem social.

Segundo o jurista Castro (1936, p. 57) “a justiça e o pensamento jurídico não ficariam indiferentes à formação de trabalhadores em seu sentido moral e sexual.” Especificamente para o pensamento jurídico, o início dos tempos republicanos, trazendo maiores oportunidades institucionais, tornou-se um momento privilegiado para organizar uma política mais voltada para a sexualidade. Criou, ainda, possibilidade de ordenar a nação através do controle social direto (polícia e punições jurídicas) ou indireto, bem mais sutil, como a difusão de papéis/imagens sociais e sexuais a serem valorizados ou marginalizados. O aparelho judiciário tornou-se mais uma instituição, junto com a medicina, a fábrica e a polícia, a tentar introduzir o trabalhador na ótica burguesa.

O estudo dos protagonistas envolvidos nos dramas passionais, cada qual influenciado por valores e representações que marcaram a sociedade soteropolitana no período estudado, possibilitaram a superação da ideia dicotômica de mulheres vítimas e homens agressores. Muito embora elas fossem certamente vítimas, foram, também, pessoas que transgrediram, burlaram, infringiram normas, assim como eles em outros campos sociais.

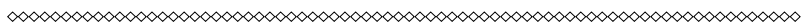
Acompanhando as oscilações sociais e contribuindo para o aperfeiçoamento e eficácia das instituições de controle social, o direito manteve seu papel relevante na consolidação da ordem. Esta contribuição se evidenciou, na época, com uma participação dos bacharéis e juristas na vida pública e na intelectualidade da república, atuando em diversas áreas do conhecimento, como a literatura, jornalismo, história.

É nesse período que efetivamente se pode observar, nos moldes analisados por Pierrre Bourdieu (2005), a constituição de um

campo jurídico<sup>4</sup> do qual faz parte o direito criminal. Especialistas do direito penal brasileiro, influenciados pelas discussões desencadeadas por criminologistas europeus sobre o comportamento do criminoso, suas formas de ação e punições, passaram a aplicar os conhecimentos das ciências biológicas e humanas ao direito, insistindo nas diferenças inerentes aos indivíduos.

Neste sentido, a República assistiu a uma renovação na aplicação da justiça e do direito. Ansiosos em promover o aperfeiçoamento racial e social, os juristas brasileiros fizeram uso dos pressupostos da ciência moderna e do método empírico para recusar as premissas amparadas no livre-arbítrio. Assim, o direito positivo serviu de justificativa para a intervenção dos agentes jurídicos no desenvolvimento físico e moral da nação.

O Código apresentava elementos que podiam acentuar o grau de responsabilidade do criminoso, assim como reduzi-la. Eram as atenuantes, como a embriaguez, e as agravantes, a exemplo da vadiagem. Além disso, trazia situações de inimputabilidade penal, traduzidas nas dirimentes.<sup>5</sup> Dentre elas, uma das mais polêmicas e que gerou grandes consequências foi a dirimente do artigo 27, parágrafo 4º do Código Penal republicano brasileiro. No Brasil, o antigo Código Penal de 1890, art. 27, § 4º, estabelecia que: “Não são criminosos os que se acharem em estado de completa perturbação de sentidos e de inteligência no ato de cometer o crime”. Este preceito legal levava à absolvição dos chamados criminosos passionais, estimulando a impunidade. Os amorosos no Brasil passaram a lavar com sangue toda e qualquer honra ferida.



- 4 “O campo jurídico é o lugar de concorrência pelo monopólio do direito de dizer o direito [...]. É com esta condição que se podem dar as razões, quer da autonomia relativa do direito, quer do efeito propriamente simbólico de desconhecimento, que resulta da ilusão da sua economia absoluta em relação às pessoas externas.” (BOURDIEU, 2005, p. 109)
- 5 É um sinônimo de excludentes da culpabilidade, a exemplos da doença mental, desenvolvimento mental incompleto ou retardo, embriaguez completa e fortuita.

Defensores dos criminosos passionais, cuja formação se deu sob influência do moderno pensamento criminológico, não tardaram em apropriar-se da dirimente do artigo 27 a fim de elaborar teses de defesa de seus clientes. Dessa forma, um homicídio que poderia ser interpretado a partir do artigo 124 do Código Penal republicano, que se referia a matar alguém, passou a ser individualizado. Esta individualização acontecia na esfera extracódigo e dava-se a partir da congregação entre o estado emocional, no momento do crime, e o perfil social do acusado.

Neste sentido o criminoso passional era construído juridicamente, através da manipulação da tese da passionalidade a qual era sustentada nos tribunais para manter os perfis de gênero considerados oportunos e as relações socialmente desejáveis.

### *O crime passional e o aparato político-jurídico no Brasil*

A história do crime passional no Brasil está estreitamente vinculada à História do Direito Penal brasileiro. É impossível caracterizar essa figura jurídica sem mencionar o seu contexto legal, o Código Penal, e o âmbito de sua aplicação, o Júri. Os crimes passionais, de fato, nunca figuraram em nenhum dos nossos códigos de forma explícita, o que se evidencia como parte da tendência do direito em ir eliminando, progressivamente, de seu corpo, a vingança privada, à medida que o Estado se firmava como mediador das disputas entre as pessoas.

No segundo Código Penal brasileiro, o republicano de 1890, aparecia como inovação a questão da irresponsabilidade criminal, abrindo-se a possibilidade de isentar de culpa “os que se acharem em estado de completa perturbação de sentidos e de inteligência no ato de cometer o crime”, artigo destinado principalmente à

proteção dos alienados mentais, nos primeiros anos da república, quando a Psiquiatria se firmava como campo da Medicina.

Foi então no período de vigência deste código que se fez a fama do crime passional, a tal ponto que no código que o substituiria (em 1940), afirmava-se, explicitamente, num de seus artigos que “a emoção ou a paixão não excluem a responsabilidade criminal”. Conforme reza o Artigo 121 do código de 1940, “Se o agente comete o crime sob o domínio de emoção violenta, logo em seguida a injusta provocação da vítima [...] o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço”. A paixão deixava de ser uma evidência de irresponsabilidade e passava a ser apenas motivo de diminuição da pena.

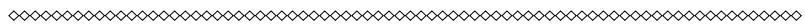
O crime passional foi, ironicamente, nomeado pela primeira vez na legislação, e reconhecido como um delito de exceção, no código que não mais lhe reconhecia a possibilidade de absolvição, mudando até de nome, pois este artigo legal passou a ser conhecido pelos juristas como homicídio privilegiado. Este privilégio de matar, quando aceito integralmente pelo júri, resultava ainda numa punição entre um e seis anos de prisão, o que, aparentemente, não satisfazia aos advogados que desejavam lutar pela absolvição de seus clientes passionais.

Combinando habilmente noções no campo teórico do direito e jogando com as ambiguidades da definição do papel da família e da mulher dentro dela, no campo retórico, foi que se obteve a figura jurídica, mas não legal, da legítima defesa da honra. A criação desta figura abriu um debate, em que duas opiniões principais se defrontam: uma que afirmava que a honra está em cada um e que qualquer ato cometido por alguém, que não seja de agressão, repercute apenas em quem o cometeu; outra, sustenta que a honra da família está em cada um de seus membros e que atos cometidos contra ela, por qualquer um deles, repercute nos outros.

Segundo Boreli (1999), o passional, nome criado para designar os indivíduos que cometiam crimes movidos pela paixão, tinham algumas características estabelecidas pela antropologia criminal: eram homens jovens, que cometeram seus delitos às claras, eram pessoas de “sensibilidade superior e aguda emotividade” (p. 28). Tais homens de passado ilibado e de conduta anterior honesta, depois de perpetrarem o crime, tentavam o suicídio.

O perfil era de um indivíduo que tinha deixado a emoção dominar momentaneamente a sua vida e este item era extremamente importante na caracterização do passional, pois era a emoção que trazia a perda da razão e dava uma explicação para o crime; no caso dos passionais o domínio da emoção era provocado pela descoberta da ofensa à sua honra ou à sua família. Neste sentido, os jovens eram mais predispostos a esta situação por sua inexperiência e intolerância. Os passionais eram também pessoas de “alma sensível”, o que explicava sua explosão e, por fim, seus atos eram praticados publicamente e sem premeditação, ou seja, na frente de testemunhas.

Na primeira república percebe-se o esforço dos promotores para descaracterização do assassino passional, como forma de garantir a condenação dos criminosos em questão. Uma atuação destacada foi a do promotor Roberto Lyra, no Rio de Janeiro, membro do Conselho Brasileiro de Higiene Social, órgão formado por juristas como o próprio Roberto Lyra,<sup>6</sup> Nelson Hungria e Afrânio Peixoto, que tinham por objetivo terminar com a tolerância aos crimes de paixão e a interpretação “errônea” da tese do passional. Seu trabalho culminou com a eliminação do mecanismo que considerava isento de responsabilidade de quem estivesse em estado de perturbação dos sentidos.



6 Roberto Lyra, pernambucano, formou-se na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, foi especialista em direito penitenciário, considerado o príncipe dos promotores públicos brasileiros, foi membro da comissão revisora do projeto do Código Penal de 1940.

O que se depreendia dos textos de combate aos assassinos passionais era a noção de conceder à mulher uma honra própria, desvinculada da honra do homem, e desvincular a honra do homem do comportamento da sua esposa/companheira, pois era a desonra provocada por seus atos que tornava o homem violento, levando-o a matar. Entretanto, em nenhum momento estes juristas tocavam nas modificações do duplo padrão moral, as mulheres continuavam a ser julgadas por seu comportamento privado e os homens por sua adequação ao mundo do trabalho.

A honra masculina era mantida pela relação entre trabalho, racionalidade e controle sobre as mulheres. A fuga a qualquer um destes pontos gerava problemas na união conjugal. Nesta perspectiva, os conteúdos jurídicos e a imprensa eram pedagógicos, pois indicavam os “efeitos” que o comportamento “inadequado” podia gerar. Desta forma, manipulavam os signos da masculinidade e da feminilidade, que circulavam socialmente, e os reelaboravam para construir o criminoso por paixão.

Assim, a partir das transformações socioeconômicas e político-jurídicas apresentadas, o Estado republicano estruturou-se politicamente através da constituição de 1891 e, especificamente, do Código Penal de 1890, para dar conta dos conflitos de gênero, atuando ora para manter os papéis desejáveis para os gêneros, ora sancionando condutas que os transgredissem. Esta ação da ordem político-jurídica contribuiu para a construção das concepções de gênero que dominaram o imaginário social no período estudado.

### *Gênero na análise dos crimes passionais*

A utilização da categoria de gênero neste trabalho se justifica pela sua potencialidade teórica, no entanto, mesmo sendo um instrumento fértil, ele carrega várias implicações. Optar pelo conceito de gênero significava uma decisão de ordem epistemológica.



O uso do conceito de gênero é utilizado para designar relações sociais entre os sexos, indicando uma rejeição ao determinismo biológico, utilizado para explicar a subordinação entre homens e mulheres.

Na organização social de gênero vigente na sociedade brasileira, no período estudado (1890-1940), ainda estavam muito arraigados, no imaginário coletivo, padrões fixos de comportamento para mulheres e homens, baseados em imagens idealizadas do masculino e do feminino, que “[...] só ganham forma e têm tanta eficácia em situações vividas porque partem de um substrato de representações profundamente ancorado na consciência coletiva.” (FAUSTO, 2001, p. 27)

### Brigas e morte na imprensa

Com viés apelativo ou tragicômico, as narrativas jornalísticas estimulavam o debate e o envolvimento de conhecidos, desconhecidos, parentes e amigos. Como meio de comunicação considerado em seus atributos de seriedade e imparcialidade, a imprensa contribuiu para tornar a violência entre casais em um discurso apaixonante, em que frases de impacto como: “cena de sangue”, “teatro de sangue”, “marido traído”, “ardendo de paixão”, mexiam com a emotividade e curiosidades dos leitores.

Uma vítima descrita como insinuante, provocante, que não é virgem, que frequenta bailes, que se prostitui, que consome bebida alcoólica, que já tenha um histórico de internações psiquiátricas, ou mesmo que caminhe sozinha durante a noite, será desmerecida em seu depoimento e orientará a solução rápida, simples e injusta praticada pelos agentes jurídicos.

A narrativa de um crime passionai se construía como o enredo de uma novela: um homem de bem, isto é, um marido, noivo, namorado ou amante de bom comportamento social, encontra um dia sua companheira mantendo relações sexuais com outro



a ideia de que os atos dos envolvidos a tinham maculado era suficiente para justificar e absolver um crime de assassinato. Desta maneira, deve-se observar que o derramamento de sangue, nos casos que envolviam o adultério feminino, era encarado como a única maneira de redimir os atos “inadequados” dos envolvidos no crime e era este líquido que devia ser vertido para que a honra masculina fosse “lavada”. Esta era outra imagem muito forte; a de que a honra de um homem podia ser manchada pelos atos de uma mulher que cometia adultério e que, somente com a sua morte, ou seja, com seu sangue, a honra de seu marido podia ser redimida.

Durante a análise das dinâmicas dos processos judiciais, ao menos uma questão salta aos olhos: a aparente racionalidade do sistema jurídico. De fato, não há condenações injustas. Os poucos casos de condenação revelam que os homens não são lançados arbitrariamente ao rol dos culpados. Entretanto, aquilo que parece ser uma objetividade do sistema, ao operar somente em casos em que existam definitivamente provas materiais que comprovem a denúncia, pode ser facilmente analisado em outra direção.

Cada caso é uma história que, como em um enredo policial, sugere inúmeras possibilidades. As possibilidades vão se restringindo à medida que as “cenas” se desenvolvem, sempre em um sentido linear, do relatório do delegado no inquérito policial, à denúncia feita pelo promotor, das possibilidades levantadas pelo advogado de defesa, até as alegações finais em que o juiz aplica seu “livre-convencimento” sobre a situação.

O que levava esses homens a se tornarem criminosos? As alegações eram as mais diversas, tanto as apresentadas pelos próprios réus como as invocadas pelos agentes jurídicos. Os argumentos usados pelas partes, defesa e acusação, não diferiam de caso a caso. Para os defensores, advogados contratados ou designados pelo Estado, a perturbação dos sentidos, a defesa da honra, a probidade moral e profissional, a ausência de vícios. Para a promo-

toria, os maus-tratos, o alcoolismo e a ausência de trabalho por parte dos homens constituíam argumentos utilizados para pedir a condenação dos criminosos.

Uma segunda justificativa utilizada para inocentar o acusado, no caso sempre um homem, era a defesa da honra. Os defensores dos criminosos passionais consideravam essa defesa humanitária, uma vez que supunham serem os atos agressivos uma reação psicológica, fugidia ao controle racional. Argumentavam que o temperamento idealista faziam algumas pessoas perderem a razão quando decepcionadas ou provocadas por uma forte emoção. E, nos casos específicos dos homens, as emoções estariam vinculadas a paixões como o amor e a honra, aceitas como úteis à sociedade. (CAULFIELD, 2000, p. 83-85)

A alegação do ciúme, como sentimento motivador dos crimes, foi amplamente utilizada pela defesa daqueles que diziam matar por amor. Ao inverso da acusação, o defensor dizia que o ciúme poderia desencadear o processo de perda da racionalidade, levando o indivíduo a comportamentos que ele não teria em situações cotidianas. Enquanto a defesa empenhava-se em encontrar nas premissas dos passionistas as bases de seu discurso em favor do réu, a acusação anunciava a existência de um homicídio, de uma morte e a imprescindível necessidade de punir seu autor. Como representante das leis, de defensor da ordem social, o promotor público conclamava a exclusão social do criminoso a fim de defender a ordem pretendida. Nos casos passionais, os promotores estabeleciam as motivações antissociais que permeavam os crimes.

A visibilidade das mortes por paixão no período e a campanha desencadeada por juristas antipassionistas no Rio de Janeiro, ecoaram nas posturas de magistrados no tribunal. Contudo, as decisões jurídicas sobre os crimes praticados em nome do amor não foram exclusivamente condenatórias. Em alguns casos os réus foram absolvidos e impronunciados. No caso de absolvição,

o principal argumento dos jurados foi a perturbação dos sentidos sofrida pelo réu, no momento de cometer o crime.

## *Considerações finais*

Através dos dados sobre o ensejo do assassinato entre parceiros afetivos e/ou sexuais, é possível visualizar, em alguma medida, os valores morais de uma dada sociedade, assim como os motivos que podem servir de justificativa para a consumação do crime passionai. Assim, o estudo evidenciou as estruturas de relacionamentos entre os gêneros, estruturas familiares e de sentimentos, pois quando os casos eram expostos estas relações emergiam, demonstrando se eram socialmente aceitos ou não.

A partir dos encontros com as fontes criminais e jornalísticas e as vozes que se ouviram, houve um caminho percorrido em busca da compreensão daquelas múltiplas falas que diziam o crime passionai. O criminoso passionai, como uma criação jurídica de uma prática cultural, marcou a cidade do Salvador no período estudado (1890-1940), a qual internalizou as concepções de gênero como justificativa para a prática dos crimes passionais envolvendo casais.

Neste sentido, este trabalho preocupou-se em expor a atuação dos agentes do direito, no seu campo jurídico específico, os quais se utilizaram de todo um instrumental doutrinário, visando a defender suas concepções naquela esfera de poder. Não ignoramos, no entanto, que as práticas jurídicas estavam vinculadas a um contexto maior e relacionavam-se com as representações que motivaram os dramas entre os casais.

Tentou-se demonstrar, no decorrer deste trabalho, a partir da conjugação de reflexões teóricas e dados empíricos trabalhados em notícias de jornais e autos criminais, que o estudo dos dramas passionais possibilitou visualizar e, portanto, analisar as normas,

hábitos e comportamentos que foram quebrados na vivência cotidiana das relações de gênero.

## Referências

- BORELLI, Andréa. *Matei por amor*. As representações do masculino e do feminino nos crimes passionais. São Paulo: Celso Bastos, 1999.
- BORGES, Vavy Pacheco. *Getúlio Vargas e a oligarquia paulista*. História de uma esperança e de muitos desenganos através dos jornais da oligarquia: 1926-1932. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papirus, 2005.
- CASTRO, Francisco José Viveiros de. *Ensaio jurídicos*. Rio de Janeiro: Laumert, 1936.
- CAULFIELD, S. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Unicamp, 2000.
- CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. São Paulo: Estudos avançados, 1991.
- CORREA, Mariza. *Morte em família*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- ELUF, Nagib Luiza. *A paixão no banco dos réus*. São Paulo: Saraiva, 2007.
- ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Edusp, 2001.
- SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero e patriarcado*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.
- SCOTT, Joan Wallach. *Gênero e categoria útil para análise histórica*. *Revista Educação e Realidade*. v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.
- MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. *Bahia Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

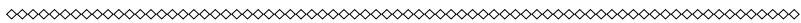
PINHEIRO, Eloísa Petti. *Intervenções públicas na freguesia da Sé em Salvador de 1850 – 1920: Um estudo de modernização urbana*. Dissertação (Mestrado). Salvador: UFBA, 1992.

# REPRESENTAÇÕES SOBRE A PROSTITUIÇÃO FEMININA NA OBRA DE JORGE AMADO *um estudo estatístico*<sup>1</sup>

Gustavo do Rego Barros Brivio  
Cecília M. B. Sardenberg

## *Introdução*

Historicamente, as sociedades ocidentais têm controlado o exercício da sexualidade feminina, marginalizando aquelas mulheres que não se comportam de acordo com os parâmetros estabelecidos pela ordem de gênero patriarcal. Talvez, por isso mesmo, no imaginário social, essas mulheres exalam grande fascínio. De



1 Trabalho fundamentado na dissertação intitulada *Representações sobre a Prostituição Feminina na Obra de Jorge Amado: um estudo estatístico*, realizada por Gustavo do Rego Barros Brivio, sob a orientação da Profa. Dra. Cecília Maria B. Sardenberg e defendida em junho de 2010, no Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (PPGNEIM/UFBA).



fato, a literatura tem disponibilizado longas páginas sobre o tema da prostituição feminina, oferecendo, ao público leitor, diversas representações em relação à inquietante existência das meretrizes.

Na literatura brasileira, autores consagrados também se dedicaram a retratar, em suas obras, a trajetória de mulheres que ganham a vida através do meretrício. O grande romancista José de Alencar, certamente influenciado pela literatura francesa, voltou-se para o tema da “prostituta regenerada” no seu quarto romance, intitulado *Lucíola*, ao passo que Aluizio de Azevedo, com Leonie, personagem de *O Cortiço*, a prostituta é vista como perigosa, dominando homens e seduzindo meninas-moça. E, dentre os contemporâneos, destaca-se Rubem Fonseca cuja obra tem quase sempre prostitutas aparecendo, ou “rondando a trama, muitas vezes junto aos personagens principais nas suas mais diversas atividades”. (FAJARDO, 2006, p. 86)

Mas, sem dúvida, são os romances de Jorge Amado que aparecem como recheados de meretrizes e caftinas, delineando a complexidade do universo da prostituição feminina. Aliás, dois de seus 24 romances retiram, efetivamente, seus títulos de famosas personagens que se devotaram ao meretrício: *Tieta do Agreste e Tereza Batista cansada de guerra*. Pelas mãos de Jorge Amado, essas duas personagens-heróínas, assim como também Gabriela, a *Gabriela Cravo e Canela*, emergem como mulheres que rompem com os padrões patriarcais vigentes, contribuindo para um ideário da prostituta como mulher “batalhadora”, que conquista corpos e corações apaixonados pela sua lealdade, simpatia, carisma, e sensualidade.

Neste trabalho, nos voltamos para o estudo sobre as representações da prostituição feminina que perpassam a obra de Jorge Amado (1912–2001). De forma mais específica, buscamos observar a relevância das intersecções entre as dimensões básicas da vida



estatisticamente, um conjunto diversas vezes mais numeroso de personagens amadianas, através do notável trabalho de Paulo Tavares (1985).

Paulo Tavares empreendeu um levantamento minucioso das personagens de Jorge Amado, que culminou com a produção de um dicionário de personagens com 4.910 verbetes. Essa longa compilação recebeu o nome de *Criaturas de Jorge Amado*, cuja primeira edição data de 1985. Cada verbete desse dicionário traz a caracterização de um personagem específico, na maioria das vezes, retirada literalmente do próprio texto de Amado, com descrições dos seus tipos físicos ou psicológicos. Assim, além da descrição acurada de Tavares em relação a cada personagem, inclusive com a indicação do romance a que pertencem e da página em que se encontram, se tem acesso direto, quase sempre, às próprias palavras de Jorge Amado. Dessa forma, o dicionário de Paulo Tavares não chega a ser, por assim dizer, uma “fonte de segunda ordem”, ainda que se mostre como uma sistematização das informações que cercam as “criaturas” de Jorge Amado. Trata-se de um rico material descritivo que carece de análise. De posse desse material, portanto, foi possível pensar em uma estratégia diferenciada, para analisar a prostituição feminina na vasta obra de Jorge Amado, que fosse capaz de abranger todas as personagens envolvidas no seu universo sócio-ficcional.

Ressaltar a larga difusão da obra de Jorge Amado chama a atenção para a importância, ou impacto sócio-cultural, das representações<sup>5</sup> contidas na literatura amadiana, sobre os mais va-



5 Segundo Jodelet (2001, p. 22), as representações sociais são “uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”. As representações sociais, como a própria nomenclatura indica, são sociais e interpelam os indivíduos constantemente. Na obra de Jorge Amado, como em qualquer outra obra, as representações sociais se exprimem através de imagens, ideias e representações delineadas pelo autor em seu texto. Entretanto, esse fato não pressupõe que haja, necessariamente, por parte do autor, uma percepção consciente das influências sofridas pelas diversas representações sociais, compartilhadas em certo contexto sócio-histórico.

riados atores sociais, principalmente sobre as figuras femininas. No caso da presente investigação, o interesse analítico se concentra nas representações referentes à prostituição feminina.

Deve-se considerar que Jorge Amado, como qualquer outro ser humano, é um homem do seu século, marcado pelos acontecimentos sociais, culturais, políticos e econômicos de sua época. Não há como se pensar em um sujeito absolutamente autônomo em relação ao contexto social a que pertence. Partindo dessa perspectiva analítica, compartilha-se do entendimento de que os sujeitos não são mais do que desvios regulados de determinado *habitus*. (BOURDIEU, 1983) As biografias, portanto, revelam, necessariamente, os aspectos multifacetados das subjetividades, dado o pertencimento simultâneo de classe, gênero, idade/geração e raça/etnia.

Contudo, aos escritores de forma geral e, inclusive, ao baiano em questão, não é dada a possibilidade de representar, limpidamente, a realidade social da qual participa. A criação literária enceta uma realidade cuja natureza é necessariamente arbitrária e deformante. Isso faz com que não seja exequível uma transposição lisa da realidade social para outra realidade, isto é, para a realidade literária. (CANDIDO, 2000)

## *O estudo em questão*

As dificuldades em se empreender uma análise de cunho estatístico em relação às representações sobre a prostituição feminina, na obra de Jorge Amado, foram superadas graças ao trabalho sistemático de Tavares (1985).

Neste estudo, a leitura sistemática do dicionário se concentrou nas personagens femininas, descartando-se, tanto os verbetes destinados às caracterizações das personagens masculinas, quanto os endereçados a animais e a personagens anônimas. Já as

personagens que possuíam mais de um verbete, graças a apelidos, foram contabilizadas uma só vez. Crianças (do sexo feminino) que nada tinham a ver com o universo da prostituição não foram computadas. Como resultado desses sucessivos recortes orientados pela construção do objeto de estudo, restaram à análise 888 personagens.

O trato estatístico das informações oferecidas pelo referido dicionário, revelou que dessas 888 mulheres, 20,7% participam, de alguma forma, do universo sócio-ficcional do “mundo da prostituição”.<sup>6</sup> Mais especificamente, pode-se dizer que esses 20,7% se distribuem da seguinte forma: 5,9% são de caftinas, 13,6% de prostitutas e 1,2% de dançarinas ou cantoras de cabaré, ou seja, são ocupações sem prestígio, ou melhor, ocupações de fato “marginalizadas” pela ordem de gênero patriarcal vigente nos mundos da ficção de Jorge Amado, bem como na sociedade em que ele nasceu, cresceu, escreveu e se tornou famoso.

Nesse sentido, e no intuito de melhor caracterizar quem são as mulheres que exercem essas atividades, buscamos as teorizações de Kimberle Crenshaw (2002), no que se refere à importância das interseções entre os diversos eixos de poder, para o entendimento da estruturação da vida social. Nessa perspectiva, Crenshaw (2002, p. 117) utiliza a metáfora de avenidas que se inter cruzam com maior ou menor tráfego, produzindo diferentes situações de empoderamento/desempoderamento:

Utilizando uma metáfora de intersecção, faremos inicialmente uma analogia em que os vários eixos de poder, isto é, raça, etnia, gênero e classe constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos. É através delas que as dinâmicas do desempoderamento se movem. Essas vias são por vezes definidas como eixos de poder distintos e mutuamente



6 Entenda-se por “mundo da prostituição, o grupo de personagens femininas que se envolve direta ou indiretamente com a prostituição. Nesse sentido, esse “mundo” se define pelas seguintes ocupações: prostitutas, caftinas, dançarinas e cantoras de cabaré.

excludentes [...]. Na verdade, tais sistemas, frequentemente, se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam. [...] Esses são os contextos em que os danos interseccionais ocorrem – as desvantagens interagem com vulnerabilidades preexistentes, produzindo uma dimensão diferente do desempoderamento.

Com efeito, os eixos de poder têm a possibilidade de, tomados isoladamente, empoderar ou desempoderar pessoas e/ou grupos sociais. No entanto, a dinâmica complexa do desempoderamento sofrido pelos mais diversos grupos resulta, de acordo com Crenshaw, do entrecruzamento desses eixos.

Defendemos que essas intersecções estão presentes nas representações sobre a prostituição feminina na literatura de Jorge Amado, adotamos, para este estudo, a seguinte estratégia metodológica: a) num primeiro momento, consideramos os eixos de poder “classe social” e “raça/etnia” dimensões sociais básicas das representações sobre a prostituição feminina; b) em seguida, empreendemos a análise das representações referentes à prostituição feminina, a partir do cruzamento estatístico entre as variáveis categóricas referentes a corpo, sensualidade, e violência de gênero.

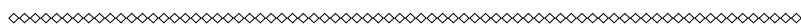
Nota-se, porém, que o estudo da variável categórica “idade/geração”, no trecho recortado da obra de Jorge Amado, ficou bastante prejudicado devido ao baixo número de referências aos aspectos geracionais presentes nos verbetes do dicionário de Tavares (1985). A ausência de referências à idade/geração soma 76,4% do total dos verbetes desse dicionário. Dado que todos os indivíduos se situam em determinada idade/geração, essa ausência significativa impossibilita a análise das representações sobre a prostituição feminina com foco nessa categoria. O mesmo ocorre com a variável categórica “estado conjugal”. Em 53,6% dos casos, não há como precisar o estado conjugal das personagens estudadas.

Seria muito vago reduzir o registro da categoria idade/geração, bem como da categoria estado conjugal somente à presença ou ausência de simples referência a esses dois aspectos. Registrar, por exemplo, que em 34% dos verbetes do dicionário houve referências à idade/geração, sem mais especificações (se jovem, adulta ou idosa), estes dizem muito pouco ou quase nada em termos de hipóteses interpretativas. Raciocínio semelhante pode ser aplicado em relação à categoria estado conjugal.

A leitura dos verbetes presentes no livro de Tavares, junto com a leitura das obras principais de Jorge Amado sobre prostitutas (a saber, *Teresa Batista Cansada de Guerra e Tieta do Agreste*), permitiu a construção de categorias de análise, aqui referidas também como variáveis categóricas, quais sejam: “corpo”, “corpo erotizado”, “violência de gênero<sup>7</sup> contra a mulher” e “violência sexual contra a mulher”. Para observar os efeitos das intersecções dos determinantes sociais: raça, cor e etnia e classe social com as categorias “corpo”, “corpo erotizado”, “violência de gênero contra a mulher” e “violência sexual contra a mulher” nas representações sobre as prostitutas da obra de Jorge Amado, adotou-se o teste estatístico qui-quadrado. Esse teste se notabiliza por analisar a significância do relacionamento entre variáveis categóricas. Assim, as associações entre as variáveis são percebidas enquanto significativas ou não significativas mediante o estudo estatístico promovido pelo teste adotado.

## *Prostituição feminina e classe social*

Estudos sobre o “mundo da prostituição” nas sociedades contemporâneas têm demonstrado que aí também se recortam hie-

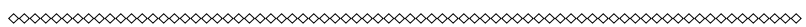


7 “Violência de gênero é o conceito mais amplo, abrangendo vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos. No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio”. (SAFFIOTI, 2001, p. 115)

rarquias e desigualdades, que poderíamos chamar de classe, indo do “baixo meretrício” às “garotas de programa” de luxo, e de bordéis dos mais precários aos luxuosos. (MATTOS, 2001) As “criaturas” de Jorge Amado, envolvidas com o “mundo da prostituição”, também vivenciam situações de classe distintas, que podem ser alocadas em três classes sociais: classe trabalhadora, classe média e classe alta. De maneira resumida, cumpre observar que caftinas, prostitutas, dançarinas e cantoras de cabaré, não havendo qualquer menção a propriedades ou acúmulo de riquezas, são agrupadas na classe trabalhadora. As caftinas, quando proprietárias de seus prostíbulos, figuram, imediatamente, na classe média; contudo, se acumulam grandes ganhos econômicos, passam a pertencer à classe alta,<sup>8</sup> assim como ocorre em relação às prostitutas, dançarinas e cantoras de cabaré.

Na obra de Jorge Amado, as representações sobre a prostituição feminina localizam o “mundo da prostituição”, prioritariamente, com 69% de suas integrantes, na classe trabalhadora. As demais personagens que integram esse “mundo” se dividem da seguinte forma: 27,2% na classe média e 3,8% na classe alta. Por outro lado, as personagens que desempenham quaisquer outras ocupações diferentes das do “mundo da prostituição” apresentam 36,1% de suas integrantes na classe trabalhadora; 28,0% na classe média e 20,7% na classe alta.

O estudo estatístico, desenvolvido a partir do teste qui-quadrado, demonstrou uma relação significativa entre o “mundo da prostituição” e classe social. Dentre as 184 personagens femininas envolvidas com o “mundo da prostituição”, 127 pertencem à classe trabalhadora. Com efeito, a prostituição feminina encontra-se estreitamente vinculada a uma condição social marcada



8 Apesar de algumas personagens do “mundo da prostituição” obterem elevados ganhos econômicos e, com isso, serem classificadas como integrantes da classe alta, reconhece-se que essas personagens não possuem livre trânsito nos salões da burguesia. Dessa forma, seu pertencimento de classe é escamoteado devido à ocupação que desempenham.



por dificuldades econômicas. Destaca-se, nesse contexto, o caso particular da prostituta Maria Romão, do romance *Tereza Batista cansada de guerra*.

Um colega de patente de Justiniano Duarte da Rosa, o capitão Neco Sobrinho [...] trocou Maria Romão por carne-seca, feijão, farinha e rapadura. [...]

– É verdade o que falam, capitão? Que aquela moça Romão já não está em sua companhia? [...]

– Faça umas barganhas com Gabi, seu doutor. Quando ela tem novidade me avisa, se gosto compro, troco, alugo, faço qualquer transação. Quando enjoa da bichinha, a gente negocia de novo. (AMADO, 1972, p. 122-123)

Preocupando-se tão somente com as 121 personagens femininas que se prostituem, constata-se que 115 (95,0%) são da classe trabalhadora; 5 (4,1%) figuram na classe média e apenas 1 prostituta (0,9%) pode ser identificada como pertencendo à classe alta. Dessa forma, assim como as personagens do “mundo da prostituição” estão associadas fortemente à determinante de classe, as representações sobre a prostituição feminina, na literatura amadiana, também se encontram relacionadas significativamente à classe social.

O recorte de cor e etnia parece extremamente relevante para análise da distribuição, em classes sociais, das prostitutas nos romances de Amado. Soa significativo o fato de a única prostituta que conseguiu ter sucesso econômico, no exercício de sua profissão, ter sido uma estrangeira, mais especificamente, uma francesa que atendia por “Madame Gertrude”. Durante a Belle Époque brasileira, as representações sobre as meretrizes e caftinas francesas estavam diretamente relacionadas à ideia de modernidade – vorazmente almejada por um país que procurava se desligar dos seus “atrasos” culturais e econômicos da vida em Colônia. (GRUMAN, 2006)



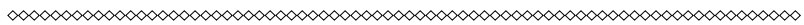
violência de gênero. O conjunto das prostitutas, caftinas, dançarinas e cantoras de cabaré contabiliza 19,0% de vítimas de práticas violentas. As mulheres que não fazem parte desse “mundo” possuem 8,2% de suas integrantes vítimas de algum tipo de violência de gênero.

Pode-se afirmar que as representações<sup>10</sup> sobre as personagens do “mundo da prostituição” estão correlacionadas à questão da violência de gênero. A meretriz Rita Tanajura – presente nos romances *Capitães da Areia* e *São Jorge dos Ilhéus* – sofre, na própria pele, uma forma bizarra de violência de gênero, simplesmente por ter suscitado os desejos de um espectador em sua apresentação dançante.

Rita Tanajura – mundana ‘célebre pelas grandes nádegas rebofolantes, que deixou a paz da sua cidade de Estância’ atraída pelos esbanjamentos de dinheiro com a alta de preço do cacau em Ilhéus. ‘Cantava sambas e dançava em cima de uma mesa’, no cabaré Far West, quando um admirador embriagado deu-lhe um tiro nas saliências calipíguas que o tentavam. (TAVARES, 1985, p. 296)

Apesar da correlação entre “mundo da prostituição” e violência de gênero contra a mulher, não se pode afirmar que a violência de gênero se encontra associada à questão de classe social nas representações sobre as personagens desse “mundo”. O estudo estatístico, feito a partir do teste qui-quadrado, não demonstrou qualquer relação significativa entre violência de gênero contra a mulher e classe social no referido “mundo”.

Entretanto, o teste estatístico demonstrou forte interação entre violência de gênero e classe social, para as personagens do romancista baiano que não fazem parte do “mundo da prostituição”.



10 Parece importante ressaltar, ainda, que o presente estudo não contempla as leituras contemporâneas do campo da teoria e da crítica literária sobre a obra de Amado. Devido à natureza estatística do trabalho, a obra ficcional do romancista não foi consultada. Sua fonte primária de dados, com efeito, se restringe aos verbetes do dicionário de Tavares (1985).

A órfã Maria do Espírito Santo, personagem que aparece no romance *Suor*, representa o enorme contingente de mulheres pobres, em situação de desamparo, vitimadas pela violência de gênero.

Maria do Espírito Santo – moradora no sobradão de cômodos à Ladeira do Pelourinho 68, na Bahia. Órfã na infância e internada num orfanato do Rio de Janeiro, deixara-o casada com um brutal português, interessado no dote de duzentos mil réis da instituição, que a espancou logo na primeira semana e a abandonou ao cabo de um mês. ‘Vagou, perdida, uma noite inteira’, e foi recolhida por um vendedor de cocaína; com ele veio para a Bahia, onde viveram juntos até que o prenderam. Ela continuou com o negócio, à noite rezando as antigas orações ‘mas já não acreditava em nada a não ser no pó branco que a fazia esquecer tudo’. (TAVARES, 1985, p. 223)

Restringindo a análise somente à prostituição, constata-se que 28 meretrizes experimentaram algum tipo de violência de gênero: física ou psíquica. Esse número representa 23,1% do total das prostitutas. A parcela de personagens atingidas pela violência de gênero, dentre as 888 criaturas femininas estudadas, é de 10,5%. Isso significa dizer que as prostitutas são expostas cerca de duas vezes mais à violência de gênero do que a média da população amadiana.

A análise das representações sobre as prostitutas revela a forte relação entre prostituição e violência de gênero. Contudo, apesar de 92,9% das meretrizes vítimas de violência de gênero se encontrarem na classe trabalhadora, as representações sobre a prostituição, no escopo estudado da obra de Amado, não apresentam qualquer associação significativa entre classe social e violência de gênero.

De fato, para as personagens que se ocupam do “mundo da prostituição”, a violência de gênero (sexual ou de outra natureza) se apresenta como dimensão constitutiva do universo social da prostituição feminina – conforme argumenta Rago (1991). Nesse

contexto particular, se pode pensar que a dimensão ocupacional se sobrepõe às determinantes de classe. Assim, no que tange à classe social, as situações violentas atingem, indistintamente, as personagens amadianas do “mundo da prostituição”.

No caso particular da violência sexual contra a mulher, o percentual de personagens violentadas que compõem o “mundo da prostituição” ainda diverge, consideravelmente, do total de mulheres vítimas de violência sexual. O conjunto das meretrizes, caftinas, dançarinas e cantoras de cabaré possui 7,1% de suas integrantes marcadas por essa modalidade de violência. O percentual total de mulheres violentadas sexualmente é de 3,6%, superior aos 2,7% relativos às personagens que não fazem parte do “mundo da prostituição”.

O teste estatístico adotado, qui-quadrado, demonstrou que as representações sobre as personagens pertencentes ao “mundo da prostituição” também se encontram, significativamente, relacionadas à violência sexual. Com a finalidade de ilustrar o vínculo significativo entre “mundo da prostituição” e a questão da violência sexual, tomou-se como exemplo uma caftina, do romance *Tieta do Agreste* – dona de pensão em Santana do Agreste.

Zuleica Rosa do Carmo – cinquentona, pausada, gentil, conservando um ‘primor de corpo bem-feito, o rosto sempre em festa’, dona da pensão de mulheres da vida, única em Santana do Agreste localizada pras ‘bandas da Jaqueira, entre árvores em centro de terreno, discreta’. Nascida perto da cidade, nas Terras da Fazenda Tapiranga, do coronel Artur de Figueiredo, foi por ele seduzida aos quatorze anos de idade, de cuja cozinha saiu depois ganhando então o apelido de Cinderela. Recusou inúmeras propostas de donas de pensão, de Esplanada e outras cidades próximas ou longínquas para, mulher feita, estabelecer sua própria pensão com serviço de balcão, e dança aos sábados. (TAVARES, 1985, p. 362)

O estudo pormenorizado do “mundo da prostituição” indicou que a classe social não redimensiona a ocorrência da violência sexual, nesse grupo específico. Todavia, as representações sobre as personagens femininas que não pertencem ao “mundo da prostituição” apresentam uma associação relevante entre classe social e violência sexual. A personagem Dondoca, do romance *Os velhos Marinheiros ou O Capitão de Longo Curso*, simboliza a moça ingênua e pobre vitimada pela figura do homem habilidoso na arte da sedução.

Dondoca – filha de Pedro Torresmo e de sua mulher Eufrásia, humildes moradores no subúrbio praiano de Periperi, na Bahia. Vítima do sedutor Zé Canjiquinha, que fugiu, teria ela ficado ao desamparo se não fora a proteção do juiz aposentado, dr. Alberto Siqueira, proporcionando-lhe mesada e a casinha do Beco das Três Borboletas. (TAVARES, 1985, p. 90)

No recorte estudado da obra do romancista baiano, as prostitutas são três vezes mais vitimadas pela violência sexual do que as personagens que não pertencem ao “mundo da prostituição”. Com efeito, 9,1% das meretrizes sofreram algum tipo de violência sexual. Já as mulheres que não se relacionam com o “mundo da prostituição” apresentam 2,7% de suas integrantes vítimas dessa modalidade de violência. O estudo estatístico, feito a partir do teste qui-quadrado, evidenciou uma relação significativa entre prostituição feminina e violência sexual.

A história da personagem Lúcia, do romance *Terras do Sem Fim*, exemplifica uma corriqueira forma de violência sexual perpetrada contra a mulher. Uma vez sofrida a violência, essas mulheres ganham a vida através da comercialização dos seus corpos.

Lúcia – jovem ‘das tranças negras, seus seios redondos, suas coxas como colunas, morenas, cor de canela’. Uma das três irmãs, com Violeta e Maria, f ilhas dum agregado da fazenda de cacau das Baraúnas. “Veio o patrão (Coronel Teodoro Martins) e a le-

vou”. Depois, ele se foi e nada deixou. Numa casa de rameiras pobres, em Ferradas, as irmãs de novo se juntaram “unidas no sofrimento, unidas no seu destino”. (TAVARES, 1985, p. 203)

A ampla maioria das prostitutas que foram vítimas de violência sexual (90,9%) pertence à classe trabalhadora. No entanto, o teste estatístico qui-quadrado não indicou associação significativa entre violência sexual contra a mulher e classe social, nas representações sobre a prostituição feminina. Nesse sentido, a classe social não interfere na dinâmica da violência sexual que recai sobre as prostitutas na obra de Amado. Como já pensado anteriormente, a precarização do exercício do meretrício pode ter se sobrepujado à questão de classe.

### *Prostituição feminina e raça, cor e etnia*

No que diz respeito à categoria raça, cor e etnia, o “mundo da prostituição”, apresenta dados relevantes para o estudo das representações sobre a prostituição feminina. As personagens envolvidas com esse “mundo” possuem 19,0% de suas integrantes marcadas socialmente pela raça/cor. As mulheres criadas pelo autor baiano que não participam do referido “mundo” contabilizam 13,8% de personagens racializadas. Todavia, essa diferença de percentual não faz com que as representações sobre o “mundo da prostituição” se encontrem associadas, significativamente, às marcas sociais de raça, cor e etnia.

Considerando os grupos étnico-raciais de origem, as estatísticas que tratam especificamente das prostitutas, demonstram que as personagens que mais se prostituem são as racializadas: 21,2% de suas integrantes adotam a prostituição como ocupação. Em segundo lugar, vêm as estrangeiras – com 14,6%. As personagens consideradas brancas aparecem tão somente no terceiro e último lugar, galgando 12,1%.





personagens amadianas são descritas mediante o recurso a atributos físicos. As que se encontram no “mundo da prostituição” apresentam 40,8% de suas integrantes definidas, entre outros fatores, por aspectos corporais. Já as personagens femininas que não pertencem ao referido “mundo” possuem 33,7% de suas caracterizações fazendo apelo ao corpo.

O estudo estatístico, baseado no teste qui-quadrado, permite afirmar que não há qualquer relação significativa entre o “mundo da prostituição” e a categoria corpo. Contudo, observa-se que, nas representações sobre as personagens do “mundo da prostituição”, existe um claro vínculo entre as categorias raça, cor e etnia e corpo. Essa vinculação encontra-se bem exemplificada pela descrição da personagem Tibéria, presente no conto *De como o Mulato Porciúncula Descarregou Seu Defunto* e no romance *Os Pastores da Noite*.

Tibéria – ‘gorda mulata de seus sessenta anos, seios imensos, rosto plácido, olhos de firmeza e bondade’, casada com Jesus Bento de Souza. Nascera numa cidadezinha do interior do Estado e cedo perdera pai e mãe. Era rameira na pensão de Aninhas na cidade da Bahia quando, aos trinta anos de idade, ‘opulenta balzaquiiana de duras carnes morenas, rainha do carnaval’, conhece Jesus, tocador de violão, dez anos mais moço que ela: apaixonaram-se, juntaram-se e afinal casaram-se, vivendo em perfeita harmonia – ele trabalhando em alfaiataria; ela, mantendo modesta mas conceituada pensão de mulheres nas imediações do Pelourinho. (TAVARES, 1985, p. 328)

Convém destacar ainda que o corpo aparece fortemente associado à descrição das personagens marcadas pela raça/cor que não pertencem ao “mundo da prostituição”. As personagens femininas racializadas que não integram esse “mundo” atingem 74,2% de referências aos seus corpos. As mulheres não marcadas socialmente pela raça/cor possuem apenas 27,2% de suas descrições fazendo apelo a características corporais. A personagem Maria

Cabaçu, retratada nos romances *Suor* e *Capitães da Areia*, ilustra a relação significativa entre racialização e corpo.

Maria Cabaçu – mulher valentona, ‘mulata escura, filha de negro e índia, alta e troncada, cabelo espichado, nádegas enormes’, quase sem seios e de nariz achatado, forte como um homem, ‘não largava um punhal’. Morou algum tempo no sobrado 68 à Ladeira do Pelourinho, na Bahia, e freqüentemente entrava em conflito com seus eventuais admiradores acabando por escorraçá-los. (TAVARES, 1985, p. 220)

O teste qui-quadrado demonstrou que, na literatura amadiana, as representações sobre as meretrizes estão fortemente associadas à categoria corpo. Além disso, pode-se afirmar que a categoria raça, cor e etnia encontra-se, significativamente, correlacionada ao corpo nas representações sobre a prostituição feminina.

As prostitutas racializadas possuem índices relevantes de utilização de seus corpos nos verbetes descritivos do dicionário de Tavares (1985). Das 28 prostitutas marcadas socialmente pela raça/cor, 23 apresentam seus corpos caracterizando-as de alguma forma. Em termos relativos, isso significa que 82,1% dessas personagens são descritas recorrendo-se a aspectos corporais. As prostitutas não racializadas contabilizam apenas 36,6% de descrições que recorrem, pelo menos, a algum atributo físico.

A categoria corpo abarca as descrições que se utilizam de atributos físicos na caracterização das personagens amadianas. Essa categoria possui um subconjunto, a saber, a categoria corpo erotizado. Dentre todas as referências feitas aos corpos das personagens estudadas, algumas se destacam por sua carga de erotização. A análise das 888 mulheres de Amado revela que 18,4% das suas personagens possuem, em suas caracterizações, referências a corpos erotizados.

No “mundo da prostituição”, em 26,6% dos casos, as personagens amadianas são descritas a partir de aspectos corporais

de cunho erótico. As personagens femininas que não participam desse “mundo” contabilizam 16,2% de suas integrantes definidas, entre outros fatores, por corpos marcados pela erotização. O estudo estatístico, baseado no teste qui-quadrado, revelou que existe forte correlação entre as representações sobre as personagens do “mundo da prostituição” e a utilização de corpos erotizados para descrevê-las.

Também é correto afirmar que raça, cor e etnia e a categoria corpo erotizado estão, significativamente, relacionadas nas representações sobre as personagens do “mundo da prostituição”. Na caracterização da personagem Marialva, do romance *Os Pastores da Noite*, é possível observar um exemplo concreto do relacionamento significativo existente entre a raça/cor e a categoria corpo erotizado no “mundo da prostituição”.

Marialva – filha de uma cozinheira da família Falcão em Feira de Santana, tornara-se uma mulata perfeição, de abundantes cabelos corridos, corpo tentador e rosto lindo, uma ‘pinta negra a embelezar-lhe o ombro esquerdo’ – e a vontade de dominar os homens. [...] ela tenta subjugar o ex-militar a seus caprichos, mas perde a partida e desce a encosta rumo ao bordel de Tibéria, na zona do Pelourinho, de onde se transfere à Ladeira da Praça como estrela de cabaré a exhibir sua pinta negra e seu dengue. (TAVARES, 1985, p. 226)

O teste qui-quadrado ainda demonstra, claramente, a significância da associação entre raça, cor e etnia e a categoria corpo erotizado nas representações sobre as mulheres que não integram o “mundo da prostituição”. A personagem Rosa Palmeirão, presente nos romances *Capitães da Areia* e *Mar Morto*, representa o forte vínculo entre racialização e corpo erotizado para as criaturas do romancista baiano que não se encontram envolvidas com o “mundo da prostituição”.

Rosa Palmeirão – mulher valente, de ‘olhos que metiam medo, fundos, variavam como a cor do mar, azul, verde, chumbo’, de ‘corpo bem feito, suas cadeiras oscilavam como a proa de um saveiro’ e ‘trazia sempre no vestido’ uma flor, a rosa palmeirão. Aventureira, levava a vida livre desde o dia em que, revoltada, soube ter perdido a gestação do seu primogênito devido à beberagem abortiva que Rosalvo, seu sedutor aos quinze anos de idade, lhe ministrara traiçoeiramente. Apunhalou-o e respondeu a júri, sendo absolvida. (TAVARES, 1985, p. 302)

Centrando a análise nas prostitutas, pode-se constatar que das 28 meretrizes marcadas pela raça/cor, 16, ou seja, 57% possuem referências erotizantes aos seus corpos. As prostitutas brancas ou estrangeiras contam com somente 20,4% de suas integrantes caracterizadas a partir da erotização de seus corpos. O Caso da personagem Rita, do romance São Jorge dos Ilhéus, demonstra o que ocorre, de maneira mais ampla, com as prostitutas definidas pela raça/cor.

Rita – filha do velho Irineu, tropeiro da fazenda de cacau do coronel Frederico Pinto, no antigo Pirangi. Vivia com o pai viúvo e era ‘nos seus dezoito anos’ uma cabrocha bonita, ‘de seios empinados, desejada por todos os homens da fazenda’ e das redondezas pois mulher era coisa rara na região cacauceira. Fizera sucesso como pastorinha à frente do terno de reis de Varapau. Depois o coronel a tomara para si, ‘de casa montada, com ama e vestido de seda’, no povoado. Afinal, ‘de filho no braço’, abandonada pelo coronel, ‘mudou-se para a rua das rameiras: era uma rua longa, comprida de não acabar’. (TAVARES, 1985, p. 295)

O teste estatístico qui-quadrado revela que, nas representações da literatura amadiana sobre as meretrizes, a categoria raça, cor e etnia encontra-se associada, de maneira significativa, a descrições cujos corpos são erotizados. A objetificação da mulata, da morena ou da negra – enfim, das mulheres socialmente racializadas – produz um efeito devastador do ponto de vista da interiorização subjetiva. Os corpos dessas mulheres as definem por

completo, situando-as no social tão somente a partir da objetividade erótica de suas pernas, bundas e seios.

Desse processo de objetificação, resulta a ideia, largamente difundida, da mulata “puro corpo”. (CORRÊA, 1996) Às mulheres racializadas parece não restar muito espaço para outras funções, a não ser ao exercício exuberante da sexualidade. Muitas vezes o exercício da sexualidade racializada se traduz em práticas perversas, como as que eram frequentes no baixo meretrício do século passado, segundo Rago (1991), e se estendem até o presente, com o turismo sexual internacional e o seu gosto pelas “morenas”. (PISCITELLI, 1996)

A expressiva diferença na erotização dos corpos entre as prostitutas racializadas e as meretrizes, não marcadas socialmente pela raça/cor, parece situar a obra de Jorge Amado em um contexto social compatível com as representações sobre a “mulata puro corpo”. Além disso, pode-se pensar que a obra do romancista baiano reedita as representações sobre a exuberante sexualidade das mulheres racializadas, associando-as a carga erótica “natural” dos seus corpos quentes e perfeitos, adocicados pelos aromas de cravos e canelas.

O teste do qui-quadrado demonstrou que existe correlação significativa entre violência de gênero e a categoria raça, cor e etnia, nas representações sobre as criaturas de Amado que não pertencem ao “mundo da prostituição”. A personagem Mariinha, do romance *Jubiabá*, exemplifica os inúmeros casos em que os processos sociais de racialização produzem seus efeitos no terreno da violência de gênero.

Mariinha – ‘mulatinha que ainda não perdera a cor nas fábricas’ de charutos, em São Félix, noiva de um negro jovem. Seduzida por um alemão, gerente da fábrica onde trabalhava, ela foi logo depois abandonada ‘com um filho e sem emprego’. Vingando-a da desdita, o seu ex-noivo assassinou o gringo. (TAVARES, 1985, p. 229)

Assim, para as personagens que não participam do referido “mundo”, ocorre redimensionamento da exposição à violência de gênero em função da raça/cor. Como já se constatou anteriormente, as representações sobre as criaturas que pertencem ao “mundo da prostituição” encontram-se, significativamente, vinculadas à violência de gênero. Entretanto, o teste estatístico qui-quadrado não encontrou associação significativa entre violência de gênero e a categoria raça, cor e etnia nas representações sobre as personagens desse “mundo”.

Ainda é correto afirmar que, nas representações sobre as prostitutas na literatura de Amado, não há qualquer associação significativa entre raça, cor e etnia e a categoria violência de gênero. Como hipótese, pode-se pensar que as condições sociais precárias das personagens envolvidas com o “mundo da prostituição” se sobrepõem em relação à categoria raça, cor e etnia, no que diz respeito à questão da violência de gênero.

De todas as personagens pertencentes ao “mundo da prostituição”, o grupo das mulheres racializadas representa 17,1% das vítimas de algum tipo de violência sexual. O conjunto das brancas ou estrangeiras, por seu turno, possui 4,7% de suas personagens vitimadas por práticas violentas de natureza sexual. Ou seja, os números indicam que as personagens femininas não racializadas são quase quatro vezes menos (precisamente 3,64 vezes menos) expostas a essa modalidade de violência.

A análise específica do grupo das prostitutas revelou que 21,4% das meretrizes marcadas socialmente pela raça/cor sofreram alguma forma de violência sexual. As prostitutas que não passaram pelos processos sociais de racialização foram confrontadas com a violência sexual em 5,4% dos casos. Essa grande diferença percentual se faz sentir nos resultados obtidos através do teste qui-quadrado.

Dessa forma, o teste estatístico qui-quadrado demonstrou a existência de relação significativa entre raça, cor e etnia e a categoria violência sexual nas representações tanto sobre as personagens do “mundo da prostituição”, quanto sobre as meretrizes especificamente. A personagem Marta, do romance *Seara Vermelha*, traz um caso paradigmático de violência sexual. Resumidamente, essa personagem acaba por fazer do seu sexo moeda de troca para a obtenção dos “favores” necessários à sua sobrevivência ou à subsistência dos seus.

Marta – filha de Jerônimo e de Jucundina. Contava dezoito anos e era uma ‘moça bonita, mulata bem clara, de cabelos quase lisos’, quando o pai resolve emigrar para São Paulo por ter sido despedido da fazenda do finado Coronel Inácio [...]. Prestimosa e boa, ‘a alegria do velho pai’ ela se desdobra em solicitude durante a longa viagem de canseiras [...] até chegarem a Piraporá, onde num sacrifício supremo, afoga o recato de moça que apenas tivera um furtivo namoro em sua vida [...] e se rende à vil libidinagem do dr. Epaminondas Leite, médico do Posto de Imigração, a fim de obter a papelada de sanidade para o pai tuberculoso poder seguir com o resto da dizimada família para São Paulo. Logo abandonada pelo sedutor, cai na prostituição e dela não se tem mais notícia. (TAVARES, 1985, p. 233)

Fora do “mundo da prostituição”, as determinantes sociais de raça, cor e etnia não estão significativamente associadas à ocorrência de violência sexual contra a mulher. O teste qui-quadrado demonstrou que não há associação significativa entre raça, cor e etnia e a categoria violência sexual, nas representações veiculadas pela literatura de Jorge Amado sobre as personagens femininas que não pertencem a esse “mundo”.

## *Considerações finais*

No trecho estudado da obra de Jorge Amado, em diversos momentos, tanto a mulher, de forma geral, quanto a prostituta, em particular, são representadas a partir de um conjunto de valores e imagens estereotipados.

Deve-se ter em mente que a incorporação da cultura afro-brasileira na cultura mais ampla da nação, necessariamente não implica a aceitação do afro-brasileiro como um igual em termos sociais. Nesse sentido justifica-se a análise que Bosi faz de Amado como um populista literário. Se populista for definido como sendo essencialmente o preservador de mitos, tradicionalmente os verdadeiros instrumentos de controle social, então Amado encaixa-se nesta categoria. (BROOKSHAW, 1983, p. 144)

Jorge Amado, portanto, se inscreve, à sua maneira, na lista dos romancistas brasileiros que abordaram a questão da prostituição feminina. No âmbito das relações de gênero, ao polarizar – dicotomicamente – as personagens femininas nos grupos “do lar”,<sup>13</sup> com (32,8%) e “mundo da prostituição” (20,7%), Amado revela que sua literatura é perpassada por representações de cunho tipicamente patriarcal sobre as mulheres.

No campo das relações étnico-raciais, a obra amadiana é tomada pelas representações erotizantes que a raça/cor imprime nas imagens das mulheres e prostitutas racializadas. (MOUTINHO, 2004; PATRÍCIO, 1999) Imagens que, de resto, as “colorem” com uma sensualidade “natural”, traduzida em sexualidade desenfreada. Em que sujeito social poderia ter “eco” as representações



13 Para que a ocupação de uma personagem feminina seja tipificada como “do lar”, alguns fatores precisam ser considerados. Inicialmente, defende-se que essas personagens não devem desempenhar qualquer atividade, de forma sistemática, com objetivo de ganhos econômicos diretos, dentro ou fora do que se convencionou chamar “esfera doméstica ou privada”. A segunda exigência, que se soma à primeira, se refere à necessidade de a personagem feminina ser apresentada, em função de um estado conjugal que indique a divisão atual ou anterior do lar com uma personagem masculina, salvo o caso em que seja descrita como “mãe”.



dessa natureza sobre mulheres e prostitutas, se não em um homem branco, que jamais pertenceu à classe trabalhadora?

## Referências

- ALENCAR, J. *Lucíola*. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- AMADO, J. *Tereza Batista cansada de guerra*. São Paulo: Martins, 1972.
- ANDRADE, J. C.; SILVA, F. P. L. *A prostituta na literatura: contestação e denúncia*. 2001. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/LCA/lca2701.htm>>. Acesso em: 27 abr. 2009.
- BOSI, A. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1994.
- BOURDIEU, P. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- BRITTO DA MOTTA, A. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. *Cadernos Pagu*. Campinas, v. 13, n. 13, p. 191-221, 2000.
- BROOKSHAW, D. *Raça e cor na literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- CANDIDO, A. *Literatura e cultura no Brasil de 1900 a 1945. Literatura e Sociedade*. São Paulo: Publifolha, 2000.
- CORRÊA, M. Sobre a invenção da mulata. *Cadernos Pagu*. Campinas, v. 6/7, p. 35-50, 1996.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.
- DUMAS FILHO, A. *A dama das camélias*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- FAJARDO, G. A. *Erotismo masculino no imaginário de Rubem Fonseca e José Donoso*. Tese (Doutorado em Literatura Comparada). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.
- FIGUEIREDO, V. A. Caminhos cruzados x Atitudes opostas: imagens eróticas em Lucíola e Teresa Batista cansada de guerra. *Revista Garrafa*. v. 7, set./dez. 2005. Disponível em: <[http://www.letras.ufrj.br/ciencialit/revista\\_garrafa7.htm](http://www.letras.ufrj.br/ciencialit/revista_garrafa7.htm)>. Acesso em: 20 jul. 2009.

GOLDSTEIN, I. S. Uma leitura antropológica de Jorge Amado: dinâmicas e representações de identidade nacional. *Diálogos Latinoamericanos*. Universidad de Aarhus, n. 5, p. 109-133, 2002.

GUIMARÃES, A. S. A. Como trabalhar com “raça” em sociologia. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 29, n. 1, p. 93-108, 2003.

GRUMAN, M. A Prostituição Judaica no Início do Século XX: desafio à construção de uma identidade étnica positiva no Brasil. *Campos*. Paraná, v. 7, n. 1, 2006. p. 83-99. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/campos/article/view/5446/4001>>. Acesso em: 17 jul. 2009.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001. p. 17-44.

KRONBAUER, J. F. D.; MENEGHEL, S. N. Perfil da violência de gênero perpetrada por companheiro. *Revista Saúde Pública*. São Paulo, v. 39, n. 5, out. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-89102005000500001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102005000500001&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 29 jul. 2010.

MATOS, R. M. *Elas sonham acordadas em Santo Antonio dos Prazeres: Mulheres em Prostituição*. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

MOUTINHO, Laura. Entre o realismo e o ficcional: representações sobre raça, sexualidade e classe em dois romances paradigmáticos de Jorge Amado. *Revista de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, p. 307-327, 2004.

PATRÍCIO, Rosana Ribeiro. *Imagens de mulher em Gabriela de Jorge Amado*. Salvador: FCJA, 1999.

PISCITELLI, A. G. Sexo Tropical. Comentários sobre gênero, raça e outras categorias de diferenciação social em alguns textos da mídia brasileira. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 6/7, p. 9-35, 1996.

RAGO, L. M. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SAFFIOTI, H. I.B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 16, 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332001000100007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 29 jul. 2010.

SCOTT, J. W. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Recife: SOS: Corpo e Cidadania, 1991.

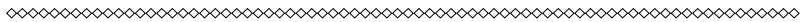
TAVARES, P. *O Baiano Jorge Amado e sua obra*. Rio de Janeiro: Record, 1981.

TAVARES, P. *Criaturas de Jorge Amado*. Rio de Janeiro: Record, 1985.

# AS MULHERES NA LINHA DA HONRA E DA BOA CONDUTA *Feira de Santana (1960-1970)*<sup>1</sup>

Maria Carolina S. Martins da Silva  
Lina Maria Brandão de Aras

Ao estudar a produção e reprodução do discurso moralista em Feira de Santana, Bahia, nas décadas de 60 e 70 do século XX, é preciso ter como referência o período do regime militar no Brasil, para identificar possíveis mudanças no discurso moral ou em outros elementos da temática. O final dos anos 70 é o momento em que as principais características do discurso moralista e da proposta de modernização já haviam sido divulgadas e era o início de um processo de redemocratização política.



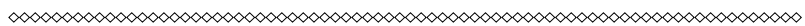
1 Artigo baseado na dissertação *Nas veredas dos discursos moralistas: a honra das mulheres em Feira de Santana, Bahia (1960-1979)*, defendida em julho de 2009 sob a orientação da Profa. Dra. Lina Maria Brandão de Aras, no Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (PPGNEIM/UFBA).

Mulheres, espaços públicos, contextos políticos e socioeconômicos e instituições jurídicas e religiosas, são elementos que se apresentam, aparentemente, sem nenhuma ligação. Num olhar mais atento e crítico se percebe que há entre eles um vínculo, presente nos discursos que marcam a história de uma comunidade e das personagens que se entrecruzam em qualquer realidade social, como no caso da cidade de Feira de Santana nos anos 60 e 70 do século passado.

### *Alicerces para uma análise*

Muitas perguntas delinearam o percurso, mas a principal delas remete aos sujeitos envolvidos: quem são essas mulheres: as pobres e as ricas, as letradas e as analfabetas, as moradoras das zonas urbana e rural de Feira de Santana? Por que algumas delas se prostituíram, enquanto que outras fugiram ou se esconderam em casamentos? Seja como for, todas elas foram “marcadas” em seus corpos, em suas identidades, simplesmente por serem mulheres, unidas por um discurso moralista, um código de conduta austero, fechado, regulado pelos poderes constituídos pelos homens, sejam eles revestidos de legitimidade ou não.

Analisar os discursos moralistas, vigentes na conhecida Princesa do Sertão,<sup>2</sup> disseminados nas instituições jurídicas, na Igreja e no Poder Público, implica em discutir o que seria uma moral que perpassa o cotidiano das pessoas, bem como o alicerce de legitimação dos discursos das instituições que a regulamenta. Os processos-crimes, jornais, fontes orais e código de conduta foram as fontes estudadas para identificar as normas de moralidade que se revelaram norteadoras daquela sociedade. Se elas são uma cons-



2 Nome dado por Ruy Barbosa quando esteve em Feira de Santana durante sua campanha para presidente. Ver também: OLIVEIRA, Clóvis Frederico Ramaiana Moraes. *De empório à Princesa do Sertão: utopias civilizatórias em Feira de Santana (1893-1937)*. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2000.

trução e não realidades naturais, como aparecem no trato cotidiano, o objetivo é, então, explicitar as suas bases constitutivas.

Como resultado, desnuda-se os discursos normatizadores e sustentadores das relações de poder assimétricas, visto que eles foram utilizados como ideal a ser alcançado, influenciando a vida das mulheres da cidade de Feira de Santana. Os discursos, construídos no século XIX, respaldaram os valores correntes até o século XX, com reserva às peculiaridades de cada período. (FOUCAULT, 1997) Ao averiguar os valores, as ideias, os aportes e a perspectiva da moral nos finais do século XX, percebe-se que são os mesmos dos meados do século, porque não há uma estrutura de pensamento diferenciada, porém existem expressões e vivências distintas.

Os discursos moralizadores apresentam-se, na estrutura dicotômica, como bem-mal, puro-impuro, subjetividade-objetividade, bondade-maldade, ordem-desordem, escuro-claro, exemplos que sistematizam a exclusão e a falta de uma relação equitativa. (NIETZSCHE, 2005) Essas valorações partem de um referencial de um grupo interessado em vantagens nas relações de poder e, para tanto, utilizam-se dos aportes moralistas para se sustentarem nas instituições, sejam elas públicas ou privadas.

O binômio representado pela dominação-subordinação também é fruto dessa estrutura de pensamento. Cotidianamente, as pessoas se expressam através dessas dimensões idealizadas e bipolarizadas, como se fossem naturais e não uma construção sociocultural. O aspecto cultural mascara essas estratégias e as naturaliza, tornando-as, portanto, imutáveis, cujas dimensões estão naquilo que não pode ser alterado, pois, é o chamado destino que estilhaça as possibilidades de fazer diferente e alimenta, no cotidiano, o conformismo e a inércia.

A condição de transformação se dá por via da cultura, a partir das observações, das contradições e das experiências que são por

si só específicas. Questões trazidas sobre o estabelecimento de valores, auxiliam a pensar como a moral é construída historicamente a partir de interesses de um grupo em detrimento de outro e das relações de gênero, classe e raça.

Ao pensar a genealogia da moral, Nietzsche (2009) afirma que os binômios bem e mal e bom e mau surgem de alguma maneira a partir de interesses: uma vontade de poder influenciar as decisões, as criações e os comportamentos estabelecidos naqueles que se quer subordinar. Questiona-se então: qual é, definitivamente, a origem da ideia do bem e do mal na atualidade? Nietzsche (2005, p. 9), entretanto, é bem mais intencional quando pergunta: “De que modo *inventou* o homem essas aparições, ‘o bem e o mal’?” Diante dessas perguntas, a ideia de construção fica mais explícita. O bem e o mal é que qualifica o código de conduta, a partir dessa perspectiva, é uma construção: o bem é construído como o valor superior ao mal no sentido do progresso, da utilidade, da possibilidade do desenvolvimento ao tratar-se do homem em geral (inclusive do futuro do homem), um “super-homem”. Ao bem são atribuídas características positivas e divulgadas como se fossem verdadeiras, padrões de comportamento desejado são estabelecidos por quem os definiu.

Os códigos de conduta são estabelecidos para dominar e disciplinar, porém, para aquelas(es) que estão na condição de dominados, os aportes da experiência possibilitam estratégias que burlam as regras. Para aquele que pretende ser um influenciador na sociedade, os discursos normatizadores servem de instrumentos para legitimar suas ações, pois a moral foi construída como base irrefutável de civilização. Ou seja, ela passa a ser finalidade e condição preponderante para se considerar algo legítimo e idôneo, e o julgamento em qualquer esfera se dá a partir desse subsídio.

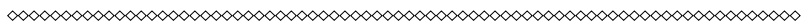
Nesse sentido, foram analisadas as noções de conduta construídas em um processo histórico, entendendo que o indivíduo se

situa em relação aos costumes e normas do seu mundo, no qual foram enfatizadas duas dimensões: a formal e a processual (RODRIGUES, 2007), constituídas discursivamente e que se infiltram nas práticas sociais, tomando uma dimensão generalizante e homogeneizante – não que o seja, pois há ressignificações de costumes e noções de valores que se expressam na resistência e contestação dos padrões estabelecidos.

Os valores construídos incutem uma noção de honra<sup>3</sup> feminina e masculina, condicionada às relações de gênero. Essas são instituídas sob uma conjuntura desigual de poder na sociedade entre os sexos, que comporta desigualdades em todos os meandros da vida. Esses ideais são construídos e reconstruídos a depender dos interesses de grupos dominantes de cada época, assessorados por instituições de poder que legitimam o discurso dominante.

As diversas instituições na sociedade apregoam o discurso de conduta como ‘legítimo’ e ‘verdadeiro’, produzindo e reproduzindo as noções de honra das mulheres e dos homens e de comportamentos em nome de uma civilidade. O que é promulgado utiliza-se de uma estrutura polarizadora da linguagem entre o positivo e o negativo. A moral, a honra, a ordem e a civilidade são estabelecidas no simbolismo como positivo, associado a uma vertente do bem; a desordem, o imoral, a incivilidade e a desonra são associadas ao polo oposto; portanto, ao negativo, àquilo que é mau.

Através dos discursos moralistas, é possível analisar as relações de gênero que permeiam os costumes, os comportamentos, as normas e os padrões sexuais, para contrapor-los às vivências e resistências presentes no dia-a-dia. Apesar do estabelecimento de normalizações e disciplinarizações, as vivências comportam par-



3 A palavra "honra" está sendo utilizada, neste contexto, em concordância com o sentido da época – estava condicionada à sua virgindade física, ao rompimento do hímen, sua dilaceração, o que implicaria no desvirginamento moral das moças.



ticularidades e ressignificações das ideias impostas em “maneiras de fazer” próprias. (CERTEAU, 1998) As lutas no espaço do micro se dão entre uma textura não homogênea, em confronto com um padrão que se pretende hegemônico, e as ações que se desviam desses modelos e criam sua própria história.

A produção dos discursos se dá através das instituições que dão *status* de verdade e legitimam as ideias, resultando numa inquietação que Foucault (2002) expressa sobre o controle do discurso que não está em nossas mãos, mas é pronunciado em uma realidade material, contextualizada, que ecoa perigos e poderes em um cotidiano de “lutas, vitórias, ferimentos”. São palavras de uma duração “que não nos pertence”, mas que se constitui em um perigo que se propaga na sociedade.

A leitura mostra o que está oculto e possibilita agir socialmente para produzir mudanças e favorecer os que estão em posição de desvantagem. Para tanto, foram utilizados alguns elementos da análise crítica do discurso, como a metáfora, o vocabulário, a prática social e a ordem do discurso em Fairclough em diálogo com Foucault. (RESENDE; RAMALHO, 2006) A análise do discurso possibilitou a utilização de elementos que auxiliaram na desconstrução das imagens fixas dentro de uma leitura a partir dos estudos dos autores citados.

A Análise Crítica do Discurso de Fairclough (RESENDE; RAMALHO, 2006) fundamenta-se na desconstrução de formações discursivas que justificam a naturalização de assimetrias das relações de poder. As falas que perpassaram a modernização estavam alicerçadas na moral cristã, responsável pelo processo de estruturação de noções dicotômicas: mulheres honestas e desonestas, parâmetro para vigiar e controlar a organização social feirense.

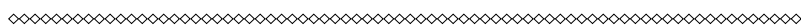
O estudo aqui desenvolvido tem como fundamento a História Social, na qual os sujeitos e seu cotidiano são considerados e lidos a partir de categorias de análise relacionais, juntamente com a

utilização do gênero como uma categoria de análise crítica dentro de uma perspectiva, *stand point* (HARDING, 1996) e que, a partir do ponto de vista das mulheres, suas experiências e vivências, podem ser analisadas.

A História, em meados do século XX, foi reescrita para absorver as novas demandas sociais e as propostas de pensadores críticos da História dos grandes heróis e marcos. Os estudos sobre as mulheres e a possibilidade de escrita de suas histórias provocaram a utilização de novos instrumentos que subsidiassem um olhar diferencial. O gênero surge para instrumentalizar essa escrita da História e superar uma série de problemas emergentes dos movimentos de mulheres.<sup>4</sup> (SCOTT, 1990)

A categoria “gênero”, para esta análise, se faz necessária para desconstruir relações entre os sexos pautadas em hierarquias e noções dicotômicas. Segundo Scott (1994), o gênero é encontrado em muitos lugares, fazendo parte de um processo de construção no qual, em seu bojo, encontram-se as lutas de poder. Para discutir as questões de gênero na História, é necessário uma nova explicação, mais textualizada, e a apreensão dos significados através do contraste do que está explícito e do que está implícito. Para Sardenberg (1998), um recorte de gênero na análise das produções de experiências distintas revela memórias em campos discursivos das versões femininas e masculinas.

Através da análise de gênero, juntamente com a oralidade, foi elaborada uma interpretação da discussão dos contadores dessa história, sem pretender afastar o narrador de sua visão, pois ela está carregada de subjetividade, inerente ao ser humano. Nesse movimento de contar e recontar, são esmiuçadas a narrativa e toda sua subjetividade para enriquecer os resultados da pesquisa. (PORTELLI, 1996)

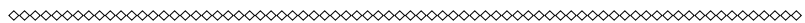


4 Ver também Matos (1998), Escandón (1992, 1999), Leydeccorff (1992) e Centro de Pesquisas Históricas (2000).

O gênero é uma construção social de caráter relacional, que evidencia como os estereótipos, as identidades e as sexualidades são construídos a partir de uma dada realidade social e, portanto, passível de ser transformada, surgindo uma nova expressão. A análise foi direcionada para a moralidade instituída naquele momento, a fim de investigar seus efeitos nas vivências e experiências das pessoas mais pobres, principalmente das mulheres, com atenção específica para as ressignificações da moral no âmbito dos espaços de desvio, como nas zonas de prostituição, onde os códigos estavam sob os ditames das novas formas de viver.

Segundo Dias (1994),<sup>5</sup> o estudo do cotidiano aponta para o vir a ser, descobrindo ângulos de estudos imprevisíveis, resvalando por fímbrias e abrindo para conhecimentos novos. É mais uma forma de apreender o objeto como parte do mundo e não o inverso, para tentar também apreender as subjetividades. O elemento subjetividade, longe de ser um problema, é fator que enriquece a pesquisa, tendo o pesquisador o cuidado de não interferir na interpretação proposta pelo narrador de seu próprio relato, que está carregada de subjetividade. (PORTELLI, 1996)

Através de entrevistas e de outros documentos além de fontes bibliográficas, busca-se contextualizar a influência das transformações urbanas na prática da prostituição, no cotidiano do meretrício e as formas de sua apresentação neste cenário. Entendemos que as mulheres se fazem mais presentes nessas fontes do que nos documentos escritos e que a História pode ser elaborada com fontes orais.<sup>6</sup> (DE CASTEELE, 1992) Essas fontes são importantes dentro de um processo de percepção do outro, que valoriza



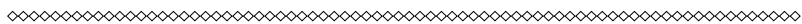
5 SCOTT, Joan W. El problema de la invisibilidad. In: ESCANDÓN, C. R. (Org.). *Género e história*. México: Instituto Mora/UAM, 1992, p. 38-65; RIVERA, María Milagros. Uma aproximación a la metodología de la historia de las mujeres. In: OZIEBLO, Barbara (Org.). *Conceptos y metodología en los estudios sobre la mujer*. Málaga: Universidad de Málaga, 1993, p. 19-42; MATOS, Maria Izilda. História das sensibilidades em foco, a masculinidade. *História. Questões e debates*. Curitiba: APAH/UFPR, ano 18, n. 34, jan./jun., p. 45-63, 2000.

6 Ver também Scott (1992).

o indivíduo e a própria construção de sua identidade, dando voz às lutas diárias, encobertas e esquecidas. (FERREIRA; AMADO, 1996) É possível, portanto, analisar informações que, cruzadas com outras fontes, enriquecem o trabalho, sem desmerecê-las como prepostos legítimos na execução de uma pesquisa. Elas permitem mostrar a importância das vozes femininas e inseri-las na expressão do íntimo, da emoção e da subjetividade que ganharam mais espaço nos estudos acadêmicos.

Os registros coletados evidenciam que a memória das mulheres “é uma memória do privado, voltada para as famílias e o íntimo, o que elas foram delegadas por convenção e posição” (PERROT, 1989, p. 15). A história oral é prioritária porque permite gerar novas percepções sobre suas experiências acerca de si mesmas, por meio de suas palavras (JAIVEN, 1998),<sup>7</sup> observadas sobre o olhar direcionado da(o) pesquisadora(r). Jaiven, como Dias (1994), também argumenta sobre a importância da subjetividade que deve ser analisada como um sítio, um lugar da diferença. Reconstruir a história das mulheres não é descrever eventos importantes, mas aproximar-se do corpo, do significado, do que elas expressam e vivem através dele. O fundamental é explicitar as diferenças entre as mulheres e a relação delas com os homens, através da história oral.

As fontes orais<sup>8</sup> também possibilitaram observar outros relacionamentos que se construíram fora da legalidade. As práticas de uniões que não estavam sob os mecanismos de disciplinarização, comuns nas camadas sociais populares, obedeciam a uma lógica às avessas do código de conduta e, também, dependente desse código, gerando uma relação de tensão entre a prática masculi-



7 Ver também Nicholson (1992).

8 Os nomes verdadeiros dos interessados nos processos-crimes foram trocados por nomes fictícios devido ao comprometimento da pesquisadora com o CEDOC/UEFS, em não divulgar as identidades dos entrevistados.

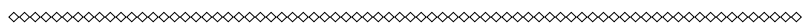
na de dominação e a mulher, que possuía ações de autonomia e independência. Foi estabelecido, então, a tensão daquela que não queria ser subjugada ao mando masculino e nem dele precisava, por conta de sua independência financeira.

Consideramos, neste trabalho, não só as vozes de mulheres que mostram um olhar sobre o mesmo tema, como também as vozes de homens, pois somente nessa perspectiva é possível revelar como as experiências de gênero podem ser diversas. Em ambos os relatos, são expressas saudades e nostalgias de um tempo em que as demarcações do espaço público eram menos disciplinadas e fugidias, porém as representações sociais escapam à memória e denunciam uma ampla rede de poder, que tomou novos contornos e se mostrou vigilante.

Com este referencial teórico, para o estudo do discurso da moral presentificado na história de vida de mulheres, o uso da categoria de análise gênero se fez necessário para desconstruir relações entre os sexos, pautadas em hierarquias e noções dicotômicas e assimétricas, bem como se valer da oralidade para contemplar vozes que ficaram excluídas da História, atentando para a particularidade do olhar dos sujeitos. Esta é a História vista de baixo, a partir da experiência das(os) excluídas(os) da História. (BURKE, 1992)

As vozes privilegiadas nos Estudos Feministas são vistas de baixo, especificamente as das mulheres que sofrem discriminação de gênero, transversalizadas pelas relações de classe. As teóricas dos Estudos Feministas, que tentam focar suas vivências, fazem análises de suas condições a partir de um ponto mais próximo da realidade, mas que não se quer como absolutas, nem mesmo neutras.

As propostas de Harding (1996)<sup>9</sup> baseiam-se em dois referenciais: o ponto de vista das mulheres, que transforma os estudos



9 Ver Scott (1990, 1992), Dias (1994), De Castele (1992).

feministas, e sua luta política, considerada como fundamental, moral e cientificamente preferível para as interpretações e explicações da natureza e da vida social. São os processos de conhecer o mundo que distinguem as teorias do conhecimento e que as teorias feministas vêm propondo novas formas de conhecimento. Os instrumentos metodológicos são redirecionados para uma perspectiva feminista, revelando facetas significativas de um viver das mulheres. O que muda é a busca, além do interesse do pesquisador em dizer o não dito da experiência desses sujeitos sociais e históricos.

Diante do exposto, discutimos os *discursos legalizadores e práticas impuras*, presente nas noções de valor presente nos processos-crimes de sedução, desvirginamento e estupro na instância jurídica. A mulher vítima<sup>10</sup> nesses casos, era a baliza para que o julgamento acontecesse e a valorização se dava com o estabelecimento de termos como honesta e desonesta, os quais estavam impregnados de símbolos, estigmas e estereótipos (representações) do comportamento feminino e do padrão de honra.

Os detentores desse discurso se alicerçaram nos discursos jurídicos de juristas reconhecidos como Viveiros de Castro, sendo citados para fazer pesar seus argumentos nos processos. Além disso, neles estão inseridos advogados, delegados, promotores e juízes no lugar que, pela essência da terminologia, se distingue do Direito. É um termo que se autolegitima pela sua configuração, pois ele é a verdade em si, e quem faz uso dele, para falar desse lugar, separado do cotidiano, possui autoridade legal para tanto.

De 1960 até 1980, foram encontrados cerca 29 documentos sobre sedução e estupro, no Centro de Documentação e Pesquisa/UEFS (CEDOC) entre processos-crimes e *habeas-corpus*, ocorri-

10 O termo vítima é utilizado neste trabalho no sentido jurídico do termo – sujeito passivo do ilícito penal; paciente – sem o entendimento do termo na condição de passividade, inerte, despossuída de vontade e desejos. São utilizados, também, nesse sentido, os termos reclamantes e ofendida.

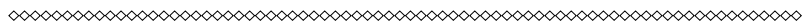
dos em Feira de Santana e nos distritos. Desses documentos, quatro de estupro e oito de sedução nos distritos; oito de estupro e nove de sedução em Feira de Santana. Cinco desses processos estão sem algum tipo de identificação. Em 20 anos, esses foram os que chegaram à Justiça, mas estes números não condizem com os relatos dos entrevistados, que falam que sempre havia casos de sedução e desvirginamento, mas não chegavam à Justiça.

Entre os 33 processos-crimes analisados, em cinco deles as acusadas estavam grávidas. Dos 15 casos de sedução em Feira de Santana, dois resultaram em casamento. Nos casos de estupro, as mulheres foram em sua maioria classificadas como domésticas<sup>11</sup> até 19 anos; dos oito que possuíam referências raciais apenas 2 eram de mulheres brancas.

Nesses inquéritos, dois indivíduos foram considerados culpados e um deles pediu revisão criminal para extinguir a culpabilidade. As referências sobre os procedimentos cotidianos das vítimas se davam através das testemunhas de acusação e defesa; através desses elementos, os promotores e os advogados de defesa elaboravam seus discursos.

Em seguida trabalhamos com as convergências e às transgressões em relação ao código de conduta. Dessa forma, foi possível entender a diversidade de experiências e “maneiras de fazer”, conforme Certeau (1998). Essas diversas formas se espalham no cotidiano feirense, pois as mulheres dessa região, nascidas ou imigrantes, reinventaram normas e traçaram condutas de acordo com seu contexto.

Ao estudar a Princesa do Sertão, sua história e a política na vida cotidiana, discutimos a reorganização do espaço feirense e dos lugares dos sujeitos, tendo como referência os discursos sobre



11 Nos processos-crimes é comum a ocupação profissional das mulheres serem registradas como domésticas. Esse termo abrange uma série de atividades informais desempenhadas dentro ou fora do lar.

a moral em Feira de Santana e suas contradições. Nesse sentido, foi realizada a contextualização da cidade no período em estudo e como a sua modernização influenciou no processo de desterritorialização da prostituição sob a égide do discurso moralista.

As prostitutas entrevistadas sentiram a mudança no desenvolvimento da atividade do meretrício e os maus-tratos advindos dos policiais, que anteriormente não existia. Recordaram-se de um tempo em que o comércio do sexo era valorizado e, portanto, elas eram bem tratadas. A emoção advinda da entonação da voz e dos gestos juntamente com a palavra *glamour* formou um quadro de nostalgia. O ato de lembrar trouxe fatos tristes e felizes e estes constituíram as lembranças saudosas. Não foi feita uma avaliação sobre o que elas fizeram sobre suas vidas, se existiu arrependimento ou não pelo caminho que seguiram, pois há uma variação de opiniões entre elas e até a pendularidade na avaliação de suas próprias experiências. Hoje, no entendimento das mesmas, o meretrício perdeu um dos aspectos positivos, o *glamour*, pois ficou a desconsideração dos fregueses, a rigidez da polícia e a condição de relegadas à periferia do centro da cidade onde ficam os becos, antes bem frequentados, e hoje um reduto de miséria e mendicância.

O centro da cidade, apesar de ter sido modificado e sofrido o efeito das relações de poder, o que acentuou a hierarquização dos grupos sociais, conserva elementos de um passado, não tão bem querido. Talvez isso se deva pela resistência das prostitutas ao processo civilizatório na tentativa de ainda reter vestígios de um passado profícuo.

Dessa forma, foi realizada uma análise dos discursos sobre a conduta e as experiências das mulheres. Partiu-se então dos processos-crimes, depois dos jornais e entrevistas, todos em diálogo, para se ter uma noção do código moralista, bem como perceber as



particularidades, como o comportamento dos indivíduos diante de tais regras e das contradições entre o discurso e as práticas.

### *A tênue linha da boa conduta*

Os discursos presentes no código de conduta em Feira de Santana evidenciaram as relações de gênero e de classe assimétricas. As peculiaridades advindas das experiências distintas desses indivíduos é que construíram as maneiras de fazer dos grupos sociais e as variações das noções de moral que dependiam do lugar de onde se falava e do contexto.

Os crimes referentes ao estupro, sedução e defloração foram considerados, a partir de 1940, como crimes contra a moral pública, deixando de ser contra a família. Esses são acontecimentos referentes a uma violação do corpo feminino e a agressão a sua sexualidade, mas não foi dessa perspectiva que os representantes do discurso analisaram, ou melhor, julgaram os casos estudados e sim pelo olhar de quem queria manter a ordem pública diante de um acontecimento destoante da moral.

Fizeram-se necessárias uma ordem e uma vigilância dos desregramentos sexuais, inseridos na ordem do discurso, como elemento subordinado aos ditames moralizadores. As relações de gênero ganharam espaço também nos discursos sobre a sexualidade, em que a masculinidade e a feminilidade foram traçados como verdades imutáveis, advindos da essência, da natureza. Os corpos foram disciplinados, a fim de cumprir ‘um destino’ que, transviado, estava sujeito a sanções.

Nos processos-crimes, a responsabilidade da transgressão, que resultava no crime, foi permeada pela análise do comportamento das mulheres. Como a baliza para os julgamentos era a sua honra, limitada pela generalizante noção de mulher honesta e desonesta, os casos eram deferidos se a sua boa conduta fosse confir-

mada através de uma série de mecanismos institucionalizados que garantiam uma idoneidade na averiguação da mesma.

Os discursos ensinaram, também, mudanças na organização espacial, estabelecendo desigualdades, construindo lugares diferenciados e hierarquizados entre si, correspondendo a tipos diferenciados de indivíduos, previamente estigmatizados. Os lugares foram ordenados segundo as relações sociais que imbricam em relações de poder.

A partir do momento que a industrialização chegou à cidade trazida pelo governo dos militares, a ideia de modernidade, ligada ao progresso da *urbe*, se instaurou em Feira de Santana sob a égide da ordem, do progresso e da moral. A Princesa do Sertão passou, em diferentes momentos, por processos de modernizações, com suas respectivas peculiaridades. A civilidade que caracteriza esse período veio acompanhada de obras públicas, oportunidades de empregos e serviços para o operariado que se formava e a ampliação da educação, que foram um elemento essencial para transformar a cidade em a segunda do estado da Bahia.

Nas transformações urbanas não cabia a prostituição nas casas alugadas no centro da *urbe*, pois infligia os valores morais não só das famílias, mas da sociedade burguesa emergente. Não foram encontradas notícias de um movimento organizado para retirá-las do local, mas havia inquietações e descontentamentos da proximidade que os bordéis tinham das ditas casas de família. Hoje, ainda há becos que mantêm suas atividades na forma de ponto de encontro e aluguéis de quartos.

O lugar do sexo considerado adequado e o sexo para o prazer permanecem localizados em lugares distintos, enquanto o primeiro se manifesta no lar, cercado pelos laços do matrimônio e associado para os fins da reprodução; o segundo é palco de estereótipos da mulher que usa seu corpo para ganhar dinheiro. Alteraram-se as formas de se apresentar, mas elas não garantiram

mudança no discurso moralizador que sustentava a imagem dicotomizada da mulher honesta e da desonesta.

A propagação desse discurso ecoou nas vivências e experiências do cotidiano e concorreu para a reprodução da visão moralista. A instituição da Igreja corroborou para este estado de coisas, quando promulgou em seus discursos, através de missas e uma coluna semanal no jornal Folha do Norte, as formas de comportamento dos sexos, dentre outras orientações que se respaldavam na Bíblia como livro inquestionável sobre a obra de Deus.

Os valores eram o alicerce para uma vida dentro dos moldes familiares. A família, como uma instituição burguesa, deu guarida às ideias valoradas e retroalimentou os discursos. Nas vivências populares, elas não poderiam deixar de ser parâmetro, visto que há os ideais que se pretendem ser hegemônico, mas são resignificados de acordo com os grupos que se apossam dele. Nos segmentos populares, as mulheres exerciam atividades fora do lar e tinham sociabilidades diferentes daquelas de classe média e alta, já que eram mais restritas aos labores da casa.

A Feira de Santana civilizava-se com base nos enunciados de ordem, progresso e moral condicionados por interesses de grupo(s). Nos jornais, via-se desenrolar os novos ares tão almejados, concomitante com a desqualificação dos moradores dos bairros mais pobres e considerados os mais violentos. As *benesses* chegavam para os mesmos que proclamavam a marcha civilizatória e os mesmos que sucediam a vigilância para evitar movimento de encontro ao planejado e a prudência com as ações dos jovens, era uma das formas de exercer o controle sobre a sociedade.

As referências sobre o benefício do progresso para o povo feirense, as melhoras urbanas e de serviço, não chegaram para a maioria. As normas deviam ser seguidas sob o crivo de uma vigilância que segregou e diferenciou aquelas e aqueles que saíram do modelo. Registrou-se um descompasso entre o que se pretendia

e o que foi realizado. A Feira de Santana cresceu, em termos espaciais e populacionais, dentro de uma proposta de melhorias na condição de vida de todos e sobre os ditames de valores que não mudaram, o que a situou entre permanências e rasuras.

As permanências se deram na ordem dos valores, das diferenças de classe e mantenedoras das dicotomias de gênero, aprofundando as distinções com o crescimento urbano, porém sem uma melhora nas condições de vida. Características do universo rural persistiram em bairros, como as carroças que disputavam o trânsito com os carros, devido a não adequação ao novo cenário de modernidade e ao isolamento de alguns elementos que destoariam de um cenário moderno.

A distância dos discursos propagados e a prática dos mesmos pelos membros que representavam as instituições, pelas experiências dos populares e pela manutenção de uma ordem que privilegiava um grupo em detrimento de outro, se situam diante de uma modernidade e uma moral que não se vislumbrou como prevista. A Feira de Santana manteve costumes, principalmente através das mulheres que atuaram como chefes de família, passando regras e as ressignificando. Essas regras continuaram sendo proliferadas; todas(os) possuem suas noções do que é certo ou errado, sempre girando em torno desse binômio.

Os mais velhos, que viveram a adolescência e a fase adulta entre as décadas de 60 e 70, apesar de terem ido de encontro à considerada normalidade, como as prostitutas e as namoradeiras, criticaram as novas formas de se comportarem, como o estabelecimento dos “ficantes”, o uso abusivo de drogas e a maior incidência da violência. A gravidez antes do casamento pode não ser mais causa de escândalo, mas ainda não é desejada e continua a ser criticada.

Todas e todos possuíam uma conduta a zelar, a partir do lugar social que se encontravam, e estabeleceram relações diferentes

com o código de conduta da época, ao reproduzirem e ressignificarem essas normas através de suas “maneiras de fazer”, mas sempre dentro de uma linha tênue do certo e do errado. Diante das variações dessas normas e de suas formas diversas de vivê-las, as noções entre certo e errado permanecem, bem como as críticas, a vigilância e os “nãos” para tolher, censurar e vigiar. Isso se dava de forma explícita ou implícita, marcando na materialidade dos corpos e das mentes daquelas e daqueles que viveram um momento assinalado pela repressão aos atos considerados impuros.

## Referências

- BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.
- CENTRO DE PESQUISAS HISTÓRICAS. A história das mulheres. Cultura e poder das mulheres. Ensaio de Historiografia. Tradução de Raquel Soihet, Rosana Soares e Suely Costa. *Revista Gênero*, Niterói, v. 2, p. 7-30, 2000.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- DE CASTEELE, Sylvie Van; VOLEMAN, Danielle. Fuentes orales para la historia de las mujeres. In: ESCANDÓN, C.R. (Org.). *Gênero e história*. México: Instituto Mora/UAM. 1992. p. 99-109.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: v. 2, n. 2, p. 373-386, 1994.
- ESCANDÓN, Carmen Ramos. La nueva historia, el feminismo e la mujer. In: ESCANDÓN, C. R. (Org.) *Gênero e história*. México: Instituto Mora/UAM, 1992. p. 7-37.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2002.
- \_\_\_\_\_. Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

- HARDING, Sandra. *Ciência y feminismo*. Madrid: Morata, 1996.
- JAIVEN, Ana Lau. Cuando hablan las mujeres. In: BARTRA, Eli (Org.). *Debates en torno a una metodología feminista*. México: UNAM, 1998. p. 185-198.
- LEYDESCORFF, Selma. Política, identificación y escritos sobre la historia de la mujer. In: ESCANDÓN, C. R. (Org.) *Género e historia*. México: Instituto Mora/UAM, 1992, p. 86-98.
- MATOS, Maria Izilda. Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 11, p. 67-75, 1998.
- \_\_\_\_\_. História das sensibilidades em foco, a masculinidade. *História, questões e debates*. Curitiba, ano 18, n. 34, jan./jun., p. 45-63, 2000.
- NICHOLSON, Linda. L. Hacia um método para compreender el género. In: ESCANDÓN, C. R. (Org.). *Género e história*. México: Instituto Mora/UAM, 1992. p. 142-180.
- NIETZSCHE, Friedrich. *A genealogia da moral*. São Paulo: Escala, 2005.
- PERROT, Michelle. Práticas de memória feminina. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), v. 9, n. 18, p. 9-18, 1989.
- PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.
- RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. *Análise do discurso Crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.
- RODRIGUES, Alexnaldo Teixeira. *Afinal, para que educar o Emílio e a Sofia?* Rousseau e a formação da moral. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.
- SARDENBERG, Cecília M. B. O gênero da memória: lembranças de operários e lembranças de operárias. In: PASSOS, Elizete; ALVES, Ívia; MACEDO, Márcia. *Metamorfose: gênero na perspectiva interdisciplinar*. Salvador: NEIM/UFBA, 1998. p. 147-264.
- SCOTT, Joan W. Prefácio. A gender and politics of history. *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 3, p. 11-27, 1994.
- \_\_\_\_\_. El problema de la invisibilidad. In: ESCANDÓN, C. R. (Org.). *Género e história*. México: Instituto Mora/UAM, 1992. p. 38-65;

\_\_\_\_\_. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre, p. 5-22, jul./dez., 1990.

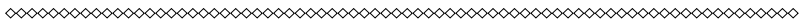
\_\_\_\_\_. História das mulheres. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

A TRAMA SIMBÓLICA  
DAS PIRIGUETES E PUTÕES  
*um estudo das representações de gênero  
nos pagodes baianos e na cultura*<sup>1</sup>

Clebemilton Nascimento  
Ivia Alves

*Introdução*

A inserção da música no cotidiano das pessoas acontece de diferentes maneiras e em variadas ocasiões, sendo, assim, de fundamental importância analisar sua inserção na conformação das representações coletivas, das identidades, das formas sociais de produzir e compartilhar significados, principalmente entre os



1 Este texto é fruto da pesquisa de Mestrado que resultou na dissertação *Entrelaçando Corpos e Letras: representações de gênero nos pagodes baianos* defendida por Clebemilton Nascimento no Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (PPGNEIM/UFBA), em fevereiro de 2010, sob a orientação da Profa. Dra Ivia Iracema Duarte Alves.



setores jovens da população. Os discursos veiculados nas letras de música constroem representações sociais, saberes produzidos que, fazendo circular valores dentro do plano do imaginário, ordenam o mundo e suas regras, estruturam e hierarquizam os sujeitos e as relações sociais.

Assim, na contemporaneidade, a música, que pode suscitar diversas leituras, se apresenta como um importante campo simbólico de construção de significados culturais e de construção e subversão de identidades. Nessa perspectiva, o espaço das práticas musicais se revela um campo eminentemente político, visto que a música é um produto cultural realizado e apreciado, em diferentes contextos, por sujeitos com inserções socioculturais e políticas específicas, produtores de determinados discursos, sons e parâmetros musicais. Da mesma forma, as letras se apresentam como campo privilegiado de um imaginário que produz discursos e representações sobre os sujeitos e as relações de gênero.

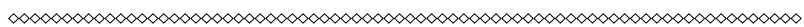
Para Heilborn (2006), as representações são valores internalizados em todas as suas dimensões pelos sujeitos, sem uma consciência permanente de sua presença. Elas são, conforme Jodelet (2002, p. 22), “uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”. Tudo aquilo que é representado pela linguagem através dos discursos forja a realidade em esquemas cognitivos, visto que a experiência perceptiva já é um processo (não-verbal) de cognição, de construção e de ordenamento do universo.

No âmbito da recente música urbana produzida na Bahia, nas duas últimas décadas, denominada de pagode, a mulher, seu corpo e sua sexualidade, bem como as relações de gênero são as temáticas mais exploradas pelos pagodeiros, intérpretes e compositores dessas letras. Dentro desse variado repertório e das variadas bandas, chama a atenção determinadas representações das

mulheres. A mulher livre e independente, dona do seu corpo e do seu desejo (independente de raça/etnia e classe) é representada como a “piriguete”,<sup>2</sup> uma construção discursiva que nomeia e determina o corpo e a sexualidade das mulheres. Tal construção discursiva dá conta de uma representação de mulheres que giram em torno das bandas e que usualmente frequentam os shows de pagode, encenando as coreografias das letras quase sempre alusivas ao seu corpo e seus comportamentos.

A realidade mediada pelas letras de pagode veicula formas simbólicas que são portadoras de ideologias de gênero. Desse modo, para entender a trama simbólica a elas subjacente é necessário desnaturalizar essas construções discursivas, sustentadas pelas ideologias hegemônicas de feminilidade e masculinidade nas práticas socioculturais. No entanto, esse discurso parece ser superado pela música, ou seja, pelos apelos melódicos, pela cadência vibrante dos instrumentos de percussão e pelas coreografias. Assim, a letra ainda que seja ofensiva fica subsumida ao ritmo que embala o corpo e se reflete apenas como palavras soltas sem conotações desqualificadoras para os seguidores desse gênero musical. Dessa forma, estabelece-se que o canto acompanha o ritmo e a palavra sempre apenas para acompanhar a melodia.

A palavra cantada, a música, também se realiza em determinadas condições específicas de produção e consumo – a música feita para dançar e alegrar. Ainda assim, nesse caso, é necessário que se leve em consideração que as canções não carregam em si um sentido unívoco. Todo ato enunciativo de uma canção constrói a “realidade”, já que não se tem acesso a ela sem a mediação da linguagem. Nesse entendimento, a linguagem não só metaforiza aquilo que é construído como real pelo senso comum, como



2 Não foi encontrado nenhum documento que apontasse uma origem dessas gírias. A palavra “piriguete” aparece também nas letras de *funk* carioca, mais ou menos, no mesmo período que aparece nas letras de pagode, ou seja, na segunda metade da década de 1990. No *corpus* analisado, o primeiro registro encontrado data do ano de 2000.

também hierarquizada e falseia. Conforme destaca Paranhos (2004, p. 25):

Uma composição é, por assim dizer, um novelo de muitas pontas. Ao circular socialmente, ela, em seu moto-perpétuo, pode inclusive ser ponto de convergência de diversas tradições e contestações, espaço aberto para a pluralidade de significados e para a incorporação de vários sentidos, até mesmo conflitantes entre si.

Por um lado os diversos discursos veiculados nas letras das músicas estão “lexicalizando” o mundo de diferentes maneiras, enfatizando assim a “agência” dos sujeitos representados. Por outro, essa mesma “agência” também pode ser ofuscada. “Os sujeitos representados nos discursos podem ser referidos de modo que presumem julgamentos acerca do que são ou do que fazem”. (REZENDE; RAMALHO, 2006, p. 72)

Ao analisar os discursos construídos nos pagodes baianos faz-se necessário perguntar *quem produz, o que se produz e para quem se produz* determinada música. Os enunciados veiculados nessas composições carregam as marcas da subjetividade, as posições sociopolíticas e ideológicas dos compositores, sujeitos constitutivos de um sexo, gênero, raça e sexualmente orientados a partir de um lugar ou classe social.

A voz masculina que enuncia e se (auto)representa como o “putão”, é o par binário da representação da “piriguete” que estrutura a heteronormatividade compulsória. (BUTLER, 2008) Para além de simples gírias, as representações são formas simbólicas que passam a incorporar as práticas discursivas de jovens adeptos dessa cultura, interferindo em seus comportamentos e nas redes de relações socioafetivas, principalmente, porque, na contemporaneidade, a música compreende uma importante interface da mídia. Assim, elas desempenham um papel relevante na maneira

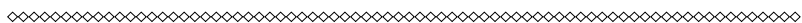
pela qual cada sujeito vive sua biografia e orienta os seus roteiros sexuais.

Este estudo tem a intenção de problematizar e compreender a constante presença da mulher como temática (ascendente e majoritária) no conjunto dos grupos pesquisados,<sup>3</sup> suas representações, como tal fenômeno acontece em plena contemporaneidade e se insere na cultura baiana, bem como a potencialidade de internalização das construções discursivas que emergem das letras na formação do público adepto e jovem.

Assim, este artigo pretende mostrar como os discursos que atravessam as representações de gênero estão fundamentando a construção da imagem da “piriguete” e do “putão”, utilizando, para tanto, os pressupostos teóricos e analíticos da Análise do Discurso Crítica, versão inglesa. Tomou-se como recorte temporal as letras produzidas a partir da segunda metade da década de 1990 até o presente momento. No referido período, o pagode se consolida como um gênero musical e se torna um importante nicho urbano de socialização. Como parte dessa dinâmica e dos trânsitos de sentido que operam nessas representações sociais, esse estudo mostra como as construções de gênero, com sua entrada na mídia, vão se deslocando do pagode para se inserirem em práticas sociais mais amplas, em outros espaços culturais.

## *Os pagodes baianos, sua cena, seus discursos...*

Na Bahia, o samba assumiu contornos singulares e se expressa de diversas formas na constituição da hibridação da cultura e das

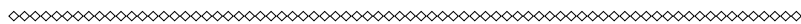


3 Integram o *corpus* dessa pesquisa as composições de nove das mais expressivas bandas de pagode desse segmento. Por ordem cronológica: *Harmonia do Samba*, *Pagodart*, *Parangolé*, *Guig Ghetto*, *Saidy Bamba*, *Oz Bambaz*, *Psirico*, *Black Style* e *Fantasmão*. Especial atenção foi dada aos grupos que vêm fazendo mais sucesso junto ao público consumidor e que, em virtude do êxito mercadológico e de recepção, têm presença constante no intenso cenário baiano de shows, micaretas, ensaios abertos, festas populares e, principalmente, no Carnaval. Ao todo, foram analisadas 250 letras.

peças. A música de pagode, por sua natureza multidimensional, se situa entre o discurso verbal, o discurso musical e o discurso do corpo que performatiza a dança. Assim, palavras, canto, sons, corpo e dança constroem uma cadeia discursiva de significados históricos, ideológicos, religiosos e políticos produzidos na circularidade das culturas (burguesa e afrobaiana). Perpassando essas múltiplas dimensões, situam-se as relações de gênero e poder, interpelando corpos marcados pelas construções históricas de gênero nas práticas sociais.

A expressão “pagode baiano”, usada para denominar uma infinidade de grupos que vêm se lançando no mercado da música baiana, parece restringir a gama de matrizes, de influências, de formas que mascaram ou reduzem singularidades, de identidades e tensões a um movimento unívoco e homogêneo. Dessa forma, suas variantes rítmicas, longe de ser um mero detalhe, implicam, em termos analíticos, em um olhar interdisciplinar que aponta para as suas múltiplas dimensões, destacando os entrelaçamentos entre corpo, sexualidade, discursos e hibridismos culturais. Nessa análise, optamos por usar a expressão “pagodes baianos”,<sup>4</sup> uma forma de abarcar essas variantes, inclusive, porque essa é a forma usada pelos meios de comunicação e pelo público consumidor.

Não existe música de pagode sem letra, assim como não existe pagode sem dança, sem um corpo que se movimenta ao sabor de um ritmo que envolve, contagia e desperta desejos. Conforme coloca um produtor musical baiano, ao se produzir a música de pagode, leva-se em conta que “o público ou é motivado pelo romântico, que vai pelo coração, ou pelo corpo, quer dizer pelo quadril”.<sup>5</sup> A fala de uma jovem de 21 anos, branco-mestiça, pele



4 O grupo *Black Style*, por exemplo, se autodenomina de *Pagofunk*, o *Pagodart* de *Swingueira*, o *Fantasmão* de *Groove Arrastado* e o *Psirico* de *Samba Percussivo*, entre outras denominações.

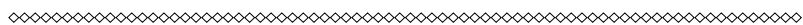
5 Depoimento do produtor Wesley Rangel à pesquisadora Mônica Leme, em 24 de Junho de 2001 (LEME, 2003, p. 136).



valores. Assim, a linguagem tem um papel fundamental no estudo da cultura; ela compreende um campo privilegiado de significação onde se evidenciam as ideologias presentes nas construções discursivas das letras. Conforme Bakhtin (1988), a palavra expressa e enunciada, compreende um “elemento concreto de feitura ideológica”, resultado desse processo de interação.

Para melhor compreender-se o pagode produzido hoje, na Bahia, deve-se ir até sua formação originária, contextualizando-o dentro do século XIX. Originário dos batuques de origem africana e, principalmente, do samba de roda do Recôncavo baiano (onde se encontram as letras de músicas que permitem ser lidas por significados ambíguos – entre a malícia e a ingenuidade), essa expressão cultural foi se incorporando às festas populares de origem branca e se adaptando à vida urbana.

O pagode passou a agregar elementos de outros gêneros musicais urbanos da cultura global como o *hip hop*, o *funk* e o *rap*, além de manter um diálogo permanente com o *pop*. Com os atuais grupos de pagode, o *samba de roda* foi se ressignificando como produto do povo, passando a se inserir na lógica dos grandes eventos de música com a espetacularização de dançarinas e a acentuação das letras de “duplo sentido”<sup>7</sup> para favorecer coreografias cheias de sensualidade. Atualizando tais marcas para o contexto atual, dentro das bordas do discurso do pagode, é veiculado um conteúdo profundamente conservador acerca do sexo/sexualidade que aciona um corpo sexualizado, desejado e desejável.



7 De modo geral, o “duplo sentido” estrutura grande parte das letras analisadas nesse *corpus* de estudo. A enunciação produzida pelo jogo linguístico do duplo sentido está entre o dito e o não-dito, já que o enunciador não assume, explicitamente, o seu discurso optando por um enunciado polissêmico. Se o sujeito opera com a ambiguidade, há, pelo menos, duas interpretações possíveis, embora uma, a dominante seja sempre expressa pela ideologia e pela historicidade das palavras. O recurso do duplo sentido constitui um aspecto sedimentar de nossa tradição musical popular e vem sendo reelaborado, em diversas conjunturas, ao longo de sua história.

Do ponto de vista da indústria cultural e fonográfica, a música popular-comercial que vem sendo produzida na Bahia, a partir do advento da *axé music*, na década de 1990, se traduz, hoje, na existência de dois tipos de produção: uma mais próxima das expectativas das classes médias e a outra (o pagode) dentro dos horizontes das classes populares, muito embora, mais recentemente, essa última produção tenha se aproximado das classes médias com a entrada de algumas bandas na mídia nacional, inclusive porque o pagode passa a ser legitimado por alguns artistas consagrados do *mainstream*, abrindo-se, assim, para um público diversificado por classe, instrução e raça/etnia.

Trata-se, portanto, de um produto da indústria cultural, voltado para o entretenimento, relaciona-se às práticas de lazer e da dança que “está diretamente associado a uma cadeia midiática cujo ponto de partida é o esforço de lançar mão dos artefatos comunicacionais para se atingir o maior número possível de ouvintes”. (JANOTTI JUNIOR; CARDOSO FILHO, 2006, p. 8) Os empresários das bandas de pagode, ao investirem nos vários segmentos sociais, encontraram no mercado um filão e procuraram seguir uma tendência que se traduziu na proliferação de bandas e no crescimento do público consumidor.

A cena social do pagode é esse espaço de hibridismo cultural onde se expressam e entrelaçam ritmo, melodia, corpo e canto, discursos que também passam a dialogar com as transformações da sociedade e da comunicação contemporâneas. Na Bahia, atualmente, a produção musical está afinada com os padrões midiáticos da música urbana contemporânea dirigida às grandes massas. No entanto, conforme destaca Guerreiro (2000, p. 255),

o pagode compõe a paisagem sonora de Salvador há mais de um século e sempre agregou uma infinidade de grupos que realizam encontros aos domingos, na praia e principalmente nos bairros periféricos da cidade, onde normalmente residem os pagodeiros.



Totalmente inserido na lógica da indústria do entretenimento, o pagode vem, portanto, se profissionalizando, deixando de ser eventos temporários em torno do Carnaval e festas de verão, passando a acontecer uma série de shows, ao longo do ano, na cena musical soteropolitana, nos quais se apresentam bandas consolidadas e emergentes que agregam um grande público. Durante várias horas, as bandas se revezam em uma maratona de apresentações que começa no início da tarde, geralmente aos domingos, e se estende até a meia noite. É exatamente nessas festas do povo que, tradicionalmente, o negro e suas expressões culturais ganham maior visibilidade, diferentemente de outros contextos midiáticos como a televisão, por exemplo.

Esses espaços de shows são lugares de socialização em que os sentidos das identidades são coletivamente compartilhados, através de convenções que tanto podem ser reafirmadas como reinventadas. Nos shows de pagode, as mulheres são em maior número, e são exatamente elas as visadas para as “performances de massa”, uma vez que as letras têm como temática central a mulher, seu corpo e sua sexualidade, colocando-as assim em evidência.

Se o panorama do pagode é eminentemente heterogêneo do ponto de vista musical, ele preserva uma vertente textual conservadora sobre a mulher, seu corpo, sua liberdade e independência. Nessa investida contra a mulher, as letras realizam uma espécie de contra ataque às conquistas do feminismo (provavelmente, dentro da cultura negra da diáspora), trazendo de volta um discurso dominante e assimétrico, que desqualifica a mulher, exigindo uma atitude submissa que, como uma onda, vai penetrando nas camadas populares; um discurso que quer ter o poder de controle do macho sobre o desejo, o corpo e o comportamento das mulheres. Essa vertente textual, vista a partir do *corpus* analisado, produz um discurso sobre as expectativas e frustrações dos



gia burguesa x ideologia da cultura afrobaiana), mas também um recrudescimento de ideologia(s) das classes médias.

Apesar de não ter ouvido, *in loco*, mulheres adeptas do pagode, já que esse não foi o objetivo da pesquisa, não me parece que essas mulheres estejam deixando de interpretar tais letras ao encenarem a coreografia da “cachorra”, ao se autoidentificarem com a “metralhada” ou se sentirem contempladas com a representação da “pomba suja”, que são outras representações contidas nas letras de músicas de pagode. No entanto, como a mulher negra que circula nesses espaços e vivencia essa cultura está interpretando essas representações, essa parece ser uma avenida de mão dupla, a depender de sua integração ou não na cultura dominante letrada.

Com os atuais grupos de pagode, aqueles que começam a emergir a partir da segunda metade da década de 1990, o contra-discurso das músicas dos blocos afrocarnavalescos de Salvador e o discurso de afirmação da identidade negra foi sendo substituído por um tom mais descomprometido, marcado pela ausência de reflexão política, em que prevalece a descontração, a espontaneidade e a alegria, mesmo nas letras onde a temática central é a condição social. O bairro, o cotidiano, os comportamentos, as atitudes e, principalmente, a festa são temas frequentes nas letras. Tudo gira em torno da festa como extensão das relações de socialização que, no bairro, se situam de forma que o repertório precisa chegar perto e trazer uma linguagem que provoque identificações e cumplicidade com a audiência. Conseqüentemente, o discurso do enfrentamento é rarefeito e os dramas sociais deixam de ser colocados como bandeiras de luta: vive-se o lema da alegria, normatizado pela mídia, celebrando a “baianidade” na sua forma específica de cantar os problemas.

## *A construção discursiva da “piriguete” e do “putão”*

Mais de uma década depois, esses temas se colocam como discursos estruturantes que sobredeterminam e conferem sentido a essa música, traduzidos, no atual cenário, em um ataque mais direto à mulher, impondo as contradições e relações de gênero e raciais, as relações de poder.

A representação da “piriguete”, originalmente construída pelos pagodeiros-compositores, se disseminou no contexto das bandas de pagode, através das redes de filiação entre grupos de jovens negro-mestiços das camadas populares que produzem e consomem essa música, passando a ser usada frequentemente nas suas práticas sociais. Atualmente, ela se encontra em circulação na mídia e nas práticas discursivas, principalmente, de jovens de diferentes camadas sociais, raça/etnia e instrução. No entanto, trata-se de uma construção discursiva em aberto e está sujeita a ressignificações e/ou contestações nos demais contextos em que passa a significar.

Esse fluxo entre corpos e discursos interfere na construção das identidades e subjetividades das mulheres (auto)representadas como “piriguetes”. A representação da mulher livre vem se abrindo para uma ambiguidade, ao se deslocar do estereótipo forjado no contexto do pagode para outras estratégias de (auto)representação que passam a ser normatizadas pela mídia, com a sua entrada nas telenovelas e revistas, evidenciando-se, assim, uma complexa rede de intersecções de gênero, raça/etnia, classe, geração e hibridismo cultural. Nesse trânsito de sentidos, observa-se que algumas construções discursivas são vistas como pejorativas para a representação de feminilidade, mas, por outro lado, mostram um tipo de feminilidade que pode exercer sua sexualidade, diferente das mulheres que não apresentam desejos sexuais.

No momento em que o pagode começa a se propagar através dos shows e ensaios-abertos pela cidade, há uma associação direta da forma de se vestir das(os) frequentadoras(es)-adeptas(os) das bandas que produzem essas músicas com a representação da “piriguete”. Essa associação baseada na aparência, mais especificamente, na roupa, nos cabelos, na forma de lidar com o corpo passa a ser um elemento distintivo e representacional que define e marginaliza os sujeitos do pagode, embora a forma de se vestir das(os) frequentadoras(es) não seja muito diferente daquela dos jovens que frequentam outros shows e contextos de festas, inclusive o próprio carnaval.

Em se tratando de pagode, a representação da “piriguete” constrói uma imagem altamente estereotipada e preconceituosa da mulher que é discursivamente marcada pela classe, raça e pelas práticas sociais desses sujeitos, jovens negro-mestiços cujos valores e modos de lidar com a sexualidade são ideologicamente diferentes da moral tradicional. A imagem da “piriguete” remete ao estereótipo da mulher negra das camadas populares cuja cultura não trata a sexualidade como tabu, que participa dos shows protagonizando as coreografias das letras e, principalmente, sabe do seu desejo e quer viver o seu momento.

Observa-se que, nessas representações, a sexualidade é sempre uma dimensão estruturante. Para Foucault (1988, p. 28),

nas relações de poder, a sexualidade não é o elemento mais rígido, mas um dos mais dotados de maior instrumentalidade; utilizável no maior número de manobras e podendo servir de ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias.

O comportamento e o exercício da sexualidade de mulheres negras, pobres, identificadas como “piriguetes”, passa a ser também alvo de julgamentos severos pelos meios de comunicação de massa, por meio dos quais emergem as expressões musicais,

que são disseminadas e identificadas pelos diversos grupos. No entanto, esses mesmos meios de informação e de análise não se desenvolveram com a mesma rapidez e preferiram adaptar os paradigmas da alta cultura, criando assim, novamente, uma rede de aceitação e rejeições que implica muito mais em um juízo de valor, porque, mais do que de críticos que tivessem construído instrumentos que dessem conta da cultura popular e de massa, provém de uma determinada classe, dominante ou em torno dela.

Na construção do estereótipo da “piriguete” há uma interseção entre racismo, classe, gênero e sexualidade. À medida que passamos a operar com categorias da contemporaneidade como classe, raça/etnia, sexualidade, hibridismo cultural e geração, os trânsitos de sentido da representação da “piriguete” se apresentam multifacetados e difusos e se tornam ainda mais evidentes quando colocamos como pano de fundo o atual momento. Nesse sentido, os comportamentos presentes nas configurações dessa representação são alvos fáceis de julgamentos e do poder regulatório que se exerce sobre o corpo, como um último refúgio de controle, um paradoxo para a mulher representada no modelo da “piriguete”, cujos significados disseminados na cultura são, muitas vezes, contraditórios e instáveis e passam, quase sempre, pela desqualificação: assim, ora ela é julgada, ora admirada pelos homens e pelas próprias mulheres. (FOUCAULT, 1988)

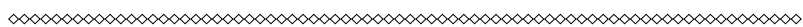
Nas letras analisadas, tanto a representação da piriguete como a do “putão” passam por um processo discursivo de racialização. A “piriguete”, quase sempre denominada de “negona”, e o “putão”, que é quase sempre “negão”, designam formas complexas, no pagode baiano, de nomear corpos marcados pelo sexo e pela cor. Nelas, as representações de gênero estruturam hegemonias e relações de poder e atravessam as demais categorias, tornando-as difusas e sempre presentes, perpassam todos os demais condicionantes dessas representações, mantendo sua estabilidade.



evidenciando-se, assim, as posições de poder. A palavra “putão” apresenta, na sua base semântica, uma ambiguidade que dá margem a recategorizações. É nesse sentido que o “homem putão” também pode ser identificado na cultura afrobaiana, fora ou dentro do contexto do pagode, como o homem que subverte as normas que sustentam a masculinidade dominante, um movimento tenso de desconstrução de hegemonias onde se evidencia desejos, racismo e pobreza.

Se, por um lado, ela também sugere uma equivalência ao sentido de puta, na representação binária do gênero, portanto, assimetricamente colocada no plano superior da hierarquia cuja marca é a virilidade, por outro lado, ela também pode significar um possível embaralhamento da coerência sexo/gênero/desejo através das práticas homoeróticas veladas, das formas negociadas de uso do corpo como valor de troca, de práticas sexuais abertas e livres do poder disciplinar e das leis que “buscam estabelecer linhas causais ou expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente construído e a ‘expressão’ ou ‘efeito’ de ambos na manifestação do desejo sexual”. (BUTLER, 2008, p. 38)

No entanto, esse não é um discurso dominante nas letras analisadas: não há evidências que possam orientar uma leitura nessa direção, isto é, para uma mudança discursiva. Nas letras, permanece o sentido dominante, que sustenta o poder hegemônico heteronormativo e assimétrico burguês, predominando uma voz que fala de si como que para afirmar o seu lugar de “homem de verdade” e apontando para a desqualificação do Outro, para aqueles à margem do código dominante. Esse discurso fica evidenciado quando as letras se prestam também para representar o homossexual como, por exemplo, na citada letra de *Bicha* (Olhe a bicha!):<sup>10</sup>



10 Composição de J. Teles/Alex Max, de 2005.



Descaradinho, não adianta se encubar  
Todo mundo aqui sabe  
Que você não é chegado a fruta  
[...]  
Bicha, bicha

Sambe com a bicha  
Bicha, bicha, vá quebrando, bicha  
Esse cavalo é égua, baixo astral, baixaria  
[...]  
Bichona!

O desaparecimento da forma “putão” na tessitura das letras pode, muito provavelmente, se justificar pela ambiguidade que o termo propicia. Embora outros sentidos ocorram como rumores, ele não legitima essas vozes nem outras representações, mantendo-se como um discurso interdito que pode, eventualmente, desestabilizar as práticas sociais. A hegemonia porém não é reestruturada, visto que não implica em mudança nas relações de poder, uma vez que também está submetido a um processo tenso de construção de uma masculinidade hegemônica.

Assim como o corpo do homem negro, o corpo da mulher negra está associado à sedução e sensualidade, e, ambos, homem e mulher negra, carregam o mito da “hipersexualidade”, uma imagem ocidental construída ao se dar o “encontro” das duas raças, principalmente, na medida em que a colonização colocou as duas etnias lado a lado, ou melhor, subalternizando uma à outra e associando qualidades celestes às mulheres brancas e demonizando as negras. Esse corpo racializado, que se apresenta fragmentado, dividido em partes, tem sido reiterado na historiografia musical brasileira, na qual a mulata aparece quase sempre estereotipada nas suas características biológicas, nos seus contornos sensuais e atributos físicos e, conseqüentemente, subvalorizada na ordem branca.

A representação da mulher construída nessas letras está polarizada em dois modelos: de um lado, a mulher idealizada, destinada para o casamento, para o recesso doméstico e para a constituição da família e, do outro, a mulher sexualmente livre, a “mulher fácil”, fora das normas sociais, associada à noção de puta, ninfomaníaca, de sexualidade desregrada que, na representação da “piriguete” é a desejada e, ao mesmo tempo, desqualificada pelo discurso masculino. A mulher independente, dona do seu corpo e do seu desejo vai se aproximar do segundo modelo e assim será descrita.

Toda mulher inserida no contexto do pagode passa a ser rotulada como “piriguete” através de um discurso dominante e conservador que demarca lugares e papéis sociais, o masculino e o feminino e, hierarquizando, coloca o espaço público como hostil às “mulheres de verdade”. Essa denominação é tomada como a síntese das imagens da representação da mulher sexualmente livre que circula nos circuitos do pagode como parte do imaginário dos compositores e, para tanto, a linguagem opera para modelar, nomear e definir comportamentos e atitudes que serão tomados como qualidades ou como defeitos essencializados e naturalizados pelo código dominante.

Ao tomar a mulher como tema, os autores constroem uma tipologia para essa mulher sexualmente livre, modelando as diferenças para representá-la a partir da referência que é o modelo dominante idealizado. Ela vai sendo, então, construída discursivamente a partir do corpo, passando, principalmente, pela aparência, roupa, comportamentos e atitudes. Ela será sempre vista como “o sexo”, a partir de um olhar que está centrado na genitália, reforçando o espaço do pagode como um lugar hostil às mulheres e o seu corpo será visto e lido como sempre disponível para a apropriação.

Essa construção se dá a partir de três níveis de representação aparentemente hierárquicos: a “piriguete”, aparentemente mais comum e mais aceita socialmente, pois se aplica a um maior número de mulheres, é a forma mais difundida na mídia; a “cachorra”, a mulher disponível, porque independente e sexualmente livre, que tem uma imagem atrelada a da mulher que dança no pagode; e, por fim, a “pomba suja”, provavelmente o nível mais baixo de degradação da imagem da mulher livre que talvez se explique pelo próprio grau de independência. Assim, essa mulher livre e independente que frequenta os shows de pagode será vista a partir desse prisma interpretativo.

É no contexto, conforme apontou Zozzoli (2005), que o código das aparências, aquele que evidencia estereótipos tais como a dona de casa, a mãe, a mulher ativa, a feminista, a lésbica, a mulher liberada, a mulher fácil, a viúva, a garota de programa, a patricinha se insere que é aplicado o significado de “piriguete”.

A mulher vai ser representada pelo par beleza/sedução como a “piriguete toda boa”, ou pela ausência dele, como na construção da “piriguete metralhada”. Esse par passa a sustentar a idealização de uma imagem da mulher que é símbolo de brasilidade, sensualidade e desejo, atualizando o imaginário da mulata e aproximando-se de um ideal de beleza normatizado pela mídia. A “toda boa” representa a face hegemônica da piriguete, a mais valorizada, aquela que se aproxima de um “ideal de feminilidade” e de uma imagem cofabricada do corpo feminino, imagem que mais se identifica com as mulheres famosas e celebridades.

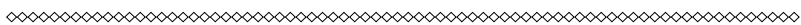
A “metralhada” é a construção discursiva da mulher sexualmente livre e já adulta que, em contraponto às jovens, é considerada “decadente”. Nesse ponto, a categoria condicionante será idade/geração uma vez que passa a embasar o imaginário dos pagodeiros, pois é tomada como feia para os padrões hegemônicos, velha pela idade, e negligente por não se cuidar. O corpo fora dos

parâmetros de beleza, ou seja o corpo “metralhado”, conforme os pagodeiros informam, será desqualificado porque não legítimo, não desejado e não desejável, um modelo que é excluído e marginalizado. No entanto, muitas mulheres que participam das coreografias das músicas se identificam com essa imagem e se autorrepresentam assim. Estariam elas encenando a sua própria desqualificação ou seria essa uma estratégia de resistência para desconstruir a norma?

### *Toda mulher é meio “piriguete”*

Com sua entrada na mídia, principalmente, nas telenovelas e revistas dirigidas a um público mais jovem, a construção discursiva da “piriguete” passa a se inserir na sociabilidade e nas práticas discursivas de muitas mulheres, seja para se representarem ou para representar seus pares, interferindo nos processos de subjetivação sobre a aceitação e/ou recusa dessa imagem. Assim, fora dos limites dos pagodes baianos, essa representação constrói um amplo espectro de significações e deslocamentos já que se trata de uma construção discursiva em processo, servindo de suporte para as diversas representações da mulher independente e sexualmente livre na cultura contemporânea, dando a entender que “toda mulher é meio piriguete”.<sup>11</sup>

A gíria “piriguete”, que se dissemina na cultura, é parte de um “aparato discursivo e de uma tecnologia por meio do qual o gênero é construído” (LAURETIS, 1994, p. 210) e que produziu outras formas de denominar, determinar e controlar o corpo e o comportamento da mulher como, por exemplo, a “patricinha”, na década passada. Trata-se, portanto, de uma construção de linguagem que ancora a identidade de gênero e sexual de forma



11 Parafraseando Mirian Goldenberg em *Toda mulher é meio Leila Diniz*.

fluida, nos diversos contextos onde ela aparece, e diz respeito, principalmente, à forma como os sujeitos se relacionam com as suas identidades na contemporaneidade, ou seja, como os significados das identidades são constantemente reelaborados e ideologicamente investidos nos discursos. Mas, é importante perguntar se, nesse deslocamento, as práticas discursivas estão reestruturando ou reforçando as relações de poder, se é possível dissociar as práticas discursivas das práticas sociais e, principalmente, se é possível haver mudança social sem mudança nos discursos.

Na fala de algumas mulheres entrevistadas e que não são adeptas do pagode observa-se um trânsito de sentido entre o “estar” no estereótipo forjado no contexto do pagode, ou seja, “ser a piriguite” e uma possibilidade de deslocamento de uma identidade sexual socialmente regulada, ou seja, “estar piriguite” (vestir-se, comportar-se como tal tomando como referência o modelo construído no pagode e disseminado na cultura), ou seja, assumir temporariamente uma identidade de gênero e sexual que dá margem a transgressões e subversões da norma dominante. No entanto, com relação ao “ser piriguite” não estou me referindo aqui a uma identidade essencial, unificada e universal, mas a uma prática discursiva que se opera entre estar dentro e fora da representação enquanto uma “tecnologia de gênero”, conforme coloca Lauretis (1994, p. 237) um movimento que se cria “a partir do espaço representado por/em uma representação, por/em um discurso, por/em um sistema sexo-gênero, para o espaço não representado, mas implícito (não-visto)”.

Nessa perspectiva, a autorrepresentação “estar piriguite” pode ser entendida como uma “performance” de gênero, ou seja, um “ato performativo”, segundo Butler (2008), mas também revela uma polarização que coloca como uma importante linha divisória e hierarquizadora que pode obscurecer ideologias sexistas, racistas e relações de poder, já que a representação forjada no

contexto do pagode parece garantir “o efeito de repetibilidade” e validade do estereótipo, passando assim, de acordo com Bhabha (1998), a embasar processos de individuação e marginalização, de forma produtiva, principalmente pela cultura letrada, marcando discursivamente o lugar do Outro e colocando o “pagode” como *locus* de diferenças.

Não seria a construção discursiva “estar piriguite” um desejo de estar, temporariamente, fora das normas sociais e do poder disciplinar de um discurso regulatório? Seria essa uma transgressão possível, permitida, um deslocamento de uma identidade marginal para uma alternativa de identidade legitimada pela mídia?

Significativamente, o enunciado *Você hoje está bem piriguite!* pode ter efeitos de sentido bastante diversos, dependendo, principalmente, de quem diz, de onde e quando, isto é de suas condições específicas de produção que demarcam importantes deslocamentos, colocando em evidência a interseccionalidade dos marcadores sociais.

Um exemplo do trânsito de sentido dessa construção discursiva para outras classes sociais pode ser observado na edição n. 08 da revista *PODER* (2008), da jornalista Joyce Pascowitch, que produz uma matéria intitulada *O que é a piriguite?*. Nessa matéria, as mulheres representadas como “piriguites” são das camadas médias e altas e a colunista as descreve como um tipo de garota de programa do *hi-society* que está interessada apenas nos bens dos altos executivos. Vejamos parte dessa descrição:

*Piriguites* são moçoilas de mira fixa, que sabem o que querem e não medem esforços e táticas para alcançar seus objetivos: fisgar um moço para chamar de seu. Mas falaremos aqui, das piriguites que atuam no *hi-society*, aquelas que não pensam em agarrar um cara qualquer e sim, um baita CCGP (sigla de Cara Com Grana Preta) e garantir seu futuro. [...] há duas versões de piriguites. As bege e as technicolor. *Beges* são aquelas quietas, isentas de brilho, sempre vestidas com roupas invisíveis para o

gosto das não piriguetes. A piriguite *technicolor* já é mais sofisticada. Ela é médio bem-nascida, viajada, meio culta, se veste bem, arranha algumas línguas, sabe frequentar e receber como ninguém e dá. Muito. (PASCOWITCH, 2008, p. 44-45, grifos nossos)

Na referida matéria, as “piriguetes” são descritas como “mulherzinhas” (dando ênfase à “feminilidade”) que vivem à sombra do marido, estrategistas que visam apenas o dinheiro e se anulam em função de manter um bom relacionamento com os homens; evitam se impor para criar confiança, mantendo-se discretas e se esforçam para serem “mulheres de verdade”, sendo boas donas de casa e, principalmente, procurando proporcionar prazer ao marido. Segundo a descrição da jornalista, elas são, geralmente, submissas e exercem um alto poder de sedução, mas são destituídas de voz. No entanto, por viverem nas classes médias e altas, não estão isentas da desqualificação pelo controle do discurso dominante, como se pode verificar pelo discurso da jornalista que escreveu a matéria.

Subtraindo-se o marcador classe social, essa representação descrita acima se assemelha às “pombas sujas”, uma forma de representar a mulher que usa o corpo como um valor de troca e ascensão social, um tipo de “piriguite” construído pelo discurso dos pagodeiros que se caracteriza pelo seu alto “poder” de sedução, sendo, assim, desejada e, ao mesmo tempo, desqualificada pela sua autonomia e independência sexual, passando a ser julgada como marginal.

## *Considerações finais*

A presente pesquisa se pautou na análise das letras e a leitura aqui empreendida é uma entre outras possíveis. Assim como sua produção, a leitura desse produto cultural também se realiza

a partir de determinado lugar, ou seja, de condições específicas, que consequentemente reflete a ideologia, o engajamento com o tema e, principalmente, o lugar de fala do analista, evidenciando suas marcas identitárias.

Nesse tocante, é preciso reconhecer que, quem analisa tais letras é um homem que provém de camadas médias e de instrução universitária, que não é adepto e seguidor do pagode, sua voz vem de fora do meio de onde essas expressões culturais acontecem. Ainda que se tenha buscado uma aproximação com o objeto e tentado diminuir o intervalo entre as categorias de gênero, classe e todo o hibridismo cultural que envolve essas identidades, pode toda essa leitura ser de um sujeito formado e forjado pela cultura ocidental branca. Sua aproximação ao tema se dá pela própria curiosidade e necessidade de estudar tais práticas sociais, ainda pouco exploradas pelas Ciências Sociais e estudos de gênero nas suas intersecções com outros marcadores sociais.

O olhar aqui lançado representou um esforço inicial de analisar e compreender, a partir de uma perspectiva interdisciplinar, as práticas sociais de uma grande parcela de jovens que vivem na periferia e nos bairros populares e que consome essa música e a partir dela, representam sua realidade, ressignifica comportamentos, modela relações de gênero, cria moda, tendências, estilos de vida, modos de sociabilidade e consumo, e que vivenciam seus corpos e sua sexualidade livre de um discurso extremamente conservador, cunhado por uma moral religiosa cristã que coloca o sexo em uma zona obscura, como algo sujo e pecaminoso. Um discurso que ambigualmente é evidenciado nas letras dessa música que eles/elas consomem.

A análise da recepção, ainda que tenha sido feita, não apresenta dados suficientes para afirmar que as mulheres que se inserem nessa cultura e frequentam os shows tenham consciência, leiam e analisem criticamente as construções discursivas contidas



nas letras das músicas. Subsumida pelo tom de brincadeira, pela descontração que caracteriza o momento em que essa música se realiza, o lazer e a festa, é possível perceber que tanto para eles, os pagodeiros, como para elas, as piriguetes, o mais importante é o ritmo contagiante do que as letras.

Ressalte-se que os sentidos dessas representações estão sendo forjados no interior da cultura enquanto processo e das trocas simbólicas, dando margem a infinitas interpretações. No entanto, o sentido dominante é quase sempre desqualificador. Ao lidar com o corpo e a sexualidade como uma construção que estrutura identidades de gênero, essas representações se situam em um espaço discursivo onde

[...] abriga-se também a posse, a traição, a honra e a emoção, valores que se confundem em torno de corpos definidos pelo poder de nomeação, pela performatividade dos comportamentos codificados pelo social, pelas condições de imaginação que esculpem modelos e referentes ideais. (NAVARRO-SWAIN, 2001, p. 300)

Todavia, se o poder está circulando entre corpos nos pagodes baianos, sua vertente textual está veiculando um discurso conservador ao representar a piriguite, uma representação da mulher livre e independente evidenciada pelo discurso do feminismo que vive em um contexto de hibridismo cultural e provém de camadas populares. Esse discurso provavelmente se explique como uma reação ao feminismo e suas conquistas, uma vez que, na visão dos compositores dessas músicas, essas mulheres perigosas, as piriguetes, representam uma ameaça à hegemonia masculina, além de revelar uma dificuldade do homem que vive nesse meio de lidar com a liberdade e independência da mulher, especialmente aquelas que, de alguma forma, não se submetem ao modelo idealizado da “Amélia”, a mulher de verdade.

Com efeito, se nas letras de pagode a representação da “pirigüete” fixa um sentido estereotipado e hierarquizador do feminino subalterno, as representações que ora se disseminam na cultura da mídia e nas práticas discursivas do cotidiano parecem se abrir para outros sentidos que, embora não desestremem as hegemonias, as embaralham em pontos de instabilidades. No entanto, resta saber se, nessa trama simbólica, há espaço para deslocamentos e subversões; se o afastamento da norma e do poder regulatório, não estão significando para essas mulheres, tão somente, uma outra via de opressão e exclusão.

Por fim, o estudo de tais letras, apesar de apresentarem certa ambigüidade, permite-nos chegar a algumas hipóteses de leitura. Uma delas é que essa música é proveniente da própria matriz do *samba de roda* e de uma vertente textual que se faz presente na historiografia da música popular brasileira, como uma forma de tratar a mulher negra (sensual e solteira) através das letras. Já nos primeiros sambas, Geraldo Pereira, Dorival Caymmi, Ary Barroso, entre outros, já ressaltavam o corpo, o molejo, o modo de andar da mulher negra, às vezes, até com palavras que, dentro do paradigma da burguesia, seriam um insulto, mas que, para a cultura afrobaiana, é mais uma celebração da mulher.

No contexto dos pagodes atuais, talvez isso represente uma forma estratégica de resistência, ao celebrar os atributos físicos de mulheres que de forma deliberada e livre vão para os pagodes exibir seus corpos livres, independente de regras normativas sociais e do poder disciplinar. No entanto, diferentemente dos primeiros sambas que exigem uma maior perspicácia interpretativa da audiência, as letras de pagode que foram analisadas, em muitos casos, são mais diretas, marcando bem as diferenças.

Provavelmente, os compositores de pagode, na Bahia, vindos da margem, à medida que ganham voz, estejam querendo se adequar e ampliar sua audiência, com essa forma de tratar as mulhe-

res (solteiras e, quase sempre, donas do seu corpo e do seu desejo), passando a agregar uma velada discriminação, pois o feminismo acentua ou visibiliza o comportamento dessas mulheres, já que elas, segundo os letristas, estão mais interessadas em bens materiais como carro e dinheiro e ainda pode escolher entre aqueles homens que aparentam ter mais prestígio e podem oferecer algo em troca, utilizando o corpo como uma forma de ascensão social.

Outra hipótese a que se chegou é a de que essa é uma música negra que emerge no momento em que os paradigmas burgueses começam a retomar a vigilância sobre a mulher. Esse *backlash*<sup>12</sup> ideológico (mulher solteira = perigo; e mulher casada = fora do olhar público), talvez, venha do atrito da cultura negra com os cultos religiosos evangélicos que condenam abertamente e desqualificam o vestuário, as atitudes e comportamentos dessas jovens liberadas. Ainda assim esses discursos também demonstram uma agregação da ambiguidade de tratar a mulher negra e uma tentativa de enquadrá-la aos tensos modelos idealizados pela burguesia sobre a representação da mulher.

## Referências

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1988.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

12 Susan Faludi (2001) denomina de *backlash* o contra-ataque às conquistas femininas que se caracteriza por um discurso machista que conseguiu enredar praticamente todo o tema relacionado aos direitos da mulher em sua própria linguagem, contribuindo assim para exacerbar as angústias femininas e quebrar a vontade política. Para essa autora, o *backlash* começa a se intensificar na década de 80 e se expressa em diferentes áreas da cultura, como a mídia, o cinema, a TV, a moda, na indústria da beleza, incidindo, principalmente, sobre o corpo das mulheres.

- CAMARÁ, Susana. Revista PODER Joyce Pascowitch. n.08, out., p. 42-45, 2008.
- FALUDI, Susan. *Backlash: o contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- GOLDENBERG, Mirian. *Toda mulher é meio Leila Diniz*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.
- GUERREIRO, Goli. *A trama dos tambores: a música afro-pop de Salvador*. São Paulo: 34, 2000.
- HEILBORN, Maria Luiza. Entre as tramas da sexualidade brasileira. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 43-59, jan./abr. 2006.
- JANOTTI JUNIOR, Jeder; CARDOSO FILHO, Jorge. A música popular massiva, o mainstream e o underground trajetórias e caminhos da música na cultura midiática. In: FREIRE FILHO, João; JANOTTI JÚNIOR, Jeder. *Comunicação e música popular massiva*. Salvador: Edufba, 2006.
- JODELET, Denise. *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.
- LAURETIS, Tereza de. A tecnologia de gênero. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa. *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.
- LEME, Mônica. *Que tchan é esse? indústria e produção musical nos anos 90*. São Paulo: Annablume, 2003.
- MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- NASCIMENTO, Clebemilton Gomes do. *Entrelaçando corpos e letras: representações de gênero nos pagodes baianos*. 2010. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.
- NAVARRO-SWAIN, Tânia. Feminismo e representações sociais: a invenção das mulheres nas revistas femininas. *História: Questões & Debates*. Curitiba, n. 34, p. 11-44, 2001.

PARANHOS, Adalberto. A música popular e a dança de sentidos: distintas faces do mesmo. *Revista ArtCultura*. Uberlândia, n. 9, p. 22-31, jul./dez. 2004.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. *Análise do discurso crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

SOVIK, Liv. *Aqui ninguém é branco*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

ZOZZOLI, Jean-Charles Jacques. Corpos de mulheres enquanto marcas na mídia: recortes. In: BRANDÃO, Izabel (Org.). *O corpo em revista: olhares interdisciplinares*: Maceió: EDUFAL, 2005. p. 46-62.



norama do fenômeno, sua sub-notificação, retratar as principais características das pessoas vitimadas e dos agressores, além de caracterizar a violência através dos dados referentes a tipos penais, locais de maior incidência da mesma etc., Nestes estudos, um importante personagem nesse processo aparece de forma simplista, quase não é mencionado. São as(os) denunciante(s) e acompanhante(s) dessas crianças e adolescentes vitimados, que geralmente é a mesma pessoa.

No estudo que deu origem a este artigo, as(os) denunciante(s) são consideradas(os) aquelas(es) que vão à delegacia de polícia e notificam a suspeita de um crime sexual contra uma criança e/ou adolescente. E acompanhante refere-se às pessoas que dão continuidade aos atendimentos voltados para os cuidados físicos e psicossociais.

Considerando que crianças e adolescentes só podem noticiar um crime nas delegacias de polícia, mesmo as especializadas nesse público, através dos seus representantes legais. São os adultos familiares e/ou responsáveis que decidem as providências a serem tomadas diante da descoberta de um ou de vários episódios da violência que tem como vítima pessoa menor de idade, sendo que essa decisão passa, entre outras coisas, pelo significado que a violência assume para esses adultos.

A figura da(o) denunciante e acompanhante de crianças e adolescentes vitimizadas por estes crimes precisa ser analisada de forma mais cuidadosa, evitando que seja vista como uma(um) atriz(ator) coadjuvante no processo, sem um aprofundamento dos diversos aspectos sócio-culturais que influenciam a construção de significados dessas violências e a definição das decisões e, conseqüentemente, das repercussões e possíveis intervenções nas vidas desse público vitimado.

As(os) acompanhantes, da mesma forma, não se restringem a fazer companhia e apoiar a vítima, como acontece nos casos em

que essas são pessoas adultas. Elas(eles) representam a figura que opta e decide pela continuidade da intervenção institucional. Assim como cabe à(ao) denunciante escolher que destino dará àquele fenômeno que atinge não só a vítima, mas também os familiares desta, ao ter descortinado nas suas vidas uma situação de violência sexual. A responsabilidade da continuidade dessa decisão inicial é da pessoa que acompanha a vítima no processo pós-denúncia. Esta decisão, por sua vez, não se encontra centrada num plano estritamente “pessoal”, já que essa é uma decisão construída a partir de significados atribuídos à sexualidade, a violência sexual, a masculinidades e feminilidades, entre outras categorias. É, pois, uma construção gerida no tecido social em que essas(es) denunciante e acompanhantes estão inseridas(os). Analisar essas(es) personagens à luz das suas experiências cotidianas, em um contexto das relações de gênero, é o que nos propomos neste trabalho.

Apesar da importância fundamental e decisiva, os estudos voltados para esse público são ainda bastante incipientes. Esses estão reduzidos às consequências sofridas, sem ampliação do olhar para diversos contextos, sociais, familiares etc. nos quais essa violência se insere e repercute (MINAYO, 2005).

Quando essas(es) personagens aparecem nos estudos do fenômeno da violência sexual, em geral com foco nas mães que silenciam, portanto vistas como cúmplices ou negligentes, são apontadas de forma superficial e preconceituosa, analisando a participação apenas sob uma ótica, descontextualizando-as, sem aprofundar suas experiências, sem considerar que a revelação desse tipo de violência acontece em meio a uma multiplicidade de sentimentos, muitas vezes ambíguos para estes familiares, onde, geralmente, vítima, agressor e denunciante/acompanhante fazem parte do mesmo conjunto familiar.

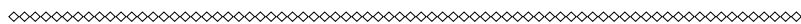


## *Denunciantes e acompanhantes atores centrais no drama da violência*

Ao analisar os dados do VIVER,<sup>2</sup> instituição escolhida para o trabalho de campo do estudo que deu origem a este artigo, o que se encontra não difere dos dados da literatura. São as mulheres da família que denunciam e, mais que isso, cuidam e acompanham essas crianças e adolescentes. São elas que percorrem os corredores e recepção do Serviço Especializado, no qual foi realizado o estudo, com suas meninas e meninos, buscando algo que lhes possibilite o re-ordenamento do mundo, a partir do desconhecido caos promovido pela violência sexual, muitas vezes revivendo as suas próprias histórias e tentando, nesse momento, traçar uma trajetória diferente da que foi traçada pelos adultos nas suas vivências pessoais.

Assim, a tomada de decisão desses familiares, em relação a que recursos irão acionar e o que esperam dos mesmos, é recortada por diversos sentimentos contraditórios e angústias. Entretanto, pouca ou nenhuma referência é feita ao fato de que esta decisão é gendrada.<sup>3</sup> A trajetória que vai sendo construída após a revelação desse tipo de violência, juntamente com os sentimentos desencadeados pelo processo, traz as marcas das construções sociais, especialmente do ser mulher, e todos os seus desdobramentos, sobretudo os localizados no grupo familiar.

A violência em geral e a violência sexual contra crianças e adolescentes, em particular, ecoa em diversos níveis sociais e pode acionar elementos variados. Necessário é, pois, levar “em conta



- 2 O Projeto VIVER (Serviço de Atenção a Pessoas em Situação de Violência Sexual) é um órgão existente na estrutura da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, responsável pelo acompanhamento médico, psicossocial e jurídico de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.
- 3 O vocábulo gendrado, oriundo de *gender* (palavra inglesa para gênero) tem sido utilizada por feministas na falta de um adjetivo correspondente ao substantivo gênero.

a perspectiva de tomar a violência como tema complexo e sensível”. (SCHRAIBER et al., 2006, p. 25) A compreensão das expectativas de resolução que aí se formam requer um olhar para os seus contornos, numa tentativa de rastrear os principais componentes dessa rede construída a partir de diferentes aspectos como os de raça, classe, gênero, entre outros.

No período abrangido neste estudo, o primeiro semestre de 2008, indica que 66% das denúncias que chegaram ao VIVER foram realizadas por mulheres. Outra pesquisa, realizada por Britto (2005) em situação similar, aponta que 84% dos casos estudados tiveram um familiar como denunciante da violência sexual, sendo que as mães representaram 61%.

Evidentemente, ao analisar os dados dessas duas pesquisas não se pode perder de vista que 99% dos agressores são do sexo masculino, muitos deles são os responsáveis legais, como pais, padrastos e outros, o que poderia sustentar o argumento do baixo índice de denúncias feitas pelos homens. No entanto, o que os dados demonstram é que as situações denunciadas têm nos vizinhos 21% desses agressores, até porque a denúncia de um membro da família é um processo com maior grau de complexidade.

Não é apenas o fato da predominância do sexo masculino como agressor o que determina essa configuração; encontram-se presentes os modelos sociais definidos para os homens e mulheres e as divisões de tarefas a eles atribuídas, ou seja, as relações de gênero.

Esse recorte de gênero fica ainda mais evidenciado quando analisamos os dados referentes ao sexo dos acompanhantes. São também as mulheres as principais responsáveis, cuja participação chega a 80%. Quando a ação é mais contínua e sistemática e refere-se aos cuidados, são as mulheres preferencialmente que assumem este acompanhamento.

Este estudo analisa de que forma as questões de gênero passam as experiências de denunciante e acompanhante, nessas situações em que crianças e adolescentes são vitimadas sexualmente, a trajetória que é desencadeada após a decisão de noticiar esse crime numa delegacia, os diversos conflitos que surgem após a descoberta do fato e a incerteza quanto a melhor, mais adequada e mais eficaz atitude a ser tomada.

Três perguntas surgem diante desse quadro tão significativamente feminino: a) é possível compreender o enfrentamento do fenômeno da violência sexual de crianças e adolescentes sem conhecer profundamente como essa experiência é vivida por essas tantas mulheres? b) é possível pensarmos em políticas públicas e ações voltadas para o público infanto-juvenil, desconsiderando essas mulheres? c) e, finalmente, como é possível pensar nas duas primeiras questões sem conhecer o papel que a categoria gênero joga nessas experiências?

O importante aqui é notar que a organização social de gênero constrói duas visões de mundo, donde se pode concluir que a perspectiva da mulher e, portanto, seus interesses divergem do ponto de vista do homem e, por conseguinte, dos interesses deste. Uma vez que as experiências adquirem um colorido de gênero, como, aliás, ocorre com classe e a etnia também, a vida não é vivida da mesma forma por homens e mulheres. (SAFFIOTTI, 1995, p. 6)

O que os números mostram é que 50% dessas mulheres são também mães, sobre elas um duplo aspecto da ideologia de gênero se coloca, na construção das suas identidades

[...] como a ideologia de gênero se torna identidade de gênero, ela existe no nível de nossa própria subjetividade. [...] A identidade de gênero e a ideologia da família estão incrustados em nossa própria subjetividade e em nossos desejos num nível muito mais profundo do que o da 'falsa consciência'. (BRENNER; RAMAS, 1984 apud SAFFIOTTI, 1992, p. 24)

A identidade do ser mulher está historicamente vinculada a de um sujeito social talhado para ocupar os lugares de cuidadoras nos diversos grupos sociais em que estão inseridas, tanto na família quanto fora dela.

A equivocada crença da “natural” capacidade das mulheres para o cuidado, em função das suas características “essencialmente” dóceis, meigas e sensíveis, não só impõe às mulheres esse lugar do cuidado como as retirou por séculos das posições de poder. Considerando a maternagem o mais clássico exemplo do cuidado, Chodorow (1978, p. 8) fala que “as capacidades das mulheres para maternar e suas habilidades para retirar disto gratificação são fortemente internalizados e psicologicamente reforçados, e são construídas, ao longo do processo de desenvolvimento”.

O lugar das mulheres como responsáveis pela reprodução traz, para algumas feministas, a maternidade como central na discussão da construção de identidade de gênero. A capacidade reprodutiva das mulheres tem sido vista como uma característica que aproxima o significado sobre o ser mulher através das culturas, sem, no entanto, produzir resultados sociais específicos (NICHOLSON, 2000).

[...] a tragédia dentro da tragédia é que por sermos consideradas primordialmente seres reprodutivos, mais do que seres humanos plenos, somos vistas num contexto sexual de definição masculina, com a consequente epidemia de estupros, assédio sexual, prostituição forçada e tráfico sexual de mulheres. (MORGAN, 1984, p. 14)

### *Mães: cúmplices? Negligentes?*

Aqui se colocam em xeque os argumentos apresentados, próximos das generalizações, de que essas mulheres são cúmplices ou negligentes diante das situações de violência sexual. Autoras como Azevedo e Guerra (1984) falam das famílias incestogênicas,

referindo, entre outras reflexões, à participação consciente ou inconsciente das mães no processo do abuso. Ao referir sobre o incesto pai-filha, essas autoras colocam a participação das mães com três possibilidades: a) como participantes ativas conscientes; b) como participantes inconscientes; c) ou os poucos casos, restantes, em que não têm nenhum envolvimento com o incesto, desconhecendo a violência.

São poucos e contraditórios os estudos sobre o papel das mães na proteção às crianças vítimas de violência sexual. Alguns falam da teoria da cumplicidade da mãe, informando como raras as situações de incesto em que estas não têm conhecimento, ou mesmo que elas, além de silenciarem diante do ato, oferecem as filhas como objetos sexuais. (FELIPE, 1999)

Além da falta de análise mais profunda das razões que fazem com que mulheres optem pelo silêncio diante da descoberta da violência sexual contra crianças e adolescentes, rompendo com as expectativas sociais quanto às providências a serem tomadas, ou seja, a denúncia numa perspectiva embasada na legalidade, aspecto, inclusive, mais evidenciado nas campanhas publicitárias. Tal visão, além de analisar de forma bastante simplista as questões que envolvem a denúncia desse tipo de violência, invisibiliza um grande número de mulheres que rompem com diversos obstáculos para garantirem os direitos de seus filhos e filhas violados. Apesar das dificuldades, como falta de apoio do Estado em várias instâncias, especialmente na trajetória legal e a morosidade das apurações do ponto de vista criminal, são as mulheres as principais autoras dessa denúncia.

Poder-se-ia sugerir que a tendência em focar nas mães que não denunciam, ou que optam por se silenciarem diante dessa situação, funciona como um “lembrete” das regras sociais de que mãe “tem” que cuidar. Reforçando as relações de gênero e a imagem que a sociedade constrói do que é ser homem e mulher.

Nesse sentido, observa-se que não é encontrada na mesma literatura análise da negligência dos homens, quando têm suas filhas e filhos abusados sexualmente. É como se deles não se esperasse tal atenção e cuidado. Esses são personagens citados apenas quando praticantes da violência, que, algumas vezes, é até minimizada diante da “indignação” que o silêncio da mãe provoca na sociedade. No entanto, não conseguimos localizar estudos com essas mulheres que optaram em silenciar.

A questão é: em quais dados estão embasados os estudos que contribuem com a qualificação de negligência e cumplicidade das mulheres? Saffioti (1994, p. 5) referindo-se à violência contra as mulheres analisa que:

O consentimento não representa senão a aparência do fenômeno, na medida em que a consciência das dominadas é distinta da consciência dos dominantes. Esta assimetria não autoriza nenhum cientista a falar em consentimento das mulheres com sua dominação pelos homens. As duas categorias de gênero falam a partir de posições hierárquicas e antagônicas, ao passo que o conceito de consentimento presume que os co-partícipes falem a partir da mesma posição ou de posições iguais.

É bastante significativo, no entanto, como as construções de gênero estão presentes desde o primeiro momento da experiência de homens e mulheres na descoberta da violência sexual.

— Eu me senti... o mundo caiu debaixo dos meus pés, porque eu sempre fui uma mãe muito protetora, eu sempre fui uma mãe diferente, porque têm mães que vão pro bar beber, curtir e não cuidam dos filhos, deixam os filhos à toa e não é o meu caso.

(LÍCIA, Mãe de Marcos)

— Foi um baque muito violento... minha esposa me contou, eu procurava chão, procurava o mundo, perguntava. Meu

Deus! Por que isso com um pai trabalhador? Por que aconteceu isso com meu filho?

(JORGE, pai de Marcos)

As falas acima referem-se a mesma situação, onde o pai e a mãe foram entrevistados, apesar de ambos trazerem no seu discurso uma crença de que construíam uma situação pouco vulnerável e com um grau de segurança para seu filho; essa segurança, por parte do pai, era representada através do aspecto provedor da família, fato que se expressa pelo trabalho dele. A mãe por sua vez se percebe contribuindo para essa segurança, através do seu papel de protetora e cuidadora do filho, inclusive questionando aquelas mulheres que optam pelo seu próprio lazer em “detrimento” do cuidado com os filhos.

Ambos trazem como fatores de indignação ao fato violento a “quebra das regras” sociais tão bem cumpridas por eles. Regras essas que ditam que o homem precisa desempenhar o papel de prover a sua família, enquanto a mulher cuida e protege as crias do casal. Regras essas tão internalizadas que “naturalmente” se misturam as suas dores diante do sofrimento.

### *Denunciar: uma decisão ambígua e gendrada*

A descoberta da violência acontece como uma experiência bastante conflitiva, sendo que o grau de relação da vítima e seus familiares com o agressor traz para essa experiência características diferentes.

- Eu fiquei surpresa, eu fiquei assim desesperada, eu tava indo pagar uma fatura do Credicard que vencia dia 11, eu não tive mais paz, não sabia onde coloquei mais nada, nem lembrava de mais nada, da fatura, do dinheiro, eu deitei para raciocinar um pouquinho.

(RAQUEL, tia de Neuza)

A descoberta dessa realidade com alguém da família na condição de agressor amplia o próprio conflito da violência desvelada. Traz, normalmente para as mulheres, a necessidade de reconstrução da imagem construída por elas e socialmente esperada sobre aquele familiar, homens na sua grande maioria, e consequentemente da própria família.

Assim, além da violência trazer à tona o tema da sexualidade, nesse caso violada, desconstrói o mito da família feliz, harmoniosa e protetora. Sendo que essa quebra da simbologia da família não se processa apenas por dentro dela, mas, ao ser noticiada, passa a ser pública.

Denunciar os homens da família significa ser responsabilizada pela quebra da estrutura familiar que, apesar da diversidade de modelos convivendo num mesmo momento histórico (CORRÊA, 1982), ainda mantém um ideal de “[...] família monogâmica nuclear, burguesa e patriarcal”. (NARVAZ, 2005, p. 16)

A decisão de denunciar o homem da família requer da mulher denunciante, não apenas o rompimento dos laços afetivos ou a dependência financeira, mas uma ruptura da estrutura de poder posta na família. Nessa ordem patriarcal a família se organiza de forma hierarquizada, onde o lugar das mulheres e crianças é o da subordinação ao homem adulto da família. (SAFFIOTI, 2004)

Desta forma, denunciar um membro da família, especialmente um homem, pai, “companheiro”, suposto provedor e protetor representa, simbolicamente, a ação que rompe com significados profundos, com laços que unem e que dão sustentação à construção das relações no mundo social e, nesse caso, numa sociedade construída sobre os patamares de um sistema patriarcal.

Soma-se à decisão da denúncia de um pai a ruptura e afastamento deste, devendo-se levar em conta que, embora sendo o agressor, podem existir ligações afetivas entre ele e a criança vitimada, “construídas num momento anterior à situação de



violência e permeados por sentimentos ambivalentes devido à ocorrência do abuso sexual” . (MELO, 2006, p. 19)

Soma-se aos conflitos internos, na própria estrutura familiar, o fato de que o tratamento dispensado à mulher no espaço da delegacia é desqualificante e que, se não tiver a companhia de um homem, a sua luta será muito mais penosa e com a crença de que dificilmente será dado um encaminhamento satisfatório ao problema, conforme fica evidenciado na fala de Márcia:

- Eu venho pra aqui [no Viver], mas quando é pra ir pra delegacia ele [o marido] vai. Porque lá na delegacia é um negócio muito fechado e eu acho um negócio muito chato uma mulher ta lá sozinha, e como ele é homem, eu peço sempre a presença dele. Só uma mulher é como se a própria delegacia... é como se fizesse pouco caso daquele problema que você está buscando.

(MÁRCIA, mãe de Julia)

Assim, não por acaso, todas as entrevistadas traziam no seu discurso a necessidade de ter um homem nesse trâmite. Para aquelas que tinham a presença masculina era dito que seria impensável cuidar disso sozinhas.

Observa-se que, nesse enfrentamento da violência, existe de forma “naturalizada”, uma divisão de tarefas entre homens e mulheres, assim como em outros contextos sociais de convivência. Aqui gênero é o definidor:

[...] entendido como imagens que as sociedades constroem do masculino e do feminino, não pode haver uma só sociedade sem gênero. A eles corresponde uma certa divisão social do trabalho, conhecida como divisão sexual do trabalho, na medida em que ela se faz obedecendo critério de sexo. (SAFFIOTI, 2004, p. 8)

Para os homens está reservada a tarefa considerada mais qualificada, que requer do seu agente mais conhecimento, sagacida-

de e, mais que isso, postura de enfrentamento, para que não seja “passado pra traz” e que possa reagir diante dos obstáculos com argumentos e atitudes capazes de removê-los. Já as mulheres ficam com a parte das tarefas mais rotineiras, em ambientes menos ameaçadores e que, portanto, não necessitam de nenhum grau de postura crítica ou atitudes mais qualificadas para o seu acesso.

Os dois casais que foram entrevistados repetem essa divisão das tarefas diante do enfrentamento da violência como algo “naturalmente posto e não imposto”, como se refere uma mãe ao ser questionada sobre a forma como se deu a divisão das tarefas entre ela e o marido. Quando estão participando ativamente no processo do enfrentamento da violência sofrida por um filho ou uma filha, os homens ficam responsáveis por estarem à frente dos aspectos legais, como ir à delegacia, conversar com o setor jurídico do Viver etc. Para as mulheres, que têm o apoio masculino, como uma forma de serem poupadas das agruras do trabalho desconfortável e com maior grau de complexidade, fica a responsabilidade de levarem os filhos ao Viver para os cuidados médicos e psicossociais.

- Eu e meu ex-marido nós combinamos que com essa parte de... jurídico ele ficava e eu ficaria com essas outras coisas. Então, aqui [no Viver] a gente não sabia o que era. Pra ele era de menos importância no momento. Porque ele queria mexer com o processo com as coisas, queria saber o que ia acontecer, a parte jurídica. Porque é assim ele é muito mais agitado do que eu, ele conhece mais gente que eu, tem mais amigos, ganhava um pouco mais. Eu nem tinha estrutura física e mental pra isso. E o Viver não é um fardo, não é um peso. É uma ajuda, então pra mim tá tranquilo.

(SÍLVIA, mãe de Tânia)

Essas experiências narradas como dificultadoras da locomoção dessas mulheres pelas diversas delegacias obviamente não

são difíceis apenas para pessoas do sexo feminino, mas pode-se observar neste estudo que às carências e deficiências institucionais promotoras desses equívocos no atendimento do cidadão de modo geral, somados aos elementos de gênero para a usuária mulher, são ampliados. Esses fatores fazem com que a experiência delas seja vivenciada com uma carga de desconforto e desqualificação da sua “queixa” que pode representar elemento impeditivo da continuidade da busca de apuração legal do crime.

Não é por acaso que todas as entrevistadas assumem sentir a necessidade de ter uma companhia masculina como elemento “facilitador” do acesso à instituição policial, como se elas não fossem possuidoras das competências necessárias para acessar esse dispositivo legal.

Até bem pouco tempo, a mulher era a própria representação da família, sua atuação estava restrita à esfera privada, aqui entendida como espaço da casa e da família, a ela era negada a possibilidade da participação no mundo público, este como privilégio dos homens. (FARIA, 2006) De acordo com Sorj (1992), pouca chance haveria de ver incluída a perspectiva das mulheres no mundo público, sua cultura e instituições, já que este era um mundo que se organizava numa perspectiva racional, frequentemente vinculada aos homens.

Certamente essa crença não é fruto apenas da desigualdade de tratamento disponibilizado às pessoas dentro da instituição. Esse comportamento institucional é ao mesmo tempo consequência de uma cultura androcêntrica e um dispositivo que legitima e confirma esta mesma cultura. Desta forma, homens e mulheres, de modo geral, chegam à Delegacia trazendo consigo a crença das suas desigualdades, sendo as mulheres aquelas que “não possuem” a linguagem correta para estabelecer a comunicação necessária, não possuem estratégias de inserção “no mundo” da

polícia e da lei e, portanto, vivenciam a experiência sentindo-se como se estivessem fora do seu lugar.

O que este estudo demonstra é que, em geral, as instituições têm reforçado essa dinâmica social e, apesar das grandes transformações ocorridas, ainda hoje é predominante a posição da mulher como aquela que domina as atividades restritas ao mundo da casa; as instituições que tratam de assuntos tão complexos, apesar de abertas a elas, são inacessíveis pelo descompasso entre os requisitos exigidos e as qualificações por elas apresentadas.

Essa dinâmica social aparece também na fala de Pedro, um dos entrevistados, que expressa com clareza os estereótipos de gênero, a partir do seu entendimento sobre mulheres e homens. Ele expressa o afastamento histórico entre razão e emoção que separou os sujeitos femininos e masculinos, existente no imaginário social, que define comportamentos entre homens e mulheres e “justifica” ações violentas contra pessoas do sexo feminino.

- Mãe é a presença materna. Como minha mãe disse – mãe é uma dádiva, mãe é carinho. A mulher é sensível, ela jamais vai agir. Quando ela bate é como se ela batesse nela mesma. O homem não. O homem quando nasce já é um bicho, já é um predador, é um caçador. Homem já é um animal. Eu não acho que o homem seja... tem homem que é sensível, mas ele já traz a brutalidade com ele. É muito diferente da mulher, eles querem colocar em igualdade, então, o homem tem a força, a mulher tem a inteligência. Vai dizer que nunca observaram isso? Porém ela não sabe usar a inteligência dela contra a força brutal dele. A força brutal dele destrói a inteligência dela, destrói ela toda. Porque ele usa a violência. Usa a força e as vezes ela não sabe usar da força. Agora a mulher que se atrapalha nisso.

(PEDRO, pai de Ana)

Essa forma de perceber as mulheres aparece de maneira mais ou menos explícita na trajetória institucional dessas denunciante/acompanhantes. Desde a descoberta da violência, profundas marcas de gênero aparecem orientando os conflitos enfrentados pela família para a tomada de decisões quanto à trajetória a ser desencadeada. Marcas essas que, além de se estenderem por todo o percurso, atingem a todos, homens e mulheres, vítimas e agressores, profissionais das instituições e usuários destas, no entanto as mulheres são mais duramente penalizadas por essas representações, pois para elas as diferenças se revertem em desigualdades. (SAFFIOTI, 2004)

A força que paralisa as mulheres não é apenas aquela que lhe atinge fisicamente, essa “força brutal” é expressa pela fala rude, pela desqualificação da sua denúncia, entre outras coisas.

### *Denunciar: uma ação solitária de mulheres*

São muitas as dificuldades que essas mulheres, maioria de denunciante e acompanhante, enfrentam. Decidir denunciar alguém da família traz para elas uma dificuldade a mais, pois essa ação é recortada pelo confronto, muitas vezes da própria criança vitimada. Para essas crianças que têm no agressor sexual a figura do pai, acusá-lo representa a possibilidade de incriminar alguém de quem é esperado amor e cuidado, e efetivamente alguém da sua relação afetiva. Assim, para essas mulheres, muitas vezes, até mesmo a pessoa a quem ela pretende proteger com sua denúncia não concorda com a decisão, tornando-se, portanto, às vezes uma ação solitária.

- Minha mãe, eu nunca vou fazer mal nenhum senão meu pai vai preso. E ele falou que se ele for preso eu nunca mais vou ver ele, e eu não quero que faça isso com meu pai. Eu tô

nessa situação porque o menino gosta, gosta, adora o pai. Praticamente foi o pai que criou ele, eu com trinta dias de parida eu fui pra rua trabalhar, com medo de perder o emprego.

(LAURA, mãe de Anderson)

São especificidades da vida de cada um que fazem com que a experiência, diante de uma situação de violência sexual, seja única para cada pessoa. Suas histórias de vida trazem consigo o colorido próprio de cada tecido social que é diferente para cada ser. Os afetos e desafetos que envolvem a vida de cada uma das pessoas que está na rede da violência é um aspecto que pode ampliar a dor da violência desvelada, pois, não só os filhos violentados mantêm relações de amor com esses homens que, além de agressores, são seus pais. Também essas mulheres denunciantes, em muitas situações, têm por seus maridos e companheiros um laço de afeto, uma expectativa de uma relação de amor, de construção de sonhos e de uma vida em família.

- Ele me ajudava muito com meu pai, para carregar, botar no banheiro, levar pro médico, como ele fazia com minha mãe. Não tinha como desconfiar desse homem, não tinha! Se eu perguntar pra todo mundo no bairro, quem é Antônio? Uma pessoa que gosta de ajudar, dar socorro a qualquer hora, batia na porta dele pedindo socorro ele ia. Tantas mulheres pariram naquele carro, eu não sei... E ele... as meninas cresceram junto com eles. Não tinha como anexar uma coisa a outra.

(RAQUEL, tia de Neuza)

Esses homens não são blocos uniformes para o qual podemos denominar “agressor sexual”, eles são seres complexos com aspectos positivos e negativos. Na relação com essas mulheres, eles podem estabelecer vínculos de afeto, de cooperação, de cuidado,

que podem parecer incompatíveis com a figura de um agressor sexual. Para as mulheres conhecer esse aspecto é se deparar com o inesperado, o insuspeito, que aparece como mais um elemento de conflito na decisão da denúncia, aspectos que não são possíveis de “serem anexados” a uma agressão sexual.

A quebra do padrão social da sexualidade surge como agente desconstrutor da identidade desse homem. Esse aparente antagonismo revela a perspectiva de que subjetividades, desejos, modos de ser, de dar e obter prazer não necessariamente guardam uma relação direta com as normas sociais. No entanto a quebra dessas normas

[...] atinge a sociedade em paradigmas essenciais, uma vez que as interdições sexuais estão na fundação do nosso ordenamento jurídico, caracterizando uma forma de transgressão que fere os nossos códigos sociais mais primitivos. No entanto, subsiste a milênios de proibições nos lembrando sempre que, para cada lei existe um desejo que o contrapõe. (PORTO, 2006, p. 25)

A necessidade de tomar decisões, relativamente rápidas diante da descoberta do fato, acontece num momento em que os sentimentos de terem sido enganadas, de terem sido usadas por esses homens durante anos, desaba sobre a vida dessas mulheres, como se aquela violência, de muitas formas, anulasse toda uma imagem construída durante uma vida de convivência. Quebra especialmente a imagem da família ideal, que está respaldada num modelo que “[...] baseia-se em relações estáveis marcadas pela autoridade do pai sobre a mãe e os filhos” e esse modelo é idealizado, mesmo sem as possibilidades reais de vivê-lo. (NARVAZ, 2005, p. 15) A construção desse ideal de família sofre de forma evidente “[...] influência do patriarcado”. (SAFFIOTI, 1979, p. 12) Entretanto, aqui “o patriarcado não designa o poder do pai, mas dos homens, ou do masculino, enquanto categoria social” (SAFFIOTI, 2004, p. 13), representando assim um modo predominante de relacionamento.

As consequências da decisão de denunciar esse tipo de violência não se restringem à dissolução de sonhos românticos, ou mesmo da família “ideal”, Questões de ordem prática emergem solicitando medidas emergenciais. Sair de sua casa para morar de favor na casa de um familiar é uma dessas medidas emergenciais, comum a todas as mulheres, quando o agressor é o pai ou padrasto.

Que desamparo obriga mãe e filhos a saírem das suas casas para fugirem de uma situação de vulnerabilidade, quando os agentes promotores dessa situação se mantêm comodamente nos seus lares?

Algumas são as respostas trazidas por essas mulheres. A forma de legalização da propriedade que coloca o homem como o dono do imóvel, associada à falta de conhecimento da lei que coloca as mulheres numa situação de desproteção quanto aos seus direitos são alguns dos fatores. Mas não apenas esse aspecto aparece como relevante. Muito mais representativo é o fato de ser inviável retornar para a mesma casa daquele que elas acabaram de denunciar pelo crime sexual. Como continuar convivendo com esse homem?

- A gente já ta ruim, aí fica pior ainda, não só eu, como ela porque ninguém faz questão de esconder nada dela, entendeu? As pessoas fazem questão de falar que eu to morando na casa da minha mãe. A gente não tem aquele conforto, ela perdeu totalmente a liberdade dela, entendeu? Eu na verdade não queria nem ta nessa situação, queria nem ta passando nada disso, isso tudo eu acho que não ta machucando só a mim, ta machucando muito mais a ela do que a mim. Um monte de coisa que ela ta passando, eu to fingindo que não to vendo, porque infelizmente eu tenho que ta morando na casa da minha mãe. Eu ainda tenho que me submeter a essas atitudes. Dormir na sala, não tenho quarto pra gente dormir, então seis horas da manhã minha



mãe sai e já faz zuada. Liga televisão só pra ligar, ninguém vai sentar pra assistir. A gente perdeu... eu nem tanto, ela perdeu tudo.

(PAULA, mãe de Jaíra)

A todos esses sentimentos, conflitos e desmoronamento da vida até então conhecida para essas mulheres soma-se a humilhação de viver na casa de outras pessoas, mesmo que familiares. Muitas vezes essas casas não possuem nenhuma estrutura para receber uma nova família e, ao chegarem, são vistas e tratadas como estorvo e elementos indesejados.

Essa situação também está carregada de desigualdades entre os gêneros, quando coloca as mulheres em situação de dependência desses homens, ou de terceiros para terem um abrigo. Aqui, mais uma vez, fica evidenciada a manutenção do modelo de família patriarcal, legitimando o lugar do homem como chefe da família e proprietário dos bens, mesmo que esse bem seja uma pequena casa popular.

A realidade que aparece neste estudo demonstra que, ainda hoje, mulheres optam por cuidar dos filhos e da casa em detrimento do investimento na sua própria vida. Abrem mão de estudar, trabalhar e construir a sua autonomia para proporcionar aos filhos e ao marido toda a atenção e cuidados. Sobre os sonhos para sua própria vida, Márcia diz:

- Que ela [a filha] seja feliz, que faça vestibular, que ela faça faculdade, o curso que ela tenha que fazer. Que ela seja pediatra, que seja professora, o que ela quiser.

(MÁRCIA, mãe de Julia)

Invariavelmente todas as entrevistadas, ao serem questionadas quanto aos sonhos que tinham nas suas vidas, apontaram a realização dos filhos como a primeira opção, seguida a de conseguirem um trabalho para saírem das casas das famílias, mas também com

objetivo de proporcionar uma situação mais confortável para os filhos. Os sonhos que diziam respeito as suas próprias realizações eram colocados como algo tão longínquo que nem mesmo ousavam falar. Se esses já eram distantes, agora, diante da situação de violência, ficam praticamente esquecidos ou mesmo abandonados em razão da urgência de sobrevivência que esse fato impôs às suas vidas.

Apesar de tantos fatos avassaladores, de mudanças bruscas inesperadas e indesejadas, dos sentimentos de dor e solidão que essas mulheres vivenciam com a descoberta da violência e contrariando os trabalhos que insistem em falar da sua negligência ou mesmo da cumplicidade por elas estabelecida com os agressores, o que foi observado é que muitas mulheres, diante dessa situação, abrem mão de conforto, da comodidade e da acomodação da vida familiar e rompem definitivamente com esses homens.

A violência sexual e as decisões a ela ligadas envolvem fatores de diversas ordens, desde os culturais e sociais até os psicológicos e interpessoais, entretanto muitas vezes tem sido objeto de simplificações, que tiram do fenômeno a multiplicidade de fatores que o constituem e, das pessoas envolvidas, a subjetividade da experiência. (MUSZKAT, 2002)

Nada favorece que essa denúncia seja feita. Todas as consequências são extremamente desgastantes para essas denunciantes. Desde aquelas que dizem respeito às suas emoções, até as de ordem mais prática e objetiva das suas vidas pessoais, passando ainda pela morosidade que caminha esse procedimento legal, levando as denunciantes a questionarem até que ponto valeu à pena fazer a denúncia e até que ponto não teria sido mais simples apenas afastarem-se dos agressores e tocarem suas vidas. Elas têm a vida de suas filhas e filhos exposta, suas privacidades invadidas e veem, dia após dia, a esperança de punição do culpado se esvaindo na burocracia do Estado.

As mães apontam a forma insidiosa em que foram atravessadas pela violência sexual, obrigando-as a introduzirem o assunto da sexualidade, especialmente das filhas, de forma antecipada e compartilhada com homens e mulheres desconhecidos dentro das instituições. Um assunto que deveria, para elas, ser privado, restrito ao conhecimento de poucos, passa a ser de ordem pública, do domínio de muitos.

- Muito antes da hora, não agora que ela já tem 17 anos, mas na época que ela tinha 15, eu acho muito cedo pra ela ta vivendo uma vida que eu com 35 anos não tinha vivido. Então a história de delegacia, a história de advogados, a história de IML. Essa toda, de ter que falar com homem, com mulher, com todo tipo de pessoa, sobre sua vida íntima, se transou, se deixou de transar, então é uma vida que eu não queria para ela e que não era pra ter feito naquele momento. Porque se ela tivesse tido uma transa com o namorado quem tinha que saber sou eu e o pai dela, mas só que a história não é mais assim.

(SILVIA, mãe de Tânia)

É verdade que não se pode perder de vista que para essas tantas mães que denunciam e acompanham seus filhos, por longo período que se arrasta depois da denúncia, há um número muito maior de mães que silenciam. Gregori (1992), ao analisar a violência contra as mulheres, conclui que a chamada “submissão” à situação de violência pode sinalizar uma condição que é, na verdade, adaptação e negociação, com objetivo de preservar o espaço doméstico. Essa conclusão de Gregori possui uma pertinência significativa, com as experiências das acompanhantes e denunciantes pesquisadas neste estudo.

Muitas vezes essas mães silenciam mesmo com as evidências que se apresentam diante de seus olhos, mas rotulá-las de negligentes ou mesmo de cúmplices nesse ato violento é, no mínimo,

uma visão simplista do fenômeno. Quando se coloca a mulher como culpada de um lado e por outro é patologizada a atitude violenta do homem, reduz-se um grave problema de ordem pública e foca-se no indivíduo toda a complexa problemática da violência sexual, esquecendo-se que esses sujeitos são constituídos nas e pelas relações sociais. (MORGADO, 2001)

Quando é analisada a multiplicidade de fatores que se entrecruzam nas vidas dessas pessoas, diante da experiência da violência sexual, os muitos impedimentos e obstáculos que se interpõem, tudo isso somado à pouca efetividade da estrutura oferecida pelo Estado na apuração do crime e resolução dos diversos conflitos que invadem suas vidas, é imprescindível aprofundar as investigações dos porquês desse silêncio.

Podem ser muito os fatores que definem a decisão de não denunciar, como o medo da reação familiar ou, como já foi colocado, a necessidade de manter essa família nuclear, a ideia de que não adianta denunciar, pois nada será feito, além da própria condição de tabu que esse tema remete ou simplesmente por não saber o que fazer. (COHEN, 1993)

Muitos estudos ressaltam a criança vitimada sendo a mãe a agressora, ou mesmo cúmplice, mas pouco se pesquisa sobre o contexto em que essa mulher está inserida na rede familiar e social, na situação da violência. (SCHRAIBER, 2006) Calar-se diante de fatos como a violência sexual pode ser a única alternativa de sobrevivência, não só para essas mulheres, mas também para seus filhos, pois a carência das suas vidas está inscrita em aspectos tão primários de suas existências que o significado da violência silenciosa diante da necessidade de continuar sobrevivendo.

A essas mulheres, mas não só a essas, o peso de ser do sexo feminino recai sobre os seus ombros, não apenas por serem as mais violentadas sexualmente, mas também quando buscam significar essa violência, quando acessam os recursos institucionais para re-

solução dela e quando optam por não buscarem esses recursos. O gênero se interpõe em toda a experiência desencadeada pela descoberta da violência sexual, imprimindo a marca da desigualdade que vulnerabiliza as mulheres nessa trajetória, deixando marcas profundas nas experiências de homens e mulheres.

A ideologia de gênero atinge também os homens e as mulheres das instituições que atendem e cuidam das situações de violência noticiadas e reveladas, trazendo consequências desastrosas para as pessoas que lançam mão desse recurso institucional, como alternativa de resolução da sua situação de conflito, além do flagrante desrespeito aos direitos dessas pessoas. Porém, esse procedimento não pode ser localizado individualmente nos profissionais, pois esses são representativos de uma cultura institucional atravessada pela ideologia de gênero.

- Quando entramos no HGE... o médico mandou ela tirar a calcinha pra examinar, ela não queria ficar só, queria ficar comigo. Ele disse que eu não podia ficar. Aí o policial veio e me pegou, me levou pra sala dele. Aí ele ficou me ameaçando, falando umas palavras... Perguntou se eu não tinha amante, porque meu marido trabalhava fora, tinha vez que vinha de oito em oito, tinha vez que vinha de quinze em quinze, aí foi na hora que ele sugeriu que eu tinha um amante.

(CLAUDIA mãe de Tereza de 08 anos)

Essa cultura machista que aparece nas experiências trazidas por este estudo não são “privilégios” dos profissionais masculinos, mulheres delegadas expressam também de forma bastante naturalizada conceitos sobre o que é ser mulher e especialmente qual a forma mais adequada e correta de ser mãe. Naturalmente que aquelas que fogem ao estereótipo são vistas com desconfiança pelos profissionais que estão investigando o fato violento. “As re-

lações de gênero, evidentemente, refletem concepções de gênero internalizadas por homens e mulheres. Eis porque o machismo não constitui privilégio de homens, sendo a maioria das mulheres também suas portadoras”. (SAFFIOTI, 1992, p. 15) Estereótipos esses criados pela cultura, ao longo de décadas, e absorvidos sem questionamento por grande parte da sociedade, mesmo por parte considerável das mulheres, maiores vítimas dessa situação.

O que esperar de uma trajetória institucional que de início tem uma profissional que aconselha a mãe, que sofre vários tipos de violência, a manter o filho violentado sexualmente sob os cuidados do pai violentador, com a justificativa de que este está trabalhando? Posturas como essas reforçam as desigualdades entre os gêneros e mantêm as mulheres como sujeitos de uma categoria incapaz de transitar pelas instituições vinculadas ao direito.

O que podemos concluir é que as políticas públicas na área de atendimento a crianças e adolescentes precisam ter um foco melhor direcionado para a formação dos agentes responsáveis pela definição e implementação das políticas em uma perspectiva de gênero, na medida em que gênero é uma categoria de grande relevância na formulação dessas políticas, na formação e capacitação dos que atuam nessa área. Gênero é o instrumental teórico mais adequado para entender e analisar o fenômeno, não apenas da vitimização, mas também das posturas androcêntricas que aparecem nas formas de condução dos fatos, seja pela própria denunciante, acompanhante, profissionais das instituições e familiares que afastam ou dificultam em muito o acesso das mulheres num processo tão predominantemente marcado pela presença feminina.

## Referências

AZEVEDO, M.; GUERRA, V. *Violência doméstica contra crianças e adolescentes*. São Paulo: Cultrix, 1984.

BRITTO, E. M. A. C. *Caracterização e distribuição espacial da violência sexual contra crianças e adolescentes no município de Salvador: casos atendidos no Serviço VIVER*. 2005. Dissertação (Mestrado) - UNIFACS, Salvador, 2005.

CHODOROW, N. *Ejercicio de la Maternidad*. España: GEDISA, 1978.

COHEN, C. *O incesto: um desejo*. São Paulo: Casa do Psicólogo Livraria: Editora Limitada, 1993.

CORRÊA, M. Repensando a família patriarcal brasileira. In: \_\_\_\_\_. *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 07- 11.

FARIA, T. D. Violência Sexual de Crianças e Adolescentes: a legislação brasileira. In: COMITÊ NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE. *18 de maio - Cadernos Temático Direitos sexuais são direitos humanos. Coletânea de textos*. Brasília, 2006.

FELIPE, S. T. Violência e Cumplicidade. *Revista Texto e Contexto*. Florianópolis, v. 8. p. 77-100, 1999.

GREGORI, M. F.; SILVA, C. A. *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e práticas feministas*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

MELO, L. O trabalho do psicólogo junto a crianças e adolescentes em situação de violência sexual: levantando questões, discutindo impasses e possibilidade de atuação. In: COHIM, D. B.; SILVA, G. (Org.). *O enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes – entre os discursos e as práticas*. Salvador: Corrupio, 2006.

MINAYO, M. C. S. Violência: a fragilização da vida e as respostas da saúde. Apresentação Oral. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS EM SAÚDE, 3, 2005. Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: ABRASCO, 2005.

MORGADO, R. *Abuso sexual incestuoso: seu enfrentamento pela mulher/mãe*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

MORGAN, R. Introduction/Planetary Feminism: The Politics of the 21<sup>st</sup> Century. In: \_\_\_\_\_. (Ed.). *Sisterhood is Global: The International Woman's Movement Anthology*. Garden City. NY: Doubleday, 1984.

- MUSZKAT, M. Violência e intervenção. In: CORRÊA, M. et al. *Gênero e cidadania*. Campinas: Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero, UNICAMP, 2002.
- NARVAZ, M. G. *Submissão e resistência: explodindo o discurso patriarcal da dominação feminina*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. *Revista Estudos feministas*. Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9–41, 2000.
- PORTO, T. Entre o acaso e o destino – A emergência do sujeito. In: COHIM, D.B.; SILVA, G. (Org.). *O enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes – entre os discursos e as práticas*. Salvador: Corrupio, 2006.
- SAFFIOTI, H. I. B. *A mulher na sociedade de classes: mitos e realidades*. Rio de Janeiro: Rocco, 1979.
- \_\_\_\_\_. Circuito cerrados: abuso sexual incestuoso. In: \_\_\_\_\_. *Mulheres: vigiadas e castigadas*. São Paulo: CLADEM, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- \_\_\_\_\_. Rearticulando gênero e classe. In: COSTA, A.O.; BRUSCHINI, C. (Org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 183–215.
- \_\_\_\_\_. Violência de Gênero no Brasil Contemporâneo. In: \_\_\_\_\_.; MUÑOZ-VARGAS, M. (Org.). *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Brasília: Rosa dos Tempos– NIPAS/UNICEF, 1994. p. 151–187.
- SCHAIBER, L. B. et al. Violência e saúde: estudos científicos recentes. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 40, 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-89102006000400016&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102006000400016&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 26 mai. 2009.
- SORJ, B. O feminismo como metáfora da natureza. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, n. 0, 1992.



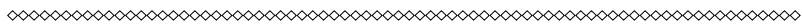


# “DE VOLTA ÀS AULAS...” *o cotidiano de professoras em cursos de capacitação*<sup>1</sup>

Andrea da Silva Cunha  
Lina Maria Brandão de Aras

## *Introdução*

A Secretaria de Educação do Estado da Bahia, em parceria com a Universidade Federal da Bahia, ofereceu cursos de licenciaturas, PROLE (Programa de Licenciaturas Especiais), a professores e professoras da rede Estadual de Ensino da Bahia que se encontravam ministrando disciplinas fora de sua área de formação ou para aqueles que não possuíam formação adequada ao ensino na educação básica, com aulas noturnas e aos sábados pela manhã. O período



1 Este artigo apresenta um extrato da dissertação de Andrea da Silva Cunha, intitulada *De Volta às aulas: o cotidiano de professoras-estudantes do PROLE – HISTÓRIA/UFBA*, apresentada no Programa de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM), sob a orientação da Profa. Dra. Lina Brandão de Aras, defendida em agosto de 2009.



posteriormente, na Conferência Nova Delhi,<sup>3</sup> fazendo com que, por muito tempo, tanto o governo do Brasil quanto as agências internacionais tivessem a preocupação de cumprir prazos e metas estabelecidos, pois se fazia urgente a implantação de um modelo que acompanhasse o padrão mundial.

O interesse por esse tema nasceu durante o desenvolvimento das minhas atividades enquanto monitora do curso de Licenciatura em História do referido PROLE. A preocupação com a mulher, mãe e trabalhadora e sua sobrecarga de atribuições há muito me inquietava, pois esta realidade perpassa meu cotidiano na qualidade de mãe e estudante. Porém, ao me deparar com as estudantes do PROLE/HISTÓRIA, percebi que estava diante de um objeto de estudo ainda mais interessante, por ser o magistério uma profissão que se estende até o lar com a preparação de aulas, provas e correções, o que sobrecarrega ainda mais as mulheres, e, também, por ser a Licenciatura em História um curso que requer muita leitura.

Num primeiro momento, fui instigada pelo contagiante entusiasmo dessas mulheres, encantadas com a realidade de estudarem na Universidade Federal da Bahia (UFBA), e, depois, sensibilizada pelos constantes depoimentos acerca das dificuldades que estavam encontrando por estar ali, o que significava, para muitas, o sacrifício da família e do seu cotidiano, pois com uma carga horária de trabalho grande e as aulas na faculdade, como dar a atenção necessária à família e a si mesma?

Embora cercadas de dificuldades a opção por fazer o curso ia muito além de uma determinação da lei. Elas estavam ali por uma exigência do mercado, pois o profissional do magistério vi-

---

(1993 – 2003), às crianças, jovens e adultos os conteúdos mínimos em matéria de aprendizagem e erradicação do analfabetismo.

3 Em Nova Delhi, no dia 16 de dezembro de 1993, foram reiteradas as determinações e metas definidas pela Conferência de Jomtien.

nha sofrendo muitas transformações para se adequar às novas demandas do mundo moderno. Profissionais que, até algum tempo atrás, transmitiam conhecimento, incutiam valores, moldavam comportamentos e formavam mão-de-obra para a sociedade de produção. Profissionais em cujas práticas prevaleciam a homogeneidade, a continuidade e a repetição do saber acumulado que se utilizava de uma pedagogia que Kuenzer (1999, p. 165) identificava como “[...] orgânica às formas de divisão social e técnica do trabalho e da sociedade a partir do taylorismo/fordismo” estão, cada vez mais, sem espaço. Professores que já sabiam o que deveriam ensinar, suas obrigações e expectativas, com uma proposta curricular organizada, de forma que os conteúdos fossem repetidos ano após ano através de métodos expositivos, com cópias e questionários, com a intenção de desenvolver a memorização articulada e o disciplinamento necessários à educação de trabalhadores que executariam as mesmas funções no mundo da produção, estão fora do contexto do mundo moderno.

Hoje os profissionais precisam estar em constante capacitação, a fim de corresponder às novas necessidades, que se originaram das mudanças sociais contemporâneas, do crescimento quantitativo dos sistemas de ensino e das conseqüentes exigências da população. Não se trata apenas de apreender a teoria e repassá-la aos alunos, mas de ser capaz de interagir com esses alunos e com toda a gama de conhecimentos necessários para transformar-se em um bom profissional, portanto eles precisavam do PROLE.

Surgiram, assim, as indagações que nortearam e inspiraram a pesquisa que deu origem a este texto. Queria saber mais sobre as histórias daquelas mulheres. Questionava-me, todas as noites, quando as encontrava cansadas, depois de um dia estafante de trabalho, como elas conseguiam se dividir em mães, profissionais, donas-de-casa, esposas e estudantes? Essa convivência diária contribuiu para reforçar ideias que sempre estiveram latentes

e nas quais sempre acreditei, a do quão especial é aquela mulher que consegue conciliar os dois mundos: o público e o privado. Esta pesquisa também me revelou, a partir dos estudos de gênero, que a sobrecarga e as angústias vividas por essas mulheres são, em grande parte, decorrentes das relações de gênero, fruto de uma cultura que impõe às mulheres responsabilidades e atribuições.

As relações de gênero no magistério e no mundo do trabalho, de maneira geral, mostram que a conciliação dos papéis familiares e profissionais limita e dificulta a participação das mulheres no mercado de trabalho. Elas precisam de muita coragem, determinação e persistência para enfrentar os desafios que lhes são impostos no dia a dia, nesse sentido, o Programa de Licenciaturas Especiais para estas mulheres foi um desafio vencido com muita determinação e trabalho. Essa realidade feminina é, cada vez mais, denunciada através da História das mulheres com a utilização dos estudos de gênero.

Elaborado sistematicamente por Rubin (1975) como “um sistema de sexo-gênero”, gênero torna-se uma categoria analítica ao mesmo tempo demonstrativa e crítica dos fatores ideológicos que informam sobre a vida das mulheres. É um conceito que não se restringe ao que demonstra a mera morfologia do que é masculino e feminino, mas, principalmente, pelas questões apresentadas no contexto social e psicológico e as implicações geradas pelos papéis categoricamente elaborados durante a história da humanidade.

Inicialmente utilizado pelas feministas americanas, sendo muitas as suas contribuições, a categoria gênero, possibilita a demonstração do caráter fundamentalmente social e cultural das distribuições sociais baseadas no sexo, afastando a imagem da naturalização das relações estabelecidas na sociedade. Nesse sentido, Saffioti (1987, p. 11) afirma que:

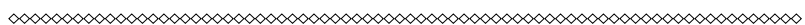
[...] a identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis que a socie-

dade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem.

O estudo de gênero constrói bases importantes para a compreensão da análise da situação da mulher no interior da família, as assimetrias na relação com o sexo masculino e as expectativas do desempenho que ambos os sexos assumem na sociedade, constituindo, desta forma, num instrumento fundamental das mulheres na luta contra a discriminação no trabalho.

As fontes privilegiadas para esta pesquisa foram os depoimentos de estudantes que participaram do referido curso de formação e o objetivo foi estudar, através dos testemunhos, como o curso interferiu no cotidiano das alunas, identificando mudanças nas suas relações com a família e, principalmente, a participação delas na administração da vida doméstica e na educação dos filhos, a partir de uma perspectiva de gênero, aspectos que a sociedade vem naturalizando e assegurando a perpetuação de relações assimétricas entre homens e mulheres.

Utilizamos o estudo qualitativo, a partir do conceito de história de vida,<sup>4</sup> como escopo para mostrar o cotidiano de professoras-estudantes durante a realização do curso de formação para professores. A pesquisa qualitativa<sup>5</sup> foi a abordagem metodológica mais adequada, por permitir captar as singularidades deste objeto de estudo e porque, de acordo com Minayo e colaboradores (1994),



- 4 A utilização da História de Vida como abordagem metodológica vem evoluindo continuamente. Foi introduzida no meio acadêmico em 1920, pela Escola de Chicago, e desenvolvida por Znaniesk, na Polônia. A partir da década de 60, esse método de pesquisa procurou estabelecer as estratégias de análise do vivido, constituindo-se em um método de coleta de dados do homem no contexto das relações humanas. In: CHIZOTTI, A. *A pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.
- 5 A referida dissertação, da qual este texto faz parte, trata, a partir de uma perspectiva de gênero, da dinâmica das relações de trabalho, estudo e maternidade, bem como das repercussões físicas e psicossociais do conjunto dessas atividades na vida profissional e no âmbito afetivo-familiar de mulheres durante um curso de formação e capacitação para professores, promovido pela Secretaria da Educação da Bahia.

a investigação qualitativa preocupa-se com uma realidade que não pode ser quantificada, respondendo a questões muito particulares, trabalhando um universo de significados, crenças e valores que correspondem a um espaço mais profundo das relações, dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Não se trata apenas de uma narrativa descritiva, mas avaliadora e reflexiva, pois, no momento em que o ator social relata sua vida, ele reflete sobre ela enquanto conta.

Assim, a história de vida possibilita o estudo sobre a vida das pessoas, penetra em sua trajetória histórica e possibilita compreender a dinâmica das relações que elas estabelecem ao longo da sua existência ou de momentos da sua existência no seu cotidiano, o que “outorga um lugar de privilégio à experiência vivida”. (PICITELLI, 1989, p. 170)

As mulheres que participaram desse programa trabalhavam 40 horas como professoras da rede estadual de ensino da Bahia, se dividiam entre as atividades profissionais, domésticas e o acompanhamento da educação dos filhos, mas que, naquele momento, precisaram retornar às salas de aulas como estudantes. Essa mudança significou o acréscimo de mais 20 horas de trabalho num dia a dia já tão ocupado, no qual elas preparavam aulas, elaboravam trabalhos, provas, testes e, ainda, cuidavam de todos os assuntos domésticos, como levar filhos ao médico, ir a reuniões de pais e mestres, ajudar na tarefa escolares dos filhos, orientar a secretária do lar...

### *A educação dos filhos...*

Nesse contexto um dos pontos analisados na vida das alunas do PROLE/HISTÓRIA foi o acompanhamento da educação dos filhos durante o curso. Essas estudantes já possuíam muitas responsabilidades enquanto professoras, e precisavam, a partir daquele



momento, se dedicar ao curso de História, um curso que requer muita leitura e produção de texto, porém, ao mesmo tempo, deveriam continuar cuidando dos filhos, pois, socialmente, cabe às mulheres a responsabilidade pela educação deles. Quando questionadas sobre com quem dividiam a responsabilidade pela educação dos filhos, do total, 47,82% afirmaram que dividiam com o marido; 39,03% responderam que eram as únicas responsáveis e 13,15% não responderam (as mulheres que não têm filhos foram incluídas nesta categoria).

O alto índice de mulheres que se diziam únicas responsáveis pela educação dos filhos foi justificado pela ausência paterna no ambiente familiar, elas eram separadas. Muitos pais após a separação tornam-se pais-visitantes, alguns, ao constituírem nova família, só viam os filhos do antigo casamento esporadicamente, mesmo hoje, com a possibilidade da guarda compartilhada, as mulheres ainda arcam sozinhas com a educação dos filhos, principalmente se o pai refez a vida conjugal. Fato que foi exemplificado por um aluno entrevistado, que é separado e afirmou que o seu filho está com a ex-mulher e ela é a responsável pela educação dele.

Outros depoimentos vieram a corroborar com esta situação, presentes nas seguintes falas:

- Separei-me e criei meus filhos sozinha. Sou responsável por eles. Moram comigo. O pai reside em outro estado.

(M.S. 41 anos)

Outra afirma

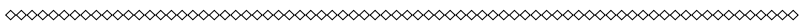
- Sou a pessoa que resolve tudo em casa, da doença à comida, roupas etc. Separei-me depois de 19 anos de casada, porém mesmo durante o casamento sempre assumi tudo em casa só tinha ajuda financeira do meu marido.

(S.A. 48 anos)

Nestas falas, fica evidente que, mesmo enquanto estavam casadas, elas eram responsáveis pela educação dos filhos, situação comum entre as mulheres na nossa sociedade, uma problemática agravada ainda mais quando se tratam das mulheres chefes de família, parcela considerável das estudantes do PROLE/HISTÓRIA. Maria Oliveira (1996, p. 56), ao analisar o contexto da formação da chefia feminina, identifica que este termo tem sido, tradicionalmente, aplicado às situações, nas quais “famílias e/ou domicílios são liderados por mulheres sozinhas, quando o parceiro masculino está ausente, como no casos de viúvas, mães solteiras e mulheres desquitadas/separadas com dependentes”. Esta constatação é, então, um contraponto ao modelo de família nuclear introduzido pela burguesia, com valores patriarcais, fundamentado no conceito da autoridade absoluta do homem, no qual o marido/pai seria legitimado como “chefe” natural da família.<sup>6</sup>

Essa situação que afeta as estudantes não é um fato novo, nem tão pouco característica do momento atual, Matoso (1992), analisando a Bahia do século XIX, já apresentava registros de muitas mulheres livres ou libertas, muitas delas sustentando seus filhos vendendo quitutes nas ruas. Os espaços públicos ficavam cheios dessas trabalhadoras, “uma população diligente e ativa, que percorria as ruas de Salvador, frequentemente acompanhadas da filharada barulhenta e alegre.”. (MATOSO, 1992, p. 170) Alguns depoimentos ilustram a situação das chefes de família dentre as estudantes do PROLE:

- Tornei-me chefe de família a partir do momento que resolvi me separar de uma relação desgastada e na qual meu ex-marido não tinha perspectiva de nada. Mesmo estando casada, eu já fazia o papel de chefe de família. Eu tenho muita sorte e agradeço a Deus todos os dias pela minha fi-



6 Ver: Freire (2006) e Corrêa (1993).

lha, que tanto amo, pois consegui dar o melhor. Minha filha só estudou em escolas particulares. Estudou na melhor escola da França, a San Vincent, só tinha ela de brasileira. Aprendeu a falar francês, espanhol e inglês fluentemente, faz faculdade particular, paga por ela mesma. Dirige uma escola que é conveniada com a prefeitura. Hoje, eu tenho certeza que valeu a pena trabalhar bastante.

(S.C. 44 anos - 40hs)

Neste depoimento, ficam evidentes a força e a determinação que a mulher possui para levar adiante um casamento, entretanto, percebe-se, também, a sua força para romper com uma situação desagradável – uma relação fracassada – e seguir em frente, sozinha, cuidando dos filhos, lutando e conseguindo vencer os obstáculos em buscar de seus sonhos. Porém, também fica evidente que a mulher tem um papel fundamental na família, ela é a mediadora, a conselheira, a responsável pelo bem-estar da família, mesmo tendo um companheiro. Também reforça um comportamento muito comum no processo de separação conjugal, que é a permanência dos filhos juntos às mães. Os pais, na sua maioria, tornam-se apenas visitas, enquanto que toda a responsabilidade da educação dos filhos é assumida pela mulher. É ela quem fará sacrifícios pessoais, como abrir mão de trabalhar o dia todo, de estudar ou, até mesmo, de estabelecer um novo relacionamento, por causa de uma dedicação exclusiva aos filhos, como mostra mais um depoimento:

- Após a separação, eu me tornei a chefe da família. Sou a única responsável pela educação da minha filha. É uma sobrecarga para uma pessoa só, mas quando se toma uma decisão, sabendo o que quer, e antes desta decisão analisa todos os aspectos que vão enfrentar com consciência, acredito que a pessoa encontra forças. No meu caso, foi isto que aconteceu. Sabia o que ia enfrentar e o que poderia acon-

tecer, principalmente que foi na fase adolescente da minha filha. Com mais esta atividade, como estudante, a minha vida ficou mais corrida, no entanto, estou satisfeita. Tento administrar o tempo para que possa dar conta.

(R.D. 46 anos - 40hs)

O compromisso com os filhos e a família as segue, por isso, ao questioná-las com quem deixavam os filhos para irem trabalhar e/ou estudar, 47,82% deixam os filhos sozinhos; 21,73% delegam o cuidado dos filhos às empregadas domésticas; 13,15% afirmaram que deixam com parentes e 17,3% não responderam. O número significativo de mulheres que não responderam é alto porque, na análise, foram consideradas as mulheres que já têm filhos crescidos e ficam sozinhos, e as mulheres que não possuem filhos.

Um número tão alto de mães que deixam seus filhos sozinhos comprova as transformações pelas quais passa a família contemporânea. No passado, a grande família era uma unidade social composta por pais, filhos, parentes e agregados, unidos pelas mesmas obrigações e mesmos trabalhos, como sendo uma rede de apoio para as mulheres que saíam para trabalhar. Entretanto, hoje a família extensa foi transformada na família conjugal nuclear com pai, mãe e filhos e, também, além da nova configuração das famílias, deve-se levar em consideração a questão social, que também interfere no dia a dia das famílias, pois, muitas delas não podem contratar uma funcionária doméstica para tomar conta dos filhos. Um funcionário é oneroso e os professores, recebendo baixos salários, dificilmente podem contratar uma empregada doméstica.

Por vivenciarem esse problema algumas professoras, muitas vezes, identificam mais facilmente, através do comportamento em sala de aula, as crianças que ficam sozinhas em casa. Tal comportamento chama a atenção dos professores porque essas crianças, na sua maioria, mostram-se mais amadurecidas do que outros alunos, por outro lado, muitas vezes, não fazem as tarefas

escolares, pois ficam tomando conta de irmãos menores. O depoimento de R. ilustra bem:

- Já percebi que alunas cujas mães saem para trabalhar, assumem a casa, tornam-se, muitas vezes, mais responsáveis com as atividades escolares e domésticas. Porém, muitas vezes, as tarefas voltam sem fazer por falta de orientação. Isso só depende da mãe.

(R., 44 anos - 40h)

A fala dessa professora revela a transferência natural do papel de mãe e dona-de-casa para outros membros da família, geralmente para a filha mais velha, que, na maioria dos casos, ainda é uma criança. Para Márcia Macedo (2001), essas “mães substitutas” tendem a perpetuar as desigualdades de gênero, já que, as crianças do sexo feminino têm um amadurecimento precoce e, ainda, perpetuam o padrão desigual de divisão do trabalho doméstico entre os sexos, onde geralmente, os filhos homens são poupados. Enquanto a filha mais velha cuida dos afazeres domésticos e das crianças menores, os irmãos do sexo masculino brincam.

Nesse sentido, considerou-se importante questionar as estudantes a respeito do acompanhamento da vida escolar dos filhos durante o curso. Perguntadas se ajudavam os filhos nas tarefas escolares, se acompanhavam o boletim escolar, se iam às reuniões de pais e mestres e se conheciam os professores dos seus filhos, 21,73% afirmaram ajudar os filhos a cumprirem as atividades escolares. Na maioria das vezes, elas ajudavam seus filhos enquanto preparavam as suas aulas para o dia seguinte, tentando, dessa forma, conciliar suas responsabilidades maternas com as obrigações profissionais. Mais da metade das professoras (75,12%) admitiram que ajudavam seus filhos nos deveres escolares sem tanta frequência, porém, gostariam de ajudar sempre, mas não tinham tempo e usavam como estratégia a banca escolar. Apenas 13,15% delas

não participavam diretamente do desempenho estudantil de seus filhos, uma vez que eles já estavam na faculdade e não necessitavam mais de sua presença. Apenas 8% delas não responderam.

Quanto ao boletim escolar, 82,61% responderam que fiscalizavam o boletim dos filhos. Nenhuma delas disse que nunca olhava o boletim, e apenas uma disse que, às vezes, procurava saber das notas da sua filha. Quando questionada, explicou que sua filha já estava na faculdade, era casada e não precisava mais desse tipo de controle, e 13,15% não responderam. Quanto ao interesse e o conhecimento acerca dos professores dos seus filhos, 56,22% conhecem algum professor; 30,40% conhecem todos os professores dos filhos; 13,15% não souberam responder e 0,23% afirmou não conhecer nenhum professor do seu filho, pois seu filho já estava na faculdade, não havendo necessidade de conhecer os professores.

Ainda sobre a educação escolar dos filhos, no que diz respeito à participação da família na escola, 39,1% afirmou que nem sempre iam às reuniões escolares, pois os horários das reuniões nem sempre eram compatíveis com os delas; 32,40% alternavam as idas às reuniões com os pais; 28,27% sempre iam às reuniões e 0,23% não respondeu. Estes dados vêm corroborar que as mulheres, apesar de promoverem uma revolução no seu comportamento, saindo do espaço privado e invadindo o espaço público, seguem responsáveis pela educação dos filhos e mais, não conseguiram fazer com que o trabalho doméstico fosse dividido e valorizado.

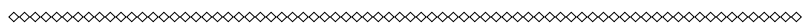
O que ocorre é exatamente o contrário: ao chegar em casa, depois de um longo dia de trabalho, elas todas cuidam dos afazeres domésticos para o dia seguinte. As que não têm empregadas e mesmo as que as possuem, dão orientações para o dia seguinte, verificam a despensa, buscam saber como foi o dia do filho e, além disso, como a profissão exige, precisam preparar as aulas para o dia seguinte, ler os textos da faculdade, já que o dia seguinte será

ocupado em seus três turnos: trabalho pela manhã e à tarde, e à noite, aulas na faculdade.

O único aluno do curso entrevistado afirmou que, ao chegar em casa, ia descansar, depois estudar um pouco e preparar as aulas para o dia seguinte. Esta resposta legitima a pesquisa feita por Aguiar (2004),<sup>7</sup> onde esta constatou que, durante a semana, a jornada diária da mulher é de 502 minutos, 5% maior que a do homem que trabalha 480 minutos. No fim de semana, a diferença é ainda maior. Enquanto a carga masculina é de 201 minutos, a da mulher é de 326, ou seja, 62% maior. Se a mulher for mãe, este índice cresce, ainda mais, mesmo que tenha quem a ajude.

Assim, a despeito de todas as conquistas na vida das mulheres e da luta encampada ao longo das últimas quatro décadas por novos espaços, a fim de diminuir a desigualdade e a exclusão social, verifica-se, ainda na atualidade, uma sobreposição de papéis atribuídos a elas, o que lhes acarretam uma sobrecarga de trabalho. Para o senso comum as “coisas” da casa e dos filhos pertencem às mulheres mesmo que estas possuam atividades remuneradas.

O exercício de uma atividade profissional fora do lar não contribui para a sua libertação nem, tampouco, para uma divisão de trabalho mais equitativa e funcional. Apesar de competir com o homem no mercado de trabalho, a mulher continua presa às pe-

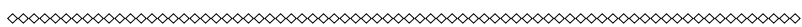


7 Neuma Figueiredo Aguiar é socióloga, pesquisadora e professora do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Esta pesquisa se refere ao uso do tempo no trabalho: “Múltiplas Temporalidades de Referência: análise dos usos do tempo entre grupos domésticos na população de Belo Horizonte”. A pesquisa consistiu na extração de uma amostra probabilística de domicílio da cidade de Belo Horizonte, empregando uma metodologia de levantamento das informações com base em diários de usos do tempo. Em cada domicílio, foram sorteados um dia da semana e um dia de final de semana com o objetivo de estudar a vida cotidiana dos moradores de Belo Horizonte e as formas de articulação entre vida doméstica e atividades remuneradas, padrões de lazer, cuidados pessoais, padrões de viagens e cuidados com os demais membros do domicílio (crianças e pessoas mais velhas necessitando de cuidados). Buscou-se indagar em que medida as atividades domésticas interagem ou interferem com o exercício das demais atividades cotidianas, particularmente com o trabalho remunerado. Observou-se, ainda, o efeito nas demais atividades da presença de crianças menores e que demandam atenção, bem como o efeito da atividade do cuidado com as crianças. O resultado da pesquisa foi divulgado na imprensa, na Bahia, no jornal A TARDE, Caderno Economia, 16/10/2004.

lejas caseiras, executando todos os serviços necessários à manutenção e à administração da casa.

Ser mãe, trabalhadora e estudante pode significar sacrifícios e, principalmente, grandes alterações na rotina familiar. Quanto ao comportamento dos filhos, 57% afirmaram que a sua longa ausência de casa não alterou o comportamento deles. Apesar do longo período ausente de casa, essa ausência não contribuiu para que os filhos ficassem mais tempo com amigos. Ainda 26% admitiram que os filhos passaram a ficar mais tempo fora de casa ou, até mesmo, mais indisciplinados e 17,% não responderam. Ainda sobre o comportamento dos filhos, 83% disseram que os filhos não se envolveram com más companhias, porém, admitiram que controlavam seus filhos pelo celular; 17% não respondeu. Percebeu-se que apesar de ausentes, essas estudantes se utilizavam de estratégias, como o telefone celular para se manterem em contato com os filhos, sendo uma forma de sempre estarem por perto e nunca deixarem de impor limites, obrigando-os a informar o cumprimento da rotina e as alterações realizadas, uma preocupação que não é vista pelo lado paterno.

Zaguri (1996),<sup>8</sup> com 34 anos de experiência em educação, concluiu, em pesquisa sobre o tema, que as mães que trabalham fora não estão presentes para impor limites, tornando este um dos problemas que aflige a educação dos filhos. Ela afirma, ainda, que o limite, para as crianças, está associado à segurança. É através dele (limite) que a criança identifica quem a protege e se preocupa com ela. Os pais, mas principalmente a mãe, é a sua fonte de segurança. Segundo a autora, a falta de limites traz sérios prejuízos na formação das crianças. Para ela, está surgindo uma geração de “pequenos tiranos”, crianças e jovens sem noção do “certo” e



8 Zaguri é professora adjunta do Departamento de Educação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Autora de diversos livros e pioneira no Brasil na questão de limites e contestou a teoria da “liberdade total” na educação. Dentre suas obras, estão “Educar sem culpa”, “O Adolescente por ele mesmo”, “Os direitos dos pais” e “Professor, refém,” dentre outros.



“errado”, sem solidariedade nem simpatia, egocêntricas e voltadas apenas para o seu prazer pessoal, capazes de atos anti-sociais. No caso em estudo, a média de idade dos filhos das alunas do PRO-LE/HISTÓRIA já ultrapassava a primeira infância.

Acompanhar mais de perto os filhos menores e adolescentes, principalmente no quesito escola, se constitui uma angústia para as professoras-estudantes, pois, mesmo com as mudanças no mercado de trabalho, a mãe se mantém como a pessoa que faz o acompanhamento escolar dos filhos. Este fato foi comprovado pelo questionário socioeconômico do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), promovido pelo MEC. Num exame feito em 2003 com estudantes das 4<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> séries do ensino fundamental, “75% responderam que a mãe era a pessoa que acompanhava de perto a sua vida escolar; 10,5%, o pai; 6,2% outra mulher da família; 5,3% ninguém; 1,2%, sem resposta, e 1,1% outro homem da família.” (INEP, 2003).<sup>9</sup>

Diante destes dados, constatam-se, mais uma vez que, ao mesmo tempo em que a maioria dos discentes é mais acompanhado pelas mães que, apesar de inseridas, cada vez mais, no mercado de trabalho e, mesmo fazendo parte do mundo público, não se desvinculam das suas “obrigações” de mães. Elas seguem buscando soluções para os problemas diários, procurando conciliá-los da melhor maneira possível, mesmo que, para isso, esqueçam de si mesmas como pessoas e mulheres, em prol da maternidade. Nesse sentido Beauvoir (1976, p. 308-309) afirma que é muito difícil para as mulheres assumirem ao mesmo tempo “sua condição de indivíduo autônomo e seu destino feminino [...] ela será plenamente um ser humano quando se quebrar a escravidão infinita da mulher, quando ele viver por ela e para ela.”



9 INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) Ministério da Educação.

As políticas educacionais, embora não especifiquem, pressupõem que as crianças disponham sempre de alguém em casa que as acompanhe de perto na sua trajetória escolar, alguém que cuide delas no período em que não estejam na escola. Esse alguém é colocado de forma tão natural como sendo a mãe que, quando estas precisam trabalhar fora de casa, quer seja por motivos financeiros, quer seja por satisfação pessoal, arrastam consigo um sentimento de culpa. Isto ocorre porque o lugar da mulher-mãe tem sido sempre o espaço privado e, ao sair para o espaço público, ainda sentem que estão no lugar errado e que seus filhos estão sendo privados de atenção, carinho e educação, como afirma outra estudante do PROLE/HISTÓRIA:

- meus filhos sentiram muito a minha falta. Vejo que Luiza sente muito a minha ausência. Foi difícil ficar todas as noites fora nesse período

(M. 44 anos)

Esse sentimento é um elemento a ser considerado no desempenho profissional das mães, pois, ao se sentirem culpadas ou negligentes com seus filhos, elas, de certa forma, comprometem suas atividades. Nesse sentido o acúmulo de atividades deixou a maioria das alunas do PROLE/HITÓRIA, assim como a maioria das trabalhadoras, divididas entre o trabalho remunerado, as exigências de horários a cumprir, o estudo, a atenção dos filhos e os afazeres domésticos. Elas passaram a ficar longos períodos da semana fora de casa, em média 60 horas, devido ao trabalho e, agora, ao estudo, o que, para muitas, gerou a culpa e o conflito por não conseguirem realizar, a contento, todas as tarefas que lhes são atribuídas e, principalmente, pelo prejuízo no convívio familiar, gerando um sentimento de culpa.

O sentimento de culpa encontra explicação na cultura e na educação recebidas pelas mulheres. Elas precisam ser boas mães e

boas esposas. Ser boa mãe implica em abdicar de interesses pessoais em prol da maternidade. Seria um amor incondicional o mito da “boa mãe” estudado por Badinter (1995, p. 237):

A responsabilidade da família e da mãe para com os filhos foi difundida no século XIX e transformou-se em culpa materna no século XX, quando elas não conseguiam desempenhar o papel de boa mãe, ou quando não permaneciam exclusivamente mães desenvolvendo outros interesses pessoais.

A dimensão de gênero é definidora desse modelo de maternidade/maternagem, em que há uma grande centralidade dos filhos no projeto de vida existencial das mulheres. Macedo (2001, p. 4) observa que:

[...] a identidade da mulher está muito relacionada à identidade de mãe, ocorrendo uma representação da maternidade como algo sagrado, o que termina por provocar um deslocamento de um papel cultural, como se fosse algo próprio da natureza da mulher (processo de ‘culturalização da natureza’).

Diante da centralidade dos filhos no projeto de vida das mulheres, quando foram questionadas se sentiam culpa por estarem tanto tempo ausentes de casa, antes 40 horas e agora 60 por conta da faculdade, 54% afirmou que se sentiam um pouco culpadas por não estarem mais tempo com os filhos; 13,15% não sentiam culpa alguma; 13,15% se sentiam muito culpadas e 19,70% não responderam.

Outro dado significativo é que 39,13% das alunas não acreditavam que uma divisão da educação dos filhos com outra pessoa diminuiria o sentimento de culpa, por ficarem tanto tempo ausentes do ambiente familiar, enquanto que para 30,5% delas o sentimento de culpa seria menor, caso dividissem a tarefa de educar os filhos com outra pessoa. As demais, correspondendo a 30,5%, nada informaram.

## *E o cotidiano mudou...*

O vocábulo “cotidiano”, segundo o Dicionário Aurélio (FERREIRA, 2008, p. 273), significa:

[...] de todos os dias, diário, a vida cotidiana. Que se faz ou sucede todos os dias; diário; labor cotidiano, complicações cotidianas; Que aparecem todos os dias; diário; jornal do cotidiano; Que sucede ou se pratica habitualmente. Aquilo que se faz ou ocorre todos os dias; O que sucede ou se pratica habitualmente.

Assim, cotidiano pode ser entendido como algo que acontece todos os dias ou, ainda, são atividades particulares ou da rotina diária. As entrevistadas, ao relatarem sobre o seu cotidiano identificaram muitas mudanças na organização do trabalho, na organização da vida privada, assim como o lazer, o descanso, a atividade social organizada, o intercâmbio, partes da vida que, de acordo com Heller (2000), seriam as partes orgânicas do cotidiano. Através dos depoimentos, as alunas mostraram o quanto tiveram suas vidas alteradas com o início do curso, como fica evidente nos depoimentos seguintes.

- Antes do PROLE, podia acompanhar meus pais ao médico, dar mais atenção à família, tinha mais paciência em lidar com problemas domésticos.

(R. 44 anos)

- Eu fiz Pedagogia e lia muito por prazer e participava das aulas e sempre me saía bem. Depois do PROLE não tenho ânimo e nem vontade de ler nada. Espero voltar a fazê-lo com o fim do PROLE.

(J. 43 anos)

- Sinto pena do meu marido e dos meus filhos, do quanto os abandonei à própria sorte. Antes, tinha o costume de sentar

no sofá assistindo algo e ficava com alguns deles, no colo, fazendo cafuné. Depois do PROLE, não tive mais tempo.

(R. G. 45 anos)

Coisas, aparentemente simples do dia-a-dia das estudantes, foram deixadas de lado após o início do curso, numa clara constatação que a carga horária de trabalho e estudo, na vida daquelas mulheres, estava repercutindo em todas as áreas de suas vidas. Embora exista a noção de cotidiano como a repetição do dia a dia, Kofes (1987, p. 254) tem uma visão de cotidianos a partir de textos feministas dos anos 70. Ela entende que:

[...] cotidiano torna-se a possibilidade de descobrir-se a si mesmo, de inventar e recriar relações, falas, linguagens e sensibilidades, afetividades. Cotidiano deixa de ser apenas atividades, espaço privado e acontecimentos repetitivos, para ser outra e plena possibilidade de explodir os limites do real, para dilacerá-lo com as fantasias, o imaginário, os sonhos, as incoerências [...] é aquele espaço e tempo do social em que é possível inventar e recriar o social.

Assim, nessa nova perspectiva, o cotidiano das professoras-estudantes do PROLE foi reinventado e recriado para atender às novas demandas. A densidade das multiplicidades dos novos acontecimentos do dia a dia teve que ser reconsiderada, hábitos e costumes antigos tiveram que ficar de lado, por um período, adormecidos à espera de serem, um dia, recuperados.

## *Considerações Finais*

Avaliar as repercussões do curso de formação para professores na vida dos participantes, a partir de uma perspectiva de gênero, revelou que toda a “opressão” vivenciada pelos participantes, advém de uma questão cultural que atribui papéis e funções determi-

nadas para homens e mulheres, assim, se houvesse uma divisão de tarefas na família fatalmente não haveria nenhuma “opressão”.

Participar de cursos de capacitação é fundamental para a carreira de homens e mulheres, no entanto, enquanto as mulheres mantiverem um papel central na administração da família, qualquer atividade a mais virá acompanhada de sacrifícios.

## Referências

AGUIAR, Neuma Figueiredo. Múltiplas Temporalidades de Referência: análise dos usos do tempo entre grupos domésticos na população de Belo Horizonte. *A Tarde*. Caderno Economia. Salvador, 16 de outubro de 2004.

BADINTER, Elizabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

BEAUVOIR, Simone. *Segundo sexo: fatos e mitos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1976.

CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira: notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil. In: \_\_\_\_\_. (Org.) *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. Campinas: Unicamp, 1993.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Aurélio: o dicionário da língua portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2008.

FREIRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. São Paulo: Global, 2006.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais). Ministério da Educação.

KOFES, Maria Suely. Mulheres e cotidiano: as estratégias do imaginário. *Revista de Ciências Sociais*. Porto Alegre, 1(2), p. 253-262, 1987.

\_\_\_\_\_. *Mulher, mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação patroas e empregadas*. Campinas: Unicamp, 2001.

KUENZER, Acácia Zeneida. As políticas de formação. A constituição da identidade do professor sobrando. *Revista Educação e Sociedade*. Campinas: Unicamp v. 20, n. 68, dez. 1999.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORI, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000. p. 442-480.

MACEDO, Márcia. *Relações de gênero no contexto urbano: um olhar sobre as mulheres*. Salvador, 2001. Disponível em: <[www.capina.org.br/download/pub/msmtxtgenero.pdf](http://www.capina.org.br/download/pub/msmtxtgenero.pdf)>. Acesso em: abr. 2009.

MATOS, Maria Izilda S. de. Estudos de gênero: percussores e possibilidades na historiografia contemporânea. *Cadernos Pagu*. Campinas: Unicamp, n. 11, p. 67-75, 1998.

MATTOSO, Kátia M. Queiroz. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MINAYO, M. C. S; et al (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, Maria Coleta. A família brasileira no limiar do ano 2000. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, n. 1, ano 4, 1996.

PASSOS, Elizete S. *Palcos e platéias: as representações de gênero na Faculdade de Filosofia*. Salvador: UFBA-NEIM, 1999.

PICITELLI, Adriana. Tradição oral, memória e gênero: um comentário metodológico. *Cadernos Pagu*. n. 1, p. 149-171, 1989.

RUBIN, Gayle. The Traffic in women: notes on the 'political economy' of sex. In: REITER, R. (Ed.). *Toward an Anthropology of women*. New York: Monthly Review Press, 1975. p. 157-210.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

ZAGURI, Tânia. *Limites sem trauma: construindo cidadãos*. Rio de Janeiro: Record, 1996.

# EDUCAÇÃO ESCOLAR *um instrumental importante para o empoderamento de mulheres?*<sup>1</sup>

Odezina dos Santos Suzarte  
Cecília M. B. Sardenberg

## *Introdução*

Neste artigo, trazemos algumas reflexões sobre educação escolar na perspectiva do empoderamento de mulheres, baseando-nos, para tanto, nos relatos de um grupo de mulheres das camadas populares, estudantes de uma escola pública da Rede Municipal de Salvador. Após longa caminhada de luta pela sobrevivência, elas iniciam ou voltam à escola e nela vivenciam novas experiên-



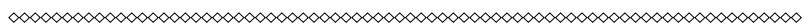
1 Este artigo é parte da discussão que integra a Dissertação de Mestrado intitulada *De volta à Escola: entre os limites de ser e as possibilidades de viver*, de Odezina dos Santos Suzarte, apresentada em junho de 2010, no Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (PPGNEIM/UFBA), desenvolvida sob a orientação da Profa. Dra. Cecília M. B. Sardenberg.



cias, reconhecendo a importância da escolarização para a vida e até mesmo para sobreviver. Essa trajetória enuncia que a escola é o espaço onde podem encontrar o sentido do conhecimento e o caminho para edificar projetos de re-significação da vida.

Interessou-nos investigar e analisar se e como, para essas mulheres, os tempos de escola, a vivência de novas experiências e apropriação de novos saberes têm servido de instrumental para o seu empoderamento. O propósito é refletir sobre o que se esconde por trás dos percursos escolares e humanos de sucesso e fracasso – truncados por abandono e retorno, reprovações e retenções, indignação e desesperança, determinação e esperança, num vai e vem de uma lida diária entre lar-trabalho-escola, em condições econômicas desfavoráveis.

Nesse sentido, educação e empoderamento insurgem como eixos temáticos que direcionam a discussão, com enfoque nas perspectivas de mulheres em temas como saber/trabalho/poder,<sup>2</sup> para entender a ação e o movimento da busca incessante por desenvolvimento, pela expansão de seus horizontes. Um conjunto de ideias que se configurou nas entrelinhas de suas falas, na suscetibilidade das situações e das palavras e na aceção de termos, orientadas por um diálogo teórico entre diferentes autoras e autores (incluindo-se ARROYO, 2007, OAKLEY; CLAYTON, 2003; CORTELA, 2004; DELORS, 2003; FREIRE, 1990, 1997, 2000), traduzindo o reconhecimento da importância da educação como anúncio de possível empoderamento.



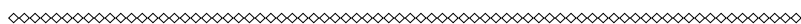
2 O uso do termo remete a noção de poder trazida por Iorio (2002, p. 5-6): “o poder privilegia a capacidade do ser humano de expressão e ação, a capacidade de realização do ser, sua liberdade de expressão”, que, por sua vez, induz a descrições de novas perspectivas de empoderamento: “poder para” (processo que cria possibilidades, sem que haja dominação sobre o outro) “poder com” (reforça a ideia de que a união de forças favorece o alcance de mudanças), e “poder de dentro” (força espiritual, que reside em cada ser humano), que segundo a autora pode permitir que uma pessoa mantenha uma posição ainda que em condições adversas.

Trabalhar nessa perspectiva requer, antes, que conceituemos o que entendemos por empoderamento. Segundo Costa (2002), trata-se de um mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações e as comunidades procuram exercer o controle sobre suas próprias vidas, à medida que tomam consciência das suas habilidades e competências para criar, produzir, gerenciar. Para Moser (1991 apud OAKLEY; CLAYTON, 2003, p. 12),

[...] o enfoque sobre o empoderamento reconhece a importância do aumento de poder das mulheres, tende a identificar o poder menos em termos de dominação sobre outros e mais em termos da capacidade das mulheres de adquirir confiança em si mesma e se fortaleceram internamente. Isso se traduz como o direito de exercer escolhas em sua vida e de influenciar os rumos das mudanças, através da capacidade de controlar os recursos materiais e não materiais.

Segundo Srilatha Batliwala (1994, p. 129), a característica mais conspícua do termo empoderamento está na palavra “poder”, definido por ela como “controle sobre recursos materiais, intelectuais e ideologia”<sup>3</sup>. Para essa mesma autora, o poder decisório emana do controle sobre esses recursos, que tem estado, em grande parte, sob o controle masculino. Contudo, nós, mulheres, não fomos nunca totalmente desempoderadas. Sempre tentamos, de uma maneira ou de outra, “expandir nosso espaço”, mesmo quando as ideologias patriarcais conseguiram minar essas tentativas. (SARDENBERG, 2006, p. 6)

Batliwala ressalta que “empoderamento” é o processo de questionar essas ideologias e relações de poder, e de ganhar maior



3 No entendimento de Batliwala (1994, p. 125): *Recursos materiais* – incluem recursos físicos, humanos, financeiros, tais como: terra, água, corpos, mão de obra, dinheiro, acesso a dinheiro, crédito; *Recursos Intelectuais* – conhecimento, informação, ideias; *Ideologia* – capacidade de gerar, propagar, sustentar e institucionalizar determinadas quadros de crenças, normas, valores, atitudes e comportamentos – ou seja, praticamente controlando como as pessoas se percebem e agem dentro de determinados contextos socioeconômicos e políticos.

controle sobre os recursos apontados. Citando Sharma, Batliwala (SHARMA, 1991 apud BATLIWALA 1994, p. 130) observa que:

O termo empoderamento se refere a uma gama de atividades, da assertividade individual até a resistência, protesto e mobilização coletivas, que questionam as bases das relações de poder. No caso de indivíduos e grupos cujo acesso aos recursos e poder são determinados por classe, casta, etnicidade e gênero, o empoderamento começa quando eles não apenas reconhecem as forças sistêmicas que os oprimem, como também atuam no sentido de mudar as relações de poder existentes. Portanto, o empoderamento é um processo dirigido para a transformação da natureza e direção das forças sistêmicas que marginalizam as mulheres e outros setores excluídos em determinados contextos. (tradução nossa)

É nesse sentido, ou seja, na medida em que as mulheres passam a atuar buscando os recursos disponíveis – como por exemplo a escola – que possibilitem trazer mudanças positivas em suas vidas, que a noção de “empoderamento” torna-se importante para pensarmos as mulheres incluídas neste estudo.

### *De volta à escola: “fé”, “descrença” e “esperança”*

Trata-se de um grupo de dez mulheres aqui identificadas pelo nome MARIA, acompanhado das iniciais dos seus nomes e a idade. São estudantes e trabalhadoras, com idade entre 27 e 61 anos, alunas e ex-alunas da Escola Maria Constança, localizada no bairro da Mata Escura – Salvador, Bahia, com trajetória escolar na referida comunidade.

São mulheres pobres, vivendo em lugar de não esperança, sem possibilidades de escolha, desigualdade econômica, com tempo de vida conjugado ao tempo de aprender, não importa a idade. Apesar de todos os percalços que marcam essa trajetória, elas dei-

xam de lado as “obrigações” conjugais e maternais e se inserem em um “novo” mundo, a escola. Parecem certas de que estão voltando a estudar na tentativa de recuperar, segundo elas, “o tempo perdido”.

São mulheres negras, pardas e brancas; trabalhadoras; com idade entre 25 e 54 anos; casadas, vivendo uma união estável, solteiras; com prole de dois a cinco filhos, de idade entre dois e vinte e cinco anos; que exercem labor dentro e fora do lar (copeiras, costureiras, comerciantes e empregadas domésticas), conjugando as atividades laborais, formal e/ou informal, com as tarefas de “dona de casa” e de estudante.

Moradoras do bairro de Mata Escura por no mínimo dez anos, essas mulheres guardam da memória a vida no interior ainda criança e/ou adolescente; a vinda para cidade grande em busca de melhoria de vida ou, ainda, a mudança de um bairro para outro. Nesse espaço de convivência iniciaram novos percursos de vida, por conta de mudança de estado civil (casamento ou relação estável); ou porque a família precisou se deslocar de uma cidade para outra em busca de outras possibilidades. Na origem desse movimento de mudanças demográfica, familiar, ocupacional, escolar, dentre outros, estariam as transformações pelas quais passaram essas mulheres, os modos de vida e os processos escolares.

Quando instigadas a falar da trajetória de vida pessoal, o contexto familiar, relação conjugal, algumas delas se retraíram e evitaram falar do assunto. Outras, voluntariamente, falaram da infância no interior, das condições de pobreza, da relação com os pais e companheiros, dos desejos de infância. O depoimento de três delas demonstra as marcas do passado de uma infância de dificuldade, necessidade, violência e sonhos.

As informações colhidas dão conta que a inicialização na escola se deu entre os 07 e 46 anos de idade. A vida escolar mostra-se intermitente, pontuada por todo um conjunto de sentimentos

e hesitações: medo, insegurança, vergonha. Um percurso, que acontece de forma ininterrupta ou intercalada durante a infância, a adolescência e mais intensamente na idade adulta. Quatro das mulheres iniciaram a vida escolar na idade adulta porque ainda crianças foram “trabalhar em casa de família”, foram destituídas ainda cedo do direito de estudar.

Sendo unanimidade entre elas a imputação ao trabalho (doméstico, ou não) pelo insucesso escolar. Admitem que o trabalho constitui-se num empecilho para o exercício desse direito. Essas mulheres enfrentam jornada de trabalho mínima de 10 horas diária. Algumas delas saem do trabalho, vão para casa e de lá para a escola. Outras fazem o percurso trabalho-escola. Ao final da dupla jornada uma situação é comum entre elas: depois da escola é hora de cuidar dos afazeres domésticos que, às vezes, rompem a madrugada.

O destaque é dado a relatos que refletem as experiências de mulheres na conciliação das atividades do cotidiano, num entrelaçar de tempos de vida e tempos de escola. Esse relatos traduzem o reconhecimento da “importância da educação no processo de denúncia da realidade perversa como do anúncio da realidade diferente, a nascer da transformação da realidade denunciada” (FREIRE, 2000, p. 90), indicando os sentidos que essas mulheres conferem ao estudo e aos saberes escolares, seguindo por uma trajetória revestida de “fé”, “descrença” e “esperança”.

— Na escola eu aprendo tudo que eu não sei... como ler sem gaguejar e sem falar errado... a escola já me ensinou muita coisa.

(MARIA A 40 anos)

— Voltando à escola tenho contato com novos colegas e professores... tudo foi esclarecendo na minha vida, perdendo a timidez e fazendo amizade legais... mas ainda... tenho di-

ficuldade de aprender, emprestar a minha fala, está atualizada com os acontecimentos do momento.

(MARIA C 45 anos)

- [...] às vezes venho do trabalho pra escola e não tem aula direito... aula que não tem nada a ver... aí eu pergunto à senhora por que agente tem que aprender tanta coisa que agente não vai precisar?

(MARIA L 36 anos)

- A vida me ensinou muita coisa... aprendi muita coisa trabalhando... a escola ensina coisas que agente não entende... aí fico perguntando se vale a pena estudar... aí penso no trabalho, nas humilhações que a gente passa... parece que sem estudo a gente não é nada.

(MARIA K 32 anos)

Nas falas dessas mulheres parecem óbvias as preocupações com o ato de ensinar e aprender. Os dois primeiros enunciados parecem indicar que a escola é espaço de aprendizagem, que nela é possível *melhorar a fala*, aprender a ler e escrever com fluência, modificar comportamento, socializar. No entanto, seus relatos revelam que a escola está a ensinar *coisas* que não correspondem exatamente as suas reais necessidades e são de difícil assimilação. Sugerem que certos conteúdos e modos de transmissão de conhecimento não são compatíveis com sua capacidade cognitiva e expectativas. Por isso questionam o que a escola ensina, para quem ensina e para quê. O que pode vir a significar, por base nas palavras de Delors (2003, p. 19), uma resposta ao desafio de um mundo em rápida transformação que exige uma preparação adequada “para acompanhar a inovação, tanto na vida privada como na vida profissional”. E outros estão a enunciar que voltar a escola é condição preponderante para vida. Estudar significa busca de

auto-afirmação, possibilidade de possuir uma profissão digna e mais autonomia.

- [...] estou viúva e meus filhos criados... aí pensei, agora posso cuidar da minha vida... fazer o que eu quero... vou estudar pra ser enfermeira... aí me matriculei em 2004 pra continuar onde tinha parado, fiz até a oitava e agora to terminando o segundo grau e fazendo curso de inglês...

(MARIA ML 61 anos)

Vemos nas palavras de Delors, reportando-se à Conferência de Jomtien, em 1990, sobre educação básica e necessidades educativas fundamentais, a confirmação do que se revela nas entrelinhas dos relatos:

Estas necessidades dizem respeito, quer aos instrumentos essenciais de aprendizagem (leitura, escrita, expressão oral, cálculos matemáticos, resoluções de problemas), quer aos conteúdos educacionais fundamentais (conhecimento, aptidões, valores, atitudes), de que o ser humano precisa para sobreviver, desenvolver as suas faculdades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a sua qualidade de vida, tomar decisões esclarecidas e continuar a aprender. (DELORS, 2003, p. 21-22)

Em outro sentido, as vozes dessas mulheres parecem se dirigir ao que preconizava Freire (1990) sobre o que o ato de estudar revela – uma espécie de combate, por exemplo, da posição ideológica, nem sempre explicitada, de que só se educa na escola. O que vem corroborar com outra afirmação desse autor:

Daí que seja ela, a escola, considerada, deste ponto de vista, como a matriz do conhecimento. Fora da escolarização não há saber ou o saber que existe fora dela é tido como inferior sem que tenha nada que ver com o rigoroso saber intelectual [...] Enquanto expressão da ideologia dominante, este mito penetra as massas populares provocando nelas, às vezes, autodesvalia

por se sentirem gente de nenhuma ou de muito pouca ‘leitura’  
(FREIRE, 1990, p. 57-58)

Entretanto, a posição assumida por essas mulheres também parece denunciar algo que não lhes agrada na escola: os conteúdos escolares distanciados da realidade, de difícil compreensão e sem utilidade prática. Estão a questionar o que se ensina na escola e sua aplicabilidade na vida cidadã e no mundo do trabalho, evidenciando o descompasso entre o que se deseja e precisa apreender e o que a escola tem a ofertar.

Essas mulheres estudantes, igualmente a tantos outros que chegam à escola, “são sujeitos sócio-culturais, com um saber, uma cultura e também com um projeto, mais amplo ou mais restrito, mais ou menos consciente, mas sempre existente, fruto das experiências vivenciadas dentro do campo das possibilidades de cada um”. (DAYRELL, 1996, p. 8) Assim, a escola aparece como uma prioridade, parte importante e significativa desse projeto. Ela é para o grupo um lugar social “precisamente designado e pensado para estabelecer relações [...] e fornecer aos sujeitos que a frequentam condições mínimas de se tornarem ‘visíveis’, mas também, ‘ela é o único meio institucional de que dispõem as pessoas para se educarem e se instruírem’”. (BRAYNER, 2008, p. 226)

Essas mulheres e tantos outros estudantes possuem um conjunto de conhecimentos satisfatórios para a sobrevivência no dia a dia, mas mostram-se frágeis para promoção de uma mudança mais radical de suas coletivas condições de existência. O universo onde vivem é extremamente rico em cultura e parco em termos de conhecimentos mais elaborados, quase de exclusividade das elites sociais, que há tempos de alguma forma vêm dificultando ou mesmo impedindo o acesso da classe popular, principalmente a de jovens e adultos trabalhadores.

A inquietação em relação ao ensino vem corroborar com o que nos diz Cortela (2004, p. 16): não se trata de almejar uma escola



na qual o trabalhador ou a trabalhadora “simplesmente aprenda o que iria utilizar no dia ou semana seguinte no seu cotidiano (em uma dimensão utilitária e redutora)”, mas aquela que selecione e apresente conteúdos que possibilitem aos alunos uma compreensão de sua própria realidade e seu fortalecimento como cidadão, de modo a serem capazes de transformá-la na direção dos interesses da maioria social. Mas, para uma “nova qualidade social” exige uma “reorientação curricular” que venha considerar a realidade do aluno. O que não significa simplesmente aceitar o seu universo, mas considerá-lo parte importante da sua formação.

Perceptível, ainda, que a investida na escolarização reúne outros sentidos e significados para além daquele voltado para estratégias utilitaristas; conseguir um diploma que lhes acesse a um emprego melhor, por exemplo. Em vários casos, segundo Zago (2000, p. 33) “pode-se observar uma relação com o universo escolar fundado em certas proximidades, e não unicamente nos desencontros” entre jovens e adultos dos meios populares com a escola. Encontramos nos depoimentos a valorização da instrução. Maria ML (61 anos) ao afirmar que [...] *estudar, aprender a ler e escrever bem é tudo de bom*, ressalta a importância do ato de ler e o prazer que encontra na prática da leitura e da escrita. Maria A (40 anos), ao enfatizar que *tudo é estudo... vejo isso no meu trabalho... por isso a escola pra mim é tudo* [...], enaltece o ato de estudar como uma forma de garantir um reconhecimento social.

Além disso, evidenciam a crença nos benefícios que o estudo pode oferecer: uma aprendizagem que permita realizar melhor as tarefas que a vida lhes impõe; compreender melhor o mundo e as coisas à sua volta, pessoas, a natureza, a si mesma, adquirindo certa capacidade de ajuste ao ambiente social. Ir e permanecer na escola tende a deixá-las *mais confiante*, pode levá-las a *melhorar a comunicação, ter mais conhecimento, se livrar da ignorância, da vida de escravidão*, galgar novos postos de trabalho.

Concordando com Zago (2000, p. 33), são expressões “carregadas de valor simbólico e reveladoras do lugar ocupado pela escola, não apenas de emprego de um tempo reconhecido como necessário para aquisição de um certificado e saberes fundamentais, mas também como um lugar que inclui diferentes desejos e subjetividades”.

Elas acreditam que para superar a condição de exclusão e/ou desigualdade em que se encontram é preciso investir fortemente nos estudos. Para elas e muitas outras pessoas, estudar é uma importante via de acesso a uma profissão revestida de dignidade e prestígio. Assim, essas mulheres expressam claramente que retornar à escola representa a possibilidade de sair de um emprego não qualificado para galgar outras posições no mercado de trabalho, reforçando o desejo de reconhecimento pessoal/profissional e de emancipação. Relatos como o de Maria A (40 anos), indicam, também, um aumento da auto-estima e autoconfiança a partir da inserção na escola: *Sou grata à escola, aos professores, por tudo que aprendi... a escola é tudo em minha vida... depois que voltei à escola aprendi muito mais e tudo isso tem sido bom pra minha vida.*

Quando do seu reingresso na escola, no ao de 2005, para cursar a 5ª série, Maria A falou da sua dificuldade de leitura e escrita sem esboçar nenhuma vergonha: *[...] tenho muita dificuldade em ler as letras e escrever... meu erro foi eu deixar de estudar na 4ª série e recomeçar com 21 anos na 5ª série e depois parei de novo... eu queria voltar para 1ª série de novo para começar do zero.* Ela reconhecia suas próprias dificuldades, conferia a si a culpa pelo baixo rendimento e os anos de repetência. Atualmente, está cursando o 1º ano do ensino médio numa escola vizinha e costuma visitar ex-colegas e professores, numa espécie de agradecimento por ter sido bem acolhida e pelo aprendizado que construiu. Hoje se mostra otimista e orgulhosa por ter lutado para vencer os obs-

táculos. Recentemente, em visita à escola, disse que está formando um grupo de estudo para realizar concurso público.

Esses relatos que ressaltam a fé na educação escolar, atrelada à perspectiva de “poder ser”, e aqueles que denotam um posicionamento mais crítico sobre a escola enquanto espaço formador ora se conciliam, ora contrapõem-se a outros enunciados vindos de mulheres do mesmo grupo. Dois casos chamaram atenção: o de Maria AL (31 anos) e de Maria J (54 anos). Elas ingressaram na Escola Maria Constança no mesmo ano, em 2006, mas tiveram trajetórias diferenciadas. Maria AL (31 anos) matriculou-se para cursar a 5ª série, depois de dois anos seguidos de reprovação e de ter levado longo período fora da escola. Nesse ano conseguiu concluir o ciclo e passar para a 6ª série, mas interrompeu a trajetória alegando que não podia conciliar as duas coisas: trabalhar e estudar, pois para ela *a cabeça não dá*. No ano de 2008 retornou à escola para dar continuidade aos estudos, hoje cursa a 7ª série do ensino fundamental e diz que só pretende parar quando terminar, sem especificar até onde pretende chegar.

Maria J (54 anos) seguiu o curso garantindo os quatro anos de permanência, sem reprovação, e está concluindo a 8ª série. Confessa que gosta muito de estudar, chega à escola sorridente e com muita disposição. É pontual, participa das aulas e não tem, segundo diz, *vergonha de não saber muito*, está na escola para *aprender coisas*. Ambas, desde cedo, estão no mercado de trabalho doméstico remunerado, vivendo toda adolescência e juventude entre os tempos de trabalho e de sobrevivência, e a vontade de estudar. O ingresso na escola se fez tardio, aos 10 e 14 anos de idade e o abandono lhes fora imposto pela necessidade, tendo o trabalho doméstico formal e do próprio lar, marcando as dificuldades de permanência na escola.

— [...] depois que criei meus dois filhos, que tão já homem... voltei a estudar pra continuar de onde parei... sou domés-

tica e o tempo pra estudar é pouco, mas não desisto... minha patroa ainda pergunta pra que eu estudo... então digo a ela que eu quero aprender coisas.

(MARIA J 54 anos)

Retomar os estudos depois de ter criado dois filhos *sozinha trabalhando como doméstica*, parece significar, para essa mulher, a realização de um desejo de se reconhecer como estudante, poder se socializar com as pessoas. A escola aparece como espaço possível de construir outro modo de vida, o que não parece conciliar com o que a patroa exige dela. No ambiente escolar se reconhece como membro de uma comunidade, em virtude de um cotidiano, das relações e dos laços de amizade que cria. A decisão de voltar e nela permanecer reflete uma dimensão reflexiva, consciente do que precisa saber e fazer, ou mesmo, para saber fazer coisas. Não almeja exercer ocupação mais valorizada na estrutura social, faz questão de manifestar seu orgulho de “ser doméstica”. Considera um ponto de honra trabalhar para garantir o sustento dos filhos e demonstra sentimento de satisfação no bom desempenho desse papel, já que é uma “opção profissional” igual a muitas outras e exige preparação.

Já Maria AL (31 anos), doméstica há quase vinte anos, confessa que se sente humilhada pelo patrão e considera que a atitude dele de *reclamar* quando faz algo de *errado* está relacionada à sua *burrice*, porque passou pouco tempo na escola e, segundo ela, *nada aprendeu*.

— *Pró me ensina a escrever... eu sei que minha cabeça não dá pra aprender... não vou me formar nem nada... mas eu quero saber escrever pra anotar os recado do meu patrão sem erro... eu escrevo e ele não entende... aí reclama comigo... eu me sinto mal com isso.*

(MARIA AL 31 anos)

Maria AL por várias vezes se matriculou mas não conseguia concluir o ciclo do ensino fundamental, por conta da frequência irregular às aulas, das interrupções temporárias quando, segundo ela, *trabalhava na casa do zôto*. O que parece ter enfraquecido sua vontade e condicionado sua mente. Ao início de cada ano letivo demonstrava certo desânimo frente às reprovações, às dificuldades de aprendizagem, aos problemas que enfrentava para chegar à escola. Em relação a concluir ou não as etapas de escolarização, procura não fazer planos para o futuro, deseja apenas satisfazer uma necessidade pontual, dizendo ela que precisa *escrever direito os recado do patrão*, e assim livrar-se das constantes reclamações. A vida de doméstica parece ser o seu limite, como uma espécie de tradição ou fatalidade imposta pela vida, ante a necessidade de prover-se de recursos essenciais à sobrevivência desde a infância. Sente-se humilhada e insegura quanto a sua própria capacidade de aprender, embora a escola ocupe um lugar importante no seu universo simbólico: [...] *na escola eu me distraio conversando com os colegas, esqueço os problemas, aprendo alguma coisa com os professores*.

Concordando com Magalhães (2002, p. 231), diríamos que essas mulheres estão, em parte, “sob a influência de uma prática discursiva de letramento de base conservadora”, que lhes coloca o estigma de “sujeito menor” por conta de sua não/pouca habilidade expressiva, que, provavelmente, as impede de alçar campos maiores de conhecimento. Maria AL (31 anos), ressentida, deixa claro em sua fala que percebe a diferença que a separa do patrão, e, aparentemente, sente-se marginalizada por não ser letrada. Está convencida de que, com vida restrita ao contexto doméstico, o acesso à leitura e à escrita deve ser mínimo, apenas para atender uma necessidade pontual, anotar recados, por exemplo. De acordo com Signorini (1995, p. 162), para essa mulher, “tanto o não acesso à escola, quanto o fracasso escolar são vistos como

sinônimos de déficit de bens culturais de prestígio” não ser “estudado” é ser ignorante, é não “saber das coisas”, e também de meios necessários “à ação social de base discursiva não ser “estudado” é não falar “direito”, é estar sempre vulnerável diante da multiplicidade de situações e interlocutores do cotidiano e, conseqüentemente, estar sempre sujeito ao fracasso na consecução de objetivos próprios”.

Maria J (54 anos) ocupa-se com o que deseja para sua vida, embora se veja inserida numa relação de dominação e poder de um sujeito letrado que aposta na sua incapacidade e estabelece seu limite, seu lugar; sua fala expressa uma não passividade, não conformismo. Reportando-nos ao que afirma Ratto (1995, p. 278), sua investida pode estar significando suas tentativas de ser reconhecida, pela linguagem, como sujeito da sociedade a que pertence. Ela parece perceber a marginalização de que está sendo vítima e essa consciência nada ingênua marca a sua trajetória de vida, de desejos. Afirma: *Com a volta dos estudos consegui melhorar a minha comunicação, a leitura, e isso considero muito importante para a convivência na sociedade e para melhor qualidade de vida.* Diferente de Maria AL (31 anos), ela não se considera *burra*, acredita que se tivesse começado a estudar cedo, se não levasse *vida de doméstica*, certamente estaria formada. Hoje não dá tanta importância a formatura, afirma sorridente que está na escola por outros motivos: [...] *não ligo pra me formar, quero poder aprender a língua portuguesa e outras coisas mais.*

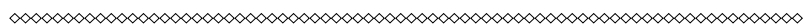
Maria C (45 anos) também ingressou na escola no ano de 2006, retomou os estudos aos 39 anos de idade *do zero* porque perdera seu histórico escolar, mantém frequência regular, estando em curso da 8ª série, e não almeja *se formar*. Desde adolescente é comerciante. Para essa mulher estudar significa *aprender coisas* que irão contribuir para melhoria de sua condição de vida, à medida que se apropriar de conhecimentos úteis à sua prática

diária, aprender a escrever bem, para fazer listas, cartas, receitas; *conversar melhor; para usar a matemática*. Apresenta não apenas uma visão prática e utilitarista do aprendizado escolar, mas a possibilidade de construir/aprimorar saberes que a conduzirão a realizar coisas, mudar ações, evoluir e se fortalecer enquanto sujeito social.

Maria L (36 anos), depois de 12 anos fora da escola, voltou a estudar. Segundo informa, apesar de *começar do zero*, a sua desenvoltura ajudou na sua promoção e conseguiu concluir o ensino fundamental I em apenas dois anos. Desde o ano de 2008 cursa o SEJA II<sup>4</sup> na esperança de realizar um sonho deixado para traz com o casamento: fazer um curso de enfermagem. A escola para ela “é tudo”, e assinala por que: [...] *se nós não tivéssemos a escola seríamos todos analfabetos e seríamos mais ainda excluído da sociedade... a gente já sabendo ler não tem oportunidade... imagine quem não sabe!*

Maria K (32 anos) mantém viva a esperança de aprender muito na escola para alcançar muitos dos objetivos que traçou para sua vida. Considera o aprendizado da leitura e da escrita uma prioridade e acredita que a escola está a lhe proporcionar esse domínio: [...] *já consegui escrever uma carta sem errar muito, preencher uma ficha de emprego, fazer entrevista [...]*.

Percebe-se na voz dessas mulheres a expressão do desejo de ler e escrever com propósitos claros, como o de contribuir para práticas comerciais, melhor desenvoltura nas relações sociais; melhor desempenho no trabalho e possibilidade de ascensão; e parecem compreender que a leitura e a escrita confere certo poder a quem domina de forma fluente e eficaz as modalidades.



4 SEJA (Segmento de Educação de Jovens e Adultos) implantado pela SECULT (Secretaria de Educação e Cultura) da cidade do Salvador, criado por meio da Resolução nº. 11/2007. Uma modalidade de ensino com estrutura modular distribuído em dois blocos: O SEJA I que corresponde ao primeiro ciclo (1<sup>ª</sup> à 4<sup>ª</sup> séries) e o SEJA II ao segundo ciclo (5<sup>ª</sup> à 8<sup>ª</sup> séries) do ensino fundamental.

Mostram-se, pois, conscientes da importância desse aprendizado para vida, evidenciando que compartilham da ideia de que:

[...] aprender a ler e a escrever ou comunicar-se pela linguagem escrita é um dos principais objetivos para todos que ingressam na escola. Essa capacidade é condição para o desenvolvimento escolar futuro e tem sido também considerada como uma das principais ferramentas para aquisição de conhecimentos e maior mobilidade na vida em sociedade (GALIATO; MARTINELLI, 2008, p. 273)

Empenhadas na promoção de seu desenvolvimento pessoal e profissional, tendo como via a escolarização e os aprendizados que para elas somente a escola pode proporcionar, expressam ideias que compartilham com o que assinala Zago (2000, p. 20): “a educação escolar é requisito para responder às exigências do mercado de trabalho e, sobretudo, como possibilidade de romper com as condições de pobreza familiar”. Então, muitos jovens e adultos das camadas populares, que foram impedidos ou enfrentaram dificuldades de frequentar a escola na idade prevista, projetam retomar os estudos na perspectiva de uma conciliação entre estudo e trabalho, pois que se vêem diante de situações nos mais variados espaços sociais, em que “a ausência de um certificado mínimo de escolaridade impõe limites à inserção ou à reconversão profissional chama atenção para a necessidade do diploma, e é especialmente nesse momento que o estudo ganha real significado instrumental”. (ZAGO, 2000, p. 25)

Ademais, a necessidade subjetivada de retornar à escola coloca o acesso e a permanência como direito. Voltar à escola não como obrigação e necessidade de aprender ou construir coisas, mas como uma afirmação do direito de estar na escola e nela permanecer, “se formar”. Assim, essas mulheres que, aparentemente, re-conhecem a instituição escolar, seus rituais, sua dinâmica, suas regras, seus símbolos e objetos, parecem movidas por dese-



jo e determinação, demonstrando não apenas os significados de buscar a escolarização, mas de voltar à escola e nela querer estar, visando à aquisição de competências e habilidades para que seu campo de atuação se amplie e sua inserção nos espaços de predominância do saber escolarizado seja efetiva. Sendo forte, portanto, a evidência de que esse percurso se faz recheado de aprendizados considerados importantes e a escola parece ser muito mais do que o lugar onde se aprendem conteúdos. Em outro sentido, importa assinalar que,

[...] a volta à escola tanto pode ser um incentivo, para acreditar que tem sentido tentar ser sujeitos de novos percursos, como pode ser a última tentativa de saída. Do percurso que tantos jovens-adultos fazem de volta à escola, podem sair encontrando o sentido do conhecimento e do estudo, como podem sair mais convencidos de que as trajetórias escolares são incompatíveis com suas trajetórias humanas e que não acrescentam novas luminosidades para sua compreensão e menos para sua mudança. (ARROYO, 2007, p. 107)

Isso porque, essas mulheres, assim como tantos outros estudantes, demonstram também, que ir à escola e nela permanecer é uma necessidade que, segundo Arroyo (2007, p. 23), implica em escolhas penosas: “trabalhar ou ir à escola, articular estudo e trabalho, viver, sobreviver ou estudar”; sendo quase certo que num percurso escolar de idas e vindas, marcado por tantas dificuldades, seja possível que o abandono temporário se torne definitivo. Essa trajetória intermitente, as condições precárias de sobrevivência, as dificuldades de aprendizagem, a falta de sintonia entre os saberes construídos na “escola na vida” e a educação institucional, tanto podem levar ao desânimo, à descrença, ao abandono; como se constituir fator motivador da ação.

Reportando-nos às palavras de Fonseca (2000), cotidianamente nos deparamos diante de jovens e adultos que apostam na

escolarização como uma ação de cuidado de si, como um direito a um investimento pessoal adiado pelas condições adversas em suas vidas (trabalho infantil, casamento, negação do direito de acesso, cuidado com os filhos etc.). E, apesar da aparente descrença frente às dificuldades de vencer os abismos entre a vontade e as limitações, as oportunidades e possibilidades mínimas de “poder ser”, é latente a demonstração de entusiasmo pela educação. Os tempos de escola ocupam um lugar essencial nas suas vidas. Essas mulheres e provavelmente muitos outros estudantes da nossa escola estão entre a “fé” e a “esperança”, sabem o que almejam da escola, o que ela tem a lhes ofertar e acreditam na re-significação da vida por via da educação, expressando o re-conhecimento da sua importância como prenúncio ao próprio empoderamento.

### *Tempos de escola: uma perspectiva de empoderamento*

Concordamos com Signorini (1995, p. 162) quando afirma que: “a sobrevivência na escola é comumente vista como sinônimo de aquisição dos bens culturais de prestígio”. Ser estudado “é tudo”, é garantia de uma vida melhor, de novas oportunidades de emprego e renda, de status e, ao mesmo tempo, é “sinônimo de aquisição dos recursos necessários ao sucesso na ação social de base discursiva, independentemente dos contextos situacionais em jogo – ser “estudado” é saber falar “direito”, é raciocinar, agir e avaliar “corretamente”, ou melhor, “ser consciente”.

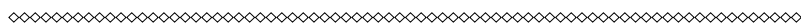
Em outro sentido, estamos diante de mulheres que apresentam pontos e objetivos comuns em relação à escola e à escolarização, mas com visões diferenciadas sobre os fins, para que serve estudar, que utilidade tem as “coisas” que aprendem; o que almejam. Sendo perceptível no grupo o desejo de alcançar conhecimentos que apenas melhore sua convivência com as pessoas e lhes dê subsídios

para adquirir habilidades simples, como fazer uma lista, anotar um recado, escrever uma carta, por exemplo, e a intenção de ir além, extrapolar limites; revelando indícios de que a educação escolar, “tanto estar a serviço da decisão, da transformação do mundo, da inserção crítica nele, quanto a serviço da imobilização, da permanência possível das estruturas injustas, da acomodação dos seres humanos à realidade tida como intocável”. (FREIRE, 1997, p. 58)

Referente às promessas da escola, “a instituição escolar é socializadora<sup>5</sup>”, tem por função a “transmissão sistemática de parcela da cultura humana acumulada e das competências necessárias à sua incorporação”, aliado ao papel ligado ao aprendizado do “estar juntos” e do “viver com”. (SPÓSITO, 2004, p. 76) Na opinião de Delors (2003, p. 22), “a educação pode ser entendida como uma experiência social, pois que, por meio dela o sujeito aprende a descobrir-se a si mesmo, desenvolve as relações com os outros, adquirir bases no campo do conhecimento e do saber fazer”. A nosso ver, a escola não é o único lugar e nem deve ser espaço elevado ao grau mais importante de apreensão de conhecimento e de socialização, pois que, fora dos seus muros, em outros espaços sociais, em contato com diferentes sujeitos e cultura, estamos todos a “aprender coisas”, embora para muitas pessoas a escola seja o lugar que garante a efetiva transmissão de conhecimento e aprendizado, meio e fim do desenvolvimento.

— [...] tenho esperança de aprender mais e mais na escola e alcançar meu objetivo... alguns eu já consegui, escrever uma carta sem errar muito, preencher uma ficha de emprego, fazer entrevista.

(MARIA K 32 anos)



5 Em nota a autora esclarece que ao fazer referência ao termo socialização, reporta-se à definição do termo apresentada por Berger (1975): significa o processo pelo qual os indivíduos são introduzidos na vida social. (BERGER, P; LUCKMANN, T. A.. *A construção social da realidade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1975).

Segundo Furter, “a esperança torna-se um verdadeiro princípio de vida, que nos dá a consciência do possível e que nos abre cada vez mais possibilidades para realizar este possível” (1987, p. 97). Citando Ernet Bloch, acrescenta, “a esperança é, portanto, uma maneira de encarar a nossa existência neste tempo atual, considerando-a como um campo de possibilidades abertos à ação”. (BLOCH, 1959 apud FURTER, 1987, p. 97) E ao que evidenciam os relatos, a escola é o espaço onde reside a esperança dessas mulheres. É a promessa de re-significação da vida edificada na esperança que brotou ante a tomada de consciência de suas próprias carências. Mas, afinal em que consiste essa esperança?

- A escola tem sido tudo pra mim... até fiz concurso público e fui classificada... as pessoas dizia que eu não ia passar... mesmo que eu não seja chamada pra mim foi uma vitória e eu vou conseguir ainda entrar no serviço público.

(MARIA EL 50 anos)

Maria EL (50 anos) representa o grupo de mulheres que nunca exerceu atividade laboral fora da esfera do lar, trabalha em casa costurando ou fazendo docinhos. Ela é casada, tem dois filhos, típica “dona de casa” que se orgulha de ter passado parte de sua vida cuidando dos afazeres que lhes reservara o casamento de quase trinta anos: cuidar da casa, do marido e educar *bem seus filhos*. Sente-se esposa e mãe realizada e fala das motivações que conduziu o seu retorno à escola, seus filhos já *criados e independentes*, o incentivo por parte do marido e a vontade de ter um emprego. Tanto o incentivo, quanto a decisão de voltar a estudar, para ela não se deram tardiamente porque precisava cumprir sua “missão” de mãe e esposa: *tinha que cuidar da minha casa... meus filhos precisavam de mim, não podia abandoná-los para estudar*. Se continuasse a estudar após o casamento não cumpriria tão bem

o seu papel. Hoje está cursando o terceiro ano do ensino médio e deseja *formar* para fazer concurso e ingressar no serviço público.

Maria K (32 anos) revela que foi o contato com outras pessoas e algumas situações vivenciadas no cotidiano da empresa onde trabalha como copeira que a conduziram de volta à escola. Ela é casada, tem um filho e conjuga o trabalho com os afazeres domésticos. Fala com orgulho do seu esforço e do apoio do marido *que tem ajudado e incentivado muito*. Nessa lida diária entre o lar, o trabalho e a escola, o cansaço, os constantes atrasos e a não disponibilidade de mais tempo para estudar, não pensa em desistir. Confiante e determinada confessa que não é fácil conciliar tantas tarefas, mas continuará os estudos para ter *um diploma*, que para ela é requisito necessário para galgar um *posto maior*.

- Tudo na vida temos que ter um objetivo... A escola pra mim é tudo de bom... espero um dia ter oportunidade de estar em uma faculdade cursando “nutricionista”... hoje tudo é o estudo porque por falta de estudo perdi uma oportunidade de trabalhar fora de doméstica

(MARIA K 32 anos)

Oportuno colocar as considerações de Zago ao mencionar que o/a trabalhador(a) estudante dos cursos noturnos, “vivencia quotidianamente a divisão social do trabalho e, como trabalhador, adquire um conhecimento muito além do necessário para a execução das tarefas que lhes foi confiadas”. (RODRIGUES, 1995 apud ZAGO 2000, p. 34) No que se refere ao uso de estratégias de conservação e/ou mudança de posto ou emprego, a “[...] experiência adquirida nas relações de trabalho não lhe deixa dúvidas sobre o valor da credencial escolar para aumentar o seu pequeno poder de barganha, junto a um estreito e cada vez mais segmentado mercado de trabalho, diminuindo, com isso, os efeitos da ex-

ploração” (RODRIGUES, 1995 apud ZAGO 2000, p. 34), à qual às vezes se vê submetido(a).

Para essas mulheres, obter um certificado de ensino médio, ou mesmo “um diploma” de nível superior, constitui um projeto de vida consciente. E, no caso específico de Maria K (32 anos) esse projeto aparece determinado, articulado com a sua carreira profissional na empresa: *eu quero ser nutricionista*. Estão a investir na formação com olhar e planos voltados para o futuro.

- Estudar pra mim é muito importante... mas é preciso ter garra e força de vontade para ser alguém melhor lá na frente da vida. Se eu não parasse eu já tinha me formado... tava aí sendo enfermeira... mas acredito que não é tarde... depende de cada um ter vontade.

(MARIA L 36 anos)

- [...] estudar passou a ser tudo na minha vida... a idade não importa... o importante é a gente ta realizando coisas... eu vou me formar na faculdade nem que saiba velhinha.

(MARIA ML 61 anos)

Os depoimentos desse grupo de mulheres, cuja voz ressoa em tantas outras, evidenciam a “fé” no papel essencial da educação escolar para o desenvolvimento pessoal e profissional. Demonstram que o ato de empreender a busca do conhecimento “sustenta-se na interrogação de como o ser humano transcende as limitações próprias de seu gênero e do ambiente social e natural para atuar no curso de sua existência e de seu futuro”. (RODRIGUES, 1995, apud ZAGO 2000, p. 34) Esse empreendimento transforma-se, então, em “um processo deliberado de apropriação da realidade, que leva à revelação dos desafios nos quais a capacidade de atuação pode encontrar seu sentido”. (LEON, 1991, apud CIAVATTA; FRIGOTTO, 2004, p. 15)

Como elas, outras tantas pessoas atribuem alto grau de importância à educação escolar. Segundo Delors (2003, p. 11), essa demonstração de fé pela educação, não está a reverenciá-la como “um remédio milagroso”, mas como “uma via que conduza a um desenvolvimento humano mais harmonioso, mais autêntico, de modo a fazer recuar a pobreza, a exclusão social, as incompreensões, as opressões”. Ela adquire valor de ferramenta essencial para sobrevivência ao promover a aquisição de conhecimentos básicos para melhor participação na esfera pública e a afirmação de autonomia, abrindo um leque de possibilidades de mobilidade social ascendente, ou não, tendo como ponte principal a escola.

Nesse sentido, a crença na educação reside na possibilidade de alcançar uma ocupação mais valorizada, reconhecimento, uma renda maior. Entretanto é importante observar que,

[...] apesar de se reconhecer universalmente a correlação entre nível de educação e nível de renda, há amplo debate quanto as causas e as consequências desta relação: se a educação serve realmente para propiciar uma ascensão socioeconômica ou se simplesmente legitima a desigualdade social que já existe. (FONSECA; RIZZINI, 2002, p. 13)

Seguindo essa linha de raciocínio, sem a pretensão de entrar no mérito de uma discussão mais aprofundada sobre a legitimação da desigualdade social, supostamente promovida pela escola, faz-se pertinente acrescentar que:

O mesmo processo de mutação social que constitui a “sociedade escolarizada”, ou seja, a educação escolar como ferramenta essencial para a sobrevivência do indivíduo moderno no mundo (habilidades, conhecimentos e saberes, competência para uma melhor participação na esfera pública e afirmação de sua autonomia como sujeito), produz uma enorme crise das possibilidades de mobilização social ascendente via escola pela escassa capacidade de absorção no mundo do trabalho dessa população escolarizada. As transformações estruturais nas últimas décadas

provocaram, entre outros efeitos, o desassalariamento e o desemprego. (SPÓSITO, 2004, p. 78)

Apesar da pertinência dessas colocações, optamos por pensar na afirmação de Frigotto (2004, p. 58): “Sabemos que a desigualdade não é gerada na escola, mas na sociedade. A escola pode reforçá-la ou contribuir para sua superação”. É neste último sentido, a busca por superação mediante uma escolha que se inscreve a possibilidade de empoderamento via educação. Na voz e na ação dessas mulheres não reside uma negação ou mesmo dúvida quanto aos possíveis benefícios advindos da educação escolar, e sim uma concordância com a assertiva de que “ante os múltiplos desafios do futuro a educação surge como um trunfo indispensável à humanidade na sua construção dos ideais de paz, liberdade e de justiça social.”. (DELORS, 2003, p. 32)

Ao que indicam, a educação escolar é apontada como variável determinante em nossa sociedade no processo de projeção e obtenção de status ocupacional. Ela é requisito essencial à incorporação de homens e mulheres no mundo do trabalho e para as mulheres, em especial, o horizonte se amplia porque a busca por escolarização vem a ser o início de uma transformação da própria vida. O desejo de profissionalização aparece como requisito para minimizar as carências materiais, em favor de uma “vida melhor”, uma possibilidade de atingir as etapas de mobilidade social que normalmente são proporcionadas pelo investimento em educação, como há muito mais tempo acontece com os homens.

Por base nas ideias preconizadas por Oakley e Clayton (2003), a busca por escolarização é uma iniciativa de “empoderamento como desenvolvimento da capacidade”, associada à ideia de “aprendizagem”, a importância crítica de reflexão e, fundamentalmente, a noção de “inclusão” e “autonomia”. Essas noções de empoderamento procuram criar possibilidades de desenvolvimento interativo e compartilhado, no qual se empreende esforços



para oferta, aquisição e reconhecimento de habilidades e conhecimentos para/das pessoas.

O que corrobora com o previsto no documento “Empoderamento das Mulheres - Avaliação das Disparidades Globais de Gênero” (FEM, 2005) que define, dentre as dimensões importantes para o empoderamento das mulheres no novo milênio, o avanço educacional. A ideia contida no referido documento é a de que sem educação de qualidade as mulheres não conseguem acesso a empregos bem-pagos do setor formal, nem avanços na carreira, participação e representação no governo e influência política; que a educação é requisito fundamental para seu empoderamento em todas as esferas da sociedade, pois seus efeitos se manifestam de formas variadas, até mesmo pelo aumento do potencial de geração de renda, da autonomia nas decisões pessoais, do controle sobre a própria fertilidade e da maior participação na vida pública.

Em outro sentido, é importante mencionar que,

[...] o empoderamento é visto como chave para atacar a pobreza e a exclusão social, mas o ponto de ruptura somente é atingido quando empoderamento pode ser traduzido em benefícios evidentes. Até o momento, não há evidência de que ele possa levar a uma ampla melhoria econômica dos pobres. De fato, existe a crença de que economicamente, o impacto é restrito. (OAKLEY; CLAYTON 2003, p. 23)

Para Barbosa (2008, p. 459):

[...] vivemos num contexto que apela insistentemente à autonomia dos indivíduos, que difunde aos quatro ventos o ideal normativo de indivíduo autônomo, senhor de si mesmo e do seu destino, gestor do seu projeto de vida, responsável por tudo aquilo que lhe acontece: inserção de vida ativa, permanência no posto de trabalho, queda na exclusão e na marginalidade, riqueza e pobreza, saúde e doença, reconhecimento e discriminação.

O que vem a ser, segundo esse autor, uma forma de valorar em demasia o indivíduo autônomo e, ao mesmo tempo, reforçar uma tendência que consiste em responsabilizar as pessoas por todas as emergências e contingências da vida e pelo seu próprio desenvolvimento. Essa ação autônoma está implícita nos relatos dessas mulheres, à medida que refletem o “despertar para liberdade” depois de uma vida de castração e limitação; o esforço para gerenciar suas próprias vidas; a “fé” na educação como meio para profissionalização e conseqüente mudança na sua condição sociocultural e econômica. Sendo perceptível a existência de um projeto de vida revestido de autodeterminação e esperança, que se configurou num percurso individual envolto por imagens de resistência, insistência e persistência, tendo a escola como meio e fim para sua efetiva concretização.

### *Considerações finais*

A escola é para essas mulheres um espaço de “esperança” e “liberdade”, e o conhecimento adquirido com a escolarização um caminho possível para exercê-la com consciência. O significado de retornar à escola está imbricado na concepção de emancipação social e individual, de “autonomia”; e a educação escolar é uma possibilidade de prover-se de um novo instrumental, a capacidade de conhecer e de atuar, ou até mesmo de transformar/(re) significar a realidade, sendo, portanto, força vital para garantia do seu empoderamento.

Entretanto, é importante pensar, sem desmerecer, o esforço, a capacidade de escolha e a autodeterminação, o sentimento de valor próprio, a auto-estima que dirige as trajetórias dessas mulheres; se em condições de sobrevivência precárias, de negação e/ou limitação de seus direitos, de discriminação e desigualdade,

haverá lugar para o exercício de uma autonomia ou, ainda, se resultará da força de vontade, da “esperança”, da “fé” e do desejo de mudança o empoderamento dessas e tantas outras mulheres trabalhadoras de classe popular. E, nesse sentido, o estudo revela que é no interior da escola, nos percursos escolares intermitentes, ou não; no movimento do processo ensino/aprendizagem, que se denunciam a proposta e as promessas da escola. A partir do reconhecimento da realidade que circunda dentro e fora dos seus muros que aparecem as “pistas” para se re-pensar a formação e sua importância para melhoria na qualidade de vida das pessoas. Daí que insurgem a necessidade de escuta da voz dos sujeitos que ali estão para dirimir novas reflexões, novos olhares.

## Referências

- ALMEIDA, Jane S. de. As lutas femininas por educação, igualdade e cidadania. *Revista Brasileira Estudos Pedagógicos*. Brasília, v. 81, n. 197, jan./abr., p. 5-13, 2007.
- ARROYO, Miguel G. *Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BARBOSA, Manuel G. Do sonho ao pesadelo: a pedagogia da autonomia sob suspeita. *Revista Brasileira Estudos Pedagógicos*. Brasília, v. 89, n. 223, set./dez., p. 455-466, 2008.
- BATLIWALA, Srilatha. The meaning of women’s empowerment: new concepts from action. In: SEN, G.; GERMAIN, A.; CHEN, L.C. (Ed.). *Population policies reconsidered: health, empowerment and rights*. Boston: Harvard University Press, 1994. p. 127-138.
- BRAYNER, F. H. Albert. Dívida política, educação popular e republicanismo. *Revista Brasileira Estudos Pedagógicos*. Brasília, v. 89, n. 22, p. 21-31, maio/ago., 2008.
- CIAVATTA, Maria; FRIGOTTO, Gaudêncio. A busca de articulação entre trabalho, ciência e cultura no ensino médio. In: \_\_\_\_\_. *Ensino Médio: ciência, cultura e trabalho*. Brasília: MEC, SEMTEC, 2004. p. 11-34.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Sujeitos e conhecimento: os sentidos do ensino médio. In: CIAVATTA, M.; \_\_\_\_\_. *Ensino Médio: ciência, cultura e trabalho*. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília: MEC, SEMTEC, 2004. p. 53-70.

CORTELLA, M. Sérgio. *A Escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos*. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2004.

COSTA, Ana Alice. Gênero, poder e empoderamento das mulheres. In: DEERE, Carmen D. *O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Disponível em: <<http://agende.org.br/docs/fileadospesquisas/feminismo/empoderamento%20%Ana%20Alice.pdf>>. Acesso em 28 jan. 2008.

DAYRELL, Juarez T. *A escola como espaço sócio cultural*. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 1996. p.1-27. Disponível em: <<http://www.fae.ufmg.br/objuventude/textos/escola%20espaco%20sociocultural.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2009.

DELORS, Jacques. *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2003. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI.

FEM - FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. *Empoderamento de mulheres*. Avaliação das disparidades globais de gênero. Genebra, 2005. Disponível em: <[www.agende.org.br/.../FEM%20](http://www.agende.org.br/.../FEM%20)>.

FONSECA, Maria da Conceição F. R. RIZZINI. *Educação matemática de jovens e adultos: especificidades, desafios e contribuições*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio Janeiro: Paz e Terra, 1990.

\_\_\_\_\_. *Educação como prática de liberdade*. Rio Janeiro: Paz e Terra, 1997.

\_\_\_\_\_. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FURTER, Pierre. *Educação e vida*. Petrópolis: Vozes, 1987.

GALIATO, S. G.; MARTINELLI, S. C. Avaliação da escrita em jovens e adultos. *Revista Estudos pedagógicos*. Brasília, v. 89, n. 222, maio/ago, p. 273-294, 2008.

LOPES, A. Osima. Planejamento do ensino numa perspectiva de educação. In: VEIGA, I. P. A. *Repensando a didática*. Campinas: Papirus, 2000.

MAGALHÃES, Izabel. Práticas discursivas de letramento: a construção da identidade em relatos de mulheres. In: KLEIMAN, Ângela B. (Org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 1995. p. 201-235.

OAKLEY, P.; CLAYTON, A. *Monitoramento e a avaliação do empoderamento (empowerment)*. Tradução de Zuleika Arashiro e Ricardo Dias Sameshima. São Paulo: Instituto Polis, 2003. 96p.

RATTO, Ivani. Ação política: fator de constituição do letramento do analfabeto adulto. In: KLEIMAN, Ângela B. (Org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 1995. p. 267-290.

SARDENBERG, Cecília M. B. *Conceituando empoderamento de mulheres na perspectiva feminista*. Trabalho apresentado ao I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres (Projeto TEMPO), promovido pelo NEIM/UFBA, em Salvador, Bahia, de 5-10 de junho de 2006.

SIGNORINI, Inês. Letramento e (in)flexibilidade comunicativa. In: KLEIMAN, Ângela B. (Org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado de Letras (Coleção Letramento, Educação e Sociedade), 1995. p. 161-199.

SPÓSITO, Marília P. (Des)encontros entre os jovens e a escola. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA M. (Org.). *Ensino Médio: ciência, cultura e trabalho*. Brasília: MEC, SEMTEC, 2004. p. 73-91.

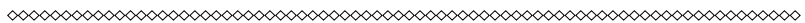
ZAGO, Nadir. Processos de escolarização nos meios populares. As contradições da obrigatoriedade escolar. In: NOGUEIRA, M. A.; ROMANELLI, G.; ZAGO N. *Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 16-40.

QUANDO ELAS OCUPAM  
OS ESPAÇOS DE PODER...  
*mobilização das trabalhadoras rurais no  
sindicato (Feira de Santana 1989–2002)*<sup>1</sup>

Tatiana Farias de Jesus  
Sylvia Maria dos Reis Maia

### *Introdução*

Neste estudo, o quadro social, em que se insere o Sindicato de Trabalhadores da zona rural de Feira de Santana (STRFS), é composto principalmente por pequenos produtores e produtoras



1 O presente artigo é originário da dissertação *Trabalhadoras Rurais de Feira de Santana: Gênero, Poder e Luta no Sindicato (1989 a 2002)* de autoria de Tatiana Farias e Silva, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres Gênero e Feminismo (PPGNEIM) em julho de 2009, sob a orientação da Profa. Dra. Sylvia Maria dos Reis Maia. Este recorte cronológico justifica-se pela marcante presença de diretorias presididas por mulheres no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Feira de Santana (STRFS) desde 1989 e encerra-se em 2002 quando ocorre a reformulação do Estatuto da entidade, trazendo mudanças significativas na organização do sindicato, e que visam atender as questões específicas das trabalhadoras rurais.

rurais que possuem pequenos lotes onde cultivam milho, feijão e mandioca para subsistência e venda do excedente no mercado. Por muitos anos, não foi esta a composição da entidade, já que atendia aos interesses de grupos políticos conservadores e grandes proprietários de terra da região, os quais desconsideravam as demandas trabalhistas no campo.

Contudo, a partir de meados de 1978 houve uma mudança significativa, com a tomada da direção do STRFS pelos trabalhadores rurais filiados à entidade. Embutida nesta luta estava, sobretudo, a manutenção dos trabalhadores no campo com condições efetivas de sobrevivência. Culminando, mais tarde, com um movimento de mulheres em prol da sindicalização da trabalhadora rural de forma independente. Obstáculo superado com a ascensão das mulheres à direção do sindicato. Estas, e outras questões, serão tratadas ao longo do texto.

### *Um olhar diferenciado*

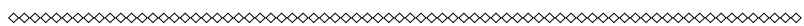
A história das mulheres vem, ao longo dos tempos, revelando que a conquista da visibilidade feminina, assim como o seu protagonismo, tem provocado transformações substanciais nas relações e desigualdades sociais. Como parte destas trajetórias os estudos de Gênero, sobretudo nas últimas décadas, têm colocado em cheque velhas certezas. Partindo destes debates, buscamos refletir sobre algumas contribuições dos estudos feministas para a transformação do “olhar” científico sobre os objetos e sujeitos de pesquisa, bem como, a inserção das experiências e memórias de lutas das trabalhadoras rurais no *hall* destas discussões.

Os estudos feministas, nascidos das contradições da ciência moderna, foram fundamentais no processo de desconstrução dos seus pressupostos e do *status* de seus sujeitos. Em outras palavras, à medida que se ampliaram o olhar e o interesse pelas demandas

das mulheres no ambiente acadêmico, vem-se questionando princípios que, de fato, mantinham/mantêm um quadro desigual entre homens e mulheres nos espaços de produção do conhecimento. Cabe lembrar que, neste movimento, o qual já dura muitas décadas, a crise de postulados, como a noção de neutralidade científica, denuncia que tais fundamentos servem para justificar, através de um suposto discurso da “ciência”, estudos que buscavam comprovar que as mulheres não eram capazes de ocupar espaços na academia para produzir conhecimento.<sup>2</sup>

Para além do compromisso acadêmico, as feministas, possuem o compromisso político de romper, também, com determinados mitos e práticas, denunciando a produção do conhecimento científico que está a serviço da manutenção das desigualdades de gênero. Contudo, mesmo denunciando as incoerências da Ciência Moderna, não devemos descartar dela as contribuições resultantes das mudanças de perspectiva investigativa – transformações valiosas no olhar sobre os sujeitos, outrora rotulados sob a referência estigmatizante de *objetos* de estudo. Assim, podemos conduzir com os procedimentos metodológicos, a exemplo da utilização de métodos quantitativos. (SOUZA, 2003)

A entrada das mulheres na academia não rompeu, de início, com as práticas utilizadas até então, pois estas ainda reproduzem um modelo de ciência androcêntrica.<sup>3</sup> É, sem dúvida, a partir do processo de autoconsciência do lugar de submissão que lhes era imposto, que elas buscaram romper com os hábitos tradicionais



2 Segundo Perez Sedeño (2001) muitos estudos psiquiátricos buscavam comprovar que as mulheres tinham uma tendência natural para o desequilíbrio.

3 Amparo Moreno Sarda (1987, p. 23) define androcentrismo como sendo: “El hombre como medida de todas las cosas. Enfoque de un estudio, análisis o investigación desde la perspectiva masculina únicamente, y utilización posterior de los resultados como válidos para la generalidad de los individuos, hombres y mujeres. Este enfoque unilateral se ha llevado a cabo sistemáticamente por los científicos, lo cual ha deformado ramas de la ciencia tan importantes como la Historia, Etnología, Antropología, Medicina, Psicología y otras. El enfoque androcéntrico distorsionador de la realidad, ha sido denunciado por muchas de las propias mujeres científicas”.



da Ciência e denunciaram o enfoque androcêntrico que distorce a realidade e, portanto, marginaliza, silencia e menospreza as contribuições das mulheres à vida social.

Para Sardenberg (2002, p. 90), as propostas feministas para a Ciência baseiam-se no projeto de transformação das relações de gênero que estão presentes na sociedade. Para isso, é necessário pensarmos na prática e elaboração de uma ciência politizada. Nas palavras da autora, “a crítica feminista tem avançado da mera denúncia da exclusão e invisibilidade das mulheres do mundo da ciência” e tem ido além, no sentido de criticar e buscar o rompimento com as bases paradigmáticas desta ciência.

Segundo Sandra Harding (1996), a ciência está a serviço de tendências retrógradas e muitas de suas produções, tanto tecnológicas quanto teóricas, se constroem sobre bases sexistas, racistas e classistas. Em seu instigante trabalho intitulado *Ciencia y Feminismo*, sugere que os criadores da ciência moderna, mesmo em defesa da neutralidade na produção do conhecimento, falam de um lugar definido por sua classe, raça, gênero e cultura onde estão inseridos. Desse modo, estão comprometidos, com a acumulação de capital e controle político social e, para além destes, com a manutenção do estado das relações de poder e gênero.

De maneira pontual, Harding situa as feministas como responsáveis por questionar, de maneira estrutural, os modelos de produção do conhecimento que outras lutas históricas já apontavam, a exemplo do combate ao racismo, ao colonialismo ou mesmo contra o capitalismo. Destaca, também, devidamente, que foram as feministas responsáveis por questionar a estrutura da produção do conhecimento, denunciando as perversas influências das construções científicas sobre as análises das capacidades das mulheres em relação à Ciência. Afirma ainda, que os homens cientistas ocupam uma posição dominante na sociedade, o que se traduz em um conhecimento parcial e perverso, enquanto que a posição despri-

vilegiada das mulheres abre a possibilidade de um conhecimento aberto.

Ao buscar reconstruir a participação feminina em um sindicato (assunto em destaque neste trabalho), espaço historicamente ocupado hegemonicamente pelos homens, pretende-se fortalecer os estudos que se propõem a reconstruir a história destes personagens que, durante muito tempo, foram aliados do cenário acadêmico, respeitando as subjetividades destes sujeitos, suas estratégias de sobrevivência e resistência. Dizemos a subjetividade porque esta existe desde o momento em que escolhemos nosso tema de pesquisa, o que demonstra nosso interesse e satisfação pessoal em desenvolver determinado tema. Do mesmo modo, a subjetividade expressa nas falas tanto das mulheres, quanto dos homens que vivem no meio rural de Feira de Santana filiados ao sindicato rural.

Ao questionar os princípios da Ciência Moderna, como exemplo clássico, a ideia do sujeito universal, de verdade absoluta e da razão cartesiana, o pensamento feminista dá visibilidade, também, à construção da subjetividade como processo essencialmente social e histórico. Os estudos sobre as mulheres têm contribuído para a renovação das Ciências Humanas como um todo.

Segundo Dias (1992), o campo histórico, favorável aos estudos feministas, busca enfatizar a experiência histórica e social das mulheres, à margem de sistemas teóricos e de conceitos intelectuais que sempre se constituíram como um sistema de dominação e de exclusão das mulheres da história racional e finalista que conceituavam.

A historiografia feminista possui seu campo metodológico aberto às possibilidades de construir as diferenças e explorar a diversidade dos papéis informais femininos. Para Dias (1992, p. 50):

[...] a historiadora feminista abre a sua trilha de historicidade na aventura do contemporâneo a fim de dar conta da construção do cotidiano das classes trabalhadoras ou marginalizadas e

de outras perspectivas, parâmetros, conceitos, para não cair na armadilha do discurso histórico hegemônico.

Conforme relatado no presente estudo.

Abre-se a possibilidade de descobrir o cotidiano das mulheres da classe trabalhadora, antes ignorado por muitos historiadores, para que, então, possamos construir o conhecimento a partir das experiências de vida destas, o que representa uma perspectiva diferenciada do que se tinha produzido até então. Poderíamos aqui considerar como um olhar diferenciado sobre os objetos-sujeitos das pesquisas. Utilizamos este termo porque as mulheres e suas histórias não podem ser consideradas por nós historiadores(as) como meros(as) objetos de estudo. Elas são sujeitos históricos e, portanto, o estudo sobre suas trajetórias, dentro do contexto histórico em que vivem, não deve reconhecê-las como objetos passivos de estudo.

A utilização da história oral, neste estudo, por exemplo, nos traz a possibilidade de interagirmos com as histórias sociais e experiências específicas. Como nos afirma Tânia Gandon (2005), quando trabalhamos a oralidade é preciso ficar atentos para os pequenos detalhes das entrevistas, porque estes podem dizer muito mais sobre determinados acontecimentos do que os documentos escritos ou grandes discursos. Estes reproduzem relações de gênero desiguais que precisam ser rompidas no momento em que o historiador(a) tem compromisso político de construir um novo olhar.

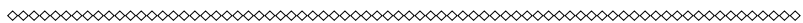
Sônia Troitino (2004), em seu trabalho, *Trajatória e Perspectivas da História das Mulheres no Brasil*, afirma que o campo da História das Mulheres, mesmo sendo recente, já possui uma trajetória marcada por muitas produções e constantes revisões teó-

rico-metodológicas.<sup>4</sup> O trabalho com novas fontes, a mudança de olhar sobre os antigos documentos e a escolha de novos temas de pesquisa possibilitam recuperar a participação das mulheres nos estudos históricos.

Margareth Rago (1998) ressalta que as transformações nos estudos históricos são também consequências da entrada de novos temas de estudo e, também, da pressão crescente de mulheres ocupando os espaços das universidades, principalmente, com a formação de núcleos de pesquisa e extensão. Em *Epistemologia feminista, gênero e história* (1998), Rago afirma que a teoria feminista propôs que se pensasse a construção cultural das diferenças sexuais, negando radicalmente o determinismo natural e biológico. Assim, a dimensão simbólica e as interpretações no interior de determinada cultura passaram a ser priorizados. Em outras palavras, para compreendermos a (in)subordinação feminina é preciso atentarmos para seus espaços, respeitando as especificidades e diferenças dos sujeitos analisados.

Segundo Matos (2000), a grande “virada da história”, no que se refere à crítica, à metodologia e aos conceitos tradicionais, foi o reconhecimento do cotidiano como espaço também marcado por relações de poder. Ao lado disso, veio a análise do funcionamento da família e da divisão desigual das tarefas domésticas. Estes novos olhares trouxeram outras perspectivas aos estudos sobre os diversos sujeitos da história e têm contribuído para desconstruir a imagem de passividade das mulheres frente ao processo histórico, visualizando-as como sujeitos de sua própria história.

A incorporação da categoria gênero nos anos 80 provocou grande impacto, no que se refere aos estudos sobre as mulheres. A historiadora Joan Scott (1993), faz um levantamento histórico



4 A autora destaca a produção das historiadoras Maria Odila Leite e Mary Del Priori, além de periódicos produzidos pelos núcleos de estudos das mulheres: Cadernos Pagu (UNICAMP), Caderno Espaço Feminino (Universidade Federal de Uberlândia), dentre outras.

do conceito de gênero e de sua utilização como categoria de análise. Segundo a autora, esta categoria se estrutura através de duas premissas básicas: primeiro, como um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas “entre os sexos”, aliado a outras categorias como geração, raça, etnia e classe; e, segundo ela, considerando que o gênero também envolve relações de poder em espaços não institucionais, como o ambiente privado.

Ainda, segundo a autora, o gênero abriu os caminhos para a desconstrução do masculino e do feminino, na medida em que estes papéis eram dados como naturais e o masculino é considerado superior. Portanto, é preciso desconstruir o pensamento dicotômico que concebe as mulheres e homens numa lógica invariável de dominação/subordinação. Para isso, é preciso problematizar as polaridades e as hierarquias implícitas nesse binômio. (LOURO, 1997) As noções de *homem dominante e mulher dominada* são insuficientes para explicar as múltiplas relações que se desencadeiam na nossa sociedade. Portanto, são insuficientes, também, para explicar a relação de poder no interior de um sindicato. Daí ser importante buscar a relação gênero/poder para entender a questão.

De fato, o conceito de gênero deve desconstruir estas oposições binárias fixas e naturalizadas e deve vir acompanhado da intersecção com outras categorias de análise, o que nos possibilita compreender que existem múltiplas trajetórias de vida dos sujeitos, permitindo criticarmos aqueles estudos que se propunham generalizantes.

O movimento feminista questionou estas discussões generalizantes, uma vez que elas visualizavam as características de homens e mulheres como sendo naturais. É preciso ressaltar o seu caráter social e, a partir daí, compreender como as relações de gênero são engendradas na prática social.

Em um primeiro momento, os questionamentos do movimento feminista no que diz respeito à denúncia da opressão e subordinação feminina na sociedade foram importantes. Porém, no decorrer dos anos, com o amadurecimento das discussões, surgiram indagações a respeito da “vitimização” da mulher em alguns estudos, pois seria preciso considerar suas estratégias de resistência que, muitas vezes, se apresentavam de forma sutil e mais tarde, de forma explícita, a exemplo dos movimentos sociais.

Nesse sentido, destacamos a importância dos estudos de Michel Foucault, não somente para a historiografia, mas, também, para os estudos feministas de modo geral. Segundo Louro (1997, p. 40), este autor apresenta-nos “a multiplicidade de pontos de resistência como inerentes ao poder”. Dessa forma, a vitimização das mulheres é desconstruída, na medida em que o poder poderá ser exercido a partir de várias posições e intensidades. Louro (1997, p. 38) afirma ainda, que “Foucault desorganiza as concepções convencionais de poder e propõe que observemos o poder sendo exercido em muitas e variadas direções, como se fosse uma rede que “capilarmente se constitui pela sociedade”.

É preciso desconstruir a noção de que as mulheres são desprovidas de poder, o que descarta a possibilidade de acreditarmos na sua capacidade de resistência e de ação diante das situações de desprivilegio. Como observamos nas palavras de Foucault (1987, p. 241):

Digo simplesmente: a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa.

Através de seus estudos, Michel Foucault nos apresenta uma nova possibilidade de concebermos o poder, que segundo ele não está centralizado no Estado, pode vir de diversos direcionamentos

e está diluído através das relações entre os indivíduos. Para este autor o poder se exerce em rede e para desconstruir as relações desiguais é preciso que a sociedade desconstrua seus mecanismos e os discursos que funcionam internamente e fora dos aparelhos de Estado, a exemplo do nosso próprio cotidiano.

Trazendo o foco para as(os) trabalhadores(as) rurais que analisamos neste estudo, ressaltamos que entre as tensões e conquistas alcançadas por estas há, potencialmente, diversas formas e alternativas de contestação e superação dessas microrrelações de subordinação na esfera da classe, gênero ou raça. As relações de gênero, no interior das lutas no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Feira de Santana, implicam relações de poder imersas no cotidiano do movimento sindical em destaque, o que torna plausível considerar as contribuições de Foucault, tendo em vista a intenção de identificar as microrrelações de poder que integram o movimento dos(as) trabalhadores(as) rurais.

### *Situando o sindicato*

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana (STRFS) foi fundado em 23 de janeiro de 1971, período em que diversos movimentos sociais no Brasil enfrentavam a Ditadura Militar que os reprimia e a outras inúmeras organizações. Os sindicatos rurais surgem neste contexto, principalmente, por conta da criação do Fundo de Assistência do Trabalhador Rural (FUNRURAL) cumprindo um papel assistencialista. Dessa forma, além de não atender grande parte dos homens do campo, sequer tinham políticas voltadas para atender às demandas das mulheres.

Inicialmente o STRFS se configurou como uma instituição voltada para atender os interesses dos fazendeiros e grupos políticos da ala conservadora da região de Feira de Santana, desconsiderando grande parte das demandas trabalhistas no campo.





caso das solteiras, ou através de seus companheiros, no caso das casadas. O movimento de mulheres começa, então, a se articular em prol da sindicalização da mulher trabalhadora rural de forma independente (OLIVEIRA, 1997), além de diversas outras ações, a exemplo da busca pelo direito à Previdência Social.

De fato, os demais direitos garantidos aos homens (previdência social, aposentadoria, posse da terra) não contemplavam as mulheres. Daí elas vincularem a reivindicação desses direitos às lutas que vinham associadas ao reconhecimento do trabalho feminino na lavoura, não como um simples complemento ao trabalho dos homens, mas como uma atividade intensa associada às suas funções no espaço doméstico.

Aliada a estas questões, persiste uma luta dos sindicatos no sentido de incentivar a documentação para que a partir daí elas possam filiar-se na entidade, e então garantir seus direitos junto a Previdência Social e o próprio direito a posse de Terra. A Constituição Federal e medidas posteriores, como o direito das mulheres, tanto casadas quanto solteiras, à titulação da terra no Brasil, pode não significar muito, se as mulheres não buscarem a garantia efetiva desses direitos. (ABROMOVAY; CASTRO, 1998). Contudo, as trabalhadoras rurais de Feira de Santana, lutaram, não só, por esses direitos, mas também, pela sua inclusão nas decisões do STRFS, ascendendo à Direção da entidade, conforme veremos a seguir.

### *Atuação e ocupação das mulheres no sindicalismo rural feirense*

Os resultados da coleta de história de vidas e pesquisa documental revelam que a partir de meados dos anos 1980, intensificou-se a atuação feminina no STRFS, criando a Comissão de Mulheres, que depois deu origem ao Movimento de Mulheres Tra-

balhadoras Rurais da região. A intensificação da participação da trabalhadora rural no STRFS está inserida no contexto da aprovação e aplicação da Carta Constitucional promulgada em 1988, que permaneceu com algumas limitações no que se refere aos direitos das mulheres, uma vez que, na sua versão definitiva, restringia-os a situações como a maternidade e/ou a condição civil de casada. Na prática, limitava a cidadania feminina “com ênfase em ‘duas entradas’: a mulher gestante e a mulher no mercado de trabalho”. (CAPPELLIN, 1994, p. 277)

Maria das Virgens Alves de Almeida, conhecida como Ninha, em uma de suas entrevistas, disse que ao assumir em 1989 a presidência da entidade, tornou-se uma das primeiras mulheres a ocupar, no Estado da Bahia, um espaço historicamente liderado por homens. Sua gestão foi marcada pela criação de um Departamento de Mulheres, evidenciando que até então havia demandas distintas daquelas prioritárias para a trabalhadora rural: o direito à posse da terra e a obtenção do crédito rural. (OLIVEIRA, 1997) Introduziu-se, assim, um espaço onde a mulher poderia discutir sua atuação e lutar para ter as suas reivindicações respeitadas.

As mulheres continuaram se mobilizando e se articulando junto às lutas pelos direitos e demandas da categoria, inclusive, buscando maior participação e representatividade na diretoria da entidade. Maria Conceição Borges foi a segunda mulher a assumir a presidência do sindicato no início de 1995. Construiu uma gestão de destaque, marcada por constantes mobilizações, a exemplo, da luta pelos direitos à Previdência Social. Borges reelegeu-se nas duas seguintes eleições, sendo 2001 seu último ano de gestão (durante o período estudado). Obviamente, que a chegada destas mulheres à presidência ocorreu após um longo processo de lutas das trabalhadoras rurais, o qual, não se encerra com a ascensão das mulheres aos cargos de decisão, mas, também, no direcionamento de suas ações para as questões específicas das trabalhadoras rurais.

Vale ressaltar que o STRFS está inserido no contexto geral de lutas na região. A ascensão de Maria das Virgens à frente da direção sindical não se constituiu em um fato isolado, coincidindo com uma ampla mobilização de mulheres, a nível nacional, no processo de Constituinte. Assim como, na participação em várias manifestações, a exemplo da passeata no dia internacional da Mulher na cidade de Feira de Santana, cujo sucesso foi amplamente divulgado pelo Jornal Feira Hoje que enfatizou a fala de Maria Gonçalves da Silva, então presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Anguera.

O trabalho paulatino do STRFS articulado junto ao movimento de mulheres e outras entidades como o MOC, levantou discussões junto aos trabalhadores e trabalhadoras rurais, ressaltando a importância de participarem das lutas de sua categoria para fortalecer o sindicato.

A participação das mulheres no espaço público e as reivindicações por direitos iguais é um avanço, mas não significa superação das relações de poder e das relações desiguais entre os sexos. Para Fischer (2006, p. 57),

A ação política das mulheres rompe a cortina de sua invisibilidade pública graças a uma nova trama de relações sociais que pressupõe interações e novos saberes que por, sua vez, redefinem relações de poder também ao nível do privado. Cria-se, portanto, um novo espaço propício à reconstrução das relações de gênero.

De fato, as gestões de Maria das Virgens (no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Feira de Santana) e de Maria Gonçalves da Silva (no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Anguera) configuraram passos importantes nessa direção. Apontam, portanto, para uma perspectiva de maior atuação destas trabalhadoras rurais no papel de gestoras.

A mobilização das trabalhadoras rurais, principalmente no Nordeste ocorreu no sentido de reivindicar melhores condições de vida para a população do campo, que enfrentava situações de descaso e extrema pobreza devido aos efeitos das secas na região. Aquelas trabalhadoras filiadas aos Sindicatos reivindicavam, também, participação na direção das entidades. Assim, a Igreja Católica, através das Comunidades Eclesiais de Base, aglutinava as trabalhadoras rurais em grupos de reflexão sobre a necessidade de atuarem em movimentos populares e sindicais, a fim de rever a situação em que se encontravam. De fato, “atuar através de um movimento torna a mulher apta para proceder à escolha de suas estratégias no tratamento das relações de gênero, tanto no contexto privado quanto no público”. (MAIA, 2007, p. 178)

Obviamente que estes avanços não serão postos em prática da noite para o dia. Especificamente, no caso do STRFS, as mulheres só chegaram a ocupar a diretoria executiva em 1989 com a presença de Maria das Virgens Alves de Almeida. Este fato, de enorme relevância para o presente estudo, já mencionado acima, foi constatado em outras localidades da região. Há registro de outras mulheres ocupando esta gestão, na condição de suplentes e para além deste caso, de outras militantes liderando agremiações sindicais e outras entidades dos movimentos sociais. Vale lembrar que, apesar da visível participação feminina no quadro social do sindicato, como ilustra o acervo das fichas de filiação analisadas ao longo do trabalho de pesquisa, as mulheres não ocupavam no início funções estrategicamente políticas na diretoria executiva da entidade.

Através de uma pesquisa nos arquivos do STRFS ressaltamos alguns acontecimentos e medidas tomadas pelas diversas gestões que compunham a diretoria da entidade, que vão da gestão de Maria das Virgens Alves de Almeida, eleita em dezembro de 1988

(cuja gestão se inicia em 1989)<sup>7</sup> até a gestão coordenada por Maria Conceição Borges, em 2002, na qual é implantada a Secretaria da Mulher.

Para isso trabalhamos com as relações de poder imersas no cotidiano do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Feira de Santana que vivenciaram momentos de disputas por espaços de decisão dentro desta entidade. Observamos que muitos desses processos estavam nas entrelinhas das relações vivenciadas entre homens e mulheres que construíram a história da entidade.

Nesse sentido, buscamos não perder de vista as observações de Esmeraldo (1999) que ressalta o caráter de tensão e ambiguidade nos processos de inserção das conquistas e demandas da mulher no âmbito sindical, dada a disputa de espaço com o homem. Em outras palavras, a busca da equidade entre homens e mulheres, nos espaços de decisão no sindicato, desestabiliza o modelo hegemonicamente masculino.

Um exemplo foi a ocupação gradativa de outras mulheres nos cargos na gestão do STRFS que se elegeram em 1988. Para além da presença em pouca quantidade, considerando o número de homens que pertenciam à mesma gestão, elas faziam parte do quadro de suplentes, ao passo que os homens continuavam a ocupar cargos de tesoureiro e secretário geral (que equivale a vice-presidente). Este quadro aponta na mesma direção dos dados apresentados por Esmeraldo (1999, p. 79), em pesquisa realizada sobre o ano de 1996 em sindicatos de Fortaleza (Ceará), onde constata que a participação das mulheres nas diretorias sindicais:

Além de não expressarem a proporcionalidade enquanto representação de gênero, as mulheres ocupam na sua maioria os cargos de menor poder de decisão. O sindicato ainda se cons-



7 Na ata de posse do dia 28 de janeiro de 1989 assume a nova diretoria com três anos de mandato, que acabaria em janeiro de 1992 (Livro de Atas do STRFS).



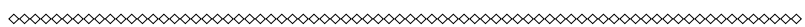
na região, mais tarde, desembocaram na filiação do STRFS junto a esta central sindical.

A criação do *Departamento de Mulheres do STRFS* para tratar de assuntos específicos da mulher trabalhadora rural foi um outro importante salto dado pelas trabalhadoras rurais, no sentido de promover uma maior articulação em torno de suas demandas específicas.<sup>9</sup> A Comissão representante era formada somente por mulheres.

O periódico *Jornal Feira Hoje*, de 06 de dezembro de 1991, registra este fato através da matéria intitulada “Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana inaugura Departamento de Mulheres”, segundo a qual teria como um dos principais objetivos respaldar as lutas em prol das trabalhadoras que compunham a categoria.

Além de outros aspectos, a reportagem ressalta ainda que um dos principais objetivos desse setor no STRFS era combater a discriminação e violência contra a mulher.<sup>10</sup> Isso porque as trabalhadoras rurais ainda enfrentavam um árduo caminho até o reconhecimento de seu trabalho e, conseqüentemente, de sua aposentadoria, o que demarcava o preconceito de gênero, aliado a discriminação com os trabalhadores rurais, categoria que fazem parte.

A criação de fóruns específicos para tratar da questão da mulher é uma reação das trabalhadoras inseridas nestas instâncias, em prol da defesa de seus direitos. O Departamento de Mulheres do STRFS não surge de forma isolada, é neste contexto, de início da década de 1990, que os sindicatos começam a ser pressionados a nível nacional e também quando instâncias como a CUT colocam



9 Esse fato está registrado em Ata da Assembleia Extraordinária ocorrida em 7 de dezembro de 1991.

10 Segundo Sylvia Maia e Jeovane Fernandes. Estas mulheres viam na relação sexual uma obrigação que tinham com seus maridos, elas nem mesmo decidiam sobre a quantidade de filhos que gostariam de ter. (1997, p. 171).



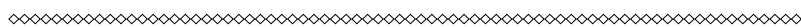


associados homens achavam que já estava na hora de uma mulher assumir os rumos do sindicato com a finalidade de ampliar a visão para interesse coletivo.<sup>12</sup>

A fala da presidente eleita revela a ambiguidade do conflito de gênero em que está inserida. Se por um lado a tônica de seu discurso revela o reconhecimento do papel político dos homens no processo de ascensão feminina àquele espaço de decisão, por outro, demonstra, de maneira enviesada – e porque não dizer paradoxal –, a relevância do protagonismo feminino na construção de sua autonomia. Em outras palavras, este processo de desconstrução de determinadas práticas (neste caso a de que só homens podem ocupar presidências) deve ser uma iniciativa das mulheres, para que a partir daí elas possam ocupar espaços de poder.

Outra questão que fica explícita é que o amadurecimento adquirido por Maria das Virgens no decorrer de sua trajetória de luta só se efetivaria de fato, a partir da percepção de que as mulheres também construíam as lutas e, portanto, não bastava apenas aos homens aprovarem sua gestão. As trabalhadoras, mesmo que ainda constituindo nesse período uma parcela menor que os homens no quadro de filiados ao sindicato (quantitativamente falando), tiveram uma atuação significativa.

A repercussão desses acontecimentos na mídia reflete que a sociedade feirense não passou despercebida frente aos acontecimentos que diziam respeito ao sindicato. Inclusive a Igreja Católica contestou através da fala de um Frei o descontentamento pela opção religiosa da presidente que era protestante. Revelando assim, a tentativa de influência desta instituição sobre o sindicato. Segundo Maria das Virgens, em reportagem sobre o “Dia da



12 Resposta de Maria das Virgens ao jornal.



dicato e o fato de ser maioria composta por mulheres não passou despercebido.

No início de sua gestão, Conceição convocou uma Assembleia para discutir o fechamento do sindicato por 15 dias, afim de fazer um balanço das despesas e receitas. A então presidente, segundo registro de Ata, contestou àqueles que consideravam falta de respeito o fato do sindicato fechar, explicando que era imperativo resolver a questão da inadimplência, sendo sua decisão, enfim, acatada por unanimidade.

A notícia foi amplamente divulgada no Jornal Feira Hoje do dia 23 de maio de 1995. “Sindicatos fecham as portas por falta de dinheiro: O STRFS e mais 7 entidades da região fecham as portas por falta de dinheiro.” Na reportagem dentro do jornal: “Inadimplência obriga sindicatos rurais a suspender funcionamento”. O ato de fechar as portas não foi uma atitude isolada do sindicato de Feira de Santana. Mas, sim, uma decisão tomada em conjunto entre os sindicatos de Ichú, Candéal, Santa Bárbara, Santo Estevão, Tanquinho, Anguera.

Em Ata da Assembleia Geral Extraordinária, do STRFS, realizada em 5 de junho de 1995, a pauta principal foi a reabertura da sede do sindicato e relata a tensão entre alguns associados e a atual diretoria da entidade, por conta ainda do fechamento. Foi esclarecido aos associados que aquela não teria sido uma atitude isolada e sim uma atitude tomada a partir de uma série de reuniões entre entidades e STRs ligadas ao Pólo Sindical da região.

Os conflitos não ocorreram apenas, dentro da entidade, demonstrando assim, uma forte relação entre o STRFS, o poder público e a sociedade local. De fato, outros conflitos foram desencadeados com o poder municipal que tomava medidas que muitas vezes prejudicavam os trabalhadores. A exemplo do fechamento da Secretaria de Agricultura do município que apesar de suas limitações representava os trabalhadores rurais. Representantes

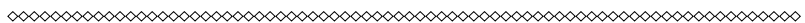


da previdência que estava em pauta no congresso. As trabalhadoras se articularam, realizaram manifestações inclusive no Dia 8 de março deste ano protestando contra a proposta que impediria a aposentadoria aos 55 anos e estendendo o benefício apenas, aos 65 anos de idade.<sup>18</sup>

Após muitos anos de luta, em novembro de 2002, o Sindicato organiza o Congresso da categoria para a alteração do estatuto da entidade. Dentre as mudanças ocorridas, houve a criação da Secretaria de Mulheres, a Secretaria de Jovens e Adolescentes, a Secretaria de Previdência Social, a Secretaria de Políticas Sociais, a Secretaria de Formação e Organização Sindical e a Secretaria de Política Agrícola e Agrária. Além destas mudanças, foi fixado o mandato da Diretoria e do Conselho Fiscal de três anos para quatro anos. Instituiu-se a obrigatoriedade da participação de 30% das mulheres em todos os órgãos de decisão do sindicato.<sup>19</sup>

As funções previstas na Secretaria de Mulheres eram: representar as trabalhadoras rurais na base territorial do sindicato e nos fóruns deliberativos da categoria; incentivar a participação das trabalhadoras rurais no movimento sindical; elaborar planos e projetos em defesa dos direitos das mulheres trabalhadoras rurais; promover e estimular a discussão de gênero; coordenar os trabalhos de organização e representação da trabalhadora rural; participar dos Conselhos municipais; desenvolver atividades de prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, doenças relacionadas à saúde da mulher, como AIDS e lutar pela melhoria do atendimento público na área de saúde da mulher trabalhadora rural.

A reformulação do estatuto da entidade trouxe modificações importantes na organização do Sindicato de Trabalhadores Rurais



18 Informações retiradas do Jornal Feira Hoje de 9 de março de 1995, cujo título é: Trabalhadora Rural faz protesto contra aposentadoria aos 65 anos.

19 Esta informação consta na ata de 13 de novembro de 2002.

de Feira de Santana, que visavam atender as demandas das trabalhadoras. Vale ressaltar que estas mudanças são consequências de um longo processo de luta das mulheres junto ao sindicato desde final da década de 1980, mas alcançadas após a atuação efetiva da mulher na gestão do STRFS. Conforme relatado ao longo desta secção.

## *Considerações finais*

Este artigo buscou refletir a participação da trabalhadora rural na direção do STRFS no período 1989–2002, num espaço que, até então, era dirigido apenas por homens. Para entender a inserção da mulher neste contexto, tomou-se como categoria de análise a relações gênero e poder e como um dos recursos metodológicos, o trabalho com as fontes orais. Contribuiu também, para entender a ocupação do espaço de poder pelas mulheres e o exercício relacional, prática/teoria.

Através de uma pesquisa minuciosa em jornais, atas, fichários e coleta de história de vida, foi constatado que a extraordinária determinação da mulher e o contexto histórico da época contribuíram para a conquista do espaço do poder no sindicato.

É importante lembrar que, na história inicial do sindicato, à mulher não era permitido a filiação e, mais tarde, já filiadas, não tinham direito a voz e voto. Mas, certamente pela atuação determinada não somente de Conceição Borges e Maria das Virgens na liderança do sindicato, como também, de outras trabalhadoras, foi alcançado o objetivo: a conversão da relação de poder no STRFS.

Privilegiou-se as figuras de Maria das Virgens e Conceição Borges pelo fato de terem iniciado todo o movimento de mudança ocorrida na direção do sindicato. Portanto, contribuindo para romper a relação de poder instalada por mais de duas décadas, com origem nos coronéis como mandantes do sindicato.

Ao destacar as trajetórias dessas mulheres no STRFS, buscamos colaborar com o fortalecimento de outro parâmetro de análise dos movimentos sociais, que se aproxima da dimensão concreta da experiência desses sujeitos, suas formas de mobilização e intervenção na vida pública e privada, a partir de suas demandas específicas. Dessa forma, ressaltamos ao longo deste artigo, a atuação feminina no sindicato classista, modificando as pautas de reivindicações da entidade e questionando os papéis atribuídos ao gênero.

## Referências

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. *Engendrando um novo feminismo: mulheres líderes de base*. Brasília: UNESCO, 1998.

CAPPELLIN, Paola. Os Movimentos de Trabalhadoras e a Sociedade Brasileira. In: DEL PRIORI, Mary (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997, p. 649-666.

\_\_\_\_\_. Viver o Sindicalismo no Feminino. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: CIEC, n. especial, p. 271-290, 1994.

CASTELO, Ana Maria Pereira. *Mas afinal o que querem as mulheres?* A mulher no sindicato dos trabalhadores rurais de Feira de Santana. 1999. 84 f. Monografia (Especialização em Teoria da História). Universidade Estadual de Feira de Santana, 2001.

CASTRO, Mary Garcia. Gênero e Poder no espaço sindical. *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis, nº 1. p. 29- 51, 1995.

DIAS, M. O. L. S. Teoria e Método dos Estudos Feministas: A Hermeneutica do Quotidiano. In: BRUSCHINI, Cristina; COSTA, Albertina. (Org.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1992. p. 39-53.

ESMERALDO, Gema Galgani. Representação política do gênero feminino e masculino nas direções sindicais: mudanças e permanências. In: ALVARES, Maria Luzia Miranda; SANTOS, Eunice Ferreira dos. *Olhares e diversidade: os estudos sobre gênero no Norte- Nordeste*. Belém: REDOR, 1999. p.75-94.

\_\_\_\_\_. *O Feminino na Sombra: relações de poder na CUT*. Fortaleza: EUFC, 1998.

FISCHER, Izaura Rufino. *O protagonismo da mulher rural no contexto da dominação*. Pernambuco: Massangana, 2006.

FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. São Paulo: Difel, 1987.

GANDON, Tânia Risério de Almeida. Etnotexto e identidade cultural na construção da memória. *Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 14, n. 23, jan./jun. 2005.

HARDING, Sandra. *Ciencia y Feminismo*. Tradução de Palo Manzano. Madrid: Morata, 1996.

LIMA E SOUZA, Ângela Maria Freire de. *As armas de marte no espelho de vênus: a marca de gênero em ciências biológicas*. 2003. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

MAIA, Sylvia Maria dos Reis. Movimento organizado: instrumento de poder, da trabalhadora rural assentada e não assentada. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Assentamentos rurais: estudos realizados na Baía e em Sergipe*. Salvador: FIB, 2007.

MAIA, S. M. R. ; ARAPIRACA, T. C. . Gênero, agricultura familiar e geração de renda: um estudo de caso. In: COSTA, A. A.; SARDENBERG, C.B. (Org.). *Feminismo, ciência e tecnologia*. Salvador: REDOR/NEIM, 2002. p. 243-261.

\_\_\_\_\_. M. R.; FERNANDES, J. M. Notas sobre Movimentos Sociais de Mulheres Rurais da Bahia: fluxo e refluxo. In: ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. (Org.). *Desafios de identidade: espaço - tempo e mulher*. Belém: GEMPEN, 1997, p. 161-178.

MATOS, Maira Izilda. *Por uma história da mulher*. Bauru: EDUSC, 2000.

OLIVEIRA, Ildes Ferreira. *Resistir para sobreviver: o trabalho rural do município de Feira de Santana*. Feira de Santana: Sindicato dos Trabalhadores Rurais, 1997.

PEREZ SEDEÑO, E. La deseabilidad epistémica de la equidad en ciencia. In: FRIAS, Viky (Org.). *Las mujeres ante la ciencia del siglo XXI*. Madrid: Instituto de Investigaciones Feministas/ Universidad Complutense de Madrid, 2001.



RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: Pedro, Joana; Grossi, Miriam (Org.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Mulheres, 1998.

SARDENBERG, Cecília. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? In: COSTA, Ana Alice Alcântara; \_\_\_\_\_. *Feminismo, ciência e tecnologia*. Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre, jul./dez., p. 5-22, 1990.

SOUZA, Ângela Maria Freire Lima e; PASSOS, Elizete Silva. *As armas de marte no espelho de vênus: a marca de gênero em ciências biológicas*. 2003. 216 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, 2003.

TROITIÑO, Sonia. Trajetória e perspectivas da história das mulheres no Brasil. In: VALDIVIESO, Perez et al. *La historia de las mujeres: una revisión historiográfica*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2004. p. 93-103.

SARDA, Amparo Moreno. En torno al androcentrismo en la historia. In: \_\_\_\_\_. *El arquetipo viril protagonista de la historia*. Ejercicios de lecturas no andocentricas. Cuadernos inacabados. Barcelona: La Sal. 1987. p. 17-68.

#### *Lista de fontes:*

-Livros de Atas do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Feira de Santana (1989-2002).

-Jornal Feira Hoje (1989-1995).

# MIRADAS FEMININAS

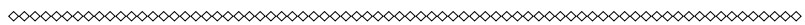
## *o lugar das mulheres da TV Escola*<sup>1</sup>

Denise Bastos de Araujo

Linda Rubim

No mundo contemporâneo é cada vez mais forte a presença da mídia, particularmente dos aportes audiovisuais que se estabeleceram como uma das mais significativas formas de comunicação da atualidade. Sem negar que a educação escolarizada tenha seu lugar de importância na formação do cidadão, entretanto, hoje se pode afirmar que os meios de comunicação concorrem com a própria escola na formação de opinião.

A inclusão da imagem como ferramenta didática tem os propósitos imediatos de motivar e potencializar a aprendizagem na



1 Este trabalho é um estrato da dissertação apresentada por Denise Bastos de Araujo, intitulada *Representações sociais de gênero na TV Escola: uma análise feminista*, para a obtenção do título de Mestre em junho de 2010, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres Gênero e Feminismo (PPGNEIM), sob a orientação da Profa. Dra. Lindinalva Rubim.

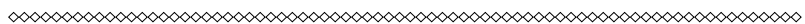


elaborada a partir do critério de maior locação<sup>3</sup> entre as mídias que compõem a Coleção da TV Escola, disponíveis na videoteca do Instituto Anísio Teixeira (IAT),<sup>4</sup> em 2007. A Coleção da TV Escola é composta por 50 mídias, distribuídas pelo MEC para 75.000 escolas públicas do país. Como *corpus* para a investigação foi utilizado o DVD número 11, que apresenta os conteúdos de História do Brasil voltados para o Ensino Fundamental e Médio.

A formatação dos programas deste DVD,<sup>5</sup> onde dois tipos de narrativas se intercalam, é comum a todos os episódios. Uma das narrativas é feita por cinco jovens – três rapazes e duas moças – que usam um vestuário representativo das suas respectivas etnias e que se revezam em suas apresentações, ilustradas por mapas, imagens em movimento, fotos e croquis apresentados em tela ao fundo do cenário, onde são projetadas as já conhecidas imagens da história oficial.

A outra narrativa é realizada através de pequenas dramatizações utilizando os bonecos articulados do grupo Mão Molenga, que interpretam personagens ora identificados como protagonistas da história oficial, ora anônimos. As análises aqui apresentadas se referem justamente a essas dramatizações.

A pesquisa qualiquantitativa foi desenvolvida na perspectiva de responder ao questionamento: em que lugares as mulheres aparecem nos vídeos didáticos produzidos pela TV Escola?



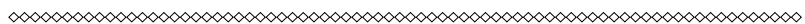
- 3 Considerando as locações da videoteca do Instituto Anísio Teixeira (IAT). Essa videoteca foi criada para atender aos(as) professores(as) da rede pública estadual e municipal de ensino, além de instituições filantrópicas.
- 4 O Instituto Anísio Teixeira é um Centro de Treinamento para Professores que tem como finalidade planejar e coordenar estudos e projetos referentes a ensino, pesquisas, experimentações educacionais e capacitações de recursos humanos na área da educação para os docentes do Estado da Bahia.
- 5 Seguindo a ordem de apresentação dos episódios no DVD optou-se por usar a seguinte legenda: E1 – “Essa gente brasileira”; E2 – “Questão social: caso de polícia”; E3 – “Canudos e Contestado: guerras de Deus e do Diabo”; E4 – “O puxa-encolhe da borracha”; E5 – “A era Vargas”; E6 – “Uma cidade se faz do sonho”; E7 – “No regime dos militares” e E8 – “Da nova república ao real”.

As duas formas de análise, quantitativa e qualitativa, buscam situar o local onde as mulheres das dramatizações aparecem nos episódios do DVD 11, tendo como indicadores o banco de dados referente aos espaços que elas frequentam, bem como a quantificação de diálogos entre homens e mulheres. Como a presença das mulheres varia entre os espaços públicos e privados, se estabelece, no desenvolvimento do texto, a demanda de rever conceitos e significados referentes a esses dois termos.

Para Thompson (1998, p. 110), o espaço público seria a vida na *polis*, o encontro entre aqueles que eram considerados cidadãos, ou seja, aqueles que tinham o direito de se reunir para resolver as questões de ordem social. Para Arendt (1997), é o lugar da ação, aquele onde se dá a reflexão sobre a *vita activa*.<sup>6</sup>

Aqui nos interessa a abordagem de Rocha-Coutinho (1994), ao observar que, na sociedade pré-industrial, havia uma estrutura de parentesco que criava uma unidade de produção familiar. O espaço privado era palco das funções domésticas, do cuidado com as crianças e das funções sociais, que incluíam a aprendizagem de habilidades e técnicas indispensáveis para o desempenho de atividades na produção familiar. Tais esferas não eram tão definidas, de forma que família, formação e trabalho ocupavam o mesmo espaço.

Somente a partir da sociedade industrial moderna é que começa a haver uma definição dos limites desses espaços. Desde então, o privado passa a ser o *locus* do sentimento e da intimidade e o público, o da racionalidade, da inteligência e da eficácia no exer-



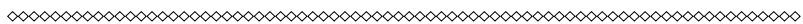
6 Segundo Hannah Arendt, em sua obra *A condição humana* (1997), a expressão *vita activa* designa as três dimensões fundamentais da condição humana na Terra: o labor, o trabalho e a ação. O labor está associado ao processo biológico, ao ciclo da vida, ao suprimento das necessidades básicas do homem, ao seu metabolismo. O trabalho é a construção do mundo artificial das coisas, é a condição de permanência da existência do homem sobre a Terra depois da sua morte, através de sua produção; é o registro de sua passagem no planeta e a condição humana do trabalho é a mundanidade. A ação é a condição do homem ao estar com os outros, pensar, expor seu pensamento e, assim, fazer a construção da história. Isso é possível porque os homens ao agirem provam em si a condição da pluralidade e, assim, sua relação com a política.

cício do poder. Estavam separados, também, o que se considera como mundos feminino e masculino: o espaço privado reservado para o desenvolvimento das atividades relativas à maternidade, à administração e às tarefas do lar, enquanto os homens foram para o espaço público, envolvidos com o trabalho produtivo.

A partir dos movimentos feministas, principalmente os da “segunda onda”,<sup>7</sup> as fronteiras referentes aos espaços de atuação passam a ser questionadas. Habitualmente, ainda é convenção de que a casa, o cuidado com as crianças e o serviço doméstico são de responsabilidade exclusiva das mulheres. No entanto, a lógica de “manter-se em casa” deve ser remetida a uma classe social de mulheres, aquelas da burguesia, porque, historicamente, as mulheres das classes menos favorecidas já acumulavam as atividades domésticas com atividades remuneradas, muitas vezes fora de casa, para garantir o sustento da família.

Hoje, mesmo sabendo que as mulheres vêm conquistando posições no espaço público, que há um novo *status* relacionado à sua posição econômica na família<sup>8</sup> e que novos modelos<sup>9</sup> de família despontam (DIAS, 2008), o imaginário social ainda está associado às mulheres vinculadas aos espaços da casa, da reprodução e ao cuidado de crianças e adultos.

O trabalho do mundo privado é imprescindível, inclusive para as pessoas que estão atuando no mundo público, mas, como sempre foi realizado pelas mulheres e, por sua vez, essas estive-



- 7 Movimento que se inicia na década de 1960, que busca construções teóricas, além de preocupações sociais e políticas. Esse novo feminismo se expressa através de grupos de conscientização, marchas e protestos públicos e produção de livros, quando se disseminam os clássicos: *Segundo sexo*, *A mística feminina* e *Políticas sexuais*, respectivamente, de Simone Beauvoir, Betty Friedman e Kate Millet, entre outras. (LOURO, 1997, p. 15-16)
- 8 Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 1996, 21,6% dos moradores apontavam como referência dos lares a mulher e, em 2006, esse percentual passou para 29,2.
- 9 Para essa jurista, o atual conceito de família prioriza o laço de afetividade que une seus membros. Dessa forma, há uma reformulação do conceito de família onde cabem as relações homoafetivas e de famílias monoparentais e, além disso, a filiação se desprende da verdade biológica.

ram subordinadas aos homens, esse trabalho foi historicamente desvalorizado. Além disso, é uma atividade repetitiva, alienante e não produtiva. Resta lembrar que quase todos os homens, independentemente de sua classe social, se beneficiam dessa divisão sexual de trabalho, particularmente do trabalho doméstico, até porque não há como prescindir desses serviços.

Provavelmente, o fato de existir ainda, uma subjetividade inscrita tão fortemente nas mentalidades<sup>10</sup> relativa a esse modo de organização social é que encontramos as representações das mulheres próximas a esse modelo, também nos episódios da TV Escola.

O binarismo de oposições encontrado nas relações de gênero (SCOTT, 1990) foi favorecido pela gramática, na expressão da linguagem;<sup>11</sup> por algumas religiões que limitam, principalmente, as mulheres, ao utilizarem o maniqueísmo do bem e do mau; pelo sistema econômico; e, sobretudo, pelo que Foucault (1979, p. 244) definiu como o “dispositivo da sexualidade”.<sup>12</sup>

Os pressupostos referentes às relações de poder são inseridos nas dinâmicas das relações de gênero por feministas como Saffioti (1992, p. 184) que, ao referir-se à posição das mulheres conclui que “sua subalternidade, contudo, não significa ausência absoluta de poder”.

Mas são os estudos de Foucault (1979, p. 183) sobre o poder que inspiram as discussões sobre as relações de gênero a partir da seguinte premissa:



10 Braudel (*apud* Fagundes, 2005, p. 187) classificou as mentalidades como pertencentes ao ritmo de longa duração, por refletirem o campo das estruturas mentais que envolvem crenças e valores, atributos que requerem mais tempo do que outros para evoluir ou se modificar.

11 A gramática instituiu um genérico coletivo masculino, os homens, que “esconde” as mulheres.

12 Rede que se pode estabelecer entre discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito.









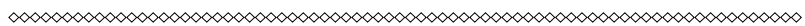
A inclusão da mulher nos relatos históricos nas mídias pode funcionar como um instrumento de viabilidade do discurso “politicamente correto”, mas, de fato, não realiza a sua inclusão. Permanece sendo o registro de um ser sem substância, sem identidade e/ou sem história. A imagem feminina pode, nesse caso, servir apenas de adereço do mundo masculino que, verdadeiramente, protagoniza a história oficial.

Outra consideração referente aos vídeos deve-se ao fato de os homens aparecerem junto com as mulheres, sempre que essas aparecem no espaço privado. No nosso entender, em face da condução da história ser androcêntrica,<sup>17</sup> o espaço privado é inserido como forma de mostrar a totalidade da *vita activa* masculina. Então, o espaço doméstico aparece como complementar da vida humana, mas, explicitamente, dos homens. Nesse caso, a mulher aparece em função do homem, tomando a posição do Outro.

Em *O segundo sexo*, Beauvoir aponta que a mulher é vista pelos homens como o “Outro” e esse lugar de alteridade social que a mulher ocupa na história é explicado pela autora da seguinte forma:

Nenhum sujeito se coloca imediata e espontaneamente como inessencial; não é o outro definindo-se como Outro que define o Um; ele é posto como outro pelo um definindo-se como um. Mas para que o outro não se transforme no um é preciso que se sujeite a esse ponto de vista alheio. (BEAUVOIR, 1980, p. 12)

Então, se o homem inclui a mulher como o Outro e ela própria se percebe assim, é intrigante que duas pessoas em tais condições possam construir um pacto necessário para o enlace amoroso que exige a plenitude dos parceiros. A própria sociedade mostra cotidianamente como a diversidade cria o Outro, que pode, muitas



17 Diz-se do ponto de vista masculino para as elaborações teóricas sobre o funcionamento da sociedade. Enfoque de um estudo, análises ou investigação sob a perspectiva masculina, e utilização posterior dos resultados como válidos para todos os indivíduos, homens e mulheres. (MORENO, 1987, p. 23).

vezes, estar vinculada à classe social, etnia, geração, sexualidade, mas, nas relações afetivas entre homens e mulheres, muitas vezes é o sexo que posiciona o Um e o Outro.

Beauvoir compreende tal construção como histórica, e Kaplan (1995, p. 289) atualiza essa posição ao concluir sua obra *A mulher e o cinema* com a proposição de transformação social ao afirmar que:

Isso não é de forma alguma uma afirmação de que uma volta ao matriarcado seja desejável ou possível. O que deve acontecer é o abandono de padrões culturais e linguísticos de oposições que subsistem há tanto tempo: macho/fêmea (com o sentido que esses termos têm normalmente); dominador/submissão; ativo/passivo; natureza/civilização; ordem/caos; matriarcal/patriarcal. Se as diferenças sexuais rigidamente definidas foram construídas em torno do medo do Outro, precisamos pensar nos meios de transcender uma polaridade que só nos trouxe sofrimento e dor.

Então, reconhecer os binarismos pode ser uma forma de alterar tais arranjos. Quando nos dois últimos episódios do DVD 11 as mulheres estão representadas principalmente dentro de casa, pode ser que esse lugar (a casa) seja o significante da mulher. Nesse caso, não haveria como incluir a casa sem também incluir as mulheres, além disso, o que se observa é que são os homens que orientam os diálogos naqueles filmes.

Há ainda outra consideração sobre a inserção das mulheres nos relatos. Sua presença pode significar a tentativa de fazer desaparecer a fronteira entre público e privado. Joan Kelly (apud HOLLANDA, 1994, p. 215) chama a atenção para essa questão quando observa que, se as feministas aceitam que “o pessoal é político”, não há como afirmar que existe uma esfera da família, da sexualidade e afetividade e outra do trabalho e da produtividade. (SARDENBERG, 2004) Para essa autora, são duas ordens operando

simultaneamente: uma sexual e outra econômica, de forma que a ideologia de gênero identifica o “lugar da mulher”.

No entanto, a análise dos dados dessa pesquisa questiona muito mais que o lugar de atuação das mulheres. Interessa-nos, acima de qualquer coisa, saber como se dá a dinâmica das relações de gênero nesse espaço. Não é demais observar que, com o desenvolvimento das novas tecnologias da comunicação, os conceitos de público e privado vêm sofrendo alterações.

Depois da última revolução tecnológica, que conferiu visibilidade pública às pessoas de forma virtual, o espaço privado, outrora pensado como aquele referente ao doméstico e da invisibilidade, pode se constituir, também, de exposição/reconhecimento/poder e, nesse caso, o privado pode ser apontado também como local de ação. Dessa forma, o *click* de “enviar”, em um teclado conectado à *net*, dentro da própria moradia, pode dar visibilidade à produção literária de homens e de mulheres. Infelizmente, nos episódios apresentados pela TV Escola, as mulheres não aparecem conectadas aos espaços virtuais e quase não tecem diálogo entre elas próprias, como veremos mais adiante.

Se começa a se estabelecer essa quebra de fronteiras entre público e privado, vai-se ao encontro do pensamento de Soihet (2003) que se refere a algumas historiadoras feministas que fogem ao binômio dominação/subordinação e cuja “proposta metodológica é estudar o privado e o público como uma unidade, frente ao enfoque tradicional ‘privado *versus* público’”. Essa nova proposta, possivelmente, dará conta de outras temáticas como poder social, poder maternal e sedução.

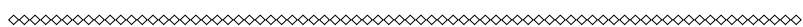
Assim, repito, a inclusão do espaço privado nos vídeos pode até representar avanços consideráveis, por visibilizar a parte da vida que tem sido negada historicamente. Dessa forma, o espaço da casa pode ser tomado, também, como local da ação da vida em sua plenitude. No entanto, os diálogos registrados no mundo

privado são sempre entre homens e mulheres e tratam da política vigente, trazendo as questões de campanhas eleitorais, custo de vida, poder militar da ditadura. Portanto, é imprescindível lembrar que todos os discursos neles contidos refletem o ponto de vista masculino.

Os vídeos apresentam as mulheres no espaço privado, no público, além da singularidade da posição fronteiriça. No espaço privado, as mulheres estão sempre em companhia de um homem com o qual tem algum laço de parentesco, pai, companheiro ou filho(s); quando o cenário é a sala de estar, nos episódios mais antigos elas escutam o rádio, quando retratadas nos períodos mais recentes elas vêm a televisão. As notícias vindas dessas ferramentas de comunicação são instrumentos que alimentam o diálogo com os homens. Quando elas aparecem na sala de jantar, encontram-se, em geral, reunidas com a família, companheiro e filho(a) ou filhos(as) no momento das refeições, sendo remetidas para as funções de cuidadoras, independentemente da classe social<sup>18</sup> à qual pertencem.

No espaço público, elas aparecem sempre acompanhadas por homens, tanto nas relações de trabalho, como no ativismo político dos movimentos sociais ou acadêmico: no museu, na roda de samba, no candomblé. Para exemplificar a sua *performance* nos espaços públicos, duas situações são apresentadas.

“No regime dos militares” apresenta a personagem Maria Clara, que é uma mulher atuante, politizada, que assume uma posição de liderança em resistência ao regime militar, chegando a ser presa, torturada, asilada e, por fim, anistiada. A Figura 1 a mostra em uma conferência realizada em Londres, quando denuncia a ação repressora do regime ditatorial brasileiro, na década de 1970. No momento da conferência aparece em uma cadeira de rodas,



18 Nos dois últimos episódios aparecem constantemente duas famílias, uma de classe média e outra de classe popular.

fazendo seu depoimento em língua inglesa com apresentação de legendas em português.

Figura 1 – Conferência onde Maria Clara denuncia a ação repressora do regime ditatorial brasileiro.



A atuação de resistência ao regime militar foi uma prática que a história sempre enfatizou, naturalmente, como ação masculina. A presença das mulheres era apenas episódica, nos movimentos de vanguarda. Elas só tinham registro quando participavam de movimentos sociais relativos ao seu gênero, e/ou em lutas específicas, voltadas para a melhoria da qualidade de vida da família, tais como implantação de creches e contra a carestia. (GOHN, 2002) No exemplo citado, Maria Clara atua politicamente e participa dos destinos do país, o que viabiliza a condição de sujeito, mulher, sem restrições de interesses.

O segundo exemplo é uma contraposição ao relato anterior. As mulheres aparecem tagarelas e fúteis apesar de estarem assistindo a uma ópera, evento que a classe hegemônica classifica como erudito e considera que não agrada às classes populares.





M2 – *Nem tanto, jamais eu repetiria vestido de uma modista qualquer.*

M1 – *O que importa é que repetes como estás repetindo agora!*

M2 – *Repito, sim! Coisas especiais como este colar, encomendado também em Paris, desenho único no mundo. E este anel, de brilhante raríssimo.*

H2 – *Essas mulheres!*

M1 – *Quisera eu estar em melhor companhia no Teatro Amazonas, infinitamente superior a este casebre.*

M2 – *Alto lá! A Paris tropical, que é Belém, não tem nenhum casebre.*

M1 – *A Paris tropical não é Belém, é Manaus.*

M2 – *É Belém!*

M1 – *É Manaus!*

M2 – *É Belém!*

M1 – *É Manaus!*

Só o fato de representar as mulheres no espaço público, nem sempre expressa uma ação emancipatória. Na cena da ópera, por exemplo, as mulheres aparecem como coadjuvantes. Na verdade são utilizadas para quebrar a narrativa histórica e introduzir humor, em uma ação absolutamente discriminatória. A crítica aos materiais didáticos primeiramente focou os textos e imagens dos livros e, mais recentemente, atendendo às exigências do avanço das novas tecnologias para a educação, também abrangem os programas televisivos e os vídeos. Para Marcondes, Menezes e Toshimitsu (2003, p. 28-30),

Comportamento sexual, orientações sexuais, preconceito regional, linguístico, étnico, associação do sexo feminino à burrice, associação de classes menos favorecidas ou de categorias profissionais à ignorância, relação entre a velhice e a impotência total, seja sexual seja de discernimento, são pontos de partida para criação de supostos tipos sociais e, a partir deles, a criação do que chamam humor. [...] Não há dúvidas de que o ridículo faz parte da estrutura do argumento do poder. Colocando o outro no ridículo, estamos rindo como se estivéssemos na tribuna, em um ponto elevado, distante daquele que se encontra abaixo de nós.

A cena comentada desqualifica as mulheres. Elas falam alto, interrompem o espetáculo, e por este comportamento inadequado, recebem uma vaia da plateia como se fossem crianças mal







o DVD 11 é dirigido por um homem, embora a equipe de dezenove pessoas seja mista, com um número de mulheres superior ao de homens, sendo que quatro delas circulam por variadas funções, na produção do filme.

O fato de a equipe técnica ser formada por homens e mulheres pode significar um enorme ganho, considerando que, em um passado bem recente, esses grupos técnicos tinham quase que unicamente a participação masculina nos cargos mais representativos. Mas, se o fato dessa equipe de produção ser mista, fez com que as mulheres da TV Escola aparecessem, essa ação ainda não foi suficiente para que a representação de homens e de mulheres fosse equitativa.

Um dos pontos significativos da trajetória feminista é justamente alertar para que as mulheres percebam o quanto e como elas são desprestigiadas socialmente. A partir da compreensão de suas próprias capacidades, do colocar-se enquanto sujeito no mundo, com a competência e dignidade para adquirir autonomia plena de direitos, constroem a consciência de gênero. (SARDENBERG, 1994, p. 84-85) Porém, se não existe essa consciência, as mulheres tendem a pensar de forma androcêntrica, reproduzindo a história dos homens.

De certa forma, o percurso se desenvolve, na medida em que as mulheres se conscientizam das suas capacidades de mobilização, com a perspectiva de transformar a sociedade através da “mais longa revolução”, para utilizar uma expressão de Juliet Mitchell (1967).

Como um dos resultados dessa transformação pode surgir a percepção crítica das produções midiáticas que é uma das expressões do poder no mundo contemporâneo. No caso da coleção analisada, a produção da mídia modelou as identidades das mulheres quando apontou o lugar que elas devem estar e como devem aparecer nos vídeos.

## Referências

- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BELLONI, Maria Luiza. Tecnologia e formação de professores: rumo a uma pedagogia pós-moderna? *Educação e Sociedade*. v. 19, n. 65 Campinas, dec. 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73301998000400005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301998000400005)>. Acesso em: 11 abr. 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação a Distância. MEC011. *Produção da TV Escola/MEC*. Brasil, 2002. 1 DVD (139' 57"), son., colorido.
- COSTA, Ana Alice. *Gênero, poder e empoderamento das mulheres*, 2005. Disponível em: <[http://www.agende.org.br/docs/File/dados\\_pesquisas/feminismo/Empoderamento%20-%20Ana%20Alice.pdf](http://www.agende.org.br/docs/File/dados_pesquisas/feminismo/Empoderamento%20-%20Ana%20Alice.pdf)>. Acesso em: 30 ago. 2009.
- DIAS, Maria Berenice. *Família normal?* Disponível em: <<http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=31463>>. Acesso em: 30 abr. 2010.
- FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho. *Mulher e pedagogia: um vínculo re-significativo*. Salvador: Helvécia, 2005.
- FOUCAULT, M. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Cortez, 2002.
- HOLLANDA, Heloisa B. de. *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- KAPLAN, E. Ann. *A mulher e o cinema: os dois lados da câmera*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.
- LOURO, Guacira. *Gênero, sexualidade e educação*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MARCONDES, Beatriz; MENEZES, Gilda; TOSHIMITSU, Thaís. *Como usar outras linguagens na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2003.
- MICHEL, Andrée. *Não aos estereótipos: vencer o sexismo nos livros para crianças e nos manuais escolares*. Tradução Zuleika Alambert,

Violette Nagib Amary. São Paulo: Conselho Estadual da Condição Feminina/Paris/UNESCO, 1989.

MITCHELL, Juliet. A mais longa revolução. *Revista Civilização Brasileira*. ano III, n. 14, jul. p. 5-41, 1967.

MORAN, José Manuel. *Novas tecnologias e o re-encantamento do mundo*. 1995. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/prof/moran/novtec.htm>>. Acesso em: 11 abr. 2010.

MORENO, Amparo. *El arquétipo viril protagonista de la história: ejercicios de lectura no androcéntrico*. Cuadernos Inacabados. Barcelona: La Sal, 1987.

REIS, Roberto. Cânon. In: JOBIM, Luis José. *Palavras da Crítica: tendências e conceitos no estudo da literatura*, Rio de Janeiro: Imago, Biblioteca Pierre Menard, 1992. Disponível em: <<http://www.dubitoergosum.xpg.com.br/arquivo78.htm>>. Acesso em: 11 abr. 2010.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SACKS, Karen. Engels revisitado: a mulher, a organização da produção e a propriedade privada. In: ROSALDO, Michelle; LAMPHERE, Louise (Org.). *A mulher, a cultura e a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1979. p. 185-206.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. (Org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fund. Carlos Chagas, 1992. p. 183-215.

SARDENBERG, Cecília; COSTA, Ana Alice. Feminismos, feministas e movimentos sociais. In: BRANDÃO, Margarida; BINGHEMER, M. Clara (Org.). *Mulher e relações de gênero*. São Paulo: Loyola, 1994. p. 81-114.

SCHIENBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência?* Tradução Raul Fiker. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. Tradução SOS: Corpo e Cidadania. *Revista Educação e Realidade*. v. 16, n. 2, jul./dez. 1990.

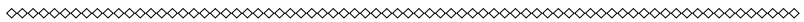
SOIHET, Rachel. *História das mulheres e relações de gênero: algumas reflexões*. 2003. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/mulheres/16.shtml>>. Acesso em: 08 abr. 2010.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Tradução Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

# HOMOSSEXUALIDADE NA DISCIPLINA ENSINO RELIGIOSO<sup>1</sup>

Elizabete da Conceição Paiva de Oliveira  
Ana Alice Alcantara Costa

Este estudo discute o tratamento dado à homossexualidade na disciplina de ensino religioso (DER) em escolas confessionais de níveis fundamental e médio de Salvador, tendo como suporte teórico o posicionamento de feministas pós-estruturalistas e de teólogas feministas. O discurso religioso tradicional no mundo cristão tem contribuído para uma visão distorcida e preconceituosa da homossexualidade, ao estabelecer normas e valores em relação à sexualidade de forma linear, universal e dicotômica. Para as teólogas feministas, os textos bíblicos devem ser interpretados



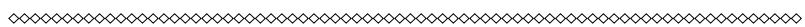
1 Parte deste artigo refere-se à pesquisa realizada para a produção da dissertação intitulada *Estudo de Gênero na Disciplina Ensino Religioso em Escolas Confessionais de Salvador*, realizada sob a orientação da Profa. Dra. Ana Alice Costa e defendida em julho de 2009 no Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (PPGNEIM/UFBA).



considerando suas histórias como acontecimentos que têm um referencial em outros lugares, povos e comunidades diferentes, pois a verdade não é a mesma para todas as circunstâncias, épocas e situações. (ROESE, 2000, p. 71)

A teologia feminista utiliza a categoria de gênero para percepção das construções históricas e culturais, possibilitando o questionamento do discurso da heteronormatividade como expressão da vontade divina para a humanidade. Ao desenvolver uma abordagem das normas e valores universais, situando-os em realidades concretas, as teóricas feministas provocam novas perguntas no processo ensino-aprendizagem, mostrando como os valores estão conectados às relações de poder. A proposta é, então, contribuir para uma aprendizagem significativa das relações de gênero, incluindo os estudos pós-estruturalistas sobre a formação das identidades sexual e de gênero. Até que ponto elas são distintas? Ou estão inter-relacionadas?

Para responder a essas perguntas, Louro (1997, p. 27) afirma que, tanto na dinâmica do discurso sobre gênero, ou sobre sexualidade, as identidades são sempre construídas. Não se pode dizer que os corpos tenham uma existência significável anterior à marca do seu gênero. Nesta perspectiva, Butler (2003, p. 28) rejeita a distinção entre sexo e gênero e problematiza a identidade sexual enquanto um ideal normativo para a percepção da mesma, pois considera a característica descritiva da experiência como elemento fundamental para a compreensão das relações sociais de gênero. O discurso da heteronormatividade, que considera a dualidade do sexo num domínio pré-discursivo, é uma das maneiras de assegurar de forma eficaz a estabilidade interna e a estrutura binária do sexo.<sup>2</sup>



2 A naturalização da sexualidade na sociedade que idealiza as relações de homens e mulheres está dissociada das experiências cotidianas e apresenta como desviante, ou anormal, a afetividade das relações homossexuais. A sociedade atual naturalizou e normatizou a sexualidade a partir da genitália. Butler discorda, ao apresentar que tudo no mundo passa

Já a tarefa proposta pelas feministas pós-estruturalistas é desestabilizar regimes de poder existentes, ao propor a desconstrução da materialidade dos corpos. Dessa forma, possibilita que o referente ontológico tradicional do termo seja questionado na sua naturalização, criando novas condições para mobilizar o significativo a serviço de uma produção alternativa. Analisando Wittig, Butler (2003) ressalta o sexo como uma completa alegoria política, fazendo um contraponto com Foucault, que o chama de “unidade fictícia” e reguladora. Então, para Louro (1997) e Butler, de diferentes maneiras, a categoria sexo impõe uma dualidade e uma uniformidade sobre os corpos, a fim de manter a “sexualidade reprodutiva como uma ordem compulsória”. (BUTLER, 2003, p. 39)

A perspectiva pós-estruturalista avança na discussão feminista, no início da construção desta abordagem teórica - final dos anos 60 e início dos anos 70 do século passado - compreendeu que a luta para garantia de direitos diferenciados entre homens e mulheres passava pela premissa da existência de fenômenos biológicos a distingui-los. O conceito de gênero se insere neste processo como forma de suplementar o sexo, não para substituí-lo. (NICHOLSON, 2000, p. 2) Com os estudos das teóricas feministas pós-estruturalistas, é alterado o processo de leitura de gênero para uma percepção da superação do binômio natureza/cultura. Essa visão também compõe as reflexões da teologia feminista, que confronta a teologia tradicional e o ensino religioso para desconstruir as oposições binárias e aumentar as possibilidades para o exercício das identidades, tanto do masculino como do feminino. Esse tipo de análise alerta para as construções dos significados sociais e culturais impostos ao corpo e amplia a discussão para um maior diálogo das relações homossexuais.

---

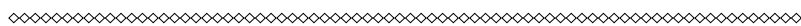
por uma rede de sentidos, não existindo, então, o objeto em si. Neste caso, o sexo é uma construção cultural, pois não existe nada no mundo que não se situe nas nossas redes de significados.

A partir dessas contribuições teóricas, fundamentada em dados empíricos levantados através de entrevistas realizados com professores da Disciplina Ensino Religioso em escolas confessionais de níveis fundamental e médio de Salvador, nos propomos a analisar como a questão da homossexualidade vem sendo tratada.

## *Ensino religioso e homossexualidade*

O ensino religioso enquanto disciplina tem início no Brasil, ainda no período da colonização com os padres jesuítas nas escolas confessionais, como instrumento de catequização dos valores cristãos. A primeira constituição brasileira, a de 1824 ao estabelecer o catolicismo como a religião do Estado, torna “obrigatório o ensino de teodiceia e de doutrina católica em todos os currículos das escolas”. (SAVIANI, apud STEPHANOU, 2004, p. 123) A Constituição Republicana de 1891, influenciada por valores liberais e positivistas, estabelece a separação entre igreja e estado, torna o ensino laico, abolindo o ensino religioso das escolas públicas. (HORTA, 1994, p. 93; RIBEIRO, 2003, p. 65) Mesmo assim, a disciplina Ensino Religioso (DER) consegue manter-se nas instituições de ensino público, apesar das resistências dos grupos contrários.<sup>3</sup>

A manutenção do ensino religioso nas escolas, porém, estimula a obediência de regras preestabelecidas, tendo um papel mais reprodutor que questionador dos valores tradicionais cristãos que dão base a sociedade vigente. No século XX, a partir da década de 80, contudo, há um grande esforço de renovação da prática pedagógica em relação ao conteúdo do ensino religioso nas escolas.



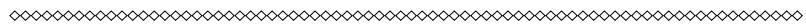
3 As elites dirigentes, entre as quais se contavam liberais, maçons e positivistas, desejosos de uma República que equiparasse o País à Europa e Estados Unidos, imbuídos de ideias de independência e repúdio ao monarquismo, receberam um maior número de protestantes e apoiaram as novas concepções de vida e de sociedade que estes traziam do Norte, abraçando também conquistas no campo da agricultura e da organização educacional. (ALMEIDA, 2007, p. 132)



1997, os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso, que fundamentam a função da disciplina escolar, elaborados pelo Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso<sup>6</sup> (FONAPER). Um dos objetivos deste Fórum é “valorizar o pluralismo e a diversidade cultural presente na sociedade brasileira, facilitando a compreensão das formas que exprimem o Transcendente na superação da finitude humana e que determinam, subjacentemente, o processo histórico da humanidade” (1997, p. 30).

A história do ensino religioso avançou de uma perspectiva proselitista cristã para o estudo da diversidade da cultura religiosa dos brasileiros, como forma de incluir e compreender os sentidos que os vários grupos constroem para se relacionar com o sagrado. Segundo seus defensores, esta nova possibilidade de leitura ajuda os(as) adolescentes a construírem uma visão relativa das construções culturais. Essa prática pedagógica é considerada relevante, na medida em que pode fazer intersecções com gênero e raça, e, assim, apresentar como a interconexão de poder econômico, social e religioso determinou construções diferenciadas que favoreceram uns grupos e não outros.

A priorização de discussões em torno da diversidade tem se firmado na DER como forma de responder às questões da complexidade das relações humanas e das identidades, tanto em âmbito sociocultural quanto das subjetividades dos indivíduos. Os estudos se caracterizam por construir a compreensão da identidade e diversidade no ensino religioso, pautando-se no entendimento sobre respeito, tolerância e convivência harmoniosa entre culturas e religiões. Contudo, Stroher (2008, p. 46) adverte que quando estes discursos são elaborados, pode-se não atingir o âmago da



6 O texto Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Religioso é uma publicação de responsabilidade do Fórum Permanente do Ensino Religioso, e não um texto oficial do MEC, como poder-se-ia supor pelo título.

questão ao manter intactas as relações de poder que estão na base da produção da “diferença”.

Por conseguinte, é necessário problematizar o discurso da tolerância a partir das relações de poder. O discurso da tolerância é constituído de duas bases: o grupo social que tolera e o grupo social que é tolerado. Nesse sentido, é fundamental perceber como toda e qualquer diferença é sempre atribuída num interior de uma determinada cultura que demarca uma fronteira que possibilita certa superioridade de quem tolera. Isto leva a compreender que a diferença se constitui, sempre, numa relação. Desse modo, a nomeação da diferença deixa de ser entendida como um dado e passa a ser vista como uma atribuição que é feita a partir de um determinado lugar, desse modo, a diferença vai se constituindo enquanto desigualdades.

A discussão de questões em torno da diversidade e identidade na DER se torna pertinente para problematizar as representações sociais nas relações de gênero. A análise da representação do diferente está associada a uma identidade central, e esta, por sua vez, indica o que as outras identidades não são ou não podem ser. (LOURO, 2007, p. 48) Neste caso, as discussões das questões de poder nas relações de gênero podem ser formas de descentralizar, nas aulas da DER, a centralidade da heterossexualidade que se fundamenta em princípios heteronormativos.

As representações de gênero (masculino e feminino) introjetadas nos indivíduos, a partir dos processos de socialização reelaborados pela vivência e experiência dessas, seja no aspecto formal ou informal, não foram completamente diferentes no que diz respeito ao ensino religioso ministrado por católicos e protestantes. Para um processo de desconstrução dessa forma de pensamento, a contribuição de teóricas pós-estruturalistas se fez presente nas discussões feitas pela teologia feminista, estabelecendo um ponto

de tensão sobre os conhecimentos elaborados na DER pela tradição cristã.

Para as teólogas feministas, a compreensão do corpo como uma construção possibilitou novas leituras em torno da homossexualidade. Essas discussões têm a intenção de superar o princípio da dualidade, que estabelece identidades centrais versus identidades periféricas, em todas as esferas sociais, inclusive as religiosas e simbólicas.

### Sexualidade, religião e as teorias feministas

Refletir esses discursos na DER significa analisar conflitos, disputas e jogos de poder historicamente implicados nesses processos. Há que se considerar que as relações são concebidas de maneira complexa. Entretanto, se faz necessário ir além do reconhecimento ou aceitação das diferenças de gênero: é preciso também examinar as formas através das quais as diferenças são produzidas e nomeadas. (LOURO, 1997, p. 31) Pois, as construções de gênero, ao serem estruturadas nas relações de poder, instituem formas de ser e pensar, não existindo, portanto, uma construção fora destas relações, e sim subversões que problematizam a possibilidade de uma única forma de identidade. (BUTLER, 1998, p. 30) O questionamento a essas estruturas não implica em suprimir conceitos, mas deslocá-los de contextos nos quais foram postos como instrumentos de poder. A provocação feita pelas teóricas pós-estruturalistas é um convite para se pensar como o sujeito é constituído e como diferenças e hierarquias são construídas e legitimadas nessas relações de poder.

Desse modo, ao trabalhar com a categoria de gênero na teologia feminista como suporte de análise da prática de ensino da DER, cria-se a possibilidade de desarticular os argumentos seculares androcêntricos que marginalizam as vivências de grupos homossexuais, de modo a se estabelecer uma maior liberdade de

movimento das identidades, questionando a fixação biológica das representações sociais que discriminam as pessoas em função da simbolização cultural da diferença sexual, como bem questiona Stroher (2008, p. 48):

A religião, com seus símbolos e textos sagrados, se articula às convicções, aos sonhos e às esperanças das pessoas, com suas subjetividades, geram verdades existenciais, atuando na produção de sentidos de vida. Atua também no processo de socialização de homens e mulheres, na produção e na reprodução de sistemas simbólicos que têm influência sobre as relações sociais de gênero, na representação religiosa e social do masculino e feminino. Na maioria das vezes, age para legitimar as relações assimétricas e a naturalização da violência de gênero. Sua cumplicidade se mantém embutida no discurso religioso e na veiculação de valores simbólicos que legitimam a violência.

Compreender como o religioso se estabelece como um poder através do controle da vida das pessoas, especialmente sobre o corpo, a sexualidade e a política, é importante para desconstruir o referente tradicional de uma sexualidade binária, natural como desejada por Deus para uma reconfiguração consciente das relações culturais e políticas existentes. Nesse sentido, as experiências que partem do cotidiano são centrais para a teologia feminista ressignificar a sexualidade, pois, mesmo sendo uma atividade humana inata, ela se apresenta como experiência cultural. O processo de desconstrução na DER implica em problematizar o discurso cultural hegemônico que normatiza as estruturas binárias de sexo e gênero e estabelece limites para as possibilidades de configurações do gênero na cultura.

Butler (2003, p. 38) pergunta: em que medida as práticas reguladoras de formação e divisão do gênero constituem a identidade, a coerência interna do sujeito, e, a rigor, o status auto-identico da pessoa? Em que medida é a “identidade” um ideal normativo, ao invés de uma característica descritiva da experiência? E como as





do planejamento. Ao ser questionada sobre o tema da homossexualidade, a professora Sandra,<sup>8</sup> docente de uma instituição católica de ensino fundamental e médio, reflete uma postura diferenciada dos conceitos estabelecidos pela teologia instituída.

- E a questão da mulher com mulher e homem com homem? É um complemento; trata-se de vidas. Então, o que é que eu coloco nessa dimensão é, de fato, pessoas distintas, com sentimentos distintos, com universos distintos, universo masculino e universo feminino, mas que são universos que se complementam. Agora, o que é necessário pra esse complemento? É o que eu questiono para eles. O que é necessário pra esse complemento? Imagine tijolo com tijolo e veja o complemento que eu tenho. Qual é o necessário para solidificar essa relação. Aí tem a questão dos valores essenciais da vida. O amor, o respeito, a tolerância; porque não é fácil viver duas pessoas, não é fácil. Seja ele quem for. Seja homem com homem, seja mulher com mulher, seja homem com mulher, seja filho com mãe, seja pai com filho, seja o esposo e a esposa, é muito difícil. Então, esses valores que são cultivados ao longo da nossa vida, são eles que facilitam essas uniões. Entendeu? É a abordagem que eu faço entre o homem e a mulher, é nesse sentido. Mas respeitando aquilo que é distinto do universo masculino e do universo feminino. E aí existe uma série de coisas, não é?

Para esta professora, a homossexualidade não está dissociada da possibilidade do desenvolvimento da afetividade. Entretanto, ela, ao avaliar esta dimensão, ainda enquadra no padrão binário, quando considera os universos masculino e feminino distintos e complementares, resgatando a ideia da teologia tradicional, de que

---

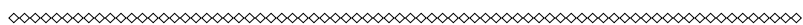
8 Os nomes dos professores(as) são fictícios a fim de resguardar a sua integridade, e como forma de possibilitar maior liberdade de expressão do grupo sobre a questão, sem que isso implique alguma forma de sanção sobre eles.

o homem está para a mulher e vice-versa. Esta consideração revela uma dificuldade de pensar a relação sexual fora dos padrões normatizados, o que faz perceber que, apesar de a vida se impor enquanto realidade, o tema é abordado com certos limites em função de se estar arraigado fatores culturais, éticos e religiosos provenientes da cultura judaico-cristã na construção da identidade.

Deve-se ressaltar que apesar da professora apresentar ideias difusas e conflituosas, ela reconhece a relação homossexual enquanto fato, atribuindo a relação valores essenciais constitutivos de qualquer relação afetiva. Neste sentido, a professora avança em relação à orientação dada pela Igreja Católica, que condena essa vivência por considerar, enquanto expressão pervertida da conduta humana, rejeitada por Deus, sendo um comportamento anti-natural da sexualidade.

### Reinterpretação de textos bíblicos: homossexualidade

A utilização de textos bíblicos para condenar a homossexualidade é antiga e se estabelece a partir de leituras literais, abstratas e a-históricas. Ao universalizar normas morais em nome de Deus tendo por base o texto bíblico, as religiões cristãs, em sua maioria, encerram a questão não permitindo dialogar com as vivências dos grupos considerados por elas como subversivos em relação à vontade de Deus. Um dos textos mais citados neste sentido é o de Sodoma e Gomorra (Gênesis 19, 1-15).<sup>9</sup> Ao aprofundar a leitura do



9 1 E VIERAM os dois anjos a Sodoma à tarde, e estava Ló assentado à porta de Sodoma; e vendo-os Ló, levantou-se ao seu encontro e inclinou-se com o rosto à terra; 2 E disse: Eis agora, meus senhores, entrai, peço-vos, em casa de vosso servo, e passai nela a noite, e lavaí os vossos pés; e de madrugada vos levantareis e ireis vosso caminho. E eles disseram: Não, antes na rua passaremos a noite. 3 E porfiou com eles muito, e vieram com ele, e entraram em sua casa; e fez-lhes banquete, e cozeu bolos sem levedura, e comeram. 4 E antes que se deitassem, cercaram a casa, os homens daquela cidade, os homens de Sodoma, desde o moço até ao velho; todo o povo de todos os bairros. 5 E chamaram a Ló, e disseram-lhe: Onde estão os homens que a ti vieram nesta noite? Traze-os fora a nós, para que os conheçamos. 6 Então saiu Ló a eles à porta, e fechou a porta atrás de si, 7 E disse: Meus irmãos, rogo-vos que não façais mal; 8 Eis aqui, duas filhas tenho, que ainda não conheceram homens; fora vo-las trarei,

texto, as feministas identificam como elemento fundamental as relações de poder que se apresentam em dois espaços, o público e o privado.

Na primeira parte, é retratado o conflito entre os moradores da cidade, pois, o texto informa que toda a população (v.4) se colocava contra a presença dos anjos exigindo que Ló os entregasse. Esse dado apresenta uma mentalidade e um comportamento social comum ao grupo, não especificando uma postura diferenciada. No segundo momento, percebe-se que há uma forte relação de poder entre o patriarca Ló e a vida de suas filhas, ao ponto de oferecê-las a uma tentativa de estupro pelos moradores (v.8). Por fim, os moradores confrontam o poder de Ló no direito do patriarca na casa de resguardar os estrangeiros contra a violência e a falta de hospitalidade (v.9).

A teologia tradicional, ao interpretar este texto, condena o homossexualismo e faz uma leitura na perspectiva de orgias e perversão. Neste sentido, ela cria a imagem da heterossexualidade como padrão de comportamento equilibrado, eliminando a possibilidade da percepção dos comportamentos agressivos nos heterossexuais, mostrando que o comportamento do pai e esposo com mulheres de sua casa é baseado na ideia de propriedade. Ele tem o poder e o direito de dispor de suas vidas, já que para a cultura da época o que importa é salvaguardar a honra dos visitantes

---

e fareis delas como bom for aos vossos olhos; somente nada façais a estes homens, porque por isso vieram à sombra do meu telhado. 9 Eles, porém, disseram: Sai daí. Disseram mais: Como estrangeiro este indivíduo veio aqui habitar, e queria ser juiz em tudo? Agora te faremos mais mal a ti do que a eles. E arremessaram-se sobre o homem, sobre Ló, e aproximaram-se para arrombar a porta. 10 Aqueles homens, porém, estenderam as suas mãos e fizeram entrar a Ló consigo na casa, e fecharam a porta; 11 E feriram de cegueira os homens que estavam à porta da casa, desde o menor até ao maior, de maneira que se cansaram para achar a porta. 12 Então disseram aqueles homens a Ló: Tens alguém mais aqui? Teu genro, e teus filhos, e tuas filhas, e todos quantos tens nesta cidade, tira-os fora deste lugar; 13 Porque nós vamos destruir este lugar, porque o seu clamor tem aumentado diante da face do SENHOR, e o SENHOR nos enviou a destruí-lo. 14 Então saiu Ló, e falou a seus genros, aos que haviam de tomar as suas filhas, e disse: Levantai-vos, saí deste lugar, porque o SENHOR há de destruir a cidade. Foi tido porém por zombador aos olhos de seus genros. 15 E ao amanhecer os anjos apertaram com Ló, dizendo: Levanta-te, toma tua mulher e tuas duas filhas que aqui estão, para que não pereças na injústa desta cidade. (BÍBLIA DE JERUSALÉM, 1996, p. 55-56)

homens. (ROESE, 2000, p. 71) Ao não acentuar o fato de que Ló oferece suas filhas para serem violentadas, a teologia tradicional expressa um discurso que violenta não só a dignidade dos homossexuais, mas também das mulheres.

Outro ponto presente na omissão da teologia tradicional em relação à cidade de Sodoma e Gomorra está associado ao fato de que em vários textos da Bíblia hebraica estas cidades são citadas sem nenhuma correlação à questão do homossexualismo. Elas são acusadas de pecados de adultério, mentira e de ajudar os malfeitores (Jeremias 23, 14), soberba, fartura de pão, falta de amparo ao pobre e necessitado (Ezequiel 16, 49). Especificamente, a Bíblia hebraica aborda a questão do homossexualismo, como em Levítico 18, 22 e 20, 33, ao afirmar que um homem deitar-se com outro homem como se fosse mulher é abominação, pecado e morte. Esta prescrição faz parte dos códigos de santidade dos judeus, que tinham como preocupação o crescimento do seu povo e seu fortalecimento enquanto nação.

Deste modo, o objetivo da cultura da época precisa ser relativizado para que o texto possa ser lido e considerado a partir do conjunto de crenças, costumes, leis e tradições, dentro dos quais é traçada a cultura de um povo, e não normatizados para controle do corpo e negação da expressão da diversidade das identidades sexuais. (MAZZAROLO, 2000, p. 9)

Por outro lado, a Bíblia cristã tem na crítica feita por Paulo ao homossexualismo uma visão limitada da questão, no que se refere ao tempo e lugar, bem como aos costumes da época e os contexto em que o texto foi gerado. As festas de caráter religioso se constituíam orgias grupais nos cultos de fertilidade pagãos na cidade de Roma. Para criticar esses costumes, Paulo utiliza a categoria da natureza da filosofia grega (Romanos 1, 26-27). Esta visão apresenta a realidade e o ser humano de forma dualista, ao entender que, a priori, há uma verdade natural e superior que não sofre in-

terferências socioculturais e ideológicas. Neste binômio sexual, o natural é concebido como o masculino ativo e o feminino é o passivo. No texto I Coríntios 6, 9-10, há uma clara condenação ao homossexualismo, que pode estar relacionada às transcrições de catálogos estoicos que circulavam neste tempo com listas de pecados aceitos também por Paulo. (ROESE, 2000, p. 73)

A filosofia estoica da Grécia antiga influenciou o cristianismo primitivo e é expressão de uma cosmovisão pessimista da sexualidade, pois combatia o prazer sexual e aceitava o casamento apenas para fins reprodutivos. Todavia, o cristianismo não é um grupo coeso. Em alguns movimentos cristãos considerados heréticos, como o pelagianismo e o gnosticismo, não há negação ou condenação do prazer sexual. (STROHER, 2000, p. 21) A produção de uma teologia da sexualidade somente para fins procriativos, eliminando o prazer, teve em Agostinho seu maior idealizador. O que está em jogo na normatização da heterossexualidade e negação do homossexualismo é a negação da sexualidade que não seja para fins reprodutivos.

Estar atento às realidades sociais da época em que o texto foi escrito é uma forma de manter o diálogo em nossa sociedade com as realidades experimentadas pelas pessoas e grupos, de forma a manter uma democracia e não uma ditadura moral expressa na teologia tradicional em nome de Deus. Dentro da lógica da tradição, os professores protestantes Tiago (ensino fundamental e médio) e André (ensino fundamental) trazem para a discussão da sexualidade padrões aceitos por suas igrejas e, de certo modo, acatados por eles como a correta. O debate sobre homossexualidade não faz parte do programa e nem é sugerida pelos estudantes. Essa postura parece demonstrar a força conservadora dessas instituições, já que os alunos e alunas não sentem liberdade para questionar sobre o tema. Tiago declara:

- Nós abordamos essas questões a partir da perspectiva deles, dos alunos e das alunas. A partir do momento em que surgem esses questionamentos, nós desenvolvemos discussões sobre essas questões, entendeu? E assim, este ano eu não me lembro de ter surgido nenhum questionamento, apesar de que teve... Nós trabalhamos a questão da educação sexual, mas a curiosidade deles, o interesse deles maior, é mais pra questão do sexo em si; tiveram muita preocupação com a gravidez. Inclusive desenvolvemos um projeto agora que orientamos um grupo que trabalhou a gravidez na adolescência, mas a curiosidade deles é mais nesse sentido. Eles demonstram muito interesse quando nós trabalhamos os órgãos internos e externos tanto do homem quanto da mulher, demonstraram muito interesse nesse sentido aí. Porque eu acho que faz parte da fase que eles estão passando, dessa questão da puberdade, acho que isso é muito forte nessa fase que eles estão vivenciando. Então não teve interesse assim nesse sentido; na questão da homossexualidade.

Em relação ao posicionamento de Tiago (professor do ensino fundamental e médio), verifica-se que ao abordar temas referentes à sexualidade está subentendido um encontro entre um homem e uma mulher. Discutir a identidade humana em sua diversidade e complexidade está fora da proposta pedagógica. Ao direcionar o debate para a fisiologia dos órgãos sexuais e gravidez na adolescência e suas dificuldades, percebe-se uma forma de olhar a sexualidade a partir de um discurso pautado na ciência e sua neutralidade de valores para normatizar e controlar posturas conservadoras desejadas para o grupo. Refletir a sexualidade a partir da afetividade e do prazer não foi conjecturado pelo professor, expressando uma teologia sexual marcada pelo discurso conservador que está mais preocupado com a periculosidade da sexualidade.

O professor André (ensino fundamental), ao ser questionado se temas envolvendo assuntos polêmicos como aborto, células-tronco, casamento homossexual e a adoção de crianças por homossexuais são trabalhados em sala de aula, informa sobre a homossexualidade:

- A gente vê que a Bíblia... O homem, ele foi feito pra mulher e a mulher foi feita pro homem. E a gente entra na questão psicológica. Por quê? Será que o homossexual escolheu nascer homossexual? Que hoje tá se levantando muitas questões com relação a isso. Isso é uma doença? Como muitas pessoas andam levantando. Então não se sabe. Mas assim como uma pessoa também não escolheu ser um alcoólatra, assim como uma pessoa também não escolheu ser um fumante inveterado, vai que aprendeu isso dentro da sua casa, são discussões que precisam ser levantadas, que têm essas grandes oportunidades, entendeu? Então é algo que é uma conduta que a gente pode observar que não traz frutos... Então tudo tem que ter um fruto. E qual é o fruto? Será que não vai ter um conflito para uma criança – a gente vota pela adoção de crianças – será que não vai ter um conflito para criança vê a figura... Cadê a figura da mãe? Como vai ser pra criança que vai ser adotada por um casal homossexual? Cadê a figura da mãe? Isso é genético, isso é algo do ser humano.

Para o professor André (ensino fundamental), a homossexualidade soa como uma disfunção da natureza humana, pois, homem e mulher foram criados para se unir e dar fruto. Essa visão perde a dimensão do encontro entre pessoas considerando a afetividade, o desejo, a amizade e não apenas o sexo genital e a procriação. Deste modo, esta forma de pensar está mais alicerçada em postulados morais, bíblicos e culturais que expressam o posicionamen-



to preconceituoso do professor do que em pesquisas científicas e teológicas sérias a respeito do assunto.

Para o professor André, ter a Bíblia como norma de fé e prática significa desenvolver uma moral sexual dissociada do contexto histórico e cultural do povo judeu e cristão, que produz uma teologia sem a devida reflexão do conjunto de crenças, costumes, leis e tradições desses grupos. Consequentemente, desenvolve-se uma educação que não problematiza as relações de poder que fazem parte da construção do discurso religioso em uma dada realidade histórica, bem como a produção literária e ideológica do texto para submeter homens e mulheres a uma identidade construída para normatizar a heteressexualidade. Essa forma de educar não se torna significativa, pois não interage com as diversas experiências que se apresentam nas relações de gênero no cotidiano.

A posição dos professores protestantes, que produz uma ética de princípios imutáveis atingindo a sexualidade, o cotidiano, a vida íntima, ao construir uma sexualidade linear, nega o humano em sua realidade processual e complexa. Fiorenza (1992, p. 12) lembra que o estudo histórico-crítico e o debate hermenêutico na sociedade moderna demonstram amplamente que a teologia é um empreendimento cultural e histórico condicionado. Aliás, segundo ela, não apenas a teologia, mas também a revelação de Deus nas Escrituras é expressa em linguagem humana e compartilha de conceitos e problemas culturalmente condicionados.

Uma educação tendo por base o ensino tradicional conduz muitas pessoas que não estão dentro da norma da heterossexualidade, pregada pela instituição, a viverem com conflitos, sentindo-se culpadas pelos seus desejos, condenadas, em pecado diante de Deus e da sociedade. Questionar discursos e práticas conservadoras que fomentam o preconceito e a discriminação aos homossexuais na aula de ensino religioso significa não só partir das visões diferenciadas que as pessoas trazem sobre o tema, mas

criar um ambiente de liberdade na qual elas escutam os relatos de vida, a partir das experiências dos sentimentos de homossexuais, de modo que o desejo possa ser libertado e, por outro lado, esse comportamento denuncie a violência sofrida pela negação da dignidade do desejo. (ROESE, 2000, p. 75)

Estabelecendo uma postura mais dialógica sobre essa questão, os professores católicos, por sua vez, têm como elemento central a prática de escuta, atentos ao que os estudantes trazem a respeito do assunto. O professor Jair (ensino fundamental), ao se manifestar sobre o tema, diz como em sua aula ele prioriza a escuta dos alunos e alunas sem cercear o posicionamento dos estudantes, para que o diálogo seja expressão da própria diversidade vivida na sociedade. Porém, ele não esclarece qual é seu ponto de vista sobre o assunto e não apresenta nenhuma discussão dos textos bíblicos.

- Hoje, a gente não pode negar a realidade do homossexualismo, da adoção. O momento da aula é de muita escuta. Sem desvalorizar a fala e o posicionamento deles e sem impor. Não existe imposição; todos têm direito à voz e à vez de falar.

Este posicionamento pedagógico expressa, de certo modo, um avanço no processo de reflexão da questão. Entretanto, até que ponto essa liberdade de expressão dos estudantes se estabelece numa relação de escuta provocativa como forma de promover o questionamento, não com o propósito de se conseguir uma eficiente produção de respostas corretas, mas como meio de discussão, no sentido de um exame reflexivo das nossas verdades. (DOLL, 1997, p. 134) Trabalhar nesta perspectiva significa manter um diálogo aberto aos possíveis significados construídos pelo grupo e não determinado ou fechado pelo sistema. O papel do professor(a) como problematizador(a) das realidades se tor-

na fundamental para desafiar o mundo assentado do adolescente que, na maioria das vezes, absorve ideias do seu meio sem profundas elaborações. Provocar o pensamento divergente é convidá-lo a repensar modelos e tomar consciência das construções sociais.

### *Homossexualidade: nova perspectiva em sala de aula*

O debate na educação para uma ação integradora do corpo na atualidade inclui outros fatores, como o organismo, o desejo e a inteligência no processo de ensino-aprendizagem e se apresenta como forma de romper as relações dicotômicas que se estabeleceram entre razão e emoção, corpo e espírito na educação cristã e na sociedade ocidental ao enfatizar a racionalidade como caminho preponderante no ensino. Para Fernandez (apud STRECK, 2005, p.133), o desejo e a inteligência desempenham papel preponderante para que o corpo exista em sua plenitude. Todavia, a domesticação e o aprisionamento do corpo ainda fazem parte de muitas instituições educacionais. “A cultura tenta domesticar e uniformizar a sexualidade, pois ela está relacionada às relações de poder”. (MUSSKOPF, 2004, p. 152) A abordagem sobre homossexualidade feita pelo professor Joel, católico no ensino médio, salienta a força da formação religiosa para manter padrões conservadores:

- Casamento homossexual, essa é uma questão que quando trabalhamos, quando surge esse assunto, os próprios alunos parecem que levam como tabu. Ou já carregam isso da própria escola, quer dizer, da sua formação de escola, em escola confessional, sua formação catequética de preparação pra sacramento, ou já trazem isso da própria sociedade, da própria família como um jargão de preconceito e discriminação; então já vem fechado nesse sentido. E quanto

à questão de crianças adotadas por casais homossexuais, nunca foi ainda um ponto que discutimos em sala de aula nesses últimos tempos, não me lembro.

A domesticação do corpo no discurso teológico tradicional se contradiz, pois, ao mesmo tempo em que afirma o corpo, ao acreditar em um Deus encarnado em Jesus Cristo, apresenta uma religião desencarnada como forma de manter o domínio sobre as pessoas. Alves (1992), ao refletir o papel da educação para a libertação do corpo, propõe como possibilidade pedagógica o contar de novas histórias como forma de combater a tradição e integrar o corpo aos seus desejos, sonhos e esperança. De certo modo, a reflexão em torno da homossexualidade deve desafiar a DER para discutir este tema de modo significativo, considerando as vivências e as histórias negadas pelo currículo tradicional. A intenção pedagógica, neste sentido, é desenvolver nos(as) alunos(as) a percepção de que vivemos nossos corpos de formas diferentes e que estamos sempre construindo e reconstruindo essas formas, daí a necessidade de lidar com a diversidade das formas de viver a sexualidade sem o dogmatismo que tanto agride o outro na sua alteridade.

De certo modo, a reflexão sobre a homossexualidade, por não estar sistematizada pelo currículo, expressa um controle do instituído, no sentido de não se estudar com propriedade o assunto. Declara o professor Joel:

- Isso é uma coisa que acontece muito em sala de aula. Grupos que às vezes não brincam com outro, e acabam expressando preconceito, ou até mesmo uma forma de discriminar. Em grande parte eu sempre trabalho de maneira participativa a devolver para o aluno diante da construção do conhecimento, diante da construção de sua personalidade, da construção de sua identidade. Então, quando tem certas

brincadeiras nesse nível, e que às vezes cheira a mau gosto, então a gente às vezes interfere, se não publicamente, mas de forma reservada; e muitas vezes também de forma pública, pra que isso gere um novo conhecimento pra turma. Quer dizer, mesmo se abrindo às polemicas, mesmo se abrindo aos debates, algumas vezes você pode fazer uma interferência e chamar até a atenção disso, que muitas brincadeiras, muitas formas de falar ou de agir que a gente nem percebe, só aumenta o preconceito que tanto nós falamos contra, só aumenta essas divisões que tanto nós abominamos.

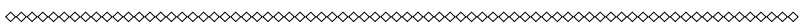
O enfretamento do tema em razão da brincadeira expressa que este não tem tanta relevância, de forma a buscar uma maior compreensão de como esses preconceitos foram se alicerçando na sociedade. Ou mesmo não se discute como o posicionamento religioso conservador contribui para a discriminação. Há, no entanto, uma preocupação com a questão na medida em que a brincadeira introduz a reflexão do preconceito das relações homossexuais.

O desafio para professores(as) de ensino religioso se faz na possibilidade de se construir um discurso para além do respeito, no sentido de buscar a desconstrução dos modelos dicotômicos que limitam a identidade dos seres humanos a uma construção de uma sexualidade binária, homem-mulher, eliminando possíveis construções de identidade de gênero para além do normatizado. Ao não identificar e não problematizar a forma hierárquica das relações de gênero constituído por uma identidade binária, os(as) professores(as) legitimam situações de desequilíbrio em uma sociedade, já demarcada pela desigualdade e naturalização dessas relações.

A negação de uma pedagogia dialética<sup>10</sup> se configura na fala da professora protestante, Dilma (ensino médio e fundamental). Ela afirma que os assuntos polêmicos são apresentados sem muitos conflitos.

- É tranquilo. Nós temos alunos aqui de várias denominações, cristãs e não-cristãs. Nós já tivemos alunos judeus aqui, temos muitos alunos espíritas. Na realidade, a nossa é de crescimento. A nossa fala não é pra termos embates, é pra termos crescimento. Então, a visão de cada um é ouvida, é aceita. Só que, como eu já coloquei, a gente sempre observa o que a Bíblia diz. Até porque é uma escola cristã, nós temos como fundamentação cristã a Bíblia, então sempre ela é ouvida. Eu posso colocar o meu parecer, eles podem colocar o parecer delas, mas a gente sempre vê o que é que Deus, considerando que a Bíblia é a nossa regra de fé, o que é que Deus fala sobre isso. Então, a gente analisa o contexto, a cultura da época, e como a gente pode contextualizar a Bíblia, sem depreciar a verdade do princípio estabelecido nela, respeitando o nosso contexto, e qual é o objetivo que Deus realmente quer colocar. Porque é um livro que até hoje existe. E se a gente for descartá-lo como um livro de fé, alguns podem até fazê-lo; agora, como um livro de princípios, é inegável que ele respalda muitas ações da humanidade hoje.

De acordo com a professora Dilma, o estudo cultural não elimina os princípios bíblicos que são apresentados para além da história, como regras eternas e abstratas, que afirmam uma única verdade para todos os tempos. Essa forma de pensar elimina os seres humanos como construtores de cultura na história. Esta visão também nega a interferência da subjetividade e dos valores



10 O pensamento dialético na acepção moderna constitui o olhar que percebe as contradições da vida essencialmente em movimento e em permanente transformação.

de quem lê o texto na visão que se tem do texto. (SAMPAIO, 2000, p. 9) Percebe-se, desta maneira, que a posição da professora Dilma está alicerçada em valores morais, bíblicos, não confrontados com a realidade cultural da época em que foram escritos, produzindo, deste modo, uma visão e uma ética de princípios imutáveis, que atingem a sexualidade e não dialoga com o cotidiano e a vida íntima do grupo, que violenta a dignidade das vivências plurais da sexualidade.

### *Mantendo o debate em aberto*

Desenvolver um ensino religioso que promova a inclusão do humano ainda é um desafio. Para tanto, exige do professor e da professora da disciplina um maior compromisso didático para desarticular o preconceito e incluir no processo de ensino-aprendizagem conteúdos e práticas que estejam sintonizados com a vida de forma significativa, dialogando com as diversas expressões da sexualidade no cotidiano. Essa postura pode contribuir também para perceber as relações heterossexuais com suas ambiguidades e fragilidades.

Ao considerar as problemáticas que emergem das experiências dos(as) adolescentes, a teoria de gênero pode contribuir para que os(as) professores(as) avaliem as categorias essencialistas e a-históricas para percepção de como as práticas sexuais foram sendo construídas na história, produto do processo de aprendizagem, não só em termos sexuais, mas no conjunto de comportamentos, atividades e relações sociais. (STROHER, 2000, p. 22) Possibilitar esta reflexão implica na superação dos dualismos de todos os tipos presentes na vida das pessoas, de forma que os(as) adolescentes se libertem dos pré-julgamentos baseados em fundamentalismos bíblicos que estão na base da discriminação de gays e lésbicas. Com este propósito, a educação não pode estar alicerçada em uma

estrutura fechada em busca das respostas já dadas pela humanidade, mas deve ajudar o(a) adolescente a exercitar o pensamento como um instrumento do seu pensar o mundo.

Musskopf (2005, p. 92) sugere algumas possibilidades para que a prática pedagógica possa contribuir para uma valorização das experiências que as pessoas constituem em seus relacionamentos. Uma escuta sensível, exercitada através dos depoimentos de homossexuais em sala de aula, não é apenas uma oportunidade de aprendizado para os adolescentes, mas também um momento dos grupos que se encontram ainda na marginalidade nomearem suas histórias. Neste processo, os(as) estudantes aprendem que a “diferença” não significa inferioridade, mas simplesmente, diferença, e não algum defeito ou desvio. Outra possibilidade didática em sala de aula deve ser o trabalho de desconstrução de textos que condenam a homossexualidade na Bíblia, como forma de libertar o texto do fundamentalismo que determina a mensagem a partir do escrito, negando os fatores histórico-sociais. E, por fim, o desafio de escutar o texto a partir das experiências diferenciadas que os grupos de homossexuais fazem de sua realidade, por partir de outro ponto de vista, de pressupostos diferentes.

Através destas possibilidades, a disciplina Ensino Religioso contribui para que se desenvolva no processo de ensino-aprendizagem a postura de um pensar aberto que descobre a educação enquanto uma rede que tece caminhos mediante as experiências que se apresentam no cotidiano. A vivência da religiosidade e dos valores espirituais deve estar encarnada em valores corporais, e, assim, desenvolver uma educação atenta às redes de poder que tentam domesticar o corpo e normatizá-lo.

Diante do mundo, nosso papel enquanto educador(a) deve ser de refazer incessantemente as verdades construídas e constituídas como forma de não nos adaptarmos a modelos preestabelecidos que cerceiem nossa inserção no mundo. A opção é assumir os ris-



cos e a precariedade, admitir os paradoxos, as dúvidas, as contradições e sem pretender lhes dar uma solução definitiva, ensaiar, em vez disso, respostas provisórias, múltiplas, localizadas. Essa abertura não deve significar que não temos verdades para lutar por elas, mas que estas estão abertas para possíveis reestruturações. (LOURO, 2007, p. 42)

Assumir o mundo como dado é uma forma de não nos responsabilizarmos com sua construção. A provocação feita aos(as) educadores(as) está em repensar suas práticas pedagógicas, frente aos desafios apresentados no ensino religioso, através da discussão proposta pelas teóricas pós-estruturalistas e pela teologia feminista. Elas sugerem a necessidade de liberar o corpo para os sentidos, que se apresenta nas experiências que as pessoas tecem no dia a dia como lugar privilegiado de conhecimento. E, sendo assim, cria possibilidades para uma educação sensível às identidades plurais que se apresentam das mais diversas formas na vida das pessoas. Por outro lado, esta proposta levanta suspeitas em relação à neutralidade dos conteúdos e como o ensino religioso tradicional contribui para produzir um tipo de identidade e não outra. Desse modo, a relação entre pedagogia e teologia pode ser fertilizada com novas perguntas por grupos que foram marginalizados no seu direito de nomear suas experiências.

## Referências

- ALMEIDA, Jane Soares de. *Ler as letras: por que educar meninas e mulheres?* São Paulo: Autores Associados, 2007.
- ALVES, Rubem. *O poeta, o guerreiro, o profeta*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 1996.
- BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. *Cadernos Pagu*. Campinas (11), p. 11-42, 1998.

- \_\_\_\_\_. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DOLL, William E. Jr. *Currículo: uma perspectiva pós-moderna*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- FIGUEREDO, Anísia de Paulo. *O ensino religioso no Brasil: tendências, conquistas, perspectivas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- FIORINZA, Elisabeth Schüssler. *As origens cristãs a partir da mulher: uma nova hermenêutica*. Paulinas: São Paulo, 1992.
- FORUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO. *Parâmetros curriculares nacionais Ensino Religioso*. São Paulo: Ave Maria, 2004.
- HORTA, José Silvério Baía. *O hino, o sermão e a ordem do dia: a Educação no Brasil (1930 - 1945)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.
- JUNQUEIRA, Sérgio R. *O processo de escolarização do ensino religioso no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- MAZZAROLO, Isidoro. Homossexualidade e sexualidade na Bíblia: alguns tópicos para o debate. *Revista de Estudos Bíblicos*. n. 66. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MUSSKOPF, André Sidnei. Além do arco-íris: corpo e corporeidade a partir de I Coríntios 12, 12-27 com acercamentos do ponto de vista da Teologia Gay. In: STRÖHER, Marga J; DEIFELT, Wanda; MUSSKOPF, André S. (Org.). *À flor da pele: ensaio sobre gênero e corporeidade*. São Leopoldo: Sinodal, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Uma brecha no armário: propostas para uma teologia gay*. São Leopoldo: CEBI, 2005.
- NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 18. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.
- ROESE, Anete. Sexualidade e homossexualidade na Bíblia. *Revista de Estudos Bíblicos*, Petrópolis, n. 66, 2000.

SAMPAIO, Tânia Maria. Considerações para uma hermenêutica de gênero do texto bíblico. In: \_\_\_\_\_. O gênero no cotidiano. *Revista Ribla*, n. 37, Petrópolis/São Leopoldo: Vozes/ Sinodal, p. 7-14, 2000/3.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Recife: SOS-Corpo, 1991.

SAVIANI, Dermeval. Educação e colonização: as ideias pedagógicas no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*, vol.1: séculos XVI - XVIII. Petrópolis:Vozes, 2004

STROHER, Marga J. Corpos educados, sexualidades construídas. *Revista de Estudos Bíblicos*. Petrópolis, n. 66, 2000.

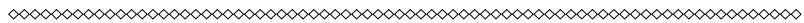
\_\_\_\_\_. Gênero entre diversidade e identidade: alguns desdobramentos possíveis. In: KLEIN, Remi; BRANDENBURG, Laude Erandi; WACHS, M. C. (Org.). *Ensino religioso: diversidade e identidade: V Simpósio de Ensino Religioso*. São Leopoldo: Sinodal, 2008.

STRECK, Danilo R. *Correntes pedagógicas: uma abordagem interdisciplinar*. 2ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

SEXISMO COMO SEGREGAÇÃO  
DE SENTIDO  
*as representações sociais de gênero  
encontradas entre os instrutores da escola  
pública de trânsito*<sup>1</sup>

Tatiane de Jesus Chates  
Ângela Maria Freire de Lima e Souza

As formas através das quais a reprodução dos estereótipos de gênero, percebidos no cotidiano do trânsito urbano, se processa no ambiente educacional, devem merecer particular atenção dos(as) curricularistas, sejam eles(as) tradicionais, críticos(as) ou pós-críticos(as). Neste artigo, são analisadas as representações sociais de gênero dos instrutores, que atuam na Escola Pública de



1 Este artigo tem por base a dissertação *Relações de Gênero na Escola Pública de Trânsito: currículo e representações sociais*, apresentada por Tatiane de Jesus Chates para obtenção do título de Mestre em fevereiro de 2010, sob a orientação da Profa. Dra. Ângela Maria Freire de Lima e Souza, no Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (PPGNEIM/UFBA).

Trânsito de Salvador, Bahia. Após a apresentação de breves considerações epistemológicas, relacionadas à teoria feminista, o campo empírico e as estratégias metodológicas são explicitados, a fim de melhor entender o caminho percorrido. Como referencial analítico e instrumental, utilizou-se a Teoria das Representações Sociais. Alguns estereótipos de gênero são listados e, ao ressaltarem as diferenças existentes entre homens e mulheres que dirigem, reforçam a fixidez das identidades de gênero, cuja segregação de sentido identifica e consolida o sexismo institucional.

Com o propósito de desenvolver uma “condução perfeita” ao estudo, cujo relato ora se inicia, perfeita no sentido de feita até o fim, contextualizamos a obra a partir da história de sua escrita, por acreditarmos que as ideias possuem historicidade. Uma das autoras, envolvida no processo de escolha de um tema para que pudesse escrever a monografia, do curso de Especialização em Gênero e Desenvolvimento Regional, com ênfase em Políticas Públicas, do Programa de Pós-Graduação do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, e após passar pelas emoções inerentes ao processo de aquisição da carteira de habilitação para dirigir veículos automotores, realizou um histórico da Escola Pública de Trânsito, recém-inaugurada, e uma análise do seu livro didático, no caso, o módulo de estudo de primeira habilitação, no que se relacionava com as imagens socializadas. Para dar continuidade a tais inquietações, a dissertação que originou este artigo faz uma análise do currículo da referida escola, assim como das representações sociais de gênero que são comuns aos instrutores.

O estudo teve como objetivo central a análise da Escola Pública de Trânsito (EPT/BA), a partir da perspectiva dos Estudos de Gênero, destacando o conjunto de suas práticas educativas e suas implicações e desdobramentos na manutenção/revisão de estereótipos sobre as mulheres no trânsito. Foram três os objetivos específicos, que seguem: 1. Reconhecer a Educação para o Trânsito

como um caminho para a superação das desigualdades de gênero, neste setor específico da atividade social; 2. Analisar o currículo da Escola Pública de Trânsito numa perspectiva de gênero; 3. Analisar as práticas pedagógicas de professores(as) da Escola Pública de Trânsito e o currículo adotado, na perspectiva das representações de gênero construídas historicamente e reproduzidas no cotidiano.

### *Breves considerações epistemológicas*

Compreende-se a necessidade de se construir uma epistemologia feminista (SARDENBERG, 2002), alicerçada nos conceitos de “conhecimento situado” e de “posicionalidade” dos sujeitos cognoscentes. O feminismo perspectivista, inspirado na epistemologia marxista, centra suas preocupações na produção diferenciada de experiências, para homens e para mulheres. Dar importância às experiências das mulheres não significa, simplesmente, invalidar as experiências masculinas, invertendo os pólos da dominação/opressão; para além disso, o que as abordagens epistemológicas/teóricas feministas permitem é a visibilidade das práticas sociais femininas, na maioria das vezes, objeto das representações masculinas. Como pontua Harding (1998, p. 21), a perspectiva das mulheres nas ciências é um fator imprescindível para a modificação dos paradigmas científicos.

Um traço distintivo da investigação feminista é que define sua problemática desde a perspectiva das experiências femininas e que, também, emprega estas experiências como um indicador significativo da “realidade” contra a qual se devem contrastar as hipóteses.

A aplicação da teoria feminista busca a transformação das relações sociais de gênero, no caso específico deste estudo, aquelas encontradas na Escola Pública de Trânsito. Coletar, analisar e

divulgar, para posterior intervenção, os estereótipos de gênero mais, frequentes na supracitada escola, são as etapas necessárias para um estudo explicativo da realidade circundante quanto à ideologia hegemônica patriarcal, visualizada no trânsito urbano. As ações da pesquisa pressupõem o empoderamento das mulheres em espaços públicos, para a livre tomada de decisões, como desenvolve Harding (1993, p. 9):

Cada desafio relaciona-se com o uso ativo da teoria para nossa própria transformação e a das relações sociais, na medida em que nós, como agentes, e nossas teorias, como concepções de reconstrução social, estamos em transformação.

A teorização, considerada patriarcal, reflete a utilização de categorias também patriarcais. Na medida em que propõe a separação entre sujeito e objeto epistêmicos, admite a superioridade do primeiro sobre o segundo, com pouca atenção para a origem dos problemas levantados e pesquisados. Uma teoria feminista deve proporcionar a adoção de categorias instáveis, porque modificáveis. Estabelece relações mais horizontais entre o sujeito e o objeto epistêmicos, pois pretende transformar a autoridade epistêmica, tradicionalmente patriarcal, como continua explicitando Harding (1993, p. 10):

Contudo, também dizemos, às vezes, que a própria teorização é, em si mesma, perigosamente patriarcal, porque presume a separação entre aquele que conhece e aquilo que é conhecido, entre sujeito e objeto, e supõe a possibilidade de uma visão eficaz, exata e transcendente, pela qual a natureza e a vida social tomam a perspectiva que nos parece correta.

Uma teorização eminentemente patriarcal é também questionada, embora em outros termos, por Thompson (1981), ao denunciar uma divisão elitista entre teoria e prática, conforme uma ruptura de circuitos entre a intelectualidade e a experiência

prática e, como cenário para o desenvolvimento de “psicodramas revolucionários imaginários”, o autor rechaça a concepção materialista da História, defendida pela ortodoxia marxista. Para transpor a mistificação da aparência e o auto-aprisionamento em categorias não examinadas, o autor sugere o diálogo entre o ser social e a consciência social, que dá origem à experiência, um diálogo constante entre a organização teórica da evidência e o caráter determinado de seu objeto. O paradigma da produção do conhecimento serve como base das correções epistemológicas a Louis Althusser, segundo Thompson (1981, p. 27, grifos do autor) um “rigoroso filósofo parisiense”, algumas das quais seguem:

O objeto real (eu disse) é epistemologicamente inerte: isto é, não se pode impor ou revelar ao conhecimento: tudo isso se processa no pensamento e seus procedimentos. Mas isto não significa que seja inerte de outras maneiras: não precisa, de modo algum, ser sociológica ou ideologicamente inerte. E, coroando tudo, o real não está “lá fora” e o pensamento dentro do silencioso auditório de conferências de nossas cabeças, “aqui dentro”. Pensamento e ser habitam um único espaço, que somos nós mesmos. Mesmo quando pensamos, também temos fome e ódio, adoecemos ou amamos, e a consciência está misturada ao ser; mesmo ao contemplarmos o “real”, sentimos a nossa própria realidade palpável. De tal modo que os problemas que as “matérias-primas” apresentam ao pensamento consistem, com frequência, exatamente em suas qualidades muito ativas, indicativas e invasoras. Porque o diálogo entre a consciência e o ser torna-se cada vez mais complexo – inclusive atinge imediatamente uma *ordem* diferente de complexidade, que apresenta uma *ordem* diferente de problemas epistemológicos – quando a consciência crítica está atuando sobre uma matéria-prima feita de seu próprio material: artefatos intelectuais, relações sociais, o fato histórico.

O questionamento feito por Harding (1998), à possibilidade de existir um método feminista específico, leva em consideração a singularidade do sujeito epistêmico feminista. Um olhar amplamente diferenciado de uma pessoa real e histórica, com desejos e



interesses particulares e específicos, e cujos propósitos da investigação e da análise são inseparáveis das origens dos problemas de investigação, contrasta com a tradicional voz invisível e pretensamente anônima da autoridade científica. A reflexividade da ciência social se baseia no fato de que as crenças e comportamentos do(a) investigador(a) fazem parte da evidência empírica e o fazem tomar partido a favor ou contra os argumentos que sustentam as conclusões da pesquisa. É defendida uma epistemologia feminista, em detrimento de uma metodologia feminista.

### *O campo empírico e as estratégias metodológicas*

Esta pesquisa teórico-empírica foi realizada junto à Escola Pública de Trânsito (EPT/BA), criada através de portaria nº. 1590 de 19 de setembro de 2005, assinada pelo Dr. Jalon Oliveira, Diretor Geral do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN/BA), é constituída de acordo com que estabelece o Código de Trânsito Brasileiro, em seu art. 74, parágrafo 2º, que trata dessa responsabilidade pelos órgãos executivos de trânsito. O conteúdo programático do Curso Teórico para obtenção da Primeira Habilitação, com carga horária de 45h/a, consta de: Legislação de Trânsito (18h/a), Direção Defensiva (16h/a), Primeiros Socorros (4h/a), Mecânica Básica (3h/a), Cidadania e Meio Ambiente (4h/a). As turmas deste curso funcionam nos três turnos, matutino, vespertino e noturno, no endereço: Av. Antônio Carlos Magalhães, 7744, Iguatemi. Os docentes são recrutados, preferencialmente, nos quadros da Polícia Militar da Bahia, enquanto os discentes são escolhidos, preferencialmente, entre aqueles que cursaram escolas públicas.

O currículo constitui importante fonte de dados, também presente nas relações pedagógicas de gênero, vivenciadas cotidianamente entre professores(as) e alunos(as). Tais relações pe-

dagógicas de gênero podem ser encontradas nas considerações acerca do tempo e do espaço escolares, das metáforas ilustrativas usadas em sala de aula e da interação entre a turma formada e os(as) professores(as). As relações sociais de gênero que são visualizadas no ambiente escolar possibilitam o desvelamento do currículo oculto, assim como o questionamento à autoridade do sujeito epistêmico patriarcal, inserido que está na preservação de detalhes, entre eles a disposição das carteiras, a localização e posição do(a) professor(a), a condição das paredes, o tipo de cartazes expostos e a distribuição das salas quanto à hierarquização dos ambientes. Como tal, o currículo reflete as modificações paradigmáticas produzidas pela sociedade. Sua execução requer a aceitação e o desejo de reprodução social, necessários à manutenção da ideologia dominante. Ao entender a lógica estrutural que compõe o currículo, os valores dominantes são explicitados, responsáveis pela perpetuação das desigualdades sociais de gênero. O currículo, entendido como espaço de conflito e de luta cultural, auxilia na tarefa de manutenção da ordem patriarcal e na construção de ideologias. Nele estão contidas relações de poder, pouco visíveis cotidianamente. Os(as) professores(as), ao dele fazerem uso, estão interpondo entre si mesmos(as) e a realidade circundante valores construídos socialmente, acerca do lugar ou do não-lugar ocupado pelas mulheres, seja na realização de atividades técnicas seja na elaboração do conhecimento, como se pode observar em Silva (2001, p. 65):

Estaremos nos aproximando de uma concepção do currículo como representação, como local – disputado – de construção de objetos de conhecimento, se começarmos a vê-lo, primeiramente, como texto, como discurso, como signo, como prática de significação. Nessa concepção alternativa, o conhecimento, tal como o significado, não pode ser separado de sua existência como signo, de sua existência material como objeto linguístico. O signo não reflete, aqui, simplesmente, transparentemente,

univocamente, de forma não-problemática, significados cuja existência pode ser traçada a um mundo extralinguístico. Na perspectiva que vê o conhecimento e o currículo como representação, o signo está envolvido de forma ativa, cúmplice, na produção daquilo que conta como conhecimento e como currículo. Nesse processo de produção, o signo é não apenas objeto de disputa: ele é, mais do que isso, local de luta e de conflito. O signo é, aqui, um campo de forças cujos vetores são relações de poder. O currículo seria, assim, uma luta em torno do signo, da representação.

Ao manejar tal artefato cultural, os(as) professores(as) têm consciência de sua ação na promoção ou rejeição do poder representacional do currículo? Eles(as) atuam diretamente na política de identidades, ainda que consideradas fragmentadas, descontínuas e parciais. Como os(as) professores(as) fazem uso do currículo na Escola Pública de Trânsito? Questionam os seus pressupostos ou os mantêm como peças fundamentais da engrenagem dominante?

Para analisar o currículo adotado pela Escola Pública de Trânsito, foram utilizados três procedimentos: 1. Observação das aulas do curso teórico, relativo à aquisição da primeira habilitação; 2. Análise da Proposta Pedagógica; 3. Entrevistas com os instrutores, com base na técnica da entrevista semiestruturada. As observações das aulas foram realizadas no período compreendido entre 18 e 28 de maio de 2009, perfazendo uma carga-horária de 45 horas, conforme a resolução 285/08 do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN). As entrevistas foram feitas no período compreendido entre 17 de junho de 2009 e 06 de agosto de 2009. Para tais observações e entrevistas, foi usada, como referencial analítico e instrumental, a etnopesquisa.

Macedo (2000) define a etnopesquisa como aquela pesquisa enraizada no sujeito observador e no sujeito observado, mediante a expectativa de formação do(a) professor(a)-pesquisador(a) de uma perspectiva ampliada, conectada e criticamente fecunda. Os(as)

etnopesquisadores(as) vêm para compreender de forma situada, de acordo com as experiências prévias do(a) pesquisador(a), ou o pré-reflexivo. Configura-se o mundo vivenciado dos sujeitos como região de inquérito e tendo como pressupostos a relatividade da verdade e a realidade perspectival. Não se pode esquecer o ponto de vista do sujeito pesquisado, em sua variação imaginativa. A facticidade do ser forma o mundo das vivências totais, em contraste com a dicotomia cartesiana estabelecida entre o sujeito e o objeto. Prevalece uma subjetividade socializada do Ser. Frente ao fundamentalismo do novo e à angústia do método, sobressai uma unidade metodológica entre as ciências antropológicas e as ciências naturais e um questionamento à argumentação positiva da cientificidade em seus argumentos objetivistas, alicerçada na racionalidade descontextualizada, no império dos fatos, no culto ao neutralismo e na intolerância face à contradição e às insuficiências.

Para melhor acompanhar o processo do conhecimento de uma turma específica, observações de suas aulas foram feitas assim como se optou pela realização de quatro entrevistas, com os quatro instrutores que deram aula na turma observada. Comparar teoria e prática se fazia mais evidente, ao desvelar a práxis pedagógica de alguns de seus instrutores. Vivenciar profundamente, ontologicamente e fenomenologicamente, o cotidiano de uma turma do curso teórico, para aquisição da carteira de habilitação, configurava-se como um procedimento de pesquisa necessário ao enraizamento do sujeito observado e do sujeito observador, em suas identidades culturais de gênero.

Foi utilizada uma abordagem qualitativa interdisciplinar. Por abordagem qualitativa entende-se aquela “que faz referência mais a seus fundamentos epistemológicos do que propriamente a especificidades metodológicas”. (SEVERINO, 2007, p. 119) Diferentemente da abordagem quantitativa de pesquisa, em sua configuração experimental-matemática, cuja relação funcional

exprime um elo inextrincável entre causa e efeito, a abordagem qualitativa problematiza as relações estabelecidas entre o sujeito epistêmico e o objeto de conhecimento, situados horizontalmente para o campo epistemológico feminista. Tal campo busca romper com a autoridade epistêmica tradicional, legitimada em sua perspectiva patriarcal e conforme uma ideologia instrumental, assim posta por Giroux (1983, p. 62-63):

As principais bases da ideologia instrumental são deduzidas da lógica e do método de investigação associadas às ciências naturais, especialmente dos princípios de predição, eficiência e controle técnico, derivados das ciências naturais do século XVIII. Sustentando esses interesses, está a noção de que há um método científico unitário que não reconhece distinção entre o mundo físico e o mundo humano. No centro dessa ideologia acomoda-se uma visão operacional da teoria do conhecimento. Isto é, nessa perspectiva, a teoria é reduzida a uma concepção linear de causalidade, cujo poder explanatório reside no uso de técnicas empíricas rigorosas para descobrir a lógica e a generalidade das assim chamadas leis naturais. Como ponto central na lógica da ideologia instrumental e em sua visão de teoria, há a ideia de que todas as relações sociais devem estar sujeitas à quantificação, uma vez que o conhecimento da natureza, inclusive da natureza humana, deve ser expresso em linguagem matemática. O conhecimento, nessa visão, é considerado objetivo, afastado da existência do pesquisador, e sujeito às exigências de uma formulação precisa e exata. Claramente separado do mundo de valores, o conhecimento aqui encontra sua mais importante realização dentro da categoria do 'fato'. É na coleção, quantificação e celebração do fato, no discurso da observação neutra da ideologia instrumental, que o conhecimento alcança sua mais alta expressão. Em outras palavras, o conhecimento refere-se a uma área de "fatos objetivos" a serem coletados e dispostos de tal maneira que possam ser manipulados no interesse da verificação empírica.

Quanto à Proposta Pedagógica da Escola Pública de Trânsito, as análises centraram-se no campo epistemológico e no modelo curricular adotados. A etnopesquisa, como referencial analítico

e instrumental, e a Teoria das Representações Sociais apresentaram subsídios para as análises, tanto das aulas ministradas pelos instrutores quanto dos depoimentos prestados. A Teoria das Representações Sociais tem em Moscovici (2007) e Chartier (1990) nomes de grande representatividade. Roger Chartier (1990), ao problematizar a história da leitura entre os(as) camponeses(as) franceses(as), em meio às lutas políticas ligadas ao declínio do Antigo Regime, contextualizou as representações sociais de uma determinada sociedade, em um período histórico específico e em um espaço determinado. Moscovici (2007) apenas sinaliza para a convergência necessária entre representação social e contexto sócio-político. As contribuições de Moscovici (2007), neste estudo, ressaltam a importância interpretativa das representações sociais como linguagem e imagem específicas, carregadas de motivações sociais e isentas de neutralismos racionalistas.

Como categoria empírica, as representações sociais situam tanto o conhecimento quanto os agentes do conhecimento no espaço determinado pela sociedade. “As representações são, sob certos aspectos, específicos de nossa sociedade”. (MOSCOVICI, 2007, p. 53) As pessoas, e seus valores, suas crenças, suas concepções de mundo e seus hábitos, tendem, no cotidiano vivido, a transformar o não-familiar em familiar, conforme um processo exaustivo de objetivação. Tal é o mecanismo pelo qual atuam as representações sociais, percebidas em suas estruturas de conhecimento. As categorias consensuais são associadas às representações sociais, ao passo que as categorias reificadas constituem o instrumental analítico das ciências. Estas últimas sustentam uma concepção tradicional de ciência, em que o sujeito epistêmico está, radicalmente, separado de seu objeto de conhecimento, e passam a se configurar de modos marcadamente distintos. Com o uso das categorias consensuais, e a sua problematização, outra

vertente é aberta para o entendimento da ciência, e a sua modificação decorrente. Conforme Moscovici (2007, p. 53):

Do mesmo tempo, nós vemos com mais clareza a natureza verdadeira das ideologias, que é de facilitar a transição de um mundo a outro, isto é, de transformar categorias consensuais em categorias reificadas e de subordinar as primeiras às segundas.

O uso das representações sociais reforça o caráter político da pesquisa pretendida. Ao problematizar a produção de conhecimento, assim como seu compartilhamento social, situa nas pessoas “reais” a possibilidade de intervenção na sociedade. Mudanças nas práticas sociais de gênero, encontradas no trânsito urbano, se tornam possíveis na medida em que outra educação para o trânsito é sugerida e posta em prática. As representações sociais também permitem a visualização do imaginário coletivo, que as origina. À proporção em que possuem duas faces, uma icônica e outra simbólica, traz a necessidade de inter-relação entre elas. As imagens e as linguagens têm, por finalidade primeira, a expressão de ideias, concebidas coletivamente, bem como o imaginário coletivo transposto em linguagens ideologicamente conflitantes. Para Foucault (2002), as Ideologias são preservadas como a última das narrativas clássicas. A elas cabem as persistentes preocupações com as representações das coisas e as relações destas com a realidade dos fatos, em sua empiricidade histórica. As mudanças verificadas nas ciências devem sua ênfase interpretativa à descoberta marcante da necessidade cotidiana, *locus* privilegiado das mulheres, constituídas historicamente. Falta, portanto, o recorte de gênero nos escritos dos(as) pesquisadores(as), em uma linguagem que possibilite novos paradigmas, como bem ilustrou Foucault (2002, p. 53) ao comparar o potencial político da fala, em relação à escrita:

Esta, em todo o caso, é despojada de seus poderes; ela só é, dizem Vigenère e Duret, a parte fêmea da linguagem, como seu intelecto passivo; já a Escrita é o intelecto agente, o “princípio macho” da linguagem. Somente ela detém a verdade.

As representações sociais de gênero são, desta forma, os códigos culturais socializados constantemente e atualizados conforme as diferenças percebidas entre os sexos. Compreende processos de significação complexos e se impregnam em todas as camadas sociais. Assim, Scott (1995, p. 9) situou as representações de gênero: “para os pós-estruturalistas [...] linguagem não designa unicamente as palavras, mas os sistemas de significação, as ordens simbólicas que antecedem o domínio da palavra propriamente dita, da leitura e da escrita”. As relações sociais de gênero precisam ser historicizadas, a fim de acentuar a diversidade do sujeito histórico que participa da dinâmica da Escola Pública de Trânsito em Salvador, bem como situar as identidades sociais de gênero em sua multiplicidade sexual. Assim como existem homens e mulheres que dirigem, as mulheres também não são iguais. Possuem idades diferentes, orientações sexuais díspares, raças e classes sociais distintas, além de terem experiências particulares, que as redefinem socialmente. Pretende-se, desta forma, evitar os essencialismos que modelam as categorias homem e mulher, trazendo à superfície as suas visões de mundo, conforme as representações sociais de gênero construídas historicamente.

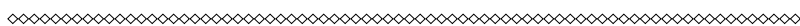
### *As representações sociais de gênero dos instrutores da escola pública de trânsito*

As pedagogias feministas, consideradas como pedagogias emancipatórias por Louro (1997), baseiam-se na cooperação, subjetividade, aprendizagem e igualdade. Todos são igualmente falantes e ouvintes. O saber pessoal é colocado no mesmo nível



do saber acadêmico. Há uma rejeição explícita da autoridade. Na perspectiva feminista crítica contemporânea, ou na perspectiva feminista pós-estruturalista, os processos escolares são entendidos como formadores e reprodutores das desigualdades sociais, a fim de não incorrer no risco de despolitização da sala de aula e da atuação docente, na medida em que as pedagogias também são institucionalizadas. A escola produz as diferenças, na medida em que os marcadores existentes na configuração do tempo do trabalho e do tempo do ócio, do espaço da casa e do espaço da rua são entendidos como fatos culturais, que auxiliam na fabricação das identidades “escolarizadas” e dos corpos “escolarizados”. Como exemplo, a constituição das identidades de gênero nas aulas de Educação Física, em que há um processo contínuo de individualização e de valorização dos símbolos da masculinidade. O capital sexual da pessoa, aí vivenciado, é silenciado ou dissimulado a partir de um ponto de vista restritamente heterossexual. A instituição das diferenças é um campo, eminentemente, político. Quando perguntado sobre as diferenças de aprendizagem entre mulheres e homens, o instrutor A<sup>2</sup> assim se expressou:

- A minha sensação é de que, realmente, o processo de aprendizagem seja diferenciado em função de todo um histórico social feminino e masculino. Eventualmente, eu percebo maior sensibilidade na aprendizagem feminina, mais atenta pra pequenos detalhes, sobretudo aquelas questões de beber e dirigir. Então, o público feminino assimila melhor essa questão de que a gente não deve beber e dirigir, associar essas duas coisas. Então, no que se refere à segurança para o trânsito, eu tenho a sensação de que a mulher assimila de forma melhor essa questão. As estatísticas também mostram que os índices de acidentes com a



2 Os entrevistados serão indicados pelas primeiras letras do alfabeto, na sequência em que aconteceram as entrevistas.

mulher é menor, bem menor, do que com os homens. Agora, no que se refere ao questionamento em sala de aula, na minha percepção é que os homens questionam mais, são mais curiosos no que se refere aos porquês daquelas questões correlacionadas com o trânsito. Na minha sensação, eles interagem muito mais na sala de aula do que o público feminino.

O processo de aprendizagem das mulheres é considerado diferenciado em relação aos homens. A atenção a pequenos detalhes, à segurança para o trânsito, no exemplo prático da proibição de dirigir sob o efeito de bebidas alcoólicas, o envolvimento numericamente reduzido em acidentes remontam à personalidade feminina. Aos homens estaria associada uma maior curiosidade em relação aos porquês das situações e, podemos dizer, das infrações sugeridas pela legislação de trânsito. O papel ativo e crítico dos alunos de sexo masculino são salientados em detrimento de uma maior conformidade das mulheres, no que tange à aplicação das leis e, por consequência, ao aprendizado das questões necessárias para a atuação no trânsito urbano. Outra interpretação é dada pelo instrutor B para a mesma questão levantada:

- Sim, existem né. Nós percebemos, até porque a experiência prática já nos conduz a essa percepção. Nós percebemos que a mulher e o homem têm características completamente diferentes, voltadas para a questão trânsito. São características completamente distintas. A gente pode atribuir algumas boas e algumas que não são muito benéficas dessas características, mas na questão específica da aprendizagem, a gente observa que a figura feminina ela tem assim um interesse mais voltado para a parte prática de direção. Ela se preocupa tão somente com essa parte prática, e deixa de lado alguns aspectos técnicos que também seriam necessários a essa aprendizagem, pra que ela pudesse não só ter

o aproveitamento na parte prática como também na parte técnica no sentido de melhor, de ter um melhor aproveitamento do veículo. Por exemplo, a parte de mecânica, a parte de direção econômica, quais são os procedimentos a serem adotados. Já na figura masculina, os alunos do sexo masculino, eles já têm essa preocupação, já têm essa característica de atentar também para esse detalhe. Então, há essa percepção sim, essa diferenciação sim.

A preocupação restrita das mulheres aos aspectos práticos da direção de veículos automotores é evidenciada pelo instrutor B, em detrimento dos aspectos técnicos ligados ao conhecimento e a um melhor aproveitamento do veículo, preocupação mais encontrada entre os homens. A atribuição destas diferenças foi assim explicada:

- Eu creio que, assim, até porque a minha esposa ela dirige né, eu posso até dizer, falar por ela e pelo que eu observo nela. Eu creio que, assim, a mulher está mais voltada, assim, a dirigir mesmo, a colocar o veículo pra andar. Não é 100%, mas eu diria assim a grande maioria, até pelo nível de perguntas, pelo nível de interesse, até pelas aquelas perguntas até individuais que não são feitas em grupo, procuram o instrutor individualmente pra fazer. Então, o interesse delas é mais assim: em aprender a colocar o carro pra se movimentar. Não têm assim uma preocupação em verificar o funcionamento desse veículo, o que que esse veículo precisa de manutenção para poder funcionar bem, me trazer até um tempo de utilização maior de determinados equipamentos. Pneu, por exemplo. Os pneus do veículo eles precisam ser calibrados quinzenalmente. Mas, assim, não há essa preocupação por parte da figura feminina, em calibrar esses pneus, para que possa ter uma utilização melhor desse equipamento. Então, essa diferença, já em relação aos

homens já tem mais essa preocupação, eles já tem mais esse cuidado, essa cautela, em relação a esse aproveitamento.

E, pelo instrutor A, foi assim explicada:

- A minha sensação é de que um dos fatores seria a questão cultural, de que já existe um preconceito de que a mulher no trânsito é sinônimo de perigo. Já existe um preconceito, essa cultura arraigada. E também pela questão, do homem, eu fico com a sensação de que eles gostam mais dessa atividade do que o público feminino. A minha sensação é de que o percentual de homens que gostam de lidar com o trânsito, desse sistema como um todo, é predominantemente masculino. É a minha sensação.

Quando perguntado sobre as diferenças de aprendizagem entre mulheres e homens, o instrutor C assim se colocou:

- Concordo que há uma diferença cultural. Para as mulheres, de maneira geral, claro que há as suas exceções, a condução de veículo não tem a mesma importância para o homem. O homem, por questões culturais, até da infância, de brincar de carrinho, e as meninas de brincarem de boneca. Os homens encaram a condução como algo sério, como algo que faz mais parte da vida. Então, carro, pra homem, é muito mais importante do que pra mulher. Pra mulher é apenas um meio de condução, como outro qualquer. Mas pra o homem significa muito mais do que isso.

A diferença cultural, apontada pelo instrutor C, como determinante para compreender as diferenças de aprendizagem entre homens e mulheres, remonta aos tempos da infância, tornando o processo sugerido como resultado de uma construção social. Por outro lado, quando situada no espaço físico da sala de aula, no que

se refere às perguntas e às motivações, a diferença cultural foi expressa em outros termos, a saber:

- Interfere que a mulher, geralmente, quando chega para a primeira habilitação, ela realmente chega como uma página em branco. Ela não sabe nada realmente sobre veículo. Ela não tem experiências anteriores. Enquanto o homem, não. O homem já se interessa pelo assunto desde cedo e, com isso, as perguntas são mais aprofundadas.

A mulher, nesta afirmação, assume o papel, reservado ao(a) aluno(a) nas teorias educacionais tradicionais, metaforicamente exemplificadas por uma página em branco ou por uma tabula rasa, de depositário(a) do saber, cujo detentor(a) exclusivo(a) seria o(a) professor(a), no caso os homens que se interessariam desde cedo pela condução de veículos automotores. Caberia, nesta perspectiva, perguntar como esta motivação dos homens surgiu e em que momento de suas vidas. Prevalece, desta forma, uma concepção bancária de educação, em que o(a) professor(a) deposita e o(a) aluno(a) é o recipiente no qual serão depositados os saberes necessários à sua prática cidadã. Quando perguntado sobre as diferenças de aprendizagem entre mulheres e homens, o instrutor D assim se colocou:

- O Código de Trânsito Brasileiro ele deixa bem claro, que o curso teórico ele é abrangente, pra o masculino e para o feminino. Não existe uma diferenciação. Agora, o que há é na parte técnica, onde a mulher, por ela ser mais zelosa, mais cuidadosa, mais cautelosa, ela às vezes se trai no seu domínio com relação a uma dirigibilidade, porém a Psicologia hoje explica que a mulher tem mais percepção visual do que o homem. Ou seja, a mulher tem mais capacidade de percepção do que o homem. O homem tem mais capaci-

dade espacial, e a mulher tem capacidade periférica, visão periférica.

Para o instrutor D, o zelo, a cautela e o cuidado, ligados à figura feminina, seriam prejudiciais para as aplicações técnicas da dirigibilidade. A capacidade de percepção, global ou periférica, seria, também, diferente entre os dois públicos, entre os homens e entre as mulheres. A atribuição destas diferenças se dá pelo dom da maternidade, vivenciada entre as mulheres, como se pode observar no depoimento que segue:

- Dizem que o ser humano ele tem o DNA, onde começa pela formação, pela vivência, pela cultura, e pelo fato da sua personalidade. Eu penso que, pelo fato da mulher ter o dom da maternidade, ela tem mais (o que poderia dizer?), ela é mais sensível ao aprendizado.

Um fato biológico é utilizado para explicar um fato social, tornando o desenvolvimento sócio-histórico das mulheres dependente dos ciclos físicos ligados à gravidez, à menstruação e à velhice. A naturalização dos processos sócio-históricos torna-se consequência de tais explicações essencialistas, em que a maternidade parece obliterar a paternidade em importância. A preocupação, ora com a parte técnica e com a condução veicular, ora com a parte teórica e com a sua aplicabilidade prática, seria privilégio de cada um dos dois públicos, homens e mulheres, entendidos diferenciadamente no que sugere as perguntas e as motivações, observadas em sala de aula, pelo instrutor D:

- Eu vejo a mulher mais imbuída com propósito de aprender teoria para aplicar na prática. Eu vejo os homens mais preocupados com a parte técnica, ou seja, com a condução veicular. A mulher é mais concentrada, a mulher é

mais preocupada em aprender. Ela é mais disciplinada em aprender.

Louro (1997) ressalta a invisibilidade da mulher como sujeito, sujeito da ciência, o caráter político dos Estudos Feministas e a construção social das identidades, sexuais e de gênero, por meio das práticas e das instituições sociais. Há, também, a percepção das relações/aproximações entre feminismo e pós-estruturalismo e entre Estudos Feministas e Estudos Culturais. A identificação da oposição binária entre masculino e feminino é associada à homofobia, vinculada ao terror em relação à perda de gênero, binariamente constituída. A autora aposta numa transformação epistemológica, que seja capaz de tornar a mulher sujeito/objeto de estudos e desfaça o binarismo existente entre ciência feminista e ciência “normal”. Retomando os escritos de Sandra Harding (1998), a autora afirma serem inseparáveis o propósito e a análise da pesquisa da origem dos problemas investigados. O(a) pesquisador(a) precisa ser posto no mesmo plano do tema pesquisado e as características do(a) investigador(a) devem ser tomadas como “parte da evidência empírica”. Há que se considerar os campos científicos “abertos” e evitar a formulação teórico-empírica da mulher universal, como agente ou como matéria de pensamento. A fim de ilustrar com exemplos práticos as questões de gênero tratadas, foi perguntado aos instrutores quem teria mais dificuldades para estacionar, homens ou mulheres, e quais as razões preponderantes para as dificuldades apontadas. Uma melhor visão periférica feminina, para o instrutor A, não é o suficiente para que as mulheres tenham mais facilidades na hora de estacionar, aliada também a uma repetição maior do público masculino. Para ele, a repetição, o exercício constante e a prática cotidiana, poderiam fazer das pessoas condutores(as) com maior habilidade para estacionar veículos automotores, como se pode observar no depoimento que segue:

- Da minha percepção, os homens têm um pouco mais de facilidade de estacionar o veículo, entretanto eu não tenho dúvidas que a visão periférica feminina é muito melhor do que a visão periférica masculina. Agora na prática eu observo que o homem tem mais facilidade de estacionar e eu acredito que isso seja em função de uma prática. A quantidade de vezes que o homem repete aquela ação é muito maior do que aquela mulher. Naquele mesmo estacionamento, ela repete muito menos do que aquele homem. Então, eu tenho essa impressão de que é por causa disso: repetição.

O cuidado extremado foi citado pelo instrutor D, como a razão das mulheres terem mais dificuldades para estacionar:

- Toda pessoa, candidata a uma primeira habilitação, ela precisa se esforçar em aprender a parte técnica. Nesse ponto, não existe uma estatística que prove ou que comprove que homem estaciona melhor, que mulher estaciona melhor. Agora, o que eu observo no dia-a-dia, ou seja, no mundo empírico, no mundo real, que os homens estacionam melhores do que as mulheres. Talvez, pelo fato da mulher ser mais cuidadosa, ela não se preocupa muito em estacionar dentro do que a técnica determina, mas não existe... Reforço: não existe uma estatística que comprove que mulher não gosta ou não tem competência em estacionar, como determina as normas e as regras de trânsito.

O instrutor B reforçou a sua falta de discriminação neste aspecto, pois, para ele, o ato de estacionar não traz, por si mesmo, maiores consequências ou influências:

- Eu geralmente não faço assim nenhum tipo de discriminação em relação a esse aspecto, até do ponto de vista geral não especificamente do estacionamento. O homem e a



mulher eles assim serão bons condutores, bons motoristas, na medida em que se dedicarem a aprender as regras do trânsito e se disponibilizarem a colocar em prática aquilo que aprendeu. Então, se nós fizermos uma comparação em relação ao número, estatisticamente falando, em relação ao número de homens que dirigem e o número de mulheres, a gente vai perceber que o número de homens ainda continua sendo maior, e por conta disso os erros, a tendência é que o número de erros também seja atribuído à figura masculina de uma forma maior. Mas, assim, o fato de estacionar de uma forma correta ou adequada, isso não vai trazer consequências ou influências, isso não vai ser influenciado pelo sexo porque tem muitos homens que realmente dirigem bem, como também tem muitas mulheres que dirigem bem, muito bem, e até melhores do que certos homens. Eu diria que isso é uma característica mais pessoal, ela é muito particularizada. Eu conheço realmente mulheres que dirigem melhor do que homens e estacionam um carro bem melhor do que certos homens. Então, é algo realmente muito pessoalizado.

O instrutor C afirma que as mulheres possuem maior dificuldade para estacionar. Para ele, as mulheres não desenvolveram, historicamente, a visão em foco, mas sim a visão espacial. Os homens teriam desenvolvido a visão em foco, imprescindível para que o ato de estacionar seja feito plenamente:

- A minha experiência profissional diz que mulheres. Eu atribuo a isso a questão de que quando, na hora de estacionar, o condutor ele precisa de uma visão focada. Focar, em determinados momentos. E a mulher ela, por questões antropológicas, ela não desenvolveu bem a visão em foco e mais a visão espacial.

As sexualidades desafiam o ambiente escolar, ao desvelar os desejos mais recônditos. O questionamento às normas e cânones, relacionados ao corpo educado, põe em xeque as pedagogias corretivas e as ações de recuperação ou de punição, direcionadas à heterossexualização da sociedade. Uma ruptura epistemológica deve se processar na medida em que se impulse uma erotização dos processos de conhecer, através de reflexões acerca da pergunta suscitada por Louro (2004, p. 69): “O que há para aprender com a ignorância?”. Tal questão, colocada pelas estudiosas queer, é desenvolvida em seguida:

Estamos diante de outro ponto central na análise queer: a questão da ignorância. Eve Sedgwick (1993) e outros teóricos(as) propõem que se pense a ignorância não como falha ou falta de conhecimento, mas sim como resíduo de conhecimento, como o efeito de um jeito de conhecer. A teoria queer coloca em questão um dos binarismos fundantes do campo educacional, a oposição entre conhecimento e ignorância, ao demonstrar que esses pólos estão mutuamente implicados um no outro e ao sugerir que a ignorância pode ser compreendida como sendo produzida por um modo de conhecer, ou melhor, que ela é, também, uma forma de conhecimento. (LOURO, 2004, p. 68)

Todos os instrutores, exceto o instrutor A, negaram o fato de que a sexo/gênero da pessoa que dirige faça alguma diferença. Para o instrutor A, o sexo/gênero da pessoa que dirige faz diferença, ao perceber uma direção mais agressiva dos homens e uma cautela excessiva das mulheres, como se pode observar no depoimento que segue:

- Eu sinto diferença. Eu dirijo e sinto uma diferença significativa no trânsito. Os homens, da minha ótica, têm uma direção mais contundente, eventualmente mais agressiva, mais determinada. Eu percebo uma direção feminina mais reflexiva, mais, digamos assim, ela não se arrisca, na dú-

vida ela pára ou alivia, diminui a velocidade. Então, eventualmente, eu estou no meu carro eu percebo que aquele carro que está na frente tem uma direção, uma condução similar ao que seria de uma mulher, em função de toda uma cautela, até excessiva, no dirigir. Uma coisa que a gente não observa muito no motorista do sexo masculino. Então, de minha ótica, tem sim um estilo característico masculino, um pouco mais agressivo e uma direção feminina, bastante reflexiva.

Ao citar uma história ou situação em que o sexo/gênero da pessoa que dirigia o automóvel fez diferença, o instrutor A listou situações que explicitavam a inquietação, a indecisão e a observância às regras de trânsito, incorporadas à ideia de feminilidade, estereótipo socialmente compartilhado de que as mulheres são mais cordiais, embora apresentem dificuldades para a atuação nos espaços públicos, tais como a inquietação e a indecisão, como se pode inferir do depoimento que segue:

- Vejo algumas situações, por exemplo, sinal. Pista de velocidade média e o sinal fica amarelo, sinalizando atenção e aí, na maioria das vezes, a mulher ela pisa no freio, ela não passa no amarelo. E o motorista do sexo masculino que vem atrás ele não espera que ela tenha aquela atitude e choca o seu carro contra o carro dela que já está parado ali. Ele não esperava nunca que ela fosse parar com o sinal amarelo. Então eu percebo muito isso. Também eu percebo quando a gente sai de ambulância, já no serviço, que uma ambulância está atrás, com aquele ruído todo, na maioria das vezes tem um motorista do sexo feminino ali. Ela fica angustiada, sem saber exatamente que atitude ela deveria estar tomando naquela hora: se seria acelerar o veículo ou tirar pra esquerda ou pra direita. Eu percebo também essa inquietação do público feminino nessas situações: sinal fi-

cando amarelo e o veículo atrás, tipo viatura ou ambulância, pressionando. Então, o público/motorista masculino e feminino reage de forma diferenciada nessas situações de estresse.

Louro (2007) estabelece os padrões por meio dos quais age o processo de escolarização do corpo, a pedagogia da sexualidade e o disciplinamento dos corpos. Tomando por referência um grupo social específico, admite ser o corpo a referência central, na formação das “narrativas pessoais”. Contrastando com as identidades sexualizadas, a institucionalização da heterossexualidade e a “invenção” da homossexualidade, denuncia uma dessexualização do espaço escolar.

### *Considerações finais*

As representações sociais de gênero dos professores da Escola Pública de Trânsito indicaram, na percepção desses, a existência de diferenças no processo de aprendizagem, para os homens e para as mulheres, e de maiores dificuldades para estacionar entre as mulheres. O sexo/gênero da pessoa que dirige não foi apontado como diferencial, exceto para um dos instrutores entrevistados. Alguns estereótipos poderiam ser listados, a partir das entrevistas realizadas, que ressaltam as diferenças existentes entre homens e mulheres que dirigem, a saber: maior sensibilidade na aprendizagem feminina, atenta a pequenos detalhes; a questão cultural existente na associação entre mulher e trânsito como sinônimo de perigo; o gosto natural dos homens pelas questões do trânsito; a visão periférica feminina em contraste com a visão em foco masculina, determinante para o sucesso ou fracasso de um estacionamento bem sucedido; uma direção masculina agressiva *versus* uma direção feminina reflexiva; a preocupação feminina com

a parte prática e a preocupação masculina com a parte técnica; a maternidade e/ou a cultura como fator explicativo das diferenças encontradas entre homens e mulheres. Tais atribuições de sentido reforçam a fixidez das identidades de gênero, nos marcos da heterossexualidade obrigatória. Existe, desta forma, um sexismo consolidado no estabelecimento de tais diferenças. Sexismo entendido como segregação de sentido, encontrada na percepção diferenciada das experiências vivenciadas entre os sexos, e marcadas binariamente, conforme seja classificado como masculino ou como feminino.

## Referências

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GIROUX, Henry. *Pedagogia radical: subsídios*. São Paulo: Cortez, 1983.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 7-32, 1993.

\_\_\_\_\_. Existe um método feminista? In: BARTRA, Eli (Org.). *Debates em torno a uma metodologia feminista*. México, D.F.: UNAM, 1998. p. 09-34.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 07-34.

\_\_\_\_\_. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MACEDO, Roberto Sidnei. *Etnopesquisa crítica e multirreferencial nas ciências humanas e na educação*. Salvador: EDUFBA, 2000.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Da crítica feminista à ciência. Uma Ciência Feminista? In: COSTA, Ana Alice Alcântara; \_\_\_\_\_. (Org.). *Feminismo, ciência e tecnologia*, Salvador: 2002. p. 89-120. (Coleção Bahianas).

SCOTT, Joan Wallach. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Recife: SOS Corpo, 1995.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Thomaz Tadeu da. *O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

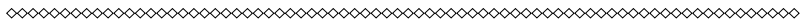


# O DISCURSO FEMINISTA NO DIÁRIO DA BAHIA (1931-1937)<sup>1</sup>

Tatiana Lima de Siqueira

Lina Maria Brandão de Aras

A sociedade brasileira, da primeira metade do século XX, buscava estruturar a ordem social a partir das decisões dos sujeitos do sexo masculino, haja visto que somente eles podiam votar e serem votados naquele momento. No entanto, o crescimento do número de mulheres circulando em espaços públicos, atuando e/ou reivindicando maior atuação em setores da sociedade, causava inquietações e preocupações entre diversos setores daquela sociedade. Analisando aquele período no contexto da região nordeste, Albuquerque Júnior (2003, p. 34), afirma:



1 Este trabalho faz parte da dissertação intitulada *Impressões feministas: discursos sobre o feminismo no Diário da Bahia (1931-1937)*, apresentada por Tatiana Lima de Siqueira, sob a orientação da Profa. Dra. Lina Maria Brandão de Aras, defendida em agosto de 2009, no Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres Gênero e Feminismo (PPGNEIM).



A emergência do movimento feminista e as mudanças de comportamento atribuídas às mulheres, trazidas pela vida urbana e pelo mundo que se modernizavam, pareciam ameaçar a dominação masculina de forma insuportável para homens que teriam sido educados numa ordem patriarcal.

Esse quadro de questionamentos e transgressões de fronteiras impostas às mulheres ameaçava uma dominação masculina, dada como inerente à natureza da vida social. A sociedade androcêntrica, em que aqueles homens estavam habituados a viver, começava a se mover e trepidar, fazendo sair certos objetos de seus antigos lugares, desorganizando aquilo que parecia estar situado na ordem das coisas e, por isso, não precisavam ser alterados. Analisar esse abalo possibilita refletir sobre o quanto as relações de gênero, que se faziam crer, na época, enquanto algo natural, por isso inquestionáveis e imutáveis, são construções históricas e sociais em questionamento e transformações, que, como afirma Lauretis (1994), vem se efetuando, ao longo do tempo, nos mais diversos ritmos, espaços e instâncias da vida. Portanto, é uma ação dinâmica que ocorreu tanto no passado, aqui estudado, quanto ocorre no presente, em que estamos vivendo.

O conceito de gênero apresentado neste trabalho é tributário da forma como Scott (1994) o concebeu na década de 1980. Para Scott (1994), gênero significa o saber elaborado a respeito das diferenças sexuais; é a compreensão produzida pelas culturas e sociedades sobre as relações humanas; é um modo de ordenar o mundo e como tal não antecede à organização social, mas é inseparável dela. Saber, pensado como algo relativo, cujos usos e significados nascem de uma disputa política e são os meios pelos quais as relações de poder – de dominação e de subordinação – são construídas.

Ao agregar a construção de saber a relação de poder em sua definição e instrumentalização do conceito gênero, Scott (1994)

possibilitou uma compreensão mais abrangente e eficiente das relações entre homens e mulheres ao longo da história e, dessa forma, para o período histórico analisado nesta pesquisa. Assim, na constituição das relações de gênero nas primeiras décadas do século XX, ocorreu assimetria de poder, através da qual a figura feminina encontrava-se em desvantagem em relação à masculina. Por essas relações serem um fenômeno social e histórico, portanto, produzido, reproduzido e transformado em diferentes situações ao longo do tempo, elas estavam sendo, naquele contexto, questionadas.

Identificamos e apontamos, através de artigos da imprensa analisados, algumas situações em que essas relações de gênero foram postas em suspenso, a partir de questionamentos e enfrentamentos de mulheres que, se apresentando enquanto feministas, terminaram por causar inquietações em pessoas que acreditavam na imobilidade e naturalização dos papéis e espaços atribuídos a cada um dos sujeitos, sejam eles homens e mulheres, e ao abalar certezas, causaram fissuras em paradigmas considerados firmes e seguros em seus pedestais.

Discutimos, então, expressões feministas que, ao reivindicar espaços e direitos até então negados às mulheres, questionaram papéis e lugares, considerados “naturalmente” destinados a elas e, ao ocuparem diversas páginas de jornal da “grande imprensa” baiana, representada aqui pelo Diário da Bahia, ajudaram a imprimir um jeito de ser mulher na década de 1930, que ia de encontro ao modelo institucionalizado das relações de gênero.

Ao trazer à cena ações feministas e, certa de que essas iniciativas perfazem apenas uma ou algumas das maneiras que as figuras do sexo feminino engendraram ações de resistências ao modelo de relações que se pretendia ter, procuro acentuar o quanto as relações humanas são bem mais dinâmicas e complexas do que certos modelos prontos e simplistas querem impor.

Segundo Louro (1997), os estudos feministas, por muito tempo, procuraram, como forma de denúncia, acentuar as formas de silenciamento e opressão a que as mulheres foram submetidas ao longo da história, definindo um esquema no qual o homem aparecia sempre como dominante e a mulher dominada. Porém, esse modelo de explicação trouxe como consequência certa cristalização da imagem de uma vitimização da figura feminina. Em estudos mais atuais, têm-se problematizado essa concepção e construído outras perspectivas de análise. Focalizam-se, atualmente, formas e locais de resistência feminina, bem como os custos para os homens na manutenção do exercício de “superioridade” social. Essa nova postura ganhou reforço do filósofo Michel Foucault, especialmente, no que diz respeito à sua contribuição para as discussões sobre relações de poder.

Foucault (2007a) contribui com essa discussão ao propor uma nova forma de conceber o poder, pensado não como um elemento que se possa ter propriedade, mas como algo a ser exercitado como estratégia. Seus efeitos de dominação não são atribuídos em decorrência de sua apropriação por alguns e total ausência em outros, mas pelo exercício manifestado através das disposições, manobras, técnicas, táticas e funcionamento que, ao serem postas em prática, se configuram em relações sempre tensas e sempre em atividade. Portanto, para Foucault (2007a, p. 26) “Poder se exerce mais que se possui, que não é o ‘privilégio’ adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas – efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados.”

Pensar poder a partir dessa concepção, é abrir mão da aceitação pura e simples de que apenas um lado de uma relação detém o poder e, o outro, está totalmente desprovido deste. Para Foucault (1988, p. 89), “o poder não é algo que se adquire, arrebate ou compartilhe algo que se guarde ou deixe escapar; o poder se exer-

ce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis.” O que esse modo de pensar sugere é que o poder é exercido por todos os envolvidos numa relação.

No caso das relações de gênero, de um lado, quase sempre, está a figura masculina, que, por questões históricas, sociais e culturais, exerce esse poder a partir de “estratégias”, “manobras” e “técnicas”, que tendem a provocar efeitos desiguais de poder, impondo uma vantagem em relação ao outro sujeito representado pela figura feminina. No entanto, esse exercício e os efeitos que dele decorrem não são absolutos. Por isso, estão em alerta, pois todos os lados numa relação de poder estão em constante atividade de resistência, questionamento, aceitação, indiferença, manipulação, etc. O exercício de poder, proposto por Foucault, se dá entre sujeitos em ação, por isso se configura, como ele afirma, em “relações tensas” e “sempre em atividade.” Isso ocorre porque,

Onde há poder há resistência e, no, entanto (ou melhor, por isso mesmo), esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder. Deve-se afirmar que estamos necessariamente “no” poder, que dele não se “escapa”, que não existe, relativamente a ele, exterior absoluto [...]. Os pontos de resistências estão presentes em toda a rede de poder. Portanto, não existe, com respeito ao poder, um lugar da grande Recusa [...]. Mas sim resistências, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessários, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício. (FOUCAULT, 1988, p. 91-92)

Desse modo, os estudos feministas, atrelados à corrente de pensamento pós-estruturalista, tendem a analisar as relações de gênero sob uma ótica que coloca homens e mulheres enquanto sujeitos que se configuram dentro de relação de poder e que, na constituição dessas relações, há constantes negociações, avanços, recuos, consentimentos, revoltas e alianças de ambas as partes.

Discutir o contexto, atuação e posicionamentos de mulheres e homens, no que diz respeito aos direitos e papéis do sexo feminino, na sociedade baiana da década de 1930, é analisar a ação do feminismo ao aceitar, ignorar e/ou negociar certos lugares impostos a esse sujeito, é contribuir na reconstrução das relações de poder existentes nas relações de gênero da época. Implica, também, na aceitação do desafio que Scott (1995) lançou ao definir gênero enquanto “categoria útil de análise histórica.” É uma tentativa de fazer esse exercício reconhecendo que as realidades são múltiplas e que nelas ocorrem processos históricos e políticos, através dos quais é possível analisar como as diferenças sexuais ganharam significados e como estes foram recriados e criticados nos mais diversos contextos históricos.

Discutir o feminismo, representado através do discurso da imprensa, é explicitar o quanto categorias como “mulheres” e “homens” são instáveis e maleáveis, o quanto os significados atribuídos às diferenças sexuais são variáveis e contraditórios e, ainda, o quanto essas variações e instabilidades são criadas e recriadas ao longo do tempo e nos diversos espaços históricos. Essa dinâmica ocorre porque os significados atribuídos aos sujeitos, sejam eles de que sexo for, não se sustentam, nem dão conta de explicar a pluralidade de sujeitos que compõem a identidade humana. Essa afirmação está respaldada em teorias sustentadas por feministas como Judith Butler (1998), Linda Nicholson (2000), Teresa De Lauretis (1994), Chantal Mouffe (1993), dentre outras, que, ao utilizarem pressupostos do pensamento pós-estruturalista, defendem a desconstrução do sujeito, não sua morte, como muitos as acusam, mas sua redefinição.

Ocorre um repensar sobre a categoria sujeito, pois essas teóricas feministas concebem a necessidade do abandono de certas categorias que essencializam os sujeitos, colocando em evidência a arrogância, os limites e a inviabilidade do sujeito enquanto cen-

tro unificado e homogeneizado de todas as experiências e desejos das diversas posições de sujeitos.

A ideia de um ser humano centrado, unificado e coeso é herança da concepção iluminista, que afirmava que o sujeito carrega seu “centro essencial” desde o nascimento e, apesar de ir se desenvolvendo ao longo de sua existência, permanece essencialmente o mesmo ao longo da vida, visto que seu “centro”, ou seja, sua identidade se apresenta como fixa e unificada. Assim, todos os homens são “equivalentes na sua essência, por conta de uma igualdade fundamental que extrapola quaisquer diferenças grupais ou individuais.” (MONTEIRO, 2002, p. 243-244)

A recusa feminista da essência do sujeito permite perceber que há diferentes formas da experiência de ser mulher, assim como, a impossibilidade de unificar todas essas formas em uma única categoria feminina, é importante buscar saídas explicativas para as desigualdades entre os gêneros e no interior de cada gênero, pois não basta dizer que as mulheres são diferentes dos homens desse ou daquele jeito, porque isso é dizer que as mulheres são “desse ou daquele jeito.”

Para Scott (1994), o conceito de gênero, capaz de considerar diversidade de experiências presentes em qualquer sujeito humano, precisa de uma teoria que lhe dê suporte. Essa teoria é o pós-estruturalismo, na medida em que permite questionar as categorias unitárias e universais e tornar históricos conceitos que são normalmente tratados como naturais, como, por exemplo, “homem” e “mulher”. Tratando a questão da configuração do sujeito, a partir de uma perspectiva pós-estruturalista feminista, fica evidente que nenhum sujeito é seu próprio ponto de partida e que a crítica ao sujeito não é a negação deste, mas um modo de interrogar sua construção como premissa dada de antemão.

Butler (1998, p. 33), citando Scott, afirma que é “politicamente necessário remontar às origens das operações dessa construção

e apagamentos.” Com isso, ela responde às inquietações de muitas feministas contrárias ao pós-estruturalismo, por alegarem que este evoca a “morte do sujeito”. Ao tomar a construção do sujeito como uma problemática política, não se está acabando com o sujeito; desconstruir um conceito não é a mesma coisa que negar ou jogar fora este conceito. Ao contrário, a desconstrução implica somente que sejam suspensos todos os compromissos com aquilo a que o termo “o sujeito” se refere, e que examinemos as funções linguísticas a que ele serve na consolidação e ocultamento da autoridade.

Compartilhamos da ideia defendida por Butler (1998, p. 36), de que “desconstruir o sujeito do feminismo não é censurar sua utilização”, mas, ao contrário, é “liberar o termo num futuro de múltiplas significações, emancipá-lo das ontologias maternais ou racistas às quais esteve restrito e fazer dele um lugar onde significados não antecipados podem emergir”. Por um pressuposto em questão não é suprimi-lo; é, antes, “libertá-lo de sua morada metafísica.” (BUTLER, 1998, p. 38) Portanto, desconstruir a categoria “mulher” não é abandonar esta categoria; é, apenas, ressignificá-la. Trata-se, portanto, de um equívoco pensar que a desconstrução de categorias como “mulher” signifique a inexistência das mulheres. O sujeito do feminismo continua a existir; apenas passa a ser compreendido como algo que é construído discursivamente em contextos políticos específicos, a partir de articulações e coalizões das mais diversas.

É isto que Nicholson (2000, p. 37-38) evidencia ao definir “política de coalizão” enquanto um fenômeno que ocorre em grupos com interesses definidos, que se unem em caráter temporário em torno de benefícios mútuos. Essa forma de agir, continua ela, pode ser pensada também em relação à política feminista interna, ou seja, é possível pensar uma política feminista como a união daqueles que trabalham em torno das necessidades das “mulheres”.

A ideia é que se congreguem diferentes necessidades dos grupos que constituem a coalizão e reivindicações específicas em torno das quais os grupos diferentes temporariamente se unem. Dessa forma, continua-se a usar o termo “mulheres”, mas não baseado numa realidade dada, mas a partir daquelas que surgem em lugares e contextos específicos. Estas “mulheres”, portanto, são atores políticos que refletem os contextos dos quais emergem e os futuros que gostariam de ver.

A “identidade” do sujeito é, portanto, múltipla e contraditória, é contingente e precária, fixada temporalmente na interseção das posições de sujeito e dependente das formas específicas de identificação. Nicholson conclui afirmando que a ausência de uma unidade prévia da “condição feminina” não impede a construção de múltiplas formas de unidade e de ação comum. As fixações parciais e a criação de “pontos nodais” podem estabelecer formas precárias de identificação ao redor da categoria “mulheres”, que proporciona a base para uma identidade e luta feminista. (MOUFF, 1993, p. 42-48)

Desse modo, as contribuições produzidas pela teoria feminista atrelada ao pensamento pós-estruturalista, em relação à categoria de análise gênero, à questão da (in)existência do sujeito simples, essencial e universal que limitava a compreensão da configuração do sujeito mulher e a inserção de exercício de poder em ambos os pólos de qualquer relação de gênero, foram de grande importância para a análise e reflexão que é desenvolvida neste trabalho.

Mulheres e homens que viveram na Bahia da década de 1930, momento de intenso questionamento das relações de gênero, imprimiram novas e criativas formas de experiências, pondo em choque configurações de sujeito preestabelecidas e posições predefinidas que estes deveriam ocupar em qualquer relação em que se encontrassem. Algumas mulheres da primeira metade do século XX ousaram inventar um cotidiano diferente daquele que a



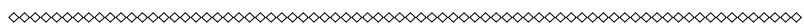
norma previa e, ao fazerem isso, possibilitaram a construção de outras formas de ser mulher na sua época.

## *A Federação Bahiana caracteriza seu o feminismo*

Na leitura de reportagens que faziam referência ao feminismo no jornal Diário da Bahia, entre os anos de 1931 a 1937, quatro aspectos da Federação Bahiana pelo Progresso Feminino (FBPF) chamam a atenção, pela insistência no aparecimento e ênfase na argumentação. São eles: o perfil “bem comportado” do movimento; a perfeita compatibilidade entre feminismo e religião; a estreita relação entre ser feminista e cultivar papéis tradicionais destinadas à mulher; e, por fim, a negação de quaisquer possibilidades de vinculação das ideias feministas com ideais comunistas.

A Federação Bahiana manteve-se em funcionamento por mais de uma década, porém, bem antes do encerramento de suas atividades, ocorrido em 1948, ela já havia diminuído consideravelmente sua atuação.<sup>2</sup> A partir de 1937, com a implantação do Estado Novo, as ações da entidade estavam praticamente limitadas a obras de assistência social. Assim, os primeiros anos de atuação da Federação, entre 1931 a 1937, são férteis em ações e discursos, por isso mesmo é importante no que diz respeito à construção de uma visibilidade e uma dizibilidade sobre o feminismo na Bahia no contexto da primeira metade do século XX.

A imprensa escrita cumpriu, naquele momento, um papel fundamental ao se tornar um canal privilegiado de divulgação das propostas, reivindicações, ações e ideais feministas no estado. Analisar esses discursos possibilita reconstruir a forma como



2 Segundo Maria Amélia Almeida (1986), 1948 foi o ano da última ata da federação encontrada por ela. Ressalta, porém, que não há referência nesta ata quanto ao encerramento das atividades, mas como não encontrou mais registro sobre a Federação desde então, considera este ano como sendo aquele que marca o fim desta filial no estado.

aquele feminismo se apresentava e era apresentado à sociedade da época, permitindo perceber quais configurações foram impressas e que seleção de ideias forjou um feminismo possível naquele contexto.

Concebo os discursos neste trabalho como mais que um conjunto de signos. Eles são práticas que formam sistematicamente os objetos sobre os quais falam. Desta forma, os discursos publicados na imprensa sobre o movimento feminista são analisados enquanto “práticas discursivas”, ou seja, como

Conjuntos de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram em uma determinada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa. (FOUCAULT, 2007b, p. 157)

Analisá-los é perceber o que os tornam possíveis, porque eles e não outros discursos emergiram naquele contexto histórico e que articulação é possível ser feita entre o acontecimento discursivo com o não-discursivo, entre as formações discursivas e as não-discursivas da época em destaque. O primeiro aspecto a ser considerado era a necessidade de tranquilizar aquela sociedade quanto aos objetivos propostos e ações previstas para o movimento que ora surgia na Bahia. Os traços que deram a forma ao feminismo baiano da década 30 buscavam definir imagem de um movimento “moderado” e “bem comportado”, talvez para marcar a diferença entre o feminismo que ali se inaugurava com aquele, de matriz inglesa, propagado pela imprensa num passado ainda recente.

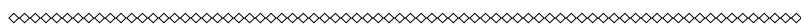
Segundo Costa (2006), as ideias feministas teriam chegado à Bahia, principalmente, por jornais, quando no início da década de 1910 foi publicada, nos grandes jornais de Salvador, uma série de matérias relatando ações das feministas inglesas durante a luta pela conquista do sufrágio feminino em seu país. Era apontada a radicalidade daquele movimento, citando atitudes de algumas

militantes sufragistas que incendiavam edifícios, destruíam vitrines, estações ferroviárias e vagões de mercadorias.

A matriz histórica dessa primeira manifestação feminista na Bahia foi marcada, portanto, pela rebeldia e utilização de atos de terrorismo como principal tática de luta para chamar a atenção sobre a condição da mulher. Amélia Teixeira Tosta<sup>3</sup> morou na Inglaterra entre os anos de 1911 a 1919, presenciou algumas ações do movimento feminista inglês e relatou, em seus artigos, o que assistiu por lá, para, em seguida, mostrar-se radicalmente contrária a esse tipo de feminismo.

Morávamos, então, em Londres e tivemos a oportunidade de assistir a cenas realmente deprimentes para o belo sexo. Uma vez, elas quiseram penetrar no recinto do Parlamento inglês, cuja entrada era vedada às mulheres. Arranjaram um caminhão fechado, esconderam-se nele umas vinte e tantas ‘sufragetes’, dirigiram-se para o Parlamento lá à força física, em luta braçal com guardas tentaram penetrar no edifício. Foi uma balbúrdia. A polícia pediu reforço e depois de alguns momentos de grande ridículo, os guardas conseguiram levá-las para a polícia a fim de se explicarem. (TOSTA, 1931a, grifos nossos)

Ao utilizar-se de exemplos dessa natureza, o feminismo baiano queria marcar sua posição contrária a esse tipo de luta. Nas palavras de Lili Tosta, as feministas que agiam assim eram “sufragetes guerreiras afoitas e desvairadas, que procuraram, “erradamente, obter os seus direitos à força armada.” (TOSTA, 1931a) Evidenciava, portanto, que o feminismo que ora se instalava era de natureza diferente daquele experimentado por certos grupos de feministas inglesas. Desvincular a imagem do feminismo que



3 Amélia Teixeira Tosta, mais conhecida por Lili Tosta, foi morar em Londres em 1911, com 13 anos de idade, só retornou com a morte de seu pai, em 1919. (VIEIRA, 2002) Não foi encontrada outra referência sobre a vida dessa importante figura feminista. É dela a maioria de artigos publicados no Diário da Bahia sobre o movimento. Não encontrei nada que faça referência sobre sua vida pessoal, profissional e militância. Silêncio que deixa uma lacuna e causa estranhamento e curiosidade.

a Federação Bahiana pregava com aquele propagado num passado ainda recente, e estabelecer um perfil “bem comportando” ao movimento que ali surgia, era tarefa fundamental para a conquista do acolhimento desejado e apoio necessário à instalação e bom trânsito do movimento no estado.

O segundo aspecto é o caráter religioso que emergia nas falas das feministas. A vinculação da luta feminista com os valores da religião era recorrente, muito embora elas pregassem neutralidade nessa questão. Em 28 de julho de 1932 (Diário da Bahia), foi publicada uma reportagem com o título Feminismo e religião, no qual Lili Tosta (1932) argumentava o quanto o feminismo necessitava “de uma neutralidade absoluta em questões religiosas”, o que para ela seria requisito fundamental para “manter a feição universal e internacional” do movimento.

Ao passo que buscava convencer quanto à suposta “neutralidade” religiosa do grupo, Lili Tosta expunha argumentos que demonstravam a “natural” compatibilidade entre ser feminista e ser religiosa. Tática usada, provavelmente, para convencer as “distintas senhoras” daquela sociedade, em sua maioria católica praticante, de que elas poderiam ser feministas sem, com isso, ferir os preceitos e dogmas da religião, nem abalar sua fé. Lili apresentava a situação da seguinte forma:

Na verdade, não vemos discórdia entre o Catolicismo e o Feminismo. A Religião trabalha pelo bem físico, moral e social do indivíduo. Assim também o Feminismo! A Religião deseja o aperfeiçoamento e a elevação da Família. Para isso trabalha o Feminismo! A Religião manda aos seus adeptos que tenham amor e caridade ao próximo. O mesmo exige o Feminismo de suas adeptas! A Religião aconselha o amor à pátria. O Feminismo prega o amor pátrio! [...] Venham, pois, as católicas praticantes colocar-se nas nossas fileiras e verão que, como nós, se sentirão perfeitamente à vontade. (TOSTA, 1932)

A marca da religião pode ser tributária da formação religiosa de algumas das líderes do movimento baiano, como era o caso da presidente Edith Gama Abreu, que estudou em colégio de freiras, o que, certamente, deve ter influenciado na construção de seus valores e percepção do mundo daquelas mulheres.

O terceiro elemento marcante impresso pelo feminismo baiano foi aquele que afirmava ser a mulher a pessoa mais “naturalmente” ligada ao lar, filhos e família, e que a conquista de sua emancipação não a desviaria deste destino preestabelecido. Esse aspecto foi o que com maior insistência apareceu nas linhas escritas sobre o feminismo. Era como se este argumento surgisse em resposta ao temor daqueles que afirmavam que, quando as mulheres assumissem papéis no mundo político ou mesmo encargos ligados ao espaço público, abandonariam o lar, a família e filhos, ou seja, negariam as responsabilidades “inerentes” ao seu sexo.

O medo de que esse feminismo pudesse alterar certas “leis naturais” que regiam a relação entre homens e mulheres era o obstáculo mais difícil de transpor para atingir a aceitação desejada. Era um desafio desfazer esse temor. E, mais uma vez, o canal era a propaganda convincente na imprensa, papel que Lili Tosta (1932b) exerceu com brilhantismo. Em um dos tantos artigos sobre essa questão, ela registrou:

Santo Deus!! Exclamarão os nossos adversários. E os nossos lares, como ficarão?!! Adeus, família!!! Adeus lar!!! Quem tomará conta dos nossos filhos?!! Quem cuidará dos nossos pequenos confortos?! Não haverá perigo! Em primeiro lugar, as leis naturais são imutáveis. [...] Em geral, isto sem profetizar, prevemos que a maioria das mulheres, no futuro, como as de todos os séculos passados, escolherão naturalmente, a profissão de mãe de família e de dona de casa.

Era necessário eliminar os medos, convencer os adversários e mostrar que o “verdadeiro feminismo”, aquele praticado pelas mu-

lheres à frente da Federação, não iria fazer com que as mulheres dessem adeus ao lar, família e filhos. Não importava em que campo recaísse as dúvidas ou acusação, as feministas estavam atentas e preparadas para responder. Afinal, a saída da mulher do espaço doméstico para ocupar postos no espaço público e a mobilização dessas em grupos organizados sinalizava mudanças que assustavam e inspiravam cuidados por parte dos representantes da ordem patriarcal.

O último aspecto diz respeito às suspeitas apontadas contra o feminismo de que ele, por pregar o alargamento de direitos, pudesse ter algum tipo de ligação com o comunismo, corrente política contrária aos interesses da classe média e alta da sociedade. Fazia-se necessário, portanto, desfazer essa falsa acusação e, novamente, argumentar contra mais essa inverdade. Lili Tosta (1931c), em um artigo intitulado *O feminismo não é bolchevismo, nem comunismo* se encarregou de discutir esse delicado tema. Afirmava ela:

O movimento feminista nada tem em comum com o bolchevismo ou comunismo. Não queremos modificar as leis que nos governam. Estamos dentro da lei, obedecendo à lei, trabalhamos pela lei. O que desejamos é a igualdade completa do homem e da mulher perante essas mesmas leis que já existem e nos governam! Não queremos a anarquia, nem abraçamos princípios comunistas, nem nos preocupamos com estes problemas.

A intenção política da luta feminista era de caráter muito mais de reforma da estrutura social e política, do que de rompimento com a ordem vigente, até porque, as mulheres que estavam à frente desse movimento eram também representantes dessa mesma ordem, viviam, foram educadas e estavam incorporadas a ela. Daí desejarem, tão somente, participar integralmente e não destruí-la. Segundo Costa (1981) as reivindicações da Federação estavam coerentes com os princípios do feminismo burguês, pois a proposta não era questionar o sistema político vigente como responsável por manter a opressão feminina, bastando avançar criando

leis adequadas e fazer cumprir as já existentes para que houvesse condições necessárias para a efetiva emancipação feminina.

Desse modo, a luta feminista ligada à Federação Bahiana impressa no jornal *Diário da Bahia* no período estudado não se caracterizava por questionar papéis tradicionais das mulheres enquanto mães, esposas e donas de casa; nem questionar o sistema político e econômico vigente, mas convencer a sociedade de que era possível conviver com antigas e novas demandas, no que dizia respeito às relações de gênero. Agindo dessa forma, ou seja, conciliando continuidades e descontinuidades, permanências e rupturas, o feminismo conseguiu se estruturar e se inserir em certos espaços, obtendo apoio e conquistando certa projeção local. Acreditamos, portanto, que as feministas de Federação Bahiana agiram taticamente, com os aqueles elementos que podiam dispor.

Quando nos referimos a esse “agir tático”, recorreremos ao conceito de tática pensando a partir da instrumentalização que Certeau (1994) faz desta categoria. Para ele, tática é uma ação calculada e não tem por lugar senão o do outro e, por isso, joga com o terreno que lhe é imposto. Tática é o movimento dentro do campo de visão do inimigo e no espaço por ele controlado. Assim, atitudes como a de frisar que pretendia atingir certas compatibilidades entre feminismo e religião, entre ser feminista e não abrir mão das tradicionais funções femininas, e demarcar a total incompatibilidade com o comunismo, foram ações táticas das feministas que permitiram abrir portas por onde elas puderam entrar e impedir que outras, já abertas, fossem fechadas.

### *Feminismo – a mulher de hoje, por Violeta de Alcântara Carreiro*

A partir do final do ano de 1932, o *Diário da Bahia* praticamente não divulgou mais artigos de feministas ligadas à Federação

Bahiana. Nomes como o de Lili Tosta, depois ter tido lugar quase que cotidianamente nas páginas daquele jornal, simplesmente desapareceram e a quantidade de notícias sobre ações daquela entidade diminuiu consideravelmente no periódico, chegando ao ponto de, em 1934, praticamente não existir.

O jornal, ainda que não noticiasse sobre o feminismo local, não deixava de ser simpático à causa feminista. A questão era, de fato, com o feminismo e/ou as feministas do estado, pois a temática feminista continuava a ser frequente nas páginas do Diário da Bahia, porém não era dado mais espaço às vozes representativas do feminismo local. Dessa forma, o acompanhamento pormenorizado das ideias e ações do feminismo baiano, representado pela Federação Bahiana pelo Progresso Feminino, fora silenciado por aquele órgão de imprensa.

A única figura representativa do feminismo baiano a ganhar, a partir de 1934, algum espaço nas páginas daquele jornal, foi a bacharel em Direito Maria Luiza Bittencourt. Mesmo ela sendo uma referência da Federação, o jornal não mais fazia menção a essa vinculação, preferindo noticiar o lançamento, em setembro daquele ano, de sua candidatura a deputada estadual pela legenda do Partido Social Democrático (PSD), agremiação política que o Diário da Bahia, naquele período, dava apoio, tendo inclusive na direção do jornal o presidente do partido, o senador Pacheco de Oliveira.

A indiferença do Diário da Bahia pelo feminismo ligado à Federação Bahiana estava vinculada aos reflexos dos conflitos políticos que o estado baiano vivenciava naqueles primeiros anos da década de 1930. O jornal Diário da Bahia, em 1931, estava em mãos do grupo opositor ao governo e era dirigido por Moniz Sodré, chefe do Partido Democrata Republicano. Desse modo, por ter posicionamento contrário ao governo, o jornal terminou sofrendo perseguição e censura, chegando ao ponto de ser invadi-





Edith Gama Abre, saiu como candidata pela legenda de oposição Bahia ainda é Bahia, liderada por Seabra, um dos principais adversários políticos de Juracy Magalhães. Estava, portanto, selada a separação entre o feminismo local, ligado à Federação, e aquele órgão de imprensa, ligado ao partido do governo.

A Federação Bahiana pelo Progresso Feminino e suas representantes foram postas no ostracismo. O tema feminismo ainda insistia em aparecer, afinal o contexto exigia sua permanência na grande imprensa. Era época da elaboração do anteprojeto da Constituição, cuja reforma eleitoral despertava grande interesse, principalmente pela possível inserção da mulher como eleitora, e que tinha Bertha Lutz, presidente da Federação Brasileira, como uma das integrantes do grupo que ficara responsável por elaborar o texto. Além disso, após encerramento das eleições para a Assembleia Constituinte, uma mulher fora eleita, a paulista Carlota Pereira Queiroz, primeira e única a compor aquele congresso, o fato merecia alguma atenção do jornal.

O Diário da Bahia, interessado em fazer parte da história que estava sendo construída pelo feminismo, não abandonou o tema, somente o cenário e os personagens locais. Em 10 de abril de 1934, um dia após as comemorações de aniversário do terceiro ano da fundação da Federação Bahiana, foi anunciada, com grande expectativa e entusiasmo, a nova colaboradora daquele jornal, a correspondente Violeta de Alcântara Carreiro, escritora portuguesa, naturalizada brasileira, que passou a escrever sobre o feminismo da mulher moderna e enviar matérias de São Paulo, onde residia e trabalhava em outros jornais.

Certamente que as formas materiais ou o modo como é disposto um texto num veículo de informação produzem efeitos nas condições de recepção e compreensão do leitor. Assim, deve-se levar em consideração não só os artigos publicados, mas também sua apresentação física e visual no órgão em que a matéria é veicu-

lada. A apresentação, para os leitores do Diário da Bahia, da nova colaboradora do jornal foi feita com grande distinção, acompanhada de foto e em primeira página, demonstrando a importância que foi dada ao fato.

Figura 1 – A Nova Colaboradora do Diário da Bahia



Fonte: (A NOVEL..., 1934)

Figura 2 – O feminismo: a mulher de hoje e a felicidade



Fonte: (CARREIRO, 1934a)

Destaca-se ainda o lugar ocupado no corpo do jornal pela seção de Violeta de Alcântara Carreira, sempre disposta na parte superior da segunda página do periódico, tendo por primeiro título *Feminismo – a mulher de hoje e felicidade*, seguido do tema do dia. Sua colaboração durou um pouco mais de um ano, somando cerca de 40 crônicas de sua autoria e publicadas, nos primeiros meses, semanalmente naquele jornal. Depois, passaram a ser quinzenais, no final, eram mensais. Seus textos versavam sobre o perfil da mulher moderna, apresentando exemplos a seguir e aqueles que não deveriam ser imitados, indicando e comentando livros escritos por mulheres ou que tratavam sobre elas, bem como filmes e peças teatrais que abordavam essa temática.

O espaço ocupado por Violeta de Alcântara Carreira buscava imprimir um modelo de mulher moderna e de um feminismo

alternativo às baianas que não se identificavam com aquele propagado pela Federação. O primeiro título da seção era a palavra Feminismo, mas em momento algum foi feita menção sobre conquistas ou mesmo pessoas ligadas á Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, instituição, naquele momento, de grande notoriedade e repercussão, com sedes em quase todos os estados brasileiros e relevante atuação na luta e conquista por direitos das mulheres no Brasil.

As crônicas de Violeta Carreiro eram, normalmente, montadas como se tivessem sido elaboradas a partir da leitura de diários de personagens femininos, aonde ela ia descrevendo a vida de algumas daquelas mulheres, falando dos sabores e dissabores que elas iam experimentando ao ter contato com as delícias e amarguras da vida moderna, narrava os encantos, desencantos, perigos e possibilidades de viver como uma “mulher de hoje.” Uma de suas personagens, Maria Helena, definida como “mulher moderna e feliz”, cujas qualidades estavam no fato desta ser casada e seu marido ser um homem rico e sensível, o que lhe dava condições para poder exercitar “sua liberdade e independência.” Carreiro (1934b) descreveu a personagem da seguinte forma:

Maria Helena tem uma vida interessante, suave, despreocupada. De manhã, sai para dar um passeio de carro, escolher um chapéu, ensaiar um vestido. Depois do almoço, visita ou recebe as amigas, vai ao cinema, ao livreiro, que lhe guarda sempre as últimas novidades. Porque Maria Helena sabe ler. À noite combina com o marido um programa, saem juntos e, ao voltarem, Maria Helena não faz perguntas a respeito do interesse que possam ter despertado as suas amigas, assim como ele não quer saber quem era aquele ‘rapaz loiro de casaca’. São ambos livres e independentes, apesar de seu amor, cada um conserva a sua personalidade, as suas preferências, os seus hábitos e suas amizades.

Maria Helena era, para Violeta, um exemplo da “mulher de hoje”, isto porque era inteligente e sabia cultivar um espírito li-

vre e independente. A liberdade, usada com inteligência, era um dos requisitos fundamentais, senão o principal a ser cultivado pela mulher moderna. Em nome desse direito, ela poderia abrir mão de um casamento, quando este, por “preconceitos absurdos”, não o asseguram. Ou seja, se o marido quisesse privar a esposa desse direito, desse “bem maior”, poderia ser dispensado, sem com isso macular a imagem dessa mulher moderna. Assim, em outra crônica, ela registrou um episódio, em que sua personagem, não tendo a sorte da anterior, foi obrigada a reagir e, desabafando, exclamou:

Vou-me embora na certeza de não voltar. E sabe por quê? Porque não me interessa mais a sua presença na minha vida. [...] Não querendo deixar-me partir, com a liberdade que me prometeira antes do nosso casamento, você mudou completamente aos meus olhos porque perdeu a sua máscara de homem inteligente e justo. Porque perdeu o prestígio da sua própria personalidade no momento em que teve a infeliz ideia de ridicularizar a minha independência. – Viajar?! Uma senhora casada! Está sonhando. (CARREIRO, 1934c)

Era, portanto, o não-cumprimento do contrato, que pregava o respeito pela liberdade do outro, a justificativa aceitável para a separação de um casal. Reivindicar esse direito à mulher, numa época em que a palavra divórcio era mal pronunciada, mesmo entre muitas das mulheres que se diziam feministas, era, no mínimo, uma atitude corajosa e ousada.

Violeta, através de suas crônicas, reivindicava para as mulheres a liberdade como um bem imprescindível e inalienável. A liberdade era “um dos maiores e mais deliciosos privilégios que a vida moderna oferece à mulher.” Era um direito, mas também uma necessidade e para conquistá-la e mantê-la, toda luta seria justa. Dizia que toda mulher, vivendo num mundo moderno como aquele, tinha a oportunidade de usufruir dessa liberdade como nunca em outra época se poderia ter usufruído.

O mundo moderno dava as condições que as mulheres jamais tinham experimentado, pois oportunizava meios (como cinema, carros, trens) que facilitavam a vida de quem almejava conhecer novidades e cabia à mulher tomar para si a chance de usufruir desses meios e experimentar essas novas sensações com a liberdade e autonomia que lhe devia ser garantidas em direito. Poder, portanto, de ir e vir quando assim desejasse, desejo de estar ou não acompanhada em suas aventuras de descobertas, era a ousadia “permitida” à mulher moderna, saber reivindicar esse direito era condição de ser “livre e feliz”. Carreiro (1934d) completava:

Direito de ter algumas horas de perfeito isolamento, de fazer uma viagem ou um passeio sem ter de ouvir os comentários desastrosos, horrivelmente inoportunos de companheiros que perturbam a todo instante o encanto dum sonho. O invejável direito de atirar o seu automóvel por uma estrada afora e correr sobre dezenas, centenas de quilômetros de asfalto ou terra vermelha, de areia úmida ou pedra batida. [...] E, finalmente, poder voltar para casa sem dar explicações.

Violeta possuía a percepção do quanto o mundo moderno, apesar de ter trazido benefícios e direitos às mulheres, ainda não estava acostumado e/ou preparado para essas “novidades”. Especialmente alguns homens, acostumados a viver naqueles “lugares comuns da velha tirania conjugal” (CARREIRO, 1934d), pareciam não acompanhar o “progresso dos costumes” e, por isso, tentavam, com as armas disponíveis parar o “curso da história.”

A luta empreendida por aquele feminismo era, portanto, de outra natureza, era principalmente por liberdade, direito inalienável, razão para qualquer batalha e justificativa para assumir os mais diversos papéis. Liberdade que possibilitasse realização pessoal, individual, mas não se tratava de questões ligadas ao mundo da política, demonstrando que não era esse o ideal do seu feminismo, muito menos da “mulher de hoje.”

## *União Feminina do Brasil: as mulheres na Aliança Nacional Libertadora*

Na Bahia, a Aliança Nacional Libertadora (ANL) despertou entusiasmo e conseguiu alguma adesão, especialmente no meio acadêmico e proletário. Instalou-se em 30 de maio de 1935, mas foi no final do mês de junho que a ANL investiria alto com o objetivo de se expandir na região ao enviar do Rio de Janeiro para a Bahia uma caravana, com membros do alto comando da organização que, com o propósito de ampliar sua influência na região norte do país, começava pela Bahia essa maratona e, na terra, pretendia fundar núcleos.

União Feminina do Brasil (UFB) esboçou, dentro desse espírito, a sua estréia através da notícia no Diário da Bahia sobre instalação de uma seção desta entidade no estado. Em 27 de junho de 1935 foi anunciado os preparativos para a estréia daquele núcleo feminino da ANL numa reportagem que convidava a comunidade feminina local a fazer parte da preparação “daquele importante momento.” No dia seguinte o jornal noticiava, com grande destaque, em reportagem de primeira página acompanhada de foto da representante da sede da UFB do Rio de Janeiro a Sra. Mary Mércio Martins. Mostrava a 28 de junho de 1935.

Mary Martins pertencia à diretoria da UFB do Distrito Federal e fora enviada para colaborar com a organização da estréia da filial no estado baiano. Em entrevista ao repórter do Diário da Bahia, Mary explicava o que era e a que se destinava a entidade, dizia ela:

[...] A União Feminina do Brasil é um movimento amplo de mulheres abrangendo todas as classes manuais e intelectuais sem distinção de cor, política e de religião. Espera que todas as mulheres da Bahia se unam para se integrar nesse movimento puramente de reivindicação do sexo. Convida com especial carinho

as operárias de fábricas e as camponesas a se alistarem na União Feminina do Brasil para o conhecimento dos direitos que lhes assistem, que têm e que ainda não lhes foram dados. (MARTINS, 1931, p. 1)

Figura 3 – Um grande movimento em perspectiva: fala ao “Diário da Bahia” a representante da União Feminina do Brasil.

**...maiores Juizes fluminenses foram**

# DIÁRIO DA BAHIA

Director: — FACHECO DE OLIVEIRA — Orgão independente fundado em 1866  
 Cidade do Salvador, 28 de Junho de 1935 — EMPRESA DIÁRIO DA BAHIA S/A — Praça Castro Alves, 79.

NUMERO 447

## EIS O INIMIGO!

Em torno da paz do Chaco

O “El Diario”, de Buenos Ayres a propósito das medidas tomadas pelo chancelier brasileiro, Sr. Macedo Soares, excluindo o serviço de tachygraphia nas reuniões da Comissão dos Neutros para se fazer a paz do Chaco escreveu o seguinte:

“Espiciando uma deliberação dos pacificadores do Chaco, o popular chronista argentino, Dedalo, produziu o seguinte logico que encontrou a mais sympathica acolhida da parte dos seus leitores:

“Não ha palavras no idioma sufficientemente expressivas para qualificar merecidamente a iniqüidade do chancelier brasileiro ao sentido de serem eliminados os tachygraphos no meio da comedia de mediadores. Sempre pensamos desta maneira: uma das maiores invenções do homem é a tachygraphia e, especialmente a sua utilização nas negociações.

Pois um tachygrapho não é somente um homem que anota as palavras que outro pronuncia, mas é tambem o agente da validade humana, o que faz com que as paises não progrediam mais rapidamente. E não é difficil prever o. Supponhamos que na Omapas se approve uma lei de armarpo á infancia desvalida. Os tachygraphos recolheram as palavras de quem lançou a iniciativa e dos que pronunciaram discursos a favor do projecto.

E assim evitaria a incompetencia de alguns.

Ao Estado, ao povo, interessa vivamente que se approve leis tão boas quanto essa, porém não interessa absolutamente saber por iniciativa de quem. Além disso, é coisa bem sabida que, quando um politico realiza um bom acto, o faz para que o povo agradeça o seu prestio; e não porque deseja sinceramente o bem. O que é immoral!”

O doutor Macedo Soares quer saber, que os trabalhos pacificadores do Chaco se effectem um pouco no anonymato, que a paz se dêra a todos os mediadores e não ao que, por accidente ou margrida malleloza usa da palavra por primeiro.

Uma á uma iniciativa nobilissima que, aliás, constitue um magnifico exemplo para certo politico disposto sempre a não perder a oportunidade de fazer “baldornas”.

## UM GRANDE MOVIMENTO EM PERSPECTIVA

### Fala ao “Diário da Bahia” a representante da “União Feminina do Brasil”

Sabedores que fomos da estadia em nosso meio de um elemento feminino que veio tratar da fundação de um nucleo da “União Feminina do Brasil”, nos dirigimos ao Hotel Sul Americano, para ouvir algo a respeito e informar

delle aos interessados e referer o dados sobre os fins da novel associação que pretende pugnar pelos direitos “da mulher”.

Reunir-se-á hoje, ás 17 Hs. no salão nobre da A. U. B.

## NA ACADEMIA BRASILEIRA

RIO, 27 (A. B.) — Encerrou-se o prazo para as inscrições ás vagas de Cosmeo-Carlo, Medeiros e Albuquerque, Humberto de Campos e Miguel Couto, na “Academia Brasileira de Letras”. Para a do Humberto de Campos, apenas occorre o sr. Júlio Lobo. As eleições estão abertas para as seguintes datas: 15 e 20 de Agosto, 5, 12 e 19 de Setembro.

## O DELEGADO FOI AGREDIDO!

RIO, 27 (A. B.) — Impresionado fortemente a solta de políaco Maranhão, em cuja rua, foi agredido o sr. Fernando Ribeiro, occorrendo esta que demonstra a situação de intranquillidade que se respira naquello Estado.

## Um lobo atacado de hydrophobia

Invadiu uma casa camponeza atacando 4 pessoas!

VIENNA, 27 (Dio.) — Nos honras viuinhos desta cidade, occorreu um facto estranho na actual estado do anno. Um lobo atacou os habitantes da casa de um guarda, que, herdando o costume de manter o lobo dentro de casa, próprio guarda que havia feito um dispozo. Quando, mais tarde, conseguiu matar o animal, ficou com medo que o mesmo estava atacado de hydrophobia; os quatro feridos entraram immediatamente no Instituto Pasteur desta cidade, tendo recebido as injeções necessarias.



Mrs. MARY MARTINS

as nossas senhoras que se interessam pelo movimento de reivindicações sociaes.

Ás 14 horas nos encontramos a sra. Mary Martini, que nos disse ser enviada especial da “União Feminina do Brasil” a fim de tratar da instalação de nucleo da Bahia, pedindo para isto a comparencia das interessadas, sem compromisso.

Fonte: (MARTINS, 1935)



Finalizava a reportagem marcando local e hora da reunião em que iriam discutir os detalhes da instalação do núcleo e convidando as interessadas para se fazerem presentes. Poucos dias depois da publicação dessa reportagem, outra já fora veiculada sobre a União Feminina do Brasil. Nesta nova matéria, o jornal fizera uma entrevista, em primeira página e acompanhada de foto, com uma representante da entidade no Distrito Federal, a professora Lídia Freitas que, assim como Mary Mércio Martins, também fazia parte da diretoria da UFB. Estava, então, na Bahia para ressaltar o lugar de onde falava o núcleo feminista e apontava o que diferenciava aquela entidade de outros núcleos feministas existentes no Brasil.

A mulher do Brasil já começa a compreender que a luta pela sua libertação tem base nos movimentos populares e não confia mais em 'líderes' feministas. A mulher já começa a compreender que as Berthas Lutz, uma vez instaladas no poder, pouco se lembram das plataformas 'feministas' gritadas em praça pública, a fim de arrastar as massas femininas. (Diário da Bahia. 04/07/1935)

No dia seguinte, mais uma grande reportagem apresentava o manifesto e o programa de União Feminina do Brasil (UFB), para informar quais os inimigos o núcleo feminino combatia e que objetivos almejava alcançar.

Qual tem sido até hoje nosso papel no Brasil? Na escola, a opressão dos que nos querem fazer da nossa inteligência um sabjismo. Na fábrica, substituindo os homens com salários menores e menor revolta. No escritório produzindo tanto quanto um homem e recebendo muito menos que ele. No lar, prisioneiras passivas, tudo criando e nada possuindo. Na sociedade, joguetes cheios de deveres. [...] Lutemos unidas!! Lutai conosco contra o integralismo! Lutemos unidas pelos diretos, pelas nossas necessidades, por melhores salários e ordenados, pelo nosso direito de viver. Ingressai na União Feminina do Brasil. (Diário da Bahia, 05/07/1935)

A seção da UFB na Bahia ainda carece de estudos, pois não temos notícias sobre sua instalação, nem a repercussão ou adesão da proposta feminista, mas pela atenção que o Diário deu a este evento, se percebe o apoio que ela receberia daquele órgão de imprensa. O destaque dado às matérias, ênfase aos objetivos e importância da UFB para a Bahia e a proximidade entre as manchetes divulgadas sobre os preparativos e relevância daquela instalação para as mulheres da Bahia, demonstram o quanto aquele núcleo teria cobertura e apoio daquele jornal.

A plataforma da União Feminina do Brasil foi lançada e o Diário da Bahia promoveu a propaganda necessária para que a entidade se tornasse a referência do feminismo local. No entanto, um inusitado surgia: a 13 de julho, portanto, uma semana depois da última matéria publicada, o presidente Getúlio Vargas ordenava, por decreto, alegando medida de Segurança Nacional, o fechamento de todos os núcleos da ANL, dentre eles, a União Feminina do Brasil. Grande deve ter sido a surpresa daquele órgão de imprensa com o decreto, ainda mais quando, no dia 23 do mesmo mês, foram anunciadas as prisões de alguns membros da ANL e UFB, dentre elas, de duas mulheres, que há menos de um mês, eram apresentadas pelo Diário da Bahia como “notáveis senhoras” de “conduta invejável.” Eram elas: Mary Mércio Martins e Lídia Freitas.

A partir daí, as matérias sobre aquela instituição e pessoas que dela participaram escassearam e mudaram de teor. As reportagens passaram a noticiar denúncias, prisões e apelações dos membros tanto da ANL quanto da UFB e informavam sobre a descoberta das “reais intenções daquele núcleo.” A última reportagem encontrada sobre o tema circulou no início do ano de 1936, quando foram relatadas informações de um agente secreto que registrara nomes de alguns presentes, tais como: Eugênia Álvaro Moreira, Lídia Freitas, Armanda Álvaro Alberto, Maria Lacerda de Moura, Maria Werneck de Castro, Mary Martins, se referindo às presentes como

os “elementos da União Feminina” e procurando desqualificar as propostas ali discutidas, dentre elas uma provável “greve de natalidade” a partir da qual todas as mulheres deviam se “recusarem todos os prazeres que podiam proporcionar aos homens.” (Diário da Bahia, 10/01/1936)

A tentativa de dar visibilidade a outro núcleo feminista no estado, que não fosse a Federação Bahiana pelo Progresso Feminino, fracassara. A UFB de possibilidade de modelo de bom feminismo na Bahia se transformava em exemplo de feminismo a não seguir. O Diário da Bahia que, cada vez mais, se afastava da Federação Bahiana, ignorando suas ações e silenciando suas componentes, ficava sem condições de participar da luta pela emancipação feminina, já que esta luta já não tinha a força e o apelo que tivera nos anos iniciais da década de 1930, mas continuava a arregimentar adeptos e ser um movimento de repercussão tanto nacional, quanto internacional.

Apoiar a causa feminista era ter atitude moderna e estar sintonizado com um movimento que dizia respeito à metade da população e, por isso, estratégico para um órgão de imprensa, dirigido por um grupo político há pouco colocado no poder e que desejava permanecer nele por muito tempo, atentar para esse tipo de causa.

## Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M. de. *Nordestino: uma invenção do “falo” – uma história do gênero masculino no Brasil (1920-1940)*. Maceió: Catavento, 2003.

ALMEIDA, Maria A. F. de. *Feminismo na Bahia 1930-1950*. 1986. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1986.

A NOVEL colaboradora do “Diário da Bahia”. *Diário da Bahia*, Salvador, 10 abr. 1934.

- BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo. *Caderno Pagu*, Campinas, v. 11, p. 11-42, 1998.
- CARREIRA, Violeta de Alcântara. Feminismo: a mulher de hoje e a felicidade. *Diário da Bahia*, Salvador, 4 jul. 1934a.
- \_\_\_\_\_. (Falta o título dessa matéria, solicitar a autora). *Diário da Bahia*, Salvador, 19 jul. 1934c.
- \_\_\_\_\_. (Falta o título dessa matéria, solicitar a autora). *Diário da Bahia*, Salvador, 10 out. 1934d.
- \_\_\_\_\_. (Falta o título dessa matéria, solicitar a autora). *Diário da Bahia*, Salvador, 29 abr. 1934b.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- COSTA, Ana A. *Avances y definiciones del movimiento feminista en Brasil*. 1981. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciência Política e Sociais, Universidade Nacional Autônoma do México, 1981.
- \_\_\_\_\_. Feminismo na academia ou a academia no feminismo? Pensando a experiência baiana. *Cadernos Feministas de Economia & Política*, Recife, n. 3, p. 119-136, 2006.
- \_\_\_\_\_.; BRANDÃO, Jaciara S. Feminismo na Bahia: A Federação Bahiana pelo Progresso Feminino no contexto da Revolução de 1930. In. MOTTA, A. B.; SARDENBERG, B. M. C.; GOMES, M. (Org.). *Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas*. Salvador: UFBA/ NEIM, 2000. p. 153-166.
- DE LAURETIS, Teresa. A tecnologia do gênero. In. HOLLANDA, H. Buarque de (Org.). *Tendências e impasses: O feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 2007b.
- \_\_\_\_\_. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2007a.
- LOURO, Guacira L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

- MARTINS, Mary Mércio. Um grande movimento em perspectiva: fala ao “Diário da Bahia” a representante da “União Feminista do Brasil”. *Diário da Bahia*, Salvador, 28 jun. 1935.
- MONTEIRO, Marko. Sujeito, gênero e masculinidade. In: ALMEIDA, Eloísa B. et al. (Org.). *Gênero em matizes*. São Paulo: EDUSF, 2002. p. 243-262.
- MOUFF, Chantal. Feminismo, cidadania e política democrática radical. In: \_\_\_\_\_. *O regresso do político*. Lisboa: Gradiva, 1993. p. 101-120.
- NICHOLSON, Linda. Interpretando Gênero. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.
- SCOTT, Joan. Prefácio. A gender and politics of history. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 3, p. 11-27, 1994.
- \_\_\_\_\_. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, Vozes, v. 16, n. 2, jul/dez, p. 71-94, 1995.
- SODRÉ, Muniz. A Associação Brasileira de Imprensa e o caso do fechamento do Diário da Bahia. *Diário da Bahia*, Salvador, 7 jun. 1932
- VIEIRA, Cláudia. *Mulheres de elite em movimento por direitos políticos: o caso de Edith Mendes da Gama e Abreu*. 2002. 150f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2002.
- TOSTA, Amélia Teixeira. Feminismo e religião. *Diário da Bahia*, Salvador, 28 jun. 1932.
- \_\_\_\_\_. O feminismo não é bolchevismo, nem comunismo. *Diário da Bahia*, Salvador, 16 dez. 1931.
- \_\_\_\_\_. (Falta o título dessa matéria, solicitar a autora). *Diário da Bahia*, Salvador, 26 mar. 1931a.
- \_\_\_\_\_. (Falta o título dessa matéria, solicitar a autora). *Diário da Bahia*, Salvador, 22 set. 1931b.

## QUEM É QUEM

Ana Alice Alcantara Costa

Graduação em Ciências Sociais pela UFBA, Mestrado e Doutorado em Sociologia Política na Universidade Nacional Autônoma do México e Pós-doutorado no Instituto de Estudios de la Mujer da Universidad Autonoma de Madrid. Professora do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal da Bahia, pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM/UFBA), professora do PPGNEIM e POSHIST da UFBA. Bolsista (2006/2011) do Consórcio do Programa de Pesquisas (Research Programme Consortium - RPC) sobre o Empoderamento das Mulheres (Pathways of Women s Empowerment), financiado pelo Department for International Development (DFID) da Grã-Bretanha. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Atitude e Ideologias Políticas, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, cidadania, condição feminina, comportamento político, políticas públicas e feminismo.

Andrea da Silva Cunha

Graduação em História, Especialização em Metodologia e Prática de Ensino em Gênero (UFBA) e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero

e Feminismo, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (PPG-NEIM/UFBA).

Ângela Maria Freire de Lima e Souza

Graduação em Ciências Biológicas, mestrado em Biologia (Botânica) e doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia. Professora aposentada do Instituto de Biologia da UFBA, pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), com trabalhos nas seguintes áreas: gênero, educação, gênero e ciências, Gênero e Ensino de Biologia. Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Gênero, Mulheres e Feminismos (PPGNEIM/UFBA).

Antonio Carlos Lima da Conceição

Graduação em História pela Universidade Católica do Salvador e em Direito pela Universidade Federal da Bahia, mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM/UFBA), professor do Instituto Federal da Bahia, IFBA, atuando principalmente nos seguintes temas: História do Brasil, Gênero, Direito e Lei.

Cecília Maria Bacellar Sardenberg

Graduação em Antropologia Cultural na Illinois State University, mestrado e doutorado em Antropologia Social na Boston University. Professora do Departamento de Antropologia e no Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM) da Universidade Federal da Bahia, pesquisadora do NEIM sendo, atualmente, coordenadora do PROCAD/CAPES com a Universidade Federal de Santa Catarina. Coordenadora Nacional do OBSERVE (Observatório de Monitoramento da Aplicação da Lei Maria da Penha). Coordenadora (2006/2011) do Grupo da América Latina do Consórcio do Programa de Pesquisas (Research Programme Consortium - RPC) sobre o Empoderamento das Mulheres (Pathways of Women's Empowerment), financiado pelo Department for International

Development (DFID) da Grã-Bretanha através do IDS (Institute of Development Studies), Inglaterra, atuando principalmente nos seguintes temas: estudos feministas, estudos sobre mulheres e relações de gênero, feminismo e políticas públicas, gênero e desenvolvimento, gênero e corpo.

Clebemilton Nascimento

Licenciado em Letras Vernáculas com Língua Estrangeira/Inglês (UFBA). Especialista em Metodologia e Prática de Ensino em Gênero (NEIM). Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM/UFBA). Professor auxiliar da Universidade do Estado da Bahia, professor substituto no curso de graduação em Gênero e Diversidade da UFBA. Tem experiência na área de Letras atuando nos seguintes temas: práticas pedagógicas de Língua materna e Língua Estrangeira, linguagem, cultura e suas interfaces com as relações de gênero, representações de gênero na música popular de massa, sexualidade, mídia e pagodes baianos.

Débora Cohim

Graduação em Pedagogia pela UFBA, Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM), com especialização em Violência Doméstica contra crianças e adolescentes pelo LACRI/USP e em metodologia de pesquisa pelo ISC da UFBA e Unicamp, como bolsista da Fundação FORD. Coordenadora do VIVER (Serviço de Atenção a Pessoas em Situação de Violência Sexual), vinculado a Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia.

Denise Bastos de Araujo

Graduação em Ciências Biológicas pela UFBA, especialização em Metodologia e Prática de Ensino em Gênero (UFBA), mestre em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos (PPGNEIM/UFBA), com foco na representações das mulheres em vídeos didáticos. Pesquisadora do Centro de Estudos Multi-



disciplinares em Cultura (CULT). Integrante do MIDAS (Miradas Femininas). Professora pela Secretaria da Educação e Cultura do Estado da Bahia. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Administração Educacional, atuando principalmente nas seguintes áreas: gênero, multimeios, fotografia, vídeos, sexualidade e educação.

Elizabete da Conceição Paiva de Oliveira

Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual da Bahia e Bacharel em Teologia pelo Seminário Teológico Batista do Norte do Brasil, Especialista em Metodologia da Pesquisa e Ensino (UNEB) e Teologia e História (EST), mestre em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM). Professora da Faculdade Batista Brasileira (FBB), ministrando diversas disciplinas no curso de Bacharel em Teologia.

Gustavo do Rego Barros Brivio

Psicólogo pela Universidade Federal da Bahia. Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM/UFBA).

Ivia Alves

Graduação em Letras Anglo Germânicas pela Universidade Federal da Bahia, Mestrado e Doutorado em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo. Professora (aposentada) da Universidade Federal da Bahia, lotada no Instituto de Letras e vinculada pelo PROPAP. Professora permanente no PPGLitC e PPGNEIM, além de ser pesquisadora permanente do NEIM/UFBA e pesquisadora PQ do CNPq. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literatura brasileira e baiana, gênero e cultura, com os seguintes temas: história da literatura, estudo crítico de periódicos - fontes primárias, crítica feminista, crítica literária, mídia televisiva - representações de mulheres.

Lina Maria Brandão de Aras

Graduada em Licenciatura e Bacharelado em História pela UFBA, possui mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco, doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo e pós doutorado na Universidade Federal de Pernambuco. Professora do Departamento de História, da UFBA, do PPG-NEIM e POSHIST/UFBA. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Império, atuando principalmente nos seguintes temas: Bahia, rebeldias, região, literatura e gênero.

Linda Rubim (Lindinalva Silva Oliveira Rubim)

Graduação em Jornalismo pela UFBA, doutorado em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e pós-doutorado pela Universidade de Buenos Aires. Atualmente é Professora da Faculdade de Comunicação e do PPGNEIM/UFBA. Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Cinema e Televisão, atuando principalmente nos seguintes temas: cultura, comunicação, gênero, cinema, televisão e representações. Coordenadora do Centro de estudos Multidisciplinares em Cultura da UFBA.

Maria Carolina S. Martins da Silva

Licenciada em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana, Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM/UFBA), pesquisadora associada do Mulheribus (Núcleo de Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres e Relações de Gênero/UEFS).

Odezina dos Santos Suzarte

Graduação em letras Vernáculas e Especialização em Estudos Literários pela Universidade do Estado da Bahia, mestre em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM/UFBA). Professora da Rede Municipal de Salvador, com atuação na Educação de Jovens e Adultos.

Sylvia Maria dos Reis Maia

Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia. Mestre em Estudos Afro-Brasileiros pela Boston University, doutora em Antropologia Social pela Boston University. Professora aposentada do Departamento de Antropologia da UFBA, membro do corpo docente do PPGNEIM (Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulher, Gênero e Feminismo/UFBA). Na área de Antropologia, trabalha principalmente, com os seguintes temas: gênero, mulher, trabalhadora rural, agricultura familiar, assentamento, movimentos sociais.

Tatiana Farias de Jesus

Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Especialista em História da Bahia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (2008). É Mestre em Estudos Interdisciplinares Mulheres, Gênero e Feminismo pelo Programa de Pós graduação do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres (PPGNEIM), na Universidade Federal da Bahia.

Tatiana Lima de Siqueira

Graduada em História pela UFPB, com especialização em Metodologia do Ensino Superior pela Universidade Estadual da Bahia, mestre em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM) pela UFBA. Professora do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana e da Secretaria de Educação do Estado da Bahia/Ensino médio.

Tatiane de Jesus Chates

Graduada em História pela Universidade Federal da Bahia. Especialista em Gênero e Desenvolvimento Regional, com ênfase em Políticas Públicas (UFBA), mestre em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM/UFBA). Professora de História do ensino básico. Tem experiência na área de História e na área de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: identidades de gênero, estudos culturais, representações sociais de gênero, políticas públicas e teorias de currículo.



## COLOFÃO

Formato	15 x 23 cm
Tipologia	Leitura News e leitura Sans 10/16
Papel	Alcalino 75 g/m <sup>2</sup> (miolo) Cartão Supremo 300 g/m <sup>2</sup> (capa)
Impressão	Edufba
Capa e Acabamento	Fast Design
Tiragem	500

ISBN 978-85-232-0850-9



9 788523 208509

A Coleção Bahianas é um espaço de divulgação destituído dos símbolos de dominação. Traz resultados de estudos teóricos que possibilitam uma análise crítica da condição feminina, das relações de gênero e do feminismo enquanto movimento social, assim como, de documentos que contribuam para o resgate da memória feminina e estudos que abordem a inserção da mulher nas diversas manifestações culturais.

**NÚCLEO**  
**DE ESTUDOS**  
**INTERDISCIPLINARES**  
**SOBRE A MULHER**  
FFCH/UFBA

